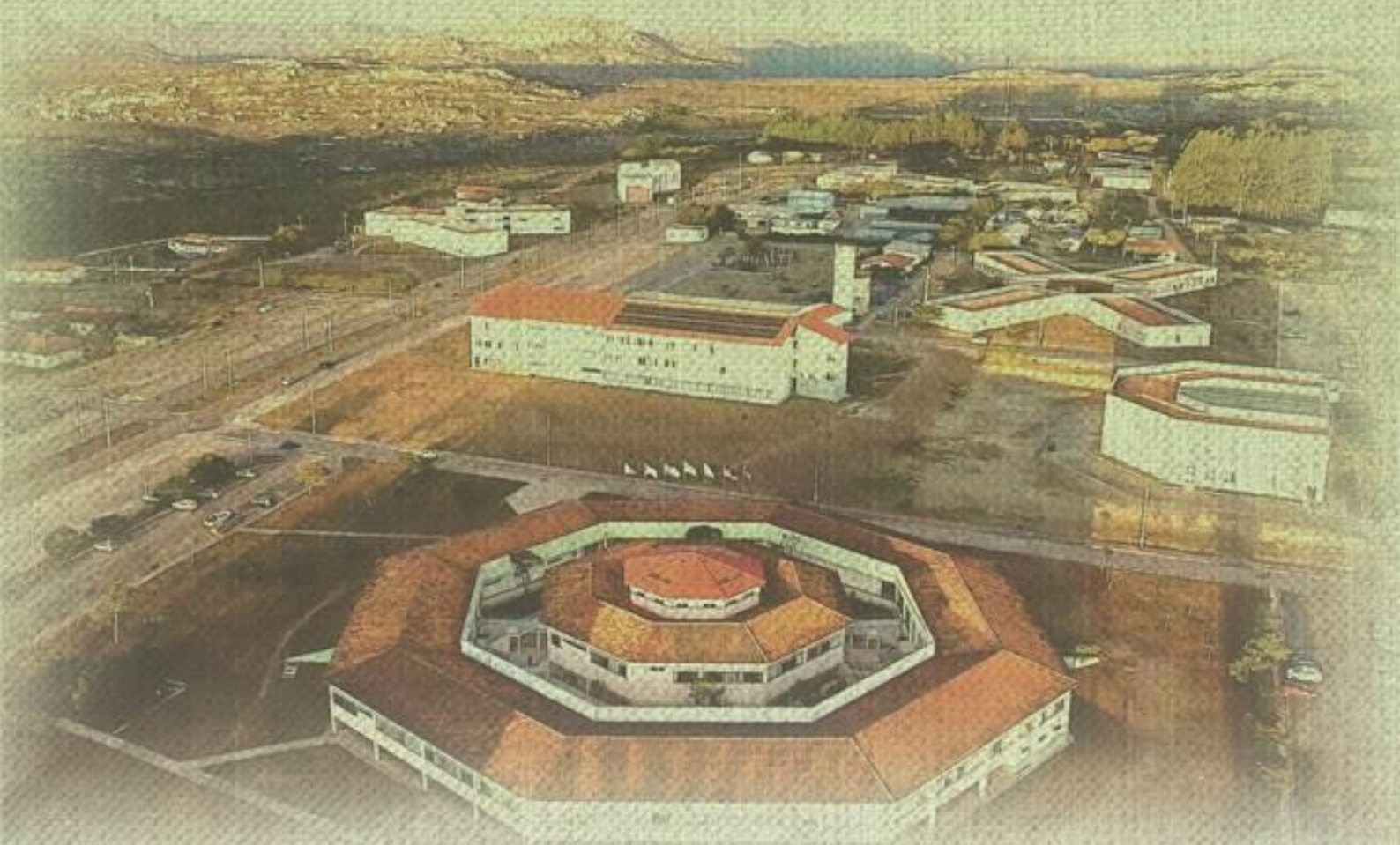


PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES EM TURISMO:

Debates na UFVJM



ORGANIZADORES:

Raquel Faria Scalco

Guilherme F. D. C. Varajão

Camila Teixeira Heleno

Virginia Martins Fonseca



Diamantina - 2023

Organizadores do Livro:

Raquel Faria Scalco

Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Camila Teixeira Heleno

Virginia Martins Fonseca

Créditos da foto da Capa do Livro:

Glauco José Umbelino

Arte da Capa do Livro:

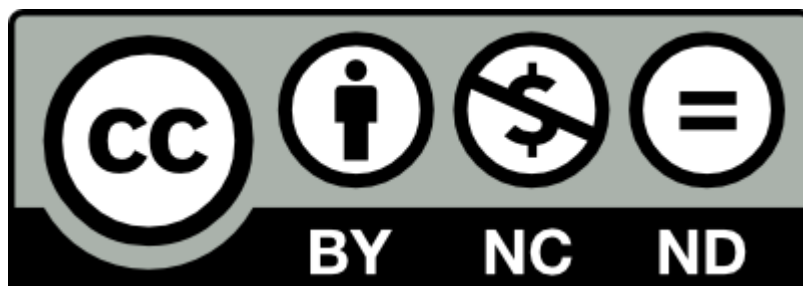
Hiago Patrick da Silva Moreira

**PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES EM TURISMO:
DEBATES NA UFVJM**



Diamantina/MG.

2023.



Essa obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (CC - BY - NC). Para ver uma cópia desta licença visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Elaborado com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

P467	<p>Perspectivas interdisciplinares em Turismo: debates na UFVJM. [recurso eletrônico] / Organizadores: Raquel Faria Scalco, Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão, Camila Teixeira Heleno, Virginia Martins Fonseca; foto capa do livro: Glauco José Umbelino.– 1. ed. – Diamantina: UFVJM, 2023. 222 p. :il.</p> <p>ISBN: 978-85-7045-070-8</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Extensão universitária. 3. Turismo. 4. Turismólogo. I. Scalco, Raquel Faria. II. Varajão, Guilherme Fortes Drummond Chicarino. III. Heleno, Camila Teixeira. IV. Fonseca, Virginia Martins. V. Umbelino, Glauco José. VI. Título. VII. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p style="text-align: right;">CDD 338.4791</p>
------	--

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária Viviane Pedrosa– CRB-6/2641

SUMÁRIO

Prefácio	5
Rodrigo Burkowiski	
Apresentação	13
Raquel Faria Scalco; Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão	
Projeto interdisciplinar de incentivo à leitura: Krenak, questões ambientais e turismo	18
Raquel Faria Scalco; Camila Teixeira Heleno	
Avaliações externas do Curso de Turismo da UFVJM: autoconhecimento para a melhoria contínua da qualidade	41
Valéria Rodrigues Neves; Virginia Martins Fonseca; Ana Flávia Andrade de Figueiredo	
Resultados da avaliação: perfil e percepção dos participantes do ENADE 2018 do Curso de Turismo da UFVJM	66
Valéria Rodrigues Neves; Virginia Martins Fonseca; Ana Flávia Andrade de Figueiredo	
Condições de trabalho no turismo e assédio moral: reflexões para a pesquisa	84
Ana Paula Ribeiro Manduca; Georgina Maria Vêras Motta; Camila Teixeira Heleno	
A regulamentação da profissão de turismólogo	99
Raquel Faria Scalco	
Seres em Trânsito: cidadania, turismo e renda em uma perspectiva organizacional crítica	117
Ricardo Vinicius C. dos Santos Carvalho; Gabriel Farias Alves Correia	
Turismo e metaverso: da crítica sociológica a sua aplicação na atividade turística	144
Alan Faber do Nascimento	
Como transformar um destino turístico convencional em inteligente sem gastar muito? Análise exploratória de Diamantina/MG	159
Hugo Rodrigues de Araújo; Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão; Ramon Duarte Araújo	
Arte, astrologia e turismo: uma nova proposta de Astroturismo	181
Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani	
A produção do queijo minas artesanal e o turismo	198
Cleube Andrade Boari; Cynthia Regina Fonte Boa Pinto	
SOBRE OS AUTORES	211

PREFÁCIO

Rodrigo Burkowski

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

rodrigo@ufop.edu.br

Há quase duas décadas, dei início à minha carreira na Universidade Federal de Ouro Preto como professor assistente. A lembrança do concurso e da quantidade aproximada de candidatos permanece, embora com o avanço do tempo, a precisão dos números do passado tenda a escapar, a menos que tenhamos registrado essas memórias além de nossos próprios corpos. Éramos, naquela ocasião, apenas quatro ou cinco candidatos, todos recém-mestres. Naquele período, a obtenção de um diploma de mestrado era uma raridade, e a perspectiva de um doutorado parecia um sonho distante.

Naquele limiar de século XXI, o Brasil viveu a expansão vertiginosa dos cursos de Turismo por todo o país. Mais de setecentos cursos foram criados nesse período, com a maioria esmagadora pertencente a instituições particulares que, como o tempo demonstrou, não tinham grande comprometimento com a produção científica do Turismo, tampouco com o reconhecimento da profissão ou mesmo o desenvolvimento de um mercado para os bacharéis em Turismo. Exceções existiam, como algumas PUC's (em especial a de Campinas), a Anhemi-Morumbi (SP), a Newton Paiva (MG), Positivo (PR) e algumas poucas outras. As Universidades Federais também ingressaram nesse cenário, estabelecendo programas de Turismo. Em Minas Gerais, surgiram os cursos na UFOP, UFJF, UFMG e, posteriormente, na UFVJM.

Com forte pressão e oportunismo do setor privado, os instrumentos para autorização e renovação de autorização de cursos eram, para não correr risco de processo, um pouco mais flexíveis. O foco era na autorização, na fiscalização das condições iniciais para abertura do curso. Depois de autorizado, o controle era brando e carecia de instrumentos que só foram criados em 2004. Esse novo instrumento, diferente do antigo Provão, inclui uma avaliação qualitativa do curso (para além da quantitativa) e permite aos gestores corrigirem e melhorarem os cursos. Os dados e desdobramentos desta ferramenta são apresentados e discutidos nos três primeiros capítulos desta coletânea.

Essa expansão mal planejada da oferta de cursos de turismo inundou o mercado com profissionais ávidos por aplicar o conhecimento adquirido ao longo dos 4 anos de curso. Mas

que conhecimento é esse? O que ele agrega de valor para as organizações? Na linguagem do mercado, qual seu diferencial competitivo?

Considerando a existência de mais de setecentos cursos, uma conta simples aponta para mais de 20.000 profissionais sendo colocados por ano em um mercado que, 30 anos após a criação do primeiro curso de Turismo na extinta Universidade Anhembi-Morumbi, ainda não reconhece os valores e ganhos que este profissional pode agregar às empresas e a órgãos públicos. Nos capítulos quatro e cinco as pesquisadoras traçam as consequências deste excesso de profissionais e os danos que a falta de regulamentação/ reconhecimento da profissão produz em um setor estruturante, gerador de muitos empregos e base para novos modelos de desenvolvimento, como explorado nos capítulos finais da coletânea.

Os organizadores desta coletânea, Raquel Faria Scalco, Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão, Camila Teixeira Heleno e Virgínia Martins Fonseca foram muito felizes na estruturação da presente obra. Os cinco primeiros capítulos apresentam, mesmo não sendo o objetivo principal do livro, um raio-x de um triplo movimento e suas contradições.

O primeiro é a crise contemporânea pelo qual as instituições de ensino superior estão vivendo. Acelerada pela pandemia, essas organizações enfrentam uma certa crise de identidade no momento em que parcela significativa da sociedade não mais reconhece nelas um espaço legítimo para transformação da sociedade. Os jovens questionam e são questionados sobre a validade de, no caso de IES que não estão localizadas em grandes centros, terem que mudar de cidade, investir escassos recursos financeiros ao invés de permanecerem em suas cidades e cursarem uma faculdade EAD. A apatia captada e exposta no capítulo um e dois é reflexo deste momento.

O segundo é o amadurecimento do conhecimento sobre Turismo no Brasil. Há quinze anos tínhamos eventos, como o Congresso Brasileiro de Turismo, organizado pela Associação Brasileira de Turismo, que contavam com mais de 5.000 participantes. Autores brasileiros pioneiros neste campo, como Mário Carlos Beni, Doris Ruschman, Célia Dias, Miriam Rejowski, Emanuel Castelli, Bayard Do Coutto Boiteux, Índio do Espírito Santo, Miguel Bahl, José Manoel Gândara, Marutschka Martini Moesch dentre outros, eram quase popstar. Todavia, o foco de boa parte da academia, dos alunos e dos egressos daquela época, era na expansão de cursos de graduação e consultoria, com pouco foco no desenvolvimento científico do turismo e reconhecimento do valor do turismólogo. Assim como os cursos foram fechando, os grandes eventos acadêmicos foram diminuindo e alguns extintos. Se por um lado houve este movimento de retração, o país começa a presenciar a expansão da pós-graduação

na área de Turismo, com a criação de diversos cursos. Os primeiros mestrados em Turismo no Brasil surgiram na Universidade de São Paulo (1993 - Público) e na Universidade do Vale do Itajaí (1997 - Privado). A plataforma da CAPES (órgão do governo federal que regula a pós-graduação) aponta que, entre 2011 e 2015, havia 13 cursos no país. Outros cursos foram criados posteriormente, entre 2016 e 2020, evidenciando um crescimento dessa oferta com valorização no ambiente acadêmico. O mais recente é o curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto, cuja atividade começou em 2021.

O terceiro é uma síntese dos movimentos anteriores que desvaloriza o ensino superior, mas, por meio dele (em especial da pós-graduação), gera novos sentidos e saberes para o curso de Turismo. Há uma expansão das fronteiras do conhecimento da área, levantando novas questões e apontando soluções para um mercado crescente. Esse novo mercado é marcado pelo uso intensivo de tecnologia, provocando rupturas na forma tradicional de viabilizar o Turismo. Booking, Airbnb, Uber, Eatwithme, Maxmilhas, Ifriend, Onfly, entre outras, são produtos de estudantes ou recém-formados (não necessariamente em Turismo) que enxergaram, na junção do turismo e tecnologia, algo que poderia transformar a sociedade.

Os capítulos desta obra percorrem, então, um interessante caminho. Refletem de maneira crítica sobre o curso de Turismo da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e apontam novas direções para o mercado de trabalho. Isso é extremamente necessário e urgente, no momento em que estudos do IBGE e do Ibre-FGV apontam que quem estudou mais no país foi o que mais teve queda nos rendimentos e na qualidade de emprego nos últimos dez anos¹. Com isso, refletir sobre as práticas de ensino, as formas de gestão e difusão do conhecimento e compreender os limites (se é que existem) e as lacunas que a academia pode preencher, é uma das principais contribuições da presente obra.

O primeiro capítulo desta coletânea aborda um desafio crucial que afeta diversas universidades: como podemos fomentar a produção científica em um contexto no qual os futuros pesquisadores parecem estar lendo cada vez menos? Como colocar o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem? Através do projeto interdisciplinar "Incentivo à Leitura: Krenak, Questões Ambientais e Turismo", as autoras Raquel Faria Scalco e Camila Teixeira Heleno delineiam uma abordagem cativante para revalorizar o ato de ler e para promover a interdisciplinaridade. As docentes inovam ao adotar uma abordagem interdisciplinar envolvendo 27 disciplinas, destacando o potencial dessa abordagem como catalisador de um

¹ https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2023/09/04/internas_economia,1556463/brasileiro-mais-escolarizado-ve-renda-desabar-e-cai-na-informalidade.shtml

pensamento crítico no âmbito do Turismo. Além disso, empregam uma variedade de métodos para amplificar o impacto do projeto.

No segundo capítulo, "Avaliações Externas do Curso de Turismo da UFVJM: autoconhecimento para a melhoria contínua da qualidade", as autoras Valéria Rodrigues Neves, Virginia Martins Fonseca e Ana Flávia Andrade de Figueiredo exploram o processo de credenciamento, avaliação e credenciamento do curso. Peter Drucker, uma das referências em administração, afirmou que só é possível gerenciar aquilo que se pode mensurar. Portanto, discutir esse processo não apenas através de reconhecimento, mas também por meio da divulgação dos resultados, demonstra uma postura audaciosa por parte do curso e possibilita uma vigilância social das ações dos agentes públicos. Dessa forma, ao prover a comunidade acadêmica e a sociedade com informações atualizadas - um verdadeiro diagnóstico do estado atual do curso -, é possível orientar o planejamento, ajustando e redirecionando esforços.

O terceiro capítulo, intitulado "Resultados da avaliação: perfil e percepção dos participantes do ENADE 2018 do Curso de Turismo da UFVJM", elaborado por Valéria Rodrigues Neves, Virginia Martins Fonseca e Ana Flávia Andrade de Figueiredo, surge como um desdobramento do capítulo precedente. Durante a realização do ENADE, os alunos devem preencher um questionário. Esse instrumento serve de base para a reflexão apresentada no artigo. O texto entrelaça os dados do questionário com os resultados obtidos na avaliação de 2018 e enfatiza o papel das novas tecnologias em estimular a participação ativa dos estudantes. Além disso, reforça a contribuição fundamental dos docentes na construção coletiva do curso e no aprimoramento dos indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos.

“As condições de trabalho no Turismo e o Assédio Moral: Reflexões para a pesquisa”, de Ana Paula Ribeiro Manduca, Georgina Maria Vêras Motta e Camila Teixeira Heleno, é o quarto capítulo desta obra. Neste capítulo as autoras, e deve-se frisar que são autoras, pois as mulheres são as maiores vítimas de abusos e assédios no Turismo, levantam as características comuns do trabalho no turismo, bem como as dificuldades relativas à ausência de regulamentação que dificultam tanto a proteção dos direitos do trabalhador quanto a identificação de que na relação com o turista e, mesmo com a organização, podem ocorrer práticas abusivas, visto que muitas são socialmente aceitas, camufladas/ocultas sob o véu da excelência (p. 90). Para as autoras, a regulamentação das ACTs e da profissão, bem como a necessidade de o Brasil ser signatário da Convenção 190 da OIT, seria uma forma de diminuir esses crimes.

Um dos temas mais discutidos na academia, apesar de ter perdido força nos últimos 10 anos, “A regulamentação da profissão de turismólogo”, de Raquel Faria Scalco, é o quinto artigo desta coletânea. Um dos expoentes da não regulamentação da profissão é o renomado professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. A autora corrobora as ideias do pesquisador, que destaca a necessidade maior de reconhecimento mercadológico e social da profissão de turismólogo, do que de fato da regulamentação em si. Particularmente, a despeito da “tendência global à desregulamentação no cenário neoliberal, os desdobramentos econômicos e sociais desse processo” (p.110), entendo ser necessária a luta pela regulamentação mesmo que como bandeira da profissão. Compartilho que o mercado não irá permitir essa regulamentação e que ela, por si só, não irá melhorar o Turismo no país. Contudo, já tivemos um breve momento em que projetos da área de turismo, financiados pela CEF pediam um parecer de um profissional de Turismo e esse é um caminho interessante. Por fim, como apontado no texto, mesmo sem o reconhecimento, temos que lutar por políticas educacionais, políticas públicas amplas e responsáveis, planejamento de longo prazo, valorização da ciência, dentre outros para a consolidação da profissão.

Como apontado, esse primeiro bloco versa sobre um aspecto mais estrutural dos cursos de Turismo no Brasil e, em especial, do curso da UFVJM. Os próximos capítulos avançam em áreas de atuação do profissional de Turismo, sejam elas atuais ou perspectivas futuras.

O capítulo 6, “Seres em trânsito: Cidadania, Turismo e Renda em uma perspectiva organizacional crítica”, de Ricardo Vinicius C. dos Santos e Carvalho e Gabriel Farias Alves Correia, enfatiza a necessidade de reorientar o turismo em direção à cidadania, reconhecendo a diversidade de experiências humanas e direitos. A discussão aborda a atual sociedade de desempenho, onde o turismo, muitas vezes, se torna uma ferramenta de exclusão, ligada à disponibilidade de renda. Questiona-se se o turismo está preparado para transformar espaços em lugares para todos ou apenas para aqueles com renda disponível. A reflexão conclui destacando a importância de um movimento conjunto entre Estudos Organizacionais e Turismo para reforçar os direitos de todos os indivíduos em sua busca pela experiência plena do mundo.

Um dos temas que mais despertou a atenção da sociedade nos últimos 3 anos, o Metaverso, é o tema discutido em “Turismo e Metaverso: da crítica sociológica a uso crescente do metaverso na indústria do turismo”, e suscita diversas preocupações. Uma delas se relaciona ao fato de que grandes empresas do setor estão predominantemente investindo

nesse espaço, o que pode conduzir a uma maior concentração monopolista. A diferenciação em relação ao passado está na fusão, aquisição e incorporação de empresas turísticas por parte das gigantes tecnológicas, o que potencialmente agravaria as desigualdades nos fluxos turísticos globais. Isso poderia favorecer os destinos com recursos financeiros e tecnológicos para promover ações físicas e digitais, prejudicando as comunidades de países periféricos que buscam o desenvolvimento do turismo.

Além disso, apesar da noção de um turismo sem impactos, é sabido que a natureza imaterial desse capitalismo virtual pode resultar na transformação de países menos desenvolvidos em depósitos de resíduos eletrônicos, criando um dilema entre a pressão internacional pela proteção ambiental e a absorção de danos ambientais causados pelos países mais industrializados. Isso se agrava pela precarização do trabalho em formas virtuais e digitais, levando à extinção de empregos tradicionais no turismo, ao surgimento de novas funções e à necessidade de competências e qualificações diferentes para os profissionais do setor, o que, por sua vez, pode resultar em aumento do desemprego, informalidade e problemas de saúde física e mental dos trabalhadores do turismo.

Por fim, para os turistas, há o risco de manipulação algorítmica, uma vez que o uso de óculos 3D no metaverso pode ser ainda mais viciante do que os dispositivos tradicionais, como smartphones e tablets, afetando a saúde mental e contribuindo para problemas como ansiedade e depressão. Essas questões atualizam críticas previamente dirigidas ao turismo convencional, que se baseia fortemente no consumo de imagens, agora potencializadas pela transformação dos sentidos humanos no metaverso.

Destinos turísticos inteligentes é o que nos trazem os autores Hugo Rodrigues de Araújo, Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão e Ramon Duarte Araújo, no 8º capítulo, “Como transformar um destino turístico convencional em inteligente sem gastar muito? Análise exploratória de Diamantina/MG”. O texto aborda o conceito de "inteligente" na era digital, relacionando-o a diferentes contextos, como cidades, infraestruturas físicas, tecnologias e economia. Em cidades inteligentes, busca-se otimizar recursos e melhorar a qualidade de vida. Em infraestruturas físicas, promove-se a integração de tecnologias, como a Internet das Coisas. No turismo, busca-se aprimorar experiências e a cocriação. O texto também destaca a importância de parcerias, governança eficiente e tecnologias acessíveis para implementar soluções de turismo inteligente, exemplificadas no caso de Diamantina.

Astroturismo é a inovação desenvolvida por Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani. O capítulo 9, “Arte, astrologia e Turismo: Uma nova proposta de astroturismo”

discute uma pesquisa em andamento sobre representações da astrologia em igrejas no Brasil e a possibilidade de encontrar mais exemplos não identificados até o momento. O astroturismo, visto em diversos países, oferece benefícios, como promover a conscientização sobre o uso sustentável da Terra, valorizar o meio ambiente, proporcionar uma experiência encantadora de observação do céu, impulsionar economias locais e oferecer acesso ao conhecimento científico. Nesse contexto, a pesquisa propõe uma nova abordagem que conecta a astrologia à arte e à religião, integrando-a ao turismo cultural e religioso.

As representações da astrologia e dos símbolos do zodíaco no contexto cristão são vistas como motivos de admiração e encantamento. Embora sejam comuns em países europeus e na Itália católica desde a Idade Média, foram encontradas apenas duas igrejas no Brasil que apresentam esses elementos. Isso demonstra como esses temas têm uma energia duradoura que transcende diferentes tempos e lugares.

O texto também destaca a conexão entre arte e astrologia, ambos ocupando um espaço intermediário entre a atitude mágica e a racionalidade. Ambos compartilham a dualidade de serem ao mesmo tempo ciência e idolatria, atendendo à necessidade humana de se comunicar com o transcendente e de prever eventos futuros para enfrentá-los.

A pesquisa sugere que toda essa riqueza de elementos pode ser explorada pelo turismo, valorizando a cultura, o patrimônio, a compreensão histórica da ciência e da religião, a arquitetura e a arte visual. Além disso, o astroturismo pode proporcionar satisfação psicológica e espiritual aos turistas, promovendo a integração e a sustentabilidade cultural.

Portanto, a pesquisa busca ressignificar a astrologia como parte do turismo, destacando seu potencial para enriquecer as experiências dos visitantes e preservar aspectos culturais significativos.

O derradeiro artigo é do professor Cleube Andrade Boari e da professora Cynthia Regina Fonte Boa Pinto e discute “A produção do queijo artesanal e o turismo”. O texto aborda o potencial da produção rural associada ao turismo, em Minas Gerais, destacando o reconhecimento internacional do estado por sua rica cultura gastronômica, incluindo itens como cachaça, quitutes, quitandas, cervejas artesanais e vinho mineiro. A combinação da produção rural de alimentos especiais com o turismo beneficia turistas, visitantes e produtores, sendo uma tendência mundial.

Na Serra da Canastra, a Rota do Queijo, impulsionada pelo potencial turístico da região, associativismo e qualidade do queijo, atrai visitantes e gera impactos positivos. A manutenção das ações e a avaliação dos resultados ao longo de mais de dez anos de

implementação da rota são essenciais para desenvolver novas estratégias e melhorar a infraestrutura, como acesso e comunicação, para potencializar ainda mais a produção associada ao turismo.

Em Diamantina, parcerias com instituições de ensino e fomento à produção e ao turismo podem apoiar atividades em queijarias que já recebem turistas e em outras que ainda não o fazem. É importante garantir a qualidade dos produtos, como queijos, e promover leis que estimulem o pleno desenvolvimento da produção associada ao turismo em diferentes unidades rurais produtivas, como vinícolas, cervejarias e fazendas de produtos como mel e azeite.

O texto conclui que, embora haja um longo caminho para o pleno reconhecimento da produção queijeira em Minas Gerais, várias iniciativas, como as mencionadas, têm acelerado esse processo. O sucesso dos queijos mineiros, atestado por diversas premiações internacionais, reflete o aumento constante do turismo no estado, e a associação eficaz entre atividade turística e produção rural é uma tendência promissora em Minas Gerais.

Os leitores desta obra têm a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os cursos de Turismo, sobre a profissão de turismólogo e sobre inovações no mercado turístico que se aplicam não apenas a UFVJM, mas a todas as IES. A UFOP e a UFVJM, apesar dos 400km que as separam, possuem vínculos que precisam ser aprofundados. Para além da admiração do excelente trabalho que o corpo docente vem desenvolvendo (uso consciente da tecnologia, envolvimento político para além da instituição, entre outros) urge pensar novas formas de conectar essas cidades patrimônios.

A existência de cursos de turismo nestas localidades é um instrumento para melhoria da qualidade de vida da região (e do país), mas o quadro apresentado na obra inspira cuidados, pois a continuidade dos cursos de turismo (não apenas da UFVJM) demandam um esforço coletivo para resgatar o valor do ensino superior, geração de inovação e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do setor.

A título de fechamento deste prefácio, meu doutorado foi feito no norte de Minas e, na ocasião, tive bastante contato com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e outras áreas protegidas da região. Para conhecer mais sobre a região acabei relendo o “Grande Sertão Veredas”, de Guimarães Rosa, com o qual finalizo e desejo a todos uma boa leitura.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende” (Guimarães Rosa, 1994).

APRESENTAÇÃO

Raquel Faria Scalco

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

raquel.scalco@ufvjm.edu.br

Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

guilhermefdcv@ufvjm.edu.br

O livro “*Perspectivas interdisciplinares em Turismo: debates na UFVJM*” é fruto de um Projeto de Extensão desenvolvido no âmbito do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), entre março de 2022 e fevereiro de 2023, intitulado “Ciclo de debates do Curso de Turismo da UFVJM: construção de conhecimento, divulgação científica e estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade externa”. Este projeto foi coordenado pelos professores Guilherme Varajão e Raquel Scalco e contou com a participação de mais onze docentes do curso. Teve como propósito promover debates, palestras e seminários abordando temas emergentes do turismo e resultados de projetos de pesquisa, extensão e ensino, visando a divulgação científica e a formação de pessoas.

Essas atividades vêm sendo desenvolvidas no Curso de Turismo desde setembro de 2020, tendo iniciado, primeiramente, de maneira remota, em função do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, e, a partir de 2022, de maneira preferencialmente presencial. Tal iniciativa foi gestada pelo grupo de professores, visando maior integração entre docentes e discentes, de modo a propiciar maior envolvimento dos estudantes com o curso e como estratégia de ensino capaz de contribuir para a redução da evasão na universidade. A avaliação dos estudantes e professores sobre essas ações têm sido bastante positivas, contando com a participação da maior parte de nossos discentes, bem como atingindo expressivo público pela transmissão de muitas delas via canal do Youtube Turismo ConsCiência². Ademais, um importante resultado desse projeto foi a publicação de um livro, intitulado “Turismo ConsCiência: diálogos em tempos de pandemia” (MAGNANI et. al., 2021), apresentando uma coletânea com dez capítulos redigidos a partir das temáticas apresentadas nos seminários, webinários e palestras que ocorreram no âmbito destes projetos de extensão, entre 2020 e 2021.

2 <https://www.youtube.com/channel/UCH1atWgPvaddDF8VENH46eg>

Entende-se que essa iniciativa traz ganhos expressivos ao Curso de Turismo, não só por causar impacto positivo na formação de nossos estudantes, mas também por trabalhar a interdisciplinaridade no curso de turismo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, além de contribuir com a transformação social da região onde a universidade está inserida. Esses aspectos são apontados como diretrizes importantes para o desenvolvimento de ações de extensão, de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEXC, 2012).

Mediante a avaliação positiva de discentes e docentes do curso sobre a pertinência da continuidade do projeto em 2022, adotou-se como estratégia a realização de atividades mensais do projeto, com palestras presenciais articuladas por professores do curso, com ou sem a participação de convidados externos. Ressalta-se que foi realizada uma enquete com os alunos para que os mesmos pudessem propor temas de interesse a serem abordados nos diálogos interdisciplinares.

Ao todo foram realizados 14 encontros, sendo quatro online pelo Canal do Youtube Turismo ConsCiência, e 10 de maneira presencial, que se alternaram entre a Ágora do Centro de Humanidades da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades do Campus JK, o hall do Núcleo de Estudos Avançados em Turismo e o auditório da Associação Comercial de Diamantina (ACID). A seguir estão elencados, em ordem cronológica de realização, o título dos encontros, os palestrantes e moderadores envolvidos, além de especificar os locais de realização dos encontros ligados a esse projeto.

- **Seres em trânsito: cidadania, turismo e renda em uma perspectiva crítica**
 - Apresentação: Ricardo Vinicius C. dos Santos e Carvalho (Banco Central do Brasil)
 - Moderação: Gabriel Farias Alves Correia (UFVJM)
 - Local: YouTube (<https://youtu.be/bSJ9YDQLWsw>)

- **Mercado de trabalho, currículo e networking no turismo: o papel do estágio na formação acadêmica**
 - Apresentação: Guilherme F. D. C. Varajão (UFVJM)
 - Local: Auditório da Associação Comercial de Diamantina.

- **Produção associada ao turismo: o caso dos queijos artesanais de Diamantina**
 - Apresentação: Cleube Boari (UFVJM) e Leandro Assis (APRODIA)
 - Moderação: Cynthia Fonte Boa (UFVJM)
 - Local: Auditório da Associação Comercial de Diamantina.

- **Assédio moral no trabalho**
 - Apresentação: Georgina Maria Vêras Motta (UFMG) e Ana Paula Ribeiro Manduca (UFMG)
 - Moderação: Camila Heleno (UFVJM)
 - Local: YouTube (<https://www.youtube.com/live/nA2CIWdlQ7s>)

- **Como transformar um destino turístico convencional em inteligente?**

- Apresentação: Bárbara Blaudt Rangel (Ministério do Turismo)
 - Moderação: Hugo Araujo (UFVJM)
 - Local: YouTube (<https://www.youtube.com/live/bgYugj-9Ln4>)
- **Ideias para adiar o fim do mundo: debate**
 - Moderação: Docentes do Curso de Turismo (UFVJM)
 - Local: Ágora do Centro de Estudos em Humanidades da FIIH, Campus JK.
 - **Creditação da extensão universitária**
 - Apresentação: Virginia Martins Fonseca (UFVJM)
 - Local: Núcleo de Estudos Avançados em Turismo.
 - **Regulamentação da profissão de turismólogo**
 - Apresentação: Raquel Faria Scalco (UFVJM)
 - Local: Núcleo de Estudos Avançados em Turismo.
 - **Parcerias para o uso público em áreas protegidas**
 - Apresentação: Virginia Martins Fonseca (UFVJM) e Raquel Faria Scalco (UFVJM)
 - Local: Núcleo de Estudos Avançados em Turismo.
 - **Turismo no metaverso**
 - Apresentação: Alan Faber Nascimento (UFVJM) e Guilherme F. D. C. Varajão (UFVJM)
 - Local: Núcleo de Estudos Avançados em Turismo.
 - **Ciclo de Debates: ENADE Turismo**
 - Apresentação: Valéria Rodrigues Neves (UFVJM)
 - Moderação: Ana Flávia Figueiredo (UFVJM) e Virginia Martins Fonseca (UFVJM)
 - Local: YouTube (<https://youtu.be/pyRGhEvguwY>)
 - **Conferência patrimônio-territorial e dinâmicas urbano-rurais na América Latina e Caribe**
 - Apresentação: Everaldo Batista Costa (UNB)
 - Local: Ágora do Centro de Estudos em Humanidades da FIIH, Campus JK.
 - **Projeto interdisciplinar de incentivo à leitura: diálogos sobre o livro 'A vida não é útil'**
 - Apresentação: Discentes e docentes do Curso de Turismo
 - Moderação: Docentes do Curso de Turismo (UFVJM)
 - Local: Ágora do Centro de Estudos em Humanidades da FIIH
 - **Arte, Astrologia e Turismo: uma nova proposta de astroturismo**
 - Apresentação: Maria Cláudia Magnani (UFVJM)
 - Local: Campus JK.

Os encontros foram eminentemente organizados pelos docentes da UFVJM, mas cinco eventos contaram com participantes de outras instituições de ensino, ou órgãos públicos. A participação de palestrantes de outras cidades e instituições foi facultada pelos encontros em formato de webinar, pelo canal do YouTube. Devido à facilidade de acesso e disponibilidade para assistir de modo assíncrono, as transmissões pelo YouTube contaram com maior número de visualizações, se comparado com os eventos presenciais.

Ao todo, considerando os 14 encontros, houve 511 registros de presença³. 90% dos participantes foram estudantes de graduação da UFVJM e apenas 6% foram de pessoas externas à universidade. Percebe-se, desse modo, que o principal público foi os discentes do próprio Curso de Turismo, a despeito de profissionais ligados ao turismo e do público em geral terem tido a possibilidade de se beneficiar da proposta.

O evento presencial que teve maior número de participantes foi “Produção associada ao turismo: o caso dos queijos artesanais de Diamantina”, que contou com 53 pessoas. Considerando os quatro eventos online, 68 pessoas assistiram de maneira síncrona o webinar “Como transformar um destino turístico convencional em inteligente?”.

Ao final do projeto surgiu, mais uma vez, a ideia de se publicar os resultados das atividades realizadas por meio do presente e-book, no sentido de disponibilizar este material gratuita e rapidamente para discentes, docentes e para a comunidade em geral. Destaca-se que nem todas as atividades e temáticas abordadas nos referidos encontros adaptavam-se à proposta do presente livro, aos prazos sugeridos para a redação, ou não houve interesse por parte de alguns apresentadores, o que justifica um menor número de capítulos quando comparado ao número de encontros que ocorreram no período de vigência do projeto. Ressalta-se que um dos temas abordados nos encontros foi dividido em dois capítulos, dada a complexidade do assunto e uma vez que as autoras apresentaram grande riqueza de dados, fazendo uma análise bastante completa da questão da avaliação do ENADE no curso de turismo da UFVJM.

Neste sentido, esta obra apresenta uma coletânea de 10 capítulos abordando temas correlatos ao turismo, organizados em 3 eixos. O primeiro eixo trata de aspectos relacionados ao ensino no curso de turismo, apresentando os resultados de projeto de ensino desenvolvido no curso e a importância do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) para os discentes e para a Universidade. No segundo eixo são apresentados capítulos sobre as condições de trabalho no turismo e a regulamentação da profissão. Já o terceiro eixo aborda temas emergentes relacionados ao turismo, tais como seres em trânsito, metaverso, destinos inteligentes, astroturismo e produção associada ao turismo.

Espera-se que esta obra alcance um número expressivo de leitores e que as reflexões e provocações aqui apresentadas possam suscitar, cada vez mais, os debates interdisciplinares sobre o turismo, dentro e fora da academia. Essa publicação também

³ Foi utilizado, para cada evento, um formulário do Google Forms para efetuar o registro de presença e possibilitar a emissão de certificados de participação.

possibilita que essas discussões reverberem e alcancem um público diferente daquele que participou presencialmente, ou de modo síncrono dos encontros.

É importante destacar que essas publicações também são a consolidação e o amadurecimento das ideias inicialmente trabalhadas nos encontros. Ou seja, os autores tiveram um tempo maior para sedimentar pensamentos, fundamentar os posicionamentos e incorporar os questionamentos e contribuições advindos dos encontros. Enfim, espera-se que, para além de contribuir para a formação e qualificação de nossos estudantes, que este meio sirva para a divulgação dos importantes trabalhos realizados pelo Curso de Turismo da UFVJM. Desejamos a você uma boa leitura!

Aproveitamos para agradecer a todos e todas que contribuíram com o projeto de extensão que gerou esta publicação, aqueles que fomentaram os debates e colaboraram com a formação dos discentes e, especialmente, agradecemos aos autores que enviaram suas propostas para a construção desse livro, visando promover a divulgação científica das ações desenvolvidas no curso de turismo da UFVJM.

REFERÊNCIAS

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus/AM. 2012.

MAGNANI, M. C. O.; FERREIRA, M. L. S.; HELENO, C. T.; VARAJÃO, G. F. D. C.; SCALCO, R. F.; MARTINS FONSECA, V. **Turismo ConsCiência: diálogos em tempos de pandemia**. Diamantina: UFVJM, 2021.

PROJETO INTERDISCIPLINAR DE INCENTIVO À LEITURA: KRENAK, QUESTÕES AMBIENTAIS E TURISMO

Raquel Faria Scalco

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
raquel.scalco@ufvjm.edu.br

Camila Teixeira Heleno

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
camila.heleno@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

O projeto de ensino intitulado “Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura” foi desenvolvido por professores do curso de turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), durante os semestres letivos 2021/02 e 2022/01, entre março de 2022 e março de 2023. O projeto foi submetido e aprovado pela Divisão de Assuntos Acadêmicos (DAA) da Diretoria de Ensino (DEN), vinculada à Pró-reitora de Graduação da UFVJM, contou com a coordenação das professoras Raquel Scalco e Camila Heleno e com a participação de 14 professores e 81 alunos do curso de turismo da UFVJM.

A proposta deste projeto surgiu em função da avaliação dos docentes do curso de que os alunos vêm apresentando dificuldades de leitura, interpretação de texto e escrita, fato este que se agravou com a pandemia da COVID-19. Em 2014, o curso de Turismo já havia adotado estratégia semelhante, trabalhando com o livro *Minha Vida de Menina* (MORLEY, 1998).

O presente projeto de ensino teve como objetivos promover a interdisciplinaridade no curso de Turismo da UFVJM; incentivar a leitura e interpretação de texto entre os discentes do curso de Turismo da UFVJM; incentivar uma postura mais ativa no processo de ensino-aprendizagem nos discentes; e favorecer o processo de ensino aprendizagem.

Para tanto, foram escolhidos dois livros de Ailton Krenak a serem trabalhados durante os semestres letivos de vigência do projeto, sendo eles: “Ideias para Adiar o Fim do Mundo” (KRENAK, 2019) e “A Vida não é Útil” (KRENAK, 2020). Foram realizadas atividades na maior parte das disciplinas ofertadas pelos docentes, assim como momentos de transmissão de *Lives* sobre as obras, socialização e debates com a participação de toda a comunidade acadêmica do curso e atividades avaliativas sobre o desenvolvimento do projeto.

Assim, o presente capítulo pretende fazer uma apresentação sobre os resultados do projeto de ensino de incentivo à leitura, desenvolvido de forma interdisciplinar por docentes e discentes do curso de turismo da UFVJM, sendo detalhadas as atividades realizadas pelos professores envolvidos com o projeto, os resultados obtidos e a avaliação dos docentes e discentes sobre as mesmas. Desta forma, será possível explicitar os desafios da proposta, os avanços e as possibilidades futuras para a continuidade do projeto.

KRENAK, QUESTÕES AMBIENTAIS E TURISMO

Ailton Krenak nasceu em 1953, é natural da região do vale do Rio Doce, do território do povo Krenak, e é uma das lideranças indígenas mais importantes do país, desenvolvendo trabalhos educativos de cunho ambiental, político e cultural. Atuou na Constituinte, na década de 80, defendendo que o texto constitucional garantisse aos grupos indígenas os direitos à terra e à sua identidade cultural. Em 2016, recebeu o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora e, em 2022, foi eleito para compor a Academia Mineira de Letras.

Os dois livros adotados durante o desenvolvimento desse projeto tratam da forma como a humanidade tem se relacionado com a natureza, fazendo um contraponto entre o modo de vida capitalista e o dos povos indígenas. Este modelo de desenvolvimento econômico vem gerando uma crise ambiental e civilizatória sem precedentes, consequência da modernidade da concentração de poder e de riqueza.

O autor relata como o homem moderno se desconectou da natureza e aponta como os povos indígenas se relacionam com os elementos naturais, considerando-os membros de sua própria família, e não como um recurso de valor econômico. O rio Doce, por exemplo, é considerado pelo povo Krenak como seu avô (KRENAK, 2019, p.21), e as montanhas, para eles, têm nome e personalidade (KRENAK, 2019, p.10). Assim, a cultura indígena respeita os elementos da natureza dos quais são altamente dependentes e regem o ritmo de suas vidas por eles, não pelos ditames da economia, do capitalismo e das grandes corporações.

Segundo o autor, estamos em um momento de ajuste de foco no qual temos a oportunidade de decidirmos se queremos ou não a autoextinção ou se faremos uma profunda transformação nas estruturas de poder, nos objetivos prioritários de vida e, principalmente, na forma como esta humanidade “civilizada” tem se relacionado com a natureza (KRENAK, 2020, p.58). Neste sentido, temos muito a apreender com os povos e a cultura indígena, para compreender a Terra como um organismo vivo, do qual fazemos parte, entender suas

demandas e seus limites. O sentimento de pertencimento dos homens brancos em relação à totalidade da vida e ao organismo vivo que é a Terra se perdeu quando passamos a dominar a terra, a água, o fogo e ar, que antes eram vistos como dotados de poderes sobrenaturais, dignos de respeito e admiração, e passaram a ser enxergados como recursos econômicos, fonte ilimitada para exploração e geração de lucros (KRENAK, 2020, p. 56).

Em seu livro “A Vida não é Útil” o autor destaca o momento da pandemia da COVID-19 e do isolamento social como uma oportunidade de transformação da humanidade, para que possamos habitar o planeta de uma outra forma, mais orgânica, respeitosa e integrada. Neste momento, pudemos compreender como a vida é mais importante do que a economia, e olharmos para o que realmente importa. E acrescenta: “Tomara que não voltemos à normalidade, pois se voltarmos é porque não valeu nada a morte de milhões de pessoas. Isso é aceitar o negacionismo e seguir nos devorando” (KRENAK, 2020, p. 91). Infelizmente, parece que a maioria de nós não aprendeu a lição e não compreendeu de fato as consequências da crise sanitária, que também é fruto do modo de vida urbano, industrial e destrutivo que continuamos reproduzindo (KRONER et. al., 2021). Nas palavras do Cacique Seattle (1985): “Somente quando o último peixe estiver nas águas e a última árvore for removida da terra, só então o homem perceberá que ele não é capaz de comer seu dinheiro”.

Para o autor, as soluções para a grande crise ambiental e civilizatória só podem ser pensadas partir de propostas coletivas, mas também individuais, no sentido de que cada um possa atuar positivamente nesse caos e trabalhar para a auto-harmonização. Não podemos ficar esperando que estas soluções venham do governo, do sistema capitalista e das grandes corporações. Precisamos entender que “A Vida não é Útil”, a economia, o dinheiro e o lucro não podem ser as coisas mais importantes. A vida é também fruição, sonhos e experiências, tanto de alegrias, como de dores, de desastres e de silêncio. No entanto, a maior parte da humanidade não enxerga a beleza da vida, pois estão concentrados na sua utilidade, na produção econômica, no seu trabalho e na correria do dia-a-dia.

Muitas questões surgiram a partir da leitura das obras e dos debates travados no âmbito desse projeto de ensino, como a questão do desenvolvimento sustentável, que é visto pelo autor como uma vaidade pessoal, para continuarmos vivendo e consumindo. O termo, sua conceituação e aplicação servem mais para garantir a sobrevivência do modo de produção capitalista, do que para a proteção ambiental. O que precisamos é sair do discurso e de fato proceder a uma mudança de paradigma, mudança no modo de produção, de nos relacionarmos com a natureza, pensarmos em estratégias individuais e coletivas para “adiar o fim do

mundo”, “suspender o céu” e melhorar a qualidade de vida de todos e de cada um dos seres que habitam a Terra, e isso só será possível se entendermos a inutilidade da vida.

Outro aspecto apontado nas discussões sobre as obras refere-se ao papel da universidade e da ciência neste contexto. Ao mesmo tempo em que a ciência permitiu avanços importantes para gerenciar e monitorar impactos ambientais e pensar em soluções para os mesmos, ela também permitiu que o homem dominasse os elementos da natureza e se sentisse superior a eles. O autor destaca que a ciência avançou tanto que as pessoas pensam que não precisam mais morrer, perdemos a capacidade de viver e de morrer dentro do ciclo da vida e da morte que a natureza proporciona, causando aumento populacional e degradação ambiental (KRENAK, 2020, p.62). O autor ainda destaca que a ciência também está sob os ditames do mercado e do capitalismo selvagem e que isso pode ser muito perigoso, já que as soluções são pensadas, acima de tudo, sob o ponto de vista da viabilidade econômica.

Foi discutida, também, a relação do turismo com a crise ambiental que estamos vivendo. O turismo pode ser conceituado como uma atividade econômica do setor terciário, caracterizada pela prestação de serviços a pessoas que estejam fora de sua residência habitual. Compreendido como uma importante atividade econômica, o turismo impõe transformações sobre o espaço onde é desenvolvido e é passível de todas as críticas que foram realizadas sobre o capitalismo. Essa crítica se embasa, sobretudo, pelo domínio do setor pelas grandes corporações e pela geração inúmeros impactos negativos nos locais onde é desenvolvido; fruto dessa civilização que tudo que toca vira mercadoria, principalmente quando se trata do turismo de massa (CRUZ, 2003).

Em contraponto, a atividade pode ser também compreendida como um fenômeno social e, nesse sentido, a relação entre os povos, culturas e etnias pode ser uma importante estratégia de aprendizado e crescimento pessoal, haja vista o turismo de experiência, que vem ganhando força, inclusive em territórios de povos e comunidades tradicionais. Esta pode ser uma grande oportunidade para aprendermos um pouco sobre a cultura e sobre o modo de vida indígena, inclusive para repensarmos as nossas práticas cotidianas. Sobre isso, vale citar a experiência dos alunos do curso de Turismo em visitas a uma aldeia indígena em Araçuaí⁴, com relatos de muitas trocas e aprendizados que os fizeram repensar várias questões

⁴ Durante a vigência do projeto de ensino foram realizadas duas visitas técnicas de discentes do curso de Turismo à Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, em Araçuaí/MG, uma por semestre, 2022/1 e 2022/2. As visitas fazem parte do plano de ensino das disciplinas Antropologia e Turismo, ministrada pela Profa Ana Flávia Figueiredo e História, Cultura e Identidade Nacional, ministrada conjuntamente com o Prof Alan Faber do Nascimento (FIGUEIREDO, 2022).

relacionadas ao consumismo, colonialismo, estruturas de poder, redes sociais e o próprio turismo.

Foi abordada, também, a situação atual das Unidades de Conservação e Terras Indígenas do Brasil, que foram alvo de ataques políticos e abandono do Governo nos últimos anos. Estes territórios estão sendo, cada vez mais, pressionados e devorados pelo avanço do capital visando o desenvolvimento de projetos econômicos (tais como garimpo, mineração, agronegócio, pecuária extensiva, silvicultura, especulação imobiliária, etc.). Ademais, nos últimos anos, os projetos em curso de concessão de uso público em unidades de conservação, vêm atender aos interesses privados do capital, sem o envolvimento e benefício dos povos e comunidades tradicionais e locais existentes nas mesmas (MARTINS FONSECA et. al, 2022).

Na sequência, serão analisadas as atividades desenvolvidas no âmbito desse projeto de ensino, destacando-se a relação intrínseca das temáticas abordadas nas obras com o turismo, em suas diversas abordagens, segmentos e setores.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROJETO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO

Atividades desenvolvidas no semestre letivo 2021/02, sobre o livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”

A partir da submissão da proposta do projeto de ensino ao DAA, pelas coordenadoras, foi discutido com o grupo de professores qual seria o livro mais adequado para este primeiro momento do projeto. Após ampla reflexão o grupo considerou pertinente a adoção do livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak. A escolha se deu considerando principalmente a atualidade do tema que trata da forma como os grupos indígenas se relacionam com os elementos naturais fazendo um contraponto com a relação do homem moderno com a natureza e a crise ambiental e civilizatória atual. Ademais, foram considerados outros aspectos na escolha da obra, como a linguagem acessível, a quantidade de páginas e a possibilidade de realização de trabalhos disciplinares e interdisciplinares no curso.

Na sequência, todos os professores do curso foram convidados a participar das atividades do projeto, sendo que 13 dos 15 professores se envolveram nesse primeiro semestre do projeto, por acreditarem na proposta e por reconhecerem a necessidade premente de se ofertar oportunidades de leitura literária para os discentes do curso. A partir daí, surgiram várias ideias para trabalhos interdisciplinares abordando a temática do livro, tais como adotar a estratégia de trabalhos integrados por período do curso ou por dias da semana em que as

disciplinas seriam ofertadas. Em ambos os casos, as propostas esbarraram na dificuldade de operacionalização, sendo que, neste primeiro momento, optou-se por uma proposta mais conservadora, com atividades desenvolvidas em cada disciplina e com dois momentos coletivos, para socialização e debate sobre a obra adotada.

Assim, cada professor envolvido com a proposta teve autonomia para desenvolver suas atividades nas disciplinas que ministram, sendo desenvolvidas atividades em 19 das 33 disciplinas ofertadas no semestre letivo 2021/02, o que significa que, em aproximadamente 58% das disciplinas ofertadas, o livro foi adotado como estratégia de ensino, aprendizagem e atividades avaliativas. Segue, abaixo, um quadro com as disciplinas e atividades desenvolvidas sobre a temática no semestre letivo 2021/02.

Quadro 1: Disciplinas e atividades desenvolvidas sobre o livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, no semestre letivo 2021/02 no curso de Turismo da UFVJM.

Disciplina	Atividades desenvolvidas
Antropologia e Turismo	Articulação dos conteúdos próprios da disciplina com reflexões trazidas pelo livro. Visita à Aldeia “Cinta Vermelha Jundiba”, em Araçuaí/MG, com conversas com lideranças indígenas acerca da narrativa do autor.
Fundamentos da Extensão Universitária	Elaboração de perguntas que contextualizassem o tema da obra com conteúdos da disciplina, para que os discentes apresentassem suas percepções e aprendizagens.
Geografia do Turismo	Debate sobre o livro em sala de aula, integrando as discussões com o texto "A Carta do Cacique Seattle".
Gestão Financeira	Resenha crítica do livro, conectando a disciplina e o turismo com as ideias desenvolvidas no livro.
Gestão de Meios de Hospedagem	Resenha crítica do livro conectando a disciplina e o turismo com as ideias desenvolvidas no livro.
História, Cultura e Identidade Nacional	Articulação dos conteúdos próprios da disciplina com reflexões trazidas pelo livro.
Introdução à Administração	Resenha crítica do livro conectando a disciplina, o turismo com as ideias desenvolvidas no livro.
Introdução à Estatística	Reflexão sobre o livro para escolha do tema de pesquisa: consumo consciente de água. Debate e realização de pesquisa sobre consumo de água (construção de questões, banco de dados, análises estatísticas das respostas e confecção de relatório de pesquisa).
Legislação Aplicada ao Turismo	Resenha do livro, apontando os pontos abordados no livro que possuem relação com temas trabalhados na disciplina, tais como direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, normas legais relativas às Unidades de Conservação, direitos dos povos e comunidades tradicionais, entre outros.
Marketing de Destinos e Produtos	Elaboração e apresentação de um plano de marketing para Diamantina, com estratégias e objetivos alinhados com a mensagem transmitida pelo livro.
Meio Ambiente e Turismo	Elaboração de perguntas que contextualizam o tema da obra com a disciplina para os discentes apresentarem suas percepções e aprendizagens.
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo	Leitura, análise e discussão de textos estabelecendo relações dialógicas com o livro.
Planejamento Territorial e Urbano	Discussão sobre questões relacionadas à sustentabilidade das atividades urbanas e as diferentes formas de enxergar o meio natural, enaltecendo a diferenças entre as formas dos povos originários das formas da cultura ocidental capitalista. Reflexões sobre o encontro coletivo e as discussões levantadas.
Políticas Públicas e Turismo	Discussão sobre as políticas ambientais de preservação do meio ambiente e a criação de reservas indígenas. Reflexões sobre a exploração do ambiente para fins

	comerciais e a valorização dos elementos naturais pelos povos originários.
Teoria Geral do Turismo	Atividade escrita com a finalidade de relacionar os temas das palestras à teoria do turismo.
Transportes Turísticos	Fórum de discussão sobre o tema “Impactos socioambientais dos transportes turísticos”, com base na leitura e discussão do livro.
Tópicos Emergentes em Turismo	Discussão de temas relacionados com o livro e como os mesmos se aplicam na prática no setor de turismo, tais como: sustentabilidade, economia colaborativa, economia circular, dentre outros.
Turismo Internacional	Leitura, análise e discussão de textos e vídeos estabelecendo relações dialógicas com o livro.
Viagens e Outras Viagens	Elaboração de perguntas que contextualizassem o tema da obra com conteúdos da disciplina para que os discentes apresentassem suas percepções e aprendizagens.

Fonte: Adaptado do questionário aplicado com os docentes do curso de Turismo, 2023.

Além dessas atividades disciplinares, houve um momento de encontro entre os docentes e discentes do curso para a discussão da obra. O evento ocorreu no dia 24/06/2022, no espaço *Ágora*, do Centro de Humanidades da FIH, onde houve a transmissão de uma *live* sobre o livro, veiculada pelo canal *OperaMundi* do *Youtube*⁵. Após a transmissão houve um momento de debate e reflexão abordando as temáticas do livro e da transmissão *online*. Este evento foi realizado no âmbito de um projeto de extensão denominado “Ciclo de debates do Curso de Turismo da UFVJM: construção de conhecimento, divulgação científica e estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade externa” e contou com a presença de 35 estudantes e 10 professores do curso de Turismo.

Figuras 1 e 2: Cartaz e foto do evento ocorrido no dia 24/06/2022.



Fonte: acervo do projeto, 2022.

Estava prevista mais uma atividade coletiva no semestre letivo em tela, que não ocorreu por incompatibilidade de agenda entre os docentes, devido ao acúmulo de tarefas de fim de período e dificuldades com o calendário acadêmico de reposição por conta da pandemia.

⁵ https://m.youtube.com/watch?v=RTe_HmiELNk&t=3803s&pp=2AHbHZACAQ%3D%3D

Houve também, ao final do semestre, uma avaliação do grupo em Assembleia Docente e Colegiado do Curso, sendo que o coletivo entendeu que, nesse primeiro semestre, o projeto atingiu seus objetivos, avançando nas propostas de atividades integradas e interdisciplinares e que seria interessante continuar o trabalho no próximo semestre, com um segundo livro do Krenak, “A Vida não é Útil”.

Atividades desenvolvidas no semestre letivo 2022/01, sobre o livro “A Vida não é Útil”

No semestre letivo 2022/01 foi adotado o livro “A Vida não é Útil”, de Ailton Krenak, sendo que os docentes se reuniram para definir as estratégias a serem adotadas para os trabalhos e atividades do projeto. Ficou acordado que seriam realizados dois momentos de atividades coletivas, além das atividades pedagógicas e avaliativas de cada disciplina.

Mais uma vez, os 14 professores envolvidos com a proposta tiveram autonomia para desenvolver suas atividades nas disciplinas em que atuam, sendo desenvolvidas atividades em 27 das 35 disciplinas ofertadas no semestre letivo 2022/01, o que significa que aproximadamente 77% das disciplinas ofertadas adotou o livro como estratégia de ensino aprendizagem e/ou em atividades avaliativas. Segue abaixo um quadro com as disciplinas e atividades desenvolvidas sobre a temática no semestre letivo 2022/01.

Quadro 2: Disciplinas e atividades desenvolvidas sobre o livro “A Vida não é Útil”, no semestre letivo 2022/01.

Disciplina	Atividades desenvolvidas
Administração Financeira	Resenha crítica do livro conectando a disciplina e o turismo com as ideias desenvolvidas no livro.
Antropologia e Turismo	Articulação dos conteúdos próprios da disciplina com reflexões trazidas pelo livro. Visitas à “Aldeia Cinta Vermelha Jundiba”, em Araçuaí, com conversar com lideranças indígenas acerca da narrativa do autor.
Economia do Turismo	Apresentação do documentário “Turismo de Valor” e realização de debate sobre convergências e divergências entre o livro e o documentário. Elaboração de um texto sobre estratégias dos profissionais do Turismo para minimizar os impactos negativos da atividade turística, considerando as reflexões trazidas pelo livro.
Estudos do Lazer	Trabalho em grupos apresentando as ideias presentes no livro para fazer uma discussão sobre a incorporação do lazer na Carta Federal de 1988, com destaque para a fala do próprio Ailton Krenak, à época, sobre os direitos dos povos indígenas e do Programa Esporte e Lazer na Cidade, em comunidades indígenas do Mato Grosso.
Fundamentos de Filosofia e Sociologia	A partir da palestra de uma jornalista convidada sobre matéria publicada na National Geographic, intitulada “Geleiras andinas estão derretendo, remodelando rituais indígenas centenários”, abordou-se a resistência dos povos originários ao utilitarismo, especialmente a partir do capítulo “A Vida não é Útil”.
Fundamentos de Finanças	Apresentação do documentário “Turismo de Valor” e realização de debate sobre convergências e divergências entre o livro e o documentário. Elaboração de um texto sobre estratégias dos profissionais do Turismo para minimizar os impactos negativos da atividade turística, considerando as reflexões trazidas pelo livro.
Gastronomia	Relatório da participação nas atividades coletivas do projeto de ensino.
Geografia do	Elaboração de resenha sobre o livro, relacionando-o com temas trabalhados na

Turismo	disciplina e apontando os principais aspectos discutidos nos encontros coletivos.
Gestão de Agências de Turismo	Fórum de discussão sobre o tema "Agência de turismo e desenvolvimento sustentável do turismo", com base na leitura e discussão do livro.
Gestão de Meios de Hospedagem	Resenha crítica do livro conectando a disciplina e o turismo com as ideias desenvolvidas no livro.
Gestão de Serviços	Apresentação do documentário "Turismo de Valor" e realização de debate sobre convergências e divergências entre o livro e o documentário. Elaboração de um texto sobre estratégias dos profissionais do Turismo para minimizar os impactos negativos da atividade turística, considerando as reflexões trazidas pelo livro.
História, Cultura e Identidade Nacional	A atividade realizada junto com a turma da disciplina de Antropologia do Turismo e compreendeu a visita a uma aldeia indígena em Araçuaí. Elementos do livro puderam então ser debatidos em campo. Dessa atividade, resultou também ideia da dinâmica da "Árvore dos Sonhos".
Introdução à Administração	Resenha crítica do livro conectando a disciplina e o turismo com as ideias desenvolvidas no livro.
Introdução à Estatística	Reflexão sobre o livro para escolha do tema de pesquisa: Empatia. Realização de pesquisa sobre empatia (construção de questões, banco de dados, análises estatísticas das respostas e confecção de relatório de pesquisa).
Legislação Aplicada ao Turismo	Elaboração de resenha sobre o livro, relacionando-o com temas trabalhados na disciplina (direitos constitucionais, unidades de conservação, patrimônio, direito dos povos e comunidades tradicionais) e apontando os principais temas discutidos nos encontros coletivos do projeto.
Leitura e Produção de Texto	Trabalho em grupo apresentando de um capítulo do livro, explorando diferentes formas de intertextualidade (relacionando o livro com outros textos, música, poemas, filmes, documentários). Elaboração de uma resenha sobre o livro.
Marketing de Destino	Elaboração e apresentação de um plano de marketing para Diamantina, com estratégias e alinhados com a mensagem transmitida no livro "A Vida não é Útil".
Meio Ambiente e Turismo	Elaboração de perguntas que contextualizam o livro com conteúdos da disciplina, apresentando suas percepções e aprendizagens.
Planej. e Organização do Turismo	Leitura, análise e discussão de textos estabelecendo relações dialógicas com o livro.
Planejamento Territorial e Urbano	Discussão sobre questões relacionadas à sustentabilidade das atividades urbanas e as diferentes formas de enxergar o meio natural, enaltecendo a diferenças entre as formas dos povos originários das formas da cultura ocidental capitalista. Reflexões sobre a sessão coletiva do documentário e as discussões levantadas.
Projetos Turísticos	Fórum de discussão sobre o tema "Interdisciplinaridade e projetos turísticos", com base na leitura e discussão do livro.
Promoção e Tecnologias da Informação e Comunicação	Trabalho de elaboração de um funil de vendas para operadora de passeios <i>off-road</i> de Diamantina/MG, considerando todas as estratégias de marketing de conteúdo e as ferramentas de marketing digital a serem utilizadas, associando a campanha de marketing digital às ideias do livro sobre relação do homem com a natureza.
Psicologia do Turismo	Elaboração de resenha sobre o livro, relacionando-o com a temática da inclusão.
Teoria Geral do Turismo	Relatório da participação nas atividades coletivas do projeto de ensino.
Transportes Turísticos	Fórum de discussão sobre o tema "Impactos socioambientais dos transportes turísticos", com base na leitura e discussão do livro.
Turismo Internacional	Leitura, análise e discussão de textos e vídeos estabelecendo relações dialógicas com o livro.
Viagens e Outras Viagens	Elaboração de perguntas que contextualizassem o tema da obra com conteúdos da disciplina, para que os discentes apresentassem suas percepções e aprendizagens.

Fonte: Adaptado do questionário aplicado com os docentes do curso de Turismo, 2023.

Além das atividades desenvolvidas no âmbito de cada disciplina, houve dois encontros coletivos de docentes e discentes do curso, onde foram realizadas atividades

relacionadas ao livro “A Vida não é Útil”. O primeiro evento ocorreu no dia 21/11/2022, no auditório do Centro de Humanidades da FIH, com a transmissão da *live* de lançamento do livro, veiculada pelo canal da Editora Companhia das Letras no *Youtube*⁶, seguida de discussões sobre as principais temáticas abordadas no livro e na transmissão *online*. Este encontro foi realizado dentro da programação da Semana de Integração do Curso de Turismo, que ocorre no começo de cada período letivo. Estiveram presentes neste momento coletivo 53 discentes e 13 docentes. O encontro gerou reflexões acerca da cosmovisão e da ideia de que fazer apenas nossa parte não é o suficiente; da chegada ao ponto de inflexão nas questões ambientais e da transformação da humanidade; da redução da empatia e da coisificação do homem; de que é preciso compreender o processo de colonialidade e ancestralidade para pensar em modelos próprios; de que estamos caminhando, ainda que lentamente, no sentido da conscientização; de ações que estão sendo realizadas; e, sobre o nosso futuro.

Figuras 3 e 4: Cartaz e foto do evento ocorrido no dia 21/11/2022.



Fonte: acervo do projeto, 2022.

O segundo encontro do semestre e evento de encerramento dessa edição do projeto ocorreu no dia 25/01/2023, no hall do Núcleo de Estudos em Turismo, e contou com a participação de 59 discentes e 10 docentes. Na ocasião, os docentes e discentes compartilharam as atividades que foram desenvolvidas em cada disciplina e os resultados alcançados com o projeto. Foi um momento de rica troca entre docentes e discentes e de reconhecimento dos avanços do projeto, considerando as atividades realizadas e sua diversidade, além dos desafios existentes para avançar no sentido do alcance pleno da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=TW8XN2UPSOk>

Figuras 5 e 6: Cartaz e foto do evento ocorrido no dia 25/01/2023



Fonte: acervo do projeto, 2023.

Na sequência, foi desenvolvida a dinâmica da “Árvore dos Sonhos”, que é uma metodologia participativa utilizada para levantar expectativas, sonhos e desafios para atingir determinado objetivo. Na ocasião, foi montado um painel com as partes de uma árvore (copa, tronco e raiz) e cada um dos presentes foi convidado a colar uma imagem (previamente solicitada) no painel que os remetesse a uma passagem do livro, ou ao livro como um todo, e comentassem sobre a escolha. A distribuição das imagens entre as partes da árvore se deu de forma que aquelas que representavam os sonhos, os objetivos e os lugares onde queremos chegar foram coladas na copa, como exemplos apareceram imagens de indígenas vivendo bem, de suas manifestações culturais e da floresta preservada. Já no tronco foram colocadas imagens que representam o caminho, o plano de ação e os desafios para se atingir tais objetivos (estes últimos marcados como parasitas que impedem a sua execução). Surgiram, nesta parte, imagens de manifestações contra a devastação ambiental, aquelas remetendo à metáfora de “comer dinheiro”, a crise no território Yanomami, lixo e degradação. Na raiz foram colocadas as imagens que representam os insumos, aquilo que possuímos para se atingir os sonhos e objetivos, tais como imagens do Krenak na Constituinte, Lula subindo a rampa na cerimônia de posse com representantes da diversidade do povo brasileiro, natureza, florestas e imagens remetendo à empatia, conscientização, educação e luta pelos direitos humanos.

Este momento representou o ápice do projeto, contando com grande envolvimento de todo o curso, e permitindo perceber, com imagens, a riqueza dos conteúdos abordados no livro e a sua relação com o turismo e com a vida de cada um de nós. A foto do painel gerado com a dinâmica da “Árvore dos Sonhos” está representada na Figura 7 e ilustra um pouco da

essência deste momento, da diversidade de olhares e da possibilidade de que as reflexões trazidas pelo livro e pela dinâmica continuem ressonando entre os docentes e discentes, já que o painel permanecerá enfeitando o Núcleo de Estudos em Turismo por mais algum tempo.

Figura 7: Foto do painel da dinâmica da “Árvore dos Sonhos”, realizada no dia 25/01/2023.



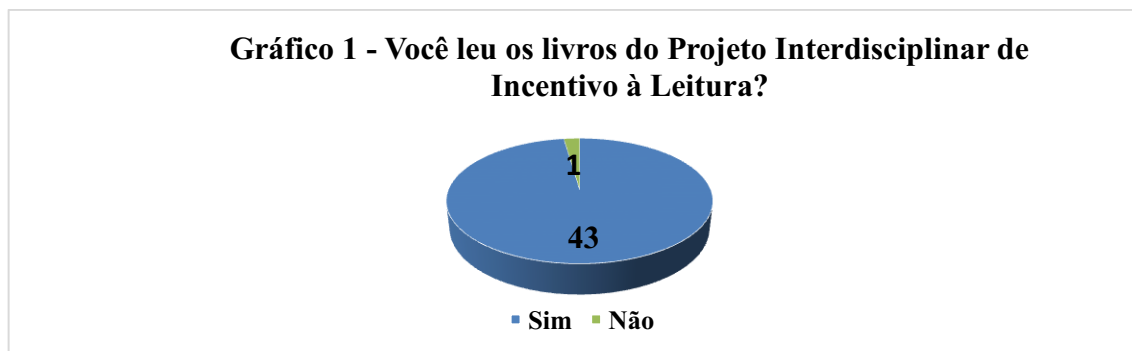
Fonte: Acervo do projeto, 2023.

Ao final destas atividades foi realizada uma avaliação do projeto de ensino, com os presentes, por meio da aplicação de questionários, sendo apresentadas as análises a seguir.

AVALIAÇÃO DO PROJETO DE ENSINO: DISCENTES E DOCENTES

Ao término do projeto, foi realizada uma avaliação final do mesmo junto a discentes e docentes do curso de Turismo da UFVJM. A avaliação discente foi realizada por meio de um questionário impresso com seis questões, distribuído no dia do evento de encerramento dessa edição, após um ano de desenvolvimento do projeto.

Inicialmente, foi questionado sobre a leitura do livro, visto que um dos objetivos principais do projeto é justamente incentivar a leitura.



Fonte: Formulário de avaliação discente do Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura, 2023.

De acordo com os resultados, praticamente todos os presentes leram os livros propostos, demonstrando que esse objetivo foi alcançado. No entanto, cabe a reflexão sobre a representatividade desse resultado, visto que apenas cerca da metade dos discentes do curso responderam à avaliação. No dia, havia 60 discentes presentes, o que significa que parte importante dos discentes não compareceu ao evento, cerca de 40%. A baixa adesão discente tem sido percebida em outros eventos do curso e é alvo de reflexões constantes entre docentes e em momentos conjuntos entre docentes e discentes.

Foi questionado, também, qual a opinião dos discentes acerca do Projeto como um todo. A avaliação dessa e das duas próximas questões foi feita com uma escala Likert de três pontos (Bom, Razoável ou Ruim), representada como a seguir:

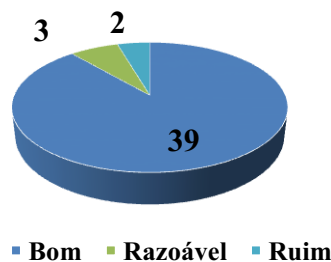
Figura 8: Escala Linkert utilizada para assinalar a opinião dos alunos no questionário.



Fonte: elaboração pelas autoras

Observa-se que a avaliação dos discentes presentes foi bastante favorável ao projeto, com 88,6% de avaliação positiva do mesmo e apenas 4,5% de avaliações negativas. Segue a avaliação discente do projeto no Gráfico 2.

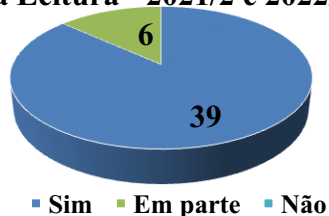
Gráfico 2 - Avaliação discente do projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura - 2021/2 e 2022/1



Fonte: Formulário de avaliação discente do Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura, 2023.

Quando questionados sobre a promoção da interdisciplinaridade pelo projeto, ainda que os discentes reconheçam que esse processo ocorreu, como demonstrado no Gráfico 3, cabe ressaltar que a estratégia adotada foi da realização de atividades desenvolvidas individualmente em cada disciplina e momentos de encontro. Ainda que algumas disciplinas, no segundo semestre do projeto, tenham conseguido aproveitar parte ou o todo das avaliações para as disciplinas, é preciso reconhecer que há muito o que avançar no caminho de trabalhar a interdisciplinaridade no âmbito da realização de projetos de ensino e no curso.

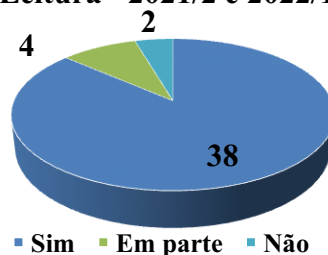
Gráfico 3 - Avaliação discente da promoção da interdisciplinaridade do Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura - 2021/2 e 2022/1



Fonte: Formulário de avaliação discente do Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura, 2023.

Na sequência, foi questionado acerca do favorecimento do processo de ensino-aprendizagem. Na avaliação discente, o projeto favoreceu o processo de ensino-aprendizagem, alcançando um de seus objetivos principais, como demonstrado no Gráfico 4. Ainda assim, houve discentes que questionaram esse favorecimento, demonstrando que há espaço para se aprimorar nesse quesito em alguma(s) disciplina(s) e/ou atividades.

Gráfico 4 - Avaliação discente do favorecimento do processo de ensino-aprendizagem com o Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura - 2021/2 e 2022/1



Fonte: Formulário de avaliação discente do Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura, 2023.

Em uma questão aberta, foi questionado acerca de sugestões de livros a serem trabalhados nos próximos semestres. O fato de 13 livros distintos terem sido sugeridos pelos discentes, além de temas e assuntos diversos demonstra seu interesse pela leitura, sua postura ativa e envolvimento com a proposta e reforça a relevância da continuidade do projeto.

Por fim, outras sugestões, críticas e elogios foram apurados. Entre as sugestões surgiu a consideração do formato do livro e a realização de dinâmicas, como “evitar livros online - continuar a apostar nas dinâmicas”; sobre a organização do cronograma, como “deixar o debate com data mais próxima (...)”; e trabalhar mais a integração e a relação entre discentes do curso, com a realização de “dinâmicas para auxiliar a empatia e a união das pessoas do curso, abordar mais o respeito e a forma de pensar de cada um, o acolhimento (...)”. As críticas se voltaram para a escolha do livro, seja pela repetição do autor nos dois semestres do projeto ou pelo distanciamento do livro do turismo, como “não fazer mais sobre o Krenak (...)” e “Livro que não faz muito sentido no contexto do turismo”. Já os elogios giraram em torno da iniciativa e da aprendizagem propiciada pelo desenvolvimento do projeto, que podem ser evidenciados na nuvem de palavras apresentada na Figura 8:

Figura 8 – Nuvem de palavras com elogios dos discentes ao Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura



Fonte: Formulário de avaliação discente do projeto, 2023.

A avaliação docente, por sua vez, foi realizada com formulário *online*. Além de questões relacionadas às atividades desenvolvidas por cada docente em suas respectivas disciplinas nos semestres letivos de desenvolvimento do projeto, os professores foram convidados a avaliar os pontos fortes e fracos do projeto, a possibilidade de continuidade do mesmo e sugestões de livros para o próximo semestre, além de comentar críticas e elogios sobre o projeto. Todos os 14 docentes envolvidos responderam o formulário e assinalaram afirmativamente acerca da continuidade do projeto.

Os pontos fortes elencados pelos docentes dizem, de maneira geral, da interdisciplinaridade, do incentivo à leitura, das reflexões, do pensamento crítico suscitados pela leitura do livro e da integração inter e intra docentes e discentes do curso. Seguem alguns exemplos de relatos sobre estes aspectos que apareceram nas avaliações realizadas pelos docentes: “Interdisciplinaridade, comunicação de conteúdo programático entre unidades curriculares e uso da literatura como ferramenta de explicação da realidade social, em combinação com a ciência”; “O projeto incentivou a leitura de um livro que traz importantes reflexões que suscitam discussões acerca de temas atuais como multiculturalidade, interdisciplinaridade, diversidade cultural, impactos socioambientais dos setores produtivos, relacionamento intercultural, entre outros”; “Acredito que o projeto cumpriu sua função: fazer com que os alunos lessem e refletissem acerca de algo; ampliar sua visão de mundo, para além do conteudismo que a sala de aula impõe; nos provocar para sairmos do nosso lugar de conforto, na articulação plano de ensino/situações da atualidade”; “Penso que há uma

avaliações apontando desafios do ponto de vista operacional, como “Dificuldade de conciliar datas no calendário acadêmico”; e de integração entre docentes, como “Maior integração entre os docentes. Acredita-se que o caráter coletivo da proposta acaba por ocorrer mesmo nos encontros gerais, quando isso poderia ser trabalhado ao longo do semestre (...)” e “Ausência de alguns professores nos encontros coletivos do projeto”. Uma nuvem de palavras com os pontos fracos elencados pelos docentes está apresentada na Figura 10.

Figura 10 – Pontos fracos do Projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura, apontados pelos docentes.



Fonte: Formulário de avaliação docente do projeto, 2023.

Os docentes também apresentaram sugestões para as futuras edições do projeto quanto ao formato das avaliações, como “criar também uma comissão entre os alunos a pensar sobre projetos finais coletivos relacionados à obra - exposições, mini documentários, vídeo, cartas aos autores”; quanto a operacionalização, como “Trazer pessoas ligadas aos conteúdos da obra para alimentar os debates”; e em relação a outras ações como construção de um “clube de leitura” e que os livros sejam sugeridos pelos discentes (levantamento que já foi realizado na avaliação discente).

Houve, também, proposta de 13 livros diferentes a serem adotados em edições futuras do projeto, sendo que dois deles se repetiram duas vezes. As propostas tratam tanto de obras relacionados à realidade brasileira, como diversidade, turismo, viagens, entre outros.

Os elogios apurados, em resumo, parabenizavam a coordenação do projeto pela escolha de livro e pela condução dos trabalhos, assim como os docentes envolvidos.

De modo geral, os docentes e discentes que participaram deste projeto de ensino consideraram que sua realização foi de grande importância para todos os envolvidos, propondo discussões relevantes para o futuro profissional da área de turismo. Além disso, as avaliações demonstraram pontos positivos favoráveis à continuidade de projetos (tanto por

discentes como por docentes) e apontaram desafios a serem trabalhados em edições futuras, bem como no dia a dia do curso de Turismo. As avaliações demonstram que os objetivos do projeto foram atingidos, favorecendo a interdisciplinaridade no curso de turismo e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de incentivar a leitura e interpretação de texto entre os discentes do curso. Ademais, o projeto foi bem avaliado e terá continuidade no próximo ano, com vários livros já propostos por discentes e docentes para serem adotados em ações futuras desta natureza.

RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PROJETO

Esse projeto foi fruto de mobilização dos docentes do curso de Turismo a partir da percepção no cotidiano de trabalho acerca das dificuldades de interpretação de textos e de escrita demonstradas pelos discentes. Essa percepção está em consonância com a insatisfação geral docente acerca do pouco hábito de leitura dos estudantes universitários, considerada uma questão tanto sociopolítica quanto cultural (TOURINHO, 2011). Nesse sentido, ainda que não seja uma solução (e muito menos definitiva), e sim uma tentativa (processual), o projeto interdisciplinar ora apresentado teve como principal resultado o incentivo à leitura entre os discentes do curso de Turismo.

Segundo Paulo Freire, “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (1981, p.20). Como os livros tiveram diferentes abordagens e espaços de debate e reflexão durante os semestres, os discentes tiveram diversas oportunidades de se colocarem, apresentarem seus mundos e seus contextos para a compreensão aprofundada dos livros escolhidos. Desse modo, outro resultado relevante deste projeto está na maior apropriação do espaço do NETUR (palco do encontro de encerramento e painel da “árvore dos sonhos”), parte de seu mundo acadêmico atual e nas reflexões e discussões suscitadas acerca de temas importantes para a formação acadêmica e cidadã dos futuros turismólogos, como sustentabilidade, crise ambiental e diversidade cultural.

Adite-se a esses, o crescimento da participação de docentes e da adesão à proposta como estratégia de ensino de disciplinas (passando de 58% para 77% entre os semestres) e o aumento gradativo do público presente nos encontros coletivos (de 45 para 66, e depois 69 participantes) que demonstra um resultado significativo em termos do potencial agregador da iniciativa. Além disso, outros resultados podem ser citados como a mobilização dos discentes em torno das diferentes ações e estratégias de abordagem praticadas pelas diversas disciplinas

ao longo dos semestres letivos; as reflexões acerca das muitas questões suscitadas pela temática, ainda que certa apatia tenha sido percebida; a participação em momentos e espaços coletivos de trocas entre e intra discentes e docentes; e, a proposição de novos livros por parte dos discentes para versões futuras, todos resultados do favorecimento de uma postura mais ativa no processo de ensino-aprendizagem, incluindo discentes e docentes (e suas relações interpessoais) nessa seara.

Em relação à interdisciplinaridade, para Dencker (2002), a superação da fragmentação das disciplinas que compõem as grades curriculares dos cursos de Turismo passa pela prática pedagógica interdisciplinar. Segundo Gama, Mascarenhas e Moraes, na interdisciplinaridade “há um esforço de inter-relação dos conceitos expostos pelas diferentes disciplinas até construir um novo corpo teórico a partir das contribuições de cada campo de estudos em particular” (2010, p.6). Nesse sentido, evidenciamos a busca pela interdisciplinaridade na realização das ações do projeto, e nos deparamos com desafios para implementação da proposta. Um dos maiores destes pode ser evidenciado no processo, visto que a realização das atividades foi prioritariamente desenvolvida individualmente em cada disciplina, o que, a princípio, poderia reforçar fragmentações. No entanto, segundo Marinho, dos Santos e Ferreira “a interdisciplinaridade pressupõe jogo dialético entre unidade e multiplicidade” (2019, p.385). Se considerarmos o avanço nas estratégias entre os semestres, incluindo a adoção de avaliação integrada, e o todo do projeto, em especial, as discussões suscitadas nos momentos coletivos, é possível constatar avanços no sentido de construção de pensamentos complexos que reúnem saberes de diferentes fontes. Ainda assim, reconhecemos que há um longo caminho a ser percorrido para a implementação da interdisciplinaridade no curso, mas que as ações realizadas configuraram um passo dado pelo grupo de docentes que abraçaram a proposta a ser replicado e expandido em versões futuras e em outras propostas.

Por fim, trataremos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como resultado alcançado pelo projeto. Segundo Tauchen e Fávero (2011), enquanto o ensino é incumbido de proporcionar o conhecimento profissional e cultural socialmente válido, a pesquisa foi incluída como atividade universitária para abarcar as demandas da sociedade por desenvolvimento de novos conhecimentos científicos e tecnológicos. A extensão, por sua vez, se constitui como atividade que tem o papel de ampliar a relação entre universidade e sociedade e fortalecer seu compromisso social.

Segundo a noção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão prevista no artigo 207, da Constituição Federal Brasileira, que aponta que “As universidades (...)

obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207º), implica na complementaridade e retroalimentação entre os três pilares. Posto isso, a realização do projeto implicou no uso de estratégias diversas, buscando essa indissociabilidade, incluindo, além do próprio ensino (pilar onde o projeto se encontra prioritariamente inserido), o desenvolvimento de pesquisas (tanto bibliográficas quanto empíricas e adotando as múltiplas linguagens, com diferentes técnicas de análise de dados e produtos) e atividades de extensão (como as visitas técnicas à aldeia, construção de funil de vendas, apresentação do projeto em eventos científicos e em projetos de extensão do curso). Nesse sentido, seguiu a compreensão de Tauchen e Fávero de que a indissociabilidade “demanda o desenvolvimento e ampliação das percepções dos sujeitos, construindo relações, interações, interconexões, processos e sistemas abertos, produzindo conhecimentos a partir *do* e inseridos *no* contexto social” (2011, p. 417).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Interdisciplinar de Incentivo à Leitura cumpriu seus objetivos de promover a interdisciplinaridade no curso de Turismo da UFVJM; incentivar a leitura e interpretação de texto entre os discentes do curso de Turismo da UFVJM; incentivar uma postura mais ativa no processo de ensino-aprendizagem nos discentes; e favorecer o processo de ensino aprendizagem no curso.

Para tanto, foram realizadas atividades em 46 disciplinas ministradas nos semestres letivos 2021/02 e 2022/01, contando com a participação de 14 docentes, constituindo o projeto de ensino com maior adesão de docentes no curso, até o momento, e envolvendo todos os discentes do curso de turismo. Foram realizados três encontros coletivos, promovendo ricos momentos de trocas e debates entre discentes e docentes, culminando, ainda, no registro da ação com a escrita conjunta desse capítulo.

Recomendamos a continuidade do projeto interdisciplinar de incentivo à leitura e da proposição de outras ações de natureza similar, no sentido de avançar na interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na superação dos desafios que se impõem às mesmas; de seguir incentivando a leitura e promovendo espaços de reflexão e integração; e favorecendo o processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, avaliamos como estratégias positivas aquelas que promovam maior participação discente, em todas as etapas do processo, começando pela escolha do livro a ser trabalhado, que ampliem a apropriação do espaço do NETUR, que se busque maior interdisciplinaridade e

construção coletiva, além de maior integração e diálogo entre docentes, em todas as etapas, e o rodízio na coordenação do projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.

CACIQUE SEATTLE. **Carta do Cacique Seattle ao Presidente dos Estados Unidos Francis Pierce**. 1985. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/seattle1.htm>, Acesso em: 02/03/2023.

CRUZ, Rita de Cássia. **Introdução a Geografia do Turismo**. São Paulo: ROCA, 2ª ed. 2003

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa e interdisciplinaridade no Ensino Superior: Uma experiência no Curso de Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

FIGUEIREDO, Ana Flávia Andrade. **Relatório de viagem: disciplinas de Antropologia e Turismo e História, Cultura e Identidade Nacional**. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2022.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus/AM. 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51 ed. São Paulo: Cortez Editora.

GAMA, Gheysa Lemes Gonçalves; MASCARENHAS, Marcelo Augusto; MORAES, Bianca de França Tempone Felga de. Interdisciplinaridade e Turismo: um Estudo sobre a Experiência da Disciplina de Trabalho de Análise Interdisciplinar. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 2010. UCS

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. 1. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A Vida não é Útil**. 1. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRONER, Rachel Golden et. al. COVID-Era Policies And Economic Recovery Plans: are governments building back better for protected and conserved areas? In. **Parks**. Vol 27 (Special Issue) March 2021, p.135-148.

[MARINHO, Marcela Ferreira](#); DOS SANTOS, Marcia Maria Cappellano; FERREIRA, Luciane Todeschini. Produção de conhecimento em Turismo, Ensino Superior e Interdisciplinaridade na base de dados Scopus. **Turismo em Análise**, v. 30, p. 367-390, 2019.

MARTINS FONSECA, Virginia; SCALCO, Raquel Faria, ARAÚJO, Diego de Macedo. Iniciativa extensionista em tempos pandemônicos à natureza: para além das concessões, por outras modalidades de parcerias em áreas protegidas. In. **Raízes e Rumos**. Rio de Janeiro, v.10 n.1, p. 30-52, jan.-jun., 2022, p.30-52.

MORLEY, Helena. **Minha Vida de Menina**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Boaventura. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 4 ed., 2006.

TAUCHEN, G.; FÁVORO, A. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 403-419, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v17i33.3818> Acesso em: 22 set. 2022.

TOURINHO, Cleber. Refletindo sobre a dificuldade de leitura em alunos do ensino superior: “deficiência” ou simples falta de hábito? **Revista Lugares de Educação**, v. 1, n. 2, p. 325-346, jul.-dez. 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>>

UFVJM. CONSEPE. **Política de Extensão**: anexo da Resolução n°. 06 - CONSEPE. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFMG. Diamantina, 2009.

AVALIAÇÕES EXTERNAS DO CURSO DE TURISMO DA UFVJM: AUTOCONHECIMENTO PARA A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE

Valéria Rodrigues Neves

Procuradora Educacional Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

valeria.rodrigues@ufvjm.edu.br

Virginia Martins Fonseca

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

virginia.martins@ufvjm.edu.br

Ana Flávia Andrade de Figueiredo

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ana.figueiredo@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) tem, como algumas de suas finalidades, a melhoria da qualidade da educação superior, o aumento permanente da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social e a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior (BRASIL, 2004).

Sendo assim, pode-se afirmar que a avaliação dos cursos de graduação integrante deste sistema é um instrumento muito importante para que a gestão⁷ busque o aperfeiçoamento, a partir do momento em que passa a conhecer as suas limitações e os seus potenciais como oportunidade de adquirir ciência dos seus compromissos. Segundo Silva *et al* (2019), mensurar tais aspectos:

[...] permite que a instituição avalie se o desempenho do trabalho está inferior, igual ou superior aos parâmetros de avaliação definidos. Quando o resultado está aquém do esperado devem-se investigar as causas do baixo desempenho, bem como medidas corretivas para inverter este quadro negativo. Caso o trabalho realizado atenda aos padrões definidos, deve-se primar pela continuidade deste status. E nas ocasiões em que a performance atingida conseguir ser superior aos indicadores estabelecidos, deve-se reconhecer e premiar os profissionais responsáveis por este resultado pelo excelente desempenho apresentado, o que denota a excelência do trabalho desenvolvido. (SILVA *et al*, 2019, p. 8).

⁷ Por gestão de curso, neste estudo, foram consideradas as ações que se desdobraram a partir dos debates realizados no âmbito das assembleias docentes, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso.

Nesta ótica, o objetivo deste trabalho é apresentar os principais resultados obtidos pelo curso de Turismo da UFVJM, diante da avaliação externa promovida pelo Sinaes, a fim de que a gestão do curso e da instituição possa fazer uma autorreflexão em busca da excelência na oferta do ensino e da melhoria dos seus indicadores, garantindo uma formação superior de qualidade conforme os objetivos do sistema de avaliação em vigor.

Cabe destacar que o Sinaes instituiu a avaliação interna e a externa como parte do processo. A avaliação interna, que não será alvo deste estudo, é realizada pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA) de cada instituição de ensino superior (IES).

Por sua vez, a avaliação externa, é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), e tem como mecanismos, as visitas de avaliação *in loco* em processos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos (conforme o caso e a necessidade) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Dentro desse contexto, neste capítulo será iniciada a análise e colocado em evidência os resultados obtidos pelo curso de Turismo da UFVJM, nas últimas avaliações externas preparadas pelo Inep. No próximo capítulo, será dada a continuidade na discussão dos demais resultados. Ou seja, serão apresentados os dados relacionados ao perfil e à percepção dos estudantes sobre as condições do processo formativo.

Antes de dar início à exposição e análise, cabe registrar que este estudo foi pensado a partir da transmissão ao vivo realizada em outubro de 2022, no Canal Turismo Consciência do Youtube⁸, o qual teve como principal motivação compartilhar esclarecimentos acerca da importância do Enade para os discentes da UFVJM, como atividade integradora do Projeto de Extensão: Ciclo de debates do Curso de Turismo: construção do conhecimento e estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade externa, com registro na PROEXC sob o nº 202203000032.

RESULTADOS OBTIDOS NAS VISITAS DE AVALIAÇÃO *IN LOCO*

As visitas de avaliação *in loco*, realizadas por comissão de examinadores externos designados pelo Inep/MEC, como regra geral, são realizadas em processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores. No entanto, como a UFVJM é uma instituição pública federal e o curso de Turismo fica na sede da instituição, foi

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyRGhEvguwy>

dispensada da visita *in loco* de autorização, pois pôde criar o curso sem a necessidade de ato autorizativo do MEC em conformidade com o Inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura às universidades, além de outras, as atribuições de "criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior [...]" (BRASIL, 1996, s.p., *grifo nosso*).

Sendo assim, o curso de Turismo recebeu a primeira visita de avaliação *in loco* para fins de reconhecimento do curso. O processo foi inserido no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, ou Sistema e-MEC, após o início de funcionamento do curso, em conformidade as normas vigentes à época, e a visita ocorreu no período de 24/10/2010 a 27/10/2010 consoante o relatório disponibilizado pelos avaliadores (MEC, 2010).

No período da visita à UFVJM, o instrumento de avaliação vigente, que norteava os avaliadores na atribuição de conceitos (Tabela 1), era o de 2008 e contava com três dimensões, a saber: “Organização Didático-Pedagógica” (12 indicadores); “Corpo Docente” (13 indicadores); e “Instalações Físicas” (10 indicadores) (MEC, 2008).

Pode-se inferir, a partir dos instrumentos de avaliação de cursos (MEC, 2020), que a obtenção do indicador 1 retrata uma condição inexistente, o conceito 2 é insatisfatório, o atingimento do conceito 3 é suficiente, o alcance do conceito 4 é muito bom e a conquista do conceito 5 indica excelência no atingimento dos objetivos propostos pelo curso. Sendo assim, será chamada a atenção para aqueles indicadores em que o curso recebeu conceitos de 1 a 3, pois esses evidenciam maior necessidade de melhoria e enfrentamento pela administração do curso e da instituição.

Na Dimensão 1 “Organização Didático-Pedagógica”, para o indicador “1.1 - Implementação das políticas institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no âmbito do curso”, a comissão avaliadora atribuiu o conceito 1 e justificou a nota com a seguinte frase: “O PDI encontra-se em elaboração por parte da IES, por este motivo não existe articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como as políticas institucionais, pois o instrumento ainda inexistente”. (MEC, 2010).

Conforme preceitua o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o PDI é o instrumento em que as metas da IES em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento são traçados (BRASIL, 2017). Por meio dele, espera-se que os cursos incluam as suas demandas por melhorias a fim de orientar a gestão superior na aplicação dos recursos. Assim, faz-se necessário que cada curso envide esforços para a inclusão das suas

demandas, comprovando a necessidade para o seu aprimoramento e a articulação entre a gestão superior e a gestão do curso. Como não havia PDI vigente no momento da visita, a comissão atribuiu corretamente a nota 1 a esse indicador do curso conforme demonstrado na Tabela 1, resultado que pesou negativamente no conceito final da dimensão.

Tabela 1 – Resultados obtidos pelo Bacharelado em Turismo na primeira visita de avaliação *in loco* realizada pelo Inep visando o reconhecimento do curso em 2010

RESULTADO DA AVALIAÇÃO EM 2010	
DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA	NOTA
1.1. Implementação das políticas institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, no âmbito do curso	1
1.2. Auto avaliação do curso	2
1.3. Atuação do coordenador do curso	4
1.4. Objetivos do curso (imprescindível)	4
1.5. Perfil do egresso	4
1.6. Número de vagas	5
1.7. Conteúdos curriculares (imprescindível)	4
1.8. Metodologia	3
1.9. Atendimento ao discente	4
1.10. Estímulo a atividades acadêmicas	4
1.11. Estágio supervisionado e prática profissional	4
1.12. Atividades complementares	4
NOTA DA DIMENSÃO	4
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE	NOTA
2.1. Composição do NDE Núcleo Docente Estruturante	2
2.2. Titulação e formação acadêmica do NDE	2
2.3. Regime de trabalho do NDE	5
2.4. Titulação e formação do coordenador do curso	2
2.5. Regime de trabalho do coordenador do curso	5
2.6. Composição e funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	4
2.7. Titulação do corpo docente (imprescindível)	3
2.8. Regime de trabalho do corpo docente (imprescindível)	5
2.9. Tempo de experiência de magistério superior ou experiência do corpo docente	5
2.10. Número de vagas anuais autorizadas por “docente equivalente a tempo integral”	5
2.11. Alunos por turma em disciplina teórica	5
2.12. Número médio de disciplinas por docente	3
2.13. Pesquisa e produção científica	5
NOTA DA DIMENSÃO	4
DIMENSÃO 3: INSTALAÇÃO FÍSICA	NOTA
3.1. Sala de professores e sala de reuniões	5
3.2. Gabinetes de trabalho para professores	5
3.3. Salas de aula	3
3.4. Acesso dos alunos aos equipamentos de informática	4
3.5. Registros acadêmicos	3
3.6. Livros da bibliografia básica (imprescindível)	3
3.7. Livros da bibliografia complementar	3
3.8. Periódicos especializados, indexados e correntes	1
3.9. Laboratórios especializados (imprescindível)	1
3.10. Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados	3
NOTA DA DIMENSÃO	3
RESULTADO FINAL	4

Fonte: MEC (2010, s.p.), adaptado pelas autoras.

Na mesma dimensão, o indicador “1.2 - Autoavaliação do curso” recebeu conceito 2 com a seguinte justificativa:

Os mecanismos de autoavaliação funcionam insuficientemente e não foram implementadas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação (A CPA só efetuou o diagnóstico de infraestrutura da IES) e pela avaliação externa (ENADE e outros). (MEC, 2010, s.p.).

A avaliação interna, de responsabilidade da CPA, é de suma importância para a instituição, pois inclui a participação de toda a comunidade acadêmica e da comunidade externa no processo avaliativo, agregando outras visões a respeito da instituição e dos cursos. Tal participação possibilita uma gestão ainda mais eficiente e participativa, pois além de contribuir com as dimensões obrigatórias instituídas pelo Sinaes, permite que a instituição busque informações para atender as suas demandas e características particulares em função da sua inserção local e social. Portanto, como a CPA não cumpriu com as dimensões que são obrigatórias, a comissão atribuiu o conceito insuficiente ao indicador em comento.

Por sua vez, o indicador “1.8 – Metodologia” obteve o resultado 3; pois, de acordo com o ponto de vista da comissão avaliadora, “a metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades do curso está [apenas] suficientemente comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos” (MEC, 2010, s.p.). Nesse sentido, todo o corpo docente envolvido com o curso precisava de dedicar esforços adicionais para que esse comprometimento caminhasse rumo a excelência.

Na Dimensão 2 “Corpo Docente”, os indicadores “2.1 Composição do NDE Núcleo Docente Estruturante” e “2.2 - Titulação e formação acadêmica do NDE” receberam o conceito insuficiente (nota 2). Por serem indicadores correlacionados, a justificativa dada pela comissão avaliadora foi pelo fato de que o NDE do curso não tinha a coordenadora na sua composição, bem como havia resolução interna da IES que não permitia a inclusão de especialistas no NDE, de modo que apenas cinco professores faziam parte, o correspondente a 33% dos docentes que atuavam no curso à época, destacando-se que destes docentes, apenas um possuía título de doutor e os demais possuíam mestrado (MEC, 2010).

Ainda que, na ocasião, a coordenadora do curso participava do NDE como membro nato, posto que uma das suas atribuições é zelar pelo cumprimento e pela consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), não compunha a portaria de designação do núcleo de forma oficial, uma vez que, na época, era especialista e existia normativa interna impossibilitando a sua participação. Esse impedimento acarretou ônus na avaliação deste quesito. Ademais, o instrumento de avaliação vigente no período da visita considerava como

critério de excelência que, no mínimo, 60% dos docentes do NDE possuíssem o título de doutor (MEC, 2008). Desse modo, considera-se que a nota atribuída pelos avaliadores foi adequada e estimulante do aumento das competências individuais para a melhoria da qualidade do curso.

Logo, o indicador “2.4 - Titulação e formação do coordenador do curso” recebeu a mesma nota do item mencionado anteriormente; pois, de acordo com os examinadores externos, a coordenadora do curso era graduada em Turismo com pós-graduação *lato sensu* em Educação Ambiental e Recursos Hídricos. (MEC, 2010).

O indicador “2.7 - Titulação do corpo docente (indicador de destaque)”, imprescindível de acordo com parâmetros de avaliação adotados pelo Inep, recebeu o conceito 3, registrando-se que “em relação a titulação, 13,3% (2) possuem doutorado, 73,4% (11) tem pós-graduação *stricto sensu* e 13,3% (2) pós-graduação *lato sensu*.”. (MEC, 2010, s.p.).

Novamente, nota-se que a nota atribuída pelos avaliadores nos indicadores 2.4 e 2.7 é considerada adequada e estimulante do aumento das competências individuais para a melhoria da qualidade, havendo necessidade do curso e da instituição elaborar estratégias e estimular os docentes a buscar titulação mais elevada de qualificação profissional. Diante desse cenário, o corpo docente de Turismo, desde então, foi obtendo a necessária qualificação doutoral. Atualmente, dos 15 docentes permanentes, apenas dois estão em processo de doutoramento, posto que os demais já possuem título de doutor, havendo alguns com pós-doutoramento, inclusive.

O indicador “2.12 - Número médio de disciplinas por docente”, no que lhe diz respeito, também recebeu a nota 3, pois “a média de disciplinas por docente é de no máximo 03” (MEC, 2010, s.p.). De acordo com o instrumento utilizado pelos avaliadores no período, o ideal era que a média de disciplinas por docentes por semestre fosse menor que duas (MEC, 2008). Portanto, fica evidente que, neste período, havia uma sobrecarga de trabalho por parte dos docentes que, de acordo com esses parâmetros, impactava na excelência da oferta do curso.

Por seu turno, na Dimensão 3 “Instalações Físicas” o indicador “3.5 - Registros acadêmicos” recebeu o conceito 3. A comissão registrou que “os registros acadêmicos eram informatizados, através do Programa SIGA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica) que permite matrícula *on line*, acesso a pesquisa do CPA e outros mais” (MEC, 2010, s.p.). No entanto, para alcançar o conceito de excelência (nota 5), não ficou evidenciado que os processos de registros acadêmicos informatizados tinham garantia de atualização,

confiabilidade, eficiência e acesso pelos docentes e discentes conforme instrumento avaliativo norteador da comissão na ocasião (MEC, 2008).

Continuando a tratar sobre a dimensão 3, o Indicador “3.6 - Livros da bibliografia básica (indicador de destaque)” recebeu a nota 3 e os examinadores registraram o seguinte:

A biblioteca possui os títulos indicados nas bibliografias básicas e complementares atendendo as quantidades exigidas. Utiliza a base de dados PHL que permite aos usuários da Biblioteca a realização de consultas nos 10 computadores disponíveis no espaço, bem como através do site da IES. (MEC, 2010, s.p.).

O ideal para o indicador supramencionado, naquele momento, era de que o acervo de no mínimo 3 bibliografias fosse na proporção de um exemplar para até 6 alunos para cada turma, estando tombado junto ao patrimônio da instituição. Portanto, foi identificada (adequadamente) mais uma necessidade de melhoria para o atingimento de maior grau de superioridade na qualidade do curso, já que este também é um indicador imprescindível.

Relacionado ao anterior, o Indicador “3.7 - Livros da bibliografia complementar” também recebeu a mesma nota, pois a comissão identificou que as bibliografias básicas e complementares, em algumas disciplinas, apresentavam obras desatualizadas, não atendendo adequadamente às indicações bibliográficas (INEP, 2010).

O indicador “3.8 - Periódicos especializados, indexados e correntes” recebeu nota 1 (inexistente). Os examinadores do Inep registraram que “até o momento não há assinatura de periódicos na área de Turismo, sendo apenas disponibilizado o link de acesso ao portal de periódicos da Capes na página da IES e alguns títulos na versão impressa que foram doados a biblioteca” (MEC, 2010, s.p.). Tal qual o aperfeiçoamento acadêmico em que os docentes buscaram com o passar dos anos, também foi atualizada, de forma substancial, a aquisição de referências bibliográficas bem como a assinatura de periódicos que contribuem para uma formação de mais qualidade dos discentes do curso de Turismo.

Já o indicador “3.9 - Laboratórios especializados” (indicador de destaque) ficou com conceito 3, já que não ficou demonstrado que atendia de forma excelente as demandas do curso de acordo com a seguinte justificativa:

Atualmente o Curso conta com o Núcleo de Estudos Turísticos onde funcionam, também, os laboratórios de lazer, eventos, planejamento turístico e sala de multimídias e reuniões. Vale destacar que todos estes laboratórios estão em um único espaço sem distinção. Os laboratórios de meios de hospedagem e alimentos e bebidas tem suas atividades práticas no núcleo e, segundo a coordenadora, as atividades práticas são realizadas em outros espaços através de parcerias com empreendimentos da cidade. Já o Laboratório de Antropologia encontra-se desativado em função do afastamento de sua responsável para cursar o doutorado. (MEC, 2010, s.p.).

Relacionado ao anterior, o indicador “3.10 - Infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados” recebeu a mesma nota, pois não foi observado que os laboratórios específicos atendiam de forma satisfatória a demanda do curso, havendo necessidade de mais empenho para o melhor funcionamento desses espaços.

Finalmente, destaca-se que as Dimensões 1 e 2, respectivamente, “Organização Didático-Pedagógica” e “Corpo Docente” ficaram com conceito 4 e a Dimensão 3 “Instalação Física” com resultado 3, sendo esta última, portanto, a mais frágil das três. No entanto, não deve ser ignorado o cenário de expansão física pelo qual a UFVJM passava na ocasião, diante da construção de diversos prédios no Campus JK (o que contribuiu sobremaneira para a reestruturação da universidade) ainda com apenas 5 anos de existência.

Como pontuação final, o curso ficou com conceito 4 (muito bom). Isso porque os demais indicadores, que não foram objeto de discussão, não apresentaram maiores fragilidades. A partir da finalização desse processo no Sistema e-MEC, o curso obteve a Portaria MEC nº 216, de 28 de março de 2014, com o reconhecimento do curso.

Com a vigência do PPC de 2012, o curso de Turismo, antes vinculado ao Bacharelado em Humanidades, como formação de primeiro ciclo (UFVJM, 2012), voltou a ser um curso independente. Com isso, houve o entendimento, em função da mudança da matriz curricular, de que essa reconfiguração o caracterizava como um novo curso. Foi então protocolado um novo pedido de reconhecimento de curso no Sistema e-MEC. O curso passou, então, por nova visita de avaliação *in loco* no período de 09/06/2013 a 12/06/2013 conforme o relatório disponibilizado pelos avaliadores do Inep (MEC, 2013, s.p.), via Sistema e-MEC, e que se encontra publicado no portal institucional.

No período da nova visita, havia um novo instrumento de avaliação vigente para nortear os avaliadores na atribuição dos conceitos, publicado em 2012, que também contava com três dimensões. A Dimensão 1 “Organização Didático-Pedagógica” continha 22 indicadores [10 a mais que o anterior], a Dimensão 2 “Corpo Docente e Tutorial” continha 20 indicadores [7 a mais que o anterior] e, por seu turno, a Dimensão 3 “Infraestrutura” era composta por 21 indicadores [11 a mais que o anterior] (MEC, 2012).

Entretanto, nem todos os indicadores foram aplicados à avaliação do curso de Turismo da UFVJM, porque alguns deles foram incluídos especificamente para cursos de educação a distância, para cursos na área da saúde, dentre outras situações específicas não aplicáveis ao curso. Diante disso, na Tabela 2 com os resultados da avaliação apresentados,

constam os indicadores que foram utilizados na avaliação do curso e, novamente, serão tecidos comentários exclusivamente àqueles indicadores que receberam conceito entre 1 e 3.

Tabela 2: Resultados obtidos pelo Bacharelado em Turismo na segunda visita de avaliação *in loco* realizada pelo Inep visando o reconhecimento do curso em 2013

RESULTADO DA AVALIAÇÃO EM 2013	
DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA	NOTA
1.1. Contexto educacional	3
1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso	3
1.3. Objetivos do curso	3
1.4. Perfil profissional do egresso	3
1.5. Estrutura curricular (Considerar como critério de análise também a pesquisa e a extensão, caso estejam contempladas no PPC)	5
1.6. Conteúdos curriculares	2
1.7. Metodologia	3
1.8. Estágio curricular supervisionado	4
1.9. Atividades complementares	4
1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC)	4
1.11. Apoio ao discente	4
1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	3
1.14. Tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem	3
1.17. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	4
1.18. Número de vagas	5
NOTA DA DIMENSÃO	3,5
DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	NOTA
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE	3
2.2. Atuação do (a) coordenador (a)	3
2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)	2
2.5. Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso	5
2.7. Titulação do corpo docente do curso	5
2.8. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	4
2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso	5
2.10. Experiência profissional do corpo docente	4
2.12. Experiência de magistério superior do corpo docente	5
2.14. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	4
2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	5
NOTA DA DIMENSÃO	4,1
DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	NOTA
3.1. Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral - TI	5
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	5
3.4. Salas de aula	4
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	3
3.6. Bibliografia básica	4
3.7. Bibliografia complementar	4
3.8. Periódicos especializados	3
NOTA DA DIMENSÃO	4
RESULTADO FINAL	4

Fonte: MEC (2013, s.p.), adaptado pelas autoras.

Primeiramente, cabe destacar que a comissão avaliadora designada para esta segunda avaliação não foi a mesma que participou do primeiro processo e que não foram

apresentadas justificativas individuais para as notas atribuídas a cada indicador conforme ocorreu na primeira avaliação. Foram feitas apenas considerações gerais a respeito de cada dimensão conforme consta no relatório de avaliação (MEC, 2013).

Na Dimensão 1 “Organização Didático-Pedagógica”, os indicadores “1.1. Contexto educacional” e “1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso” receberam o conceito 3. Isso significa, respectivamente, de acordo com o instrumento de avaliação utilizado (MEC, 2012, s.p.) que “o PPC contempla, de maneira suficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social” e “as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira suficiente, no âmbito do curso”. Ou seja, precisavam de avanços para atingir o conceito de excelência. Ressalta-se que o indicador 1.1 não existia na primeira avaliação e que o conceito obtido naquela ocasião para o indicador 1.2 foi de 1 (inexistente). Houve, portanto, evolução com relação às políticas institucionais no âmbito do curso.

Os indicadores “1.3. Objetivos do curso” e “1.4. Perfil profissional do egresso” também ficaram com nota 3. De acordo com o instrumento norteador, isso quer dizer, respectivamente, que “os objetivos do curso apresentam suficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional” e o perfil profissional do egresso “expressa, de maneira suficiente, as competências do egresso” (MEC, 2012, s.p.). Nestes casos, também há margem para atuação rumo ao ideal de qualidade segundo os parâmetros preestabelecidos. Acrescente-se que, na primeira avaliação, a nota oferecida a ambos os indicadores foi de 4 (muito bom). Houve involução dos indicadores com a vigência do novo PPC.

O indicador “1.6. Conteúdos curriculares” recebeu nota 2 (insuficiente). Neste caso, conforme considerações gerais do relatório de avaliação:

Os conteúdos curriculares buscam uma formação generalista e com base na interdisciplinariedade, proposta realizada através do BHU, contudo, na prática não evidenciou-se êxito na proposta, especificamente para o caso do Curso de Turismo e, um novo PPC já foi elaborado e implementado em 2012/1. (MEC, 2013, s.p.).

De acordo com o instrumento de avaliação, esse conceito deve ser atribuído quando os conteúdos curriculares possibilitam, de modo insuficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso a partir de uma perspectiva sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias e adequação da bibliografia (MEC, 2012). Cabe ressaltar que, na primeira avaliação, a nota para esse mesmo indicador foi de 4 (muito bom). Nota-se também um regresso após a desvinculação do BHU.

Os indicadores “1.7. Metodologia”, “1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso” e “1.14. Tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem” ficaram com conceito 3. De modo recíproco, isso significa que “as atividades pedagógicas apresentam suficiente coerência com a metodologia prevista/implantada”, que “as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira suficiente”, e que “as tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira suficiente, o projeto pedagógico do curso” (MEC, 2012). Destaca-se, em comparação com a primeira avaliação, que o conceito do indicador 1.7 se manteve, o conceito do indicador 1.12 subiu de 2 para 3, enquanto o indicador 1.14 não existia.

Na Dimensão 2 “Corpo Docente e Tutorial”, os indicadores “2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)” e “2.2. Atuação do(a) coordenador(a)” receberam nota 3. O que significa respectivamente que “a atuação do NDE previsto/implantado é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC” e que “a atuação do(a) coordenador(a) é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores” (MEC, 2012, s.p.). Ou seja, permanece espaço para uma atuação de excelência, ainda que seja destacado que o indicador 2.1 foi modificado em relação ao instrumento da primeira avaliação, antes era desmembrado em dois indicadores relacionados à titulação e composição do NDE, tendo o conceito neste novo formato sido elevado de 2 para 3. O mesmo desmembramento ocorreu com o indicador 2.2. Porém, neste caso, considerando a média anterior, o resultado foi diminuído de 3,5 para 3.

Já o indicador “2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)”, que não existia no antigo instrumento avaliativo, recebeu conceito 2 (insuficiente). Isso quer dizer, de acordo com o instrumento avaliativo (MEC, 2012), que “o(a) coordenador(a) possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 1 ano e menor que 4 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior” enquanto o ideal era que possuísse “experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior”.

Por sua vez, na Dimensão 3 “Infraestrutura”, os indicadores “3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática” e “3.8. Periódicos especializados” receberam conceito 3. Isso significa, respectivamente, que “os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, [apenas] de maneira suficiente” (considerando a quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade da internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico) e que “há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos” (MEC, 2018). A nota no indicador 3.5 caiu de 4 para 3 em relação a primeira avaliação e a nota do indicador 3.8 subiu de 1 para 3.

Ao fazer um comparativo dos resultados obtidos na primeira e na segunda avaliação por dimensão, observa-se que na Dimensão 1o conceito caiu de 4 para 3,5; na Dimensão 2 o conceito sobe de 4 para 4,1 e na Dimensão 3 o conceito sobe de 3 para 4. A partir do somatório das dimensões, nota-se que o resultado da segunda avaliação foi mais favorável ao curso, subindo de 11 para 11,6. Porém, a média final manteve o conceito do curso com nota 4 (muito bom). Observa-se, portanto, que avanços foram conquistados e há probabilidade de que tenha sido a partir do *feedback* oferecido na primeira avaliação, já que este mecanismo do Sinaes visa justamente oferecer o autoconhecimento e promover a melhoria da qualidade dos cursos.

Quando esse outro processo de reconhecimento foi finalizado no Sistema e-MEC, foi emitida a Portaria MEC nº 245, de 16 de abril de 2014, com o reconhecimento do curso. Esta portaria foi validada oficialmente como a do reconhecimento do curso porque, posteriormente, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) extinguiu o curso que vigorava sob o código anterior, entendendo se tratar de uma duplicidade, pois a mudança de matriz curricular não caracteriza um novo curso. Foi mantido, então, apenas o curso sob o código nº 100899 ativo no Sistema e-MEC, com a orientação de que todos os alunos fossem atrelados ao código retromencionado (SILVA, 2014).

Após a obtenção desse reconhecimento, o curso não recebeu, até o momento, mais nenhuma visita de avaliação *in loco* do Inep. Isso porque o curso tem participado regularmente do Enade e obtido resultado satisfatório nos indicadores que são calculados. Sendo assim, obtém renovação do reconhecimento de forma simplificada (com dispensa de visita) em conformidade com as práticas adotadas pelo MEC ao longo dos anos, como se nota

nos critérios utilizados na Nota Técnica nº 1.188 - DIREG/SERES (MEC, 2014). Sendo assim, serão abordados, na sequência, os resultados da avaliação do Curso de Turismo em conformidade com o mecanismo do Enade.

RESULTADOS OBTIDOS NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

O Conceito Enade é uma variável que também assume valores de 1 a 5, resultante da nota dos estudantes concluintes dos cursos participantes do exame. A avaliação conta com conteúdo de formação geral e específica, sendo 25% o peso da Formação Geral e 75% o peso do Componente Específico nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 5/2020/CGCQES/DAES. É importante destacar que, a partir do desempenho dos estudantes, também é possível avaliar a qualidade dos cursos de graduação em relação a outros cursos país e essas medidas também oferecem parâmetros em busca da melhoria contínua da qualidade.

Aplicado junto ao Enade, merece destaque o Questionário do Estudante, pois ele também oferece, a partir da opinião dos estudantes, a oportunidade dos cursos e da instituição conhecer melhor as suas forças e fraquezas. No entanto, como são dois instrumentos distintos que compõem o Enade, os resultados obtidos pelo curso de Bacharelado em Turismo também serão abordados de maneira distinta, uma vez que cada um desses instrumentos revela aspectos diferentes do processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, a primeira parte será apresentada neste capítulo e a segunda parte no capítulo subsequente.

O CONCEITO ENADE

Sendo uma avaliação trienal, o curso de Turismo participou do Enade nos anos de 2009, 2012, 2015, 2018 e 2022. No entanto, no ano de 2009 ficou sem conceito (SC), em conformidade com a Nota Técnica - Cálculo do Enade (MEC, 2009), porque nenhum discente concluinte foi inscrito. Os resultados do Enade 2022, até o fechamento desta publicação, ainda não foram divulgados. Sendo assim, apresenta-se, na Tabela 3, os resultados obtidos naqueles anos em que o curso teve conceito divulgado pelo Inep, ou seja, até julho de 2023.

Observa-se que, no ano de 2015, o número de participantes foi maior e isso pode ter tido influência na diminuição do conceito do curso de 4 para 3, uma vez que nem todos os estudantes podem ter sido adequadamente sensibilizados da importância do exame. Além disso, nas duas primeiras edições, os estudantes tiveram melhor desempenho nos conteúdos de formação geral do que nos de formação específica. Ainda assim, a média de avaliação do

curso permaneceu com conceito 4 (muito bom), tal qual o resultado observado nas visitas de avaliação *in loco* do Inep que foi apresentado anteriormente.

Tabela 3 – Conceitos Enade 2012, 2015 e 2018

Aspecto / Edição	2012	2015	2018
Nº de estudantes inscritos	24	46	38
Nº de Estudantes Participantes	21	44	31
Nota Bruta do Curso – Formação Geral	51,64	56,33	49,23
Nota Padronizada do Curso – Formação Geral	3,45	2,77	2,55
Nota Bruta do Curso – Componente Específico	47,59	52,39	53,97
Nota Padronizada do Curso – Componente Específico	3,48	2,26	3,45
Conceito Enade (Contínuo)	3,47	2,39	3,22
Conceito Enade (Faixa)	4	3	4

Fonte: Adaptado pelas autoras.

Considerando as notas técnicas de cálculo de cada edição (MEC, 2020) e os conceitos atribuídos a cada curso participante, pode-se extrair a posição do curso em relação aos demais cursos do país a partir do Conceito Enade Contínuo. Sem distinção de modalidade, tem-se que: 1) na edição de 2012 o curso de Turismo da UFVJM ficou na 25ª posição entre os 169 cursos avaliados e com conceito, 2) em 2015, por sua vez, na 59ª entre os 134 cursos avaliados e com conceito, 3) em 2018, por fim, na 28ª posição em relação aos 91 cursos participantes e com conceito atribuído pelo Inep.

O posicionamento do curso em relação aos demais cursos do país serve como um parâmetro a respeito do desempenho do curso e é relevante para a adoção de estratégias de melhor colocação. De acordo com o Manual do Enade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a coordenação do curso deve: 1) estimular alunos e professores a participar de atividades formativas sobre o Enade, sejam elas, minicursos, palestras ou seminários; 2) propor aos docentes a inserção de questões de prova do Enade ao longo do curso; 3) realizar atividades preparatórias sobre o Enade, como exemplo, simulados; 4) utilizar os resultados do Enade para promover adequações no PPC dos cursos, dentre outras (UFRB, 2021).

Além disso, sugere-se que os docentes dos cursos participem das chamadas públicas do Inep para elaborar e revisar questões do Banco Nacional de Itens (BNI). Esse banco oferece insumos para diversas avaliações e exames que são aplicados pelo Inep,

incluindo o Enade, com o objetivo de realizar inferências sobre o processo educacional em desenvolvimento. Trata-se da manutenção de um banco de itens que oferece subsídios para a construção dos testes e questionários em que educadores e pesquisadores da educação brasileira são chamados a colaborar nessa construção e participam de capacitações, oficinas de elaboração e revisão, além de painéis de revisão de itens (INEP, 2020).

Após o exame, o Inep também divulga o Relatório de Curso em seu portal (INEP, 2023). A partir de cada relatório, é possível observar o desempenho dos estudantes nos conteúdos de formação geral e específica em relação aos demais cursos do Brasil. Apesar de não ter tido concluintes inscritos no ano de 2009 e o curso ter ficado sem conceito na ocasião, foi divulgado o resultado obtido pelos ingressantes participantes (Tabela 4).

Tabela 4: Desempenho dos ingressantes participantes do Enade 2009 comparados com o resultado nacional

		UFVJM		Brasil	
		Ingressantes	Concluintes	Ingressantes	Concluintes
Resultado Geral	Média	50,6	-	48,8	54,7
	Erro-padrão da Média	3,0	-	0,2	0,2
	Desvio Padrão	10,0	-	16,5	16,5
	Mínimo	37,0	-	0	0
	Mediana	47,8	-	49,5	56,1
	Máximo	66,4	-	93,8	94,0
Formação Geral	Média	49,3	-	42,8	45,0
	Erro-padrão da Média	4,8	-	0,3	0,2
	Desvio Padrão	15,9	-	20,7	21,1
	Mínimo	17,1	-	0	0
	Mediana	51,2	-	42,8	42,8
	Máximo	74,2	-	100,0	100,0
Componente Específico	Média	51,1	-	50,9	57,9
	Erro-padrão da Média	3,6	-	0,3	0,2
	Desvio Padrão	11,9	-	18,0	17,7
	Mínimo	32,2	-	0	0
	Mediana	52,4	-	52,2	60,4
	Máximo	68,6	-	95,0	97,6

Fonte: MEC/INEP/DAES – ENADE 2009.

Destaca-se que, na época, os ingressantes ainda faziam a prova, ao contrário do que ocorre na atualidade. Observa-se também que a média dos ingressantes de 2009 foi superior à média do Brasil, tanto no resultado geral quanto nos conteúdos de formação geral e específica.

Em 2012 o curso de Turismo obteve o seu primeiro Conceito Enade (nota 4). O desempenho revela, conforme Tabela 5, que a média dos estudantes participantes do exame

também foi superior à média do Brasil. No Resultado Geral, a média do curso de Turismo da UFVJM foi de 48,6 enquanto a média nacional foi de 42,1, nos conteúdos de Formação Geral a média do Curso de Turismo da UFVJM foi de 51,6 e a média nacional de 44,2 e no Componente Específico a média do Curso de Turismo da UFVJM foi de 47,6 enquanto a média nacional foi de 41,3.

Tabela 5: Desempenho dos alunos participantes do Enade 2012 comparados com o resultado nacional

Enade		Instituição	Brasil
Tamanho da população		24	7148
Número de presentes		21	5215
Resultado Geral	Média	48,6	42,1
	Erro-padrão da Média	2,5	0,2
	Desvio Padrão	11,5	13,0
	Mediana	48,9	42,5
	Mínimo	27,2	0
	Máximo	66,0	80,7
	Coefficiente de Assimetria	-0,3	-0,1
Formação Geral	Média	51,6	44,2
	Erro-padrão da Média	3,0	0,2
	Desvio Padrão	13,8	15,8
	Mediana	51,0	45,0
	Mínimo	23,0	0
	Máximo	71,0	93,0
	Coefficiente de Assimetria	-0,7	-0,2
Componente Específico	Média	47,6	41,3
	Erro-padrão da Média	2,8	0,2
	Desvio Padrão	12,7	14,4
	Mediana	49,2	41,0
	Mínimo	19,7	0
	Máximo	69,7	85,0
	Coefficiente de Assimetria	-0,4	0

Fonte: MEC/INEP/DAES – ENADE 2012.

Os resultados obtidos em 2015 (Tabela 6), quando o curso de Turismo da UFVJM obteve conceito 3 no Enade, revelam um Resultado Geral inferior à média nacional, assim como em Minas Gerais (MG) e na Grande Região, bem como na categoria administrativa pública e no tipo de organização acadêmica. Destaca-se que o conteúdo de Formação Geral foi superior à média nacional, enquanto o conteúdo de Formação Específica foi inferior. No entanto, é sabido que a Formação Específica tem um peso de 75%, o que impactou negativamente o resultado geral.

Por sua vez, no ano de 2018, quando o curso obteve Conceito Enade 4, a média nacional foi superior tanto no Resultado Geral quanto no Componente Específico. Na

Formação Geral teve um resultado inferior à média nacional de apenas dois décimos. No Resultado Geral, pode-se observar também que a média é inferior na região de MG e na Grande Região, sendo superior na categoria administrativa e na organização acadêmica (Tabela 7).

Tabela 6: Desempenho dos concluintes participantes do Enade 2015 comparados com o resultado por categoria administrativa, por região e com o resultado nacional

Enade		UFVJM	MG	Grande Região	Cat. Acad.	Org. Acad.	Brasil
Tamanho da população		46	287	2196	2125	3228	4573
Número de presentes		44	242	1772	1733	2639	3460
Resultado Geral	Média	53,4	59,2	54,5	55,9	55,1	53,6
	Erro-padrão da Média	2,2	1,0	0,4	0,4	0,3	0,3
	Desvio Padrão	14,5	15,5	15,1	14,6	14,5	14,8
	Mediana	54,7	61,2	55,2	56,8	55,8	54,2
	Mínimo	17,9	17,9	7,3	0	0	0
	Máximo	80,1	93,1	93,1	93,1	93,1	93,1
	Coefficiente de Assimetria	-0,3	-0,5	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2
Formação Geral	Média	56,3	58,8	56,0	56,7	55,9	54,9
	Erro-padrão da Média	2,0	1,1	0,4	0,4	0,3	0,3
	Desvio Padrão	13,3	16,7	15,7	15,8	15,6	15,6
	Mediana	56,8	61,2	56,7	57,0	56,4	55,4
	Mínimo	30,0	7,5	0	0	0	0
	Máximo	79,7	93,8	95,4	96,8	96,8	96,8
	Coefficiente de Assimetria	-0,3	-0,6	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3
Componente Específico	Média	52,4	59,4	53,9	55,6	54,8	53,1
	Erro-padrão da Média	2,5	1,1	0,4	0,4	0,3	0,3
	Desvio Padrão	16,5	17,3	16,9	16,4	16,3	16,6
	Mediana	54,5	60,9	55,0	56,8	55,8	54,3
	Mínimo	13,5	9,0	2,7	0	0	0
	Máximo	81,7	98,5	98,5	98,5	98,5	98,5
	Coefficiente de Assimetria	-0,2	-0,6	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3

Fonte: MEC/INEP/DAES – ENADE 2015.

De forma geral, nota-se que o desempenho do curso está dentro de uma média apropriada e competitiva, sendo muitas vezes até superior à média nacional. Entretanto, sempre é necessário buscar a melhoria contínua da qualidade, a partir da investigação dos componentes curriculares que os estudantes têm tido mais dificuldade na prova, adotando as bibliografias que são utilizadas na elaboração das questões de prova e se atentando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Sendo assim, como o Inep divulga os Microdados do Enade em seu portal (MEC, 2023), é possível o aprofundamento na busca de informações que justifiquem os resultados

dos estudantes na prova e que possam fomentar ações visando um desempenho superior. Os Microdados são micropartículas referentes à participação de cada estudante de forma individual e não identificada. Sua análise exige alto nível de rigor e dispêndio de tempo para transformá-los numa informação. Por isso e, também, porque avanços são conquistados ao longo dos anos, não justificando uma análise temporal distante do status quo, foi feito um recorte analítico da edição mais recente cujos dados já foram publicados pelo Inep a fim de identificar as questões de prova que os estudantes mais erraram na edição de 2018 (Tabela 8) em conformidade com as Provas e Gabaritos também divulgados no portal do Inep (MEC, 2023).

Tabela 7: Desempenho dos concluintes participantes do Enade 2018 comparados com o resultado por categoria administrativa, por região e com o resultado nacional

Enade		Curso	UF	Região	Cat. Acad.	Org. Acad.	Brasil
Tamanho da população		38	195	1409	2010	2681	3338
Número de presentes		31	165	1139	1651	2185	2700
Resultado Geral	Média	52,8	56,0	52,7	51,8	51,7	50,7
	Erro-padrão da Média	2,3	1,1	0,4	0,3	0,3	
	Desvio Padrão	12,6	14,0	13,9	14,3	13,9	14,0
	Mediana	52,2	58,1	53,4	53,0	52,7	51,6
	Mínimo	27,4	19,3	10,5	8,1	10,5	8,1
	Máximo	81,4	86,3	86,3	86,3	86,3	86,3
	Coefficiente de Assimetria	0,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2
Formação Geral	Média	49,2	56,3	52,9	50,1	50,1	49,0
	Erro-padrão da Média	3,1	1,3	0,5	0,4	0,4	0,3
	Desvio Padrão	17,3	17,0	17,4	17,7	17,4	17,4
	Mediana	52,1	56,1	52,5	49,5	49,6	48,5
	Mínimo	15,0	15,0	0	0	0	0
	Máximo	75,7	90,4	92,0	92,2	92,8	92,8
	Coefficiente de Assimetria	-0,3	0	-0,1	0	0	0,
Componente Específico	Média	54,0	55,9	52,7	52,4	52,2	51,3
	Erro-padrão da Média	2,2	1,2	0,4	0,4	0,3	0,3
	Desvio Padrão	12,5	14,9	14,6	15,1	14,7	14,7
	Mediana	53,3	57,7	54,0	54,0	53,6	52,5
	Mínimo	29,2	14,8	3,8	6,6	3,8	3,8
	Máximo	83,7	87,3	87,8	87,8	87,8	87,8
	Coefficiente de Assimetria	0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3

Nota: O coeficiente de assimetria foi calculado como: $(\sum_i (x_i - \mu)^3 / n) / s^3$, onde μ é a média da amostra, n é o tamanho da amostra e s é o desvio padrão da amostra.

Fonte: MEC/INEP/DAES – ENADE 2018.

Observa-se que no Componente Formação Geral, a questão em que os estudantes tiveram o pior desempenho foi a questão 4. Dos 31 participantes, apenas 10 acertaram a

questão, enquanto 21 erraram. Destaca-se que a questão se referia aos conhecimentos gerais acerca das temáticas de políticas públicas voltadas aos migrantes e refugiados, com especial análise as relações entre brasileiros e venezuelanos, apontando sua especificidade enquanto problemática a ser tratada em sala de aula em consonância com temas bastante contemporâneos à época.

Tabela 8: Quantidade de erros e acertos dos 31 estudantes do curso de Turismo da UFVJM participantes do Enade 2018 no conteúdo de Formação Geral

Questão	Acertos	Erros	Em branco
1	14	16	1
2	21	10	NSA
3	13	18	NSA
4	10	21	NSA
5	14	17	NSA
6	14	17	NSA
7	19	12	NSA
8	25	6	NSA

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As questões 1, 3, 5 e 6 também não evidenciaram um desempenho tão satisfatório. Logo, assim como foi apontada a especificidade da questão 4, evidencia-se a questão 3 como o segundo pior desempenho dos discentes do curso de Turismo nesta avaliação. Esta questão tratou de artes transgênicas enquanto híbridos entre arte, ciência e tecnologia. Não obstante, não se pode ignorar que, ainda que as questões que permeiam a Formação Geral sejam bastante singulares, versam, sobretudo, acerca da habilidade de leitura e compreensão de textos bastante contemporâneos. Tal aspecto implica na importância de desenvolver projetos interdisciplinares no âmbito de qualquer formação superior, o que deve ser constantemente dialogado entre o corpo docente como possibilidade permanente para que o egresso de fato atue com uma postura crítica, cidadã e ética.

Na tabela 9, no que lhe concerne, apresentam-se os resultados, por questão de prova, obtidos pelos 31 estudantes que realizaram a prova na edição de 2018, no componente de Formação Específica que tem peso de 75% no Conceito Enade conforme já foi citado.

Nota-se que o pior desempenho dos estudantes foi na questão 15. Dos 31 participantes, apenas 6 estudantes acertaram a questão e, em contrapartida, 25 erraram. Esta questão tratava do estabelecimento e da responsabilidade das políticas públicas como orientadoras do planejamento e da gestão do turismo, de forma geral. No entanto, quando

analisada as alternativas passíveis de escolha pelos discentes, realmente está posta uma nuance bastante singular quanto a atuação de cada ente público mencionado.

Dessa forma, cabe destacar, mais uma vez, a importância de fomentar habilidades relacionadas à leitura e compreensão de textos. Isso pode ser uma evidência das fragilidades impostas, de forma geral, pelo ensino fundamental e médio como desafios para a formação acadêmica, em consonância com vários estudos (SCHWARTZMAN, 2005; SCHWARTZMAN, 2004; CASTRO, 2001; SGUISSARDI, V.; SILVA JR, 2001, dentre outros).

Tabela 9: Quantidade de erros e acertos dos 31 estudantes participantes do Enade 2018 no conteúdo de Formação Específica

Questão	Acertos	Erros	Em branco
9	24	7	NSA
10	26	5	NSA
11	13	18	NSA
12	24	7	NSA
13	24	7	NSA
14	10	21	NSA
15	6	25	NSA
16	11	20	NSA
17	23	7	1
18	23	7	1
19	Questão excluída pelo Inep por nulidade ou outro critério		
20	9	21	1
21	23	8	NSA
22	21	10	NSA
23	Questão excluída pelo Inep por nulidade ou outro critério		
24	16	15	NSA
25	28	3	NSA
26	18	13	NSA
27	19	12	NSA
28	13	13	1
29	Questão excluída pelo Inep por nulidade ou outro critério		
30	9	22	NSA
31	Questão excluída pelo Inep por nulidade ou outro critério		
32	10	21	NSA
33	Questão excluída pelo Inep por nulidade ou outro critério		
34	17	14	NSA
35	24	7	NSA

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se, também, um baixo resultado nas questões 20 (em que somente 9 estudantes acertaram a questão, 21 erraram e um deixou a questão em branco) e na questão 30

(em que 9 estudantes acertaram e 22 erraram). O resultado das questões 11, 12, 16 e 28 também não são muito bons, o que acarreta diminuição do Conceito Enade do curso.

Diante do exposto e a partir desses apontamentos iniciais, sugere-se que a gestão do curso investigue o porquê do mal desempenho nessas e outras questões, assim como, os demais resultados, considerando a eminência da publicação dos Microdados do Enade 2022, para atuar de forma mais incisiva e assertiva na realização do próximo Enade, em 2025.

Ademais, é preciso verificar se as referências bibliográficas utilizadas constam no PPC do curso, se os conteúdos cobrados foram abordados em sala de aula e se as questões que os estudantes mais erraram têm relação com alguma disciplina específica com a finalidade de proporcionar um conhecimento qualificado aos estudantes e, conseqüentemente, uma melhor preparação para o seu desempenho pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que, quando os resultados do Enade 2022 forem divulgados, haja uma análise mais pormenorizada de cada informação que se pode obter a partir do exame, conforme se pretendeu sinalizar neste trabalho, pois as avaliações periódicas, além de trazer autoconhecimento e promover a reflexão, são fontes riquíssimas de dados para a melhoria contínua da qualidade rumo à excelência.

Neste estudo, focou-se naqueles itens em que o curso não atingiu o ideal de qualidade, mas é importante a leitura dos demais itens, com *feedbacks* positivos, para que esse padrão de qualidade seja mantido e não haja nenhum retrocesso nos avanços que já foram conquistados ao longo dos anos.

Observou-se, ainda, que há necessidade de uma CPA mais atuante na instituição. Por isso, é necessário incentivar os docentes e discentes a participar das avaliações periódicas do curso, bem como ocupar o espaço de representação nesta comissão, a fim de identificar as suas demandas e, de igual modo, participar da elaboração do PDI para incluir suas necessidades como prioridade de atendimento. Dessa forma, espera-se que o ciclo administrativo funcione adequadamente, com avaliação e planejamento eficientes, participativos e democráticos.

Cabe destacar que, 10% da matriz orçamentária, é destinada às instituições a partir dos indicadores de qualidade obtidos pelo curso e pela instituição. Isso significa que buscar melhores conceitos também pode resultar em maior parcela de recursos financeiros a ser destinada ao curso e à instituição de modo geral.

O atingimento de um indicador de qualidade máximo valoriza o curso, pois traz visibilidade para área de formação e para a região, o que pode contribuir para a geração de trabalho e renda em consonância com os objetivos institucionais de desenvolvimento das comunidades onde se insere, cumprido com seu compromisso social.

Espera-se que este trabalho induza análises semelhantes tanto em outros cursos de Turismo, como nos cursos de ensino superior de forma geral. Afinal, os servidores públicos devem primar pelos princípios gerais da administração pública, em especial, por se relacionar com o escopo deste trabalho, destaca-se o princípio da eficiência.

Ademais, apesar da existência de margem para melhorias, conforme observado nos diversos indicadores que compõem os instrumentos de avaliação externa utilizados pelo Inep, o curso de Turismo da UFVJM tem conceitos de qualidade muito bons. Pode-se, então, afirmar que se trata de um curso público, gratuito e de qualidade (atestada pelo MEC!).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm Acesso em: 19 de jan. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em: 19 de jan. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 19 de jan. de 2023.

CASTRO, M.H.D.M. Tomando o pulso: o que buscar no credenciamento institucional das universidades brasileiras? In: **Série documental: textos para discussão.** Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

INEP. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.** Pesquisar Relatórios de Cursos. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (Bacharelado e Licenciatura).** Brasília, dezembro de 2008. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_reconhecimento_bacharelado_licenciatura3.pdf Acesso em: 19 de jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Acesso à Informação**. Dados Abertos. Enade. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade> Acesso em: 26 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Avaliações e Exames Educacionais**. Banco Nacional de Itens (BNI). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/bni> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Conceito Enade**. Valores do indicador para cada curso, em cada edição. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/conceito-enade> Acesso em: 21 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_mai_12.pdf Acesso em: 20 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **ENADE: Provas e Gabaritos**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade/provas-e-gabaritos> Acesso em: 26 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade 2009): Relatório de Curso - Turismo**. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade 2012): Relatório de Curso - Turismo**. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade 2015): Relatório de Curso - Turismo**. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade 2018): Relatório de Curso - Turismo**. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Instrumentos de avaliação**. Publicado em 16/11/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao> Acesso em: 19 de jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Enade 2009**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/outros-documentos> Acesso em: 21 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota Técnica nº 5/2020/CGCQES/DAES**. Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2019/NOTA_TECNICA_N_5-2020_CGCQES-DAES_Metodologia_de_calculo_do_Conceito_Enade_2019.pdf Acesso em: 21 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de visita de avaliação in loco 2010**. Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/prograd/component/content/article/1293-2023-06-22-19-02-18.html> Acesso em: 27 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de visita de avaliação in loco 2013**. Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/prograd/component/content/article/1293-2023-06-22-19-02-18.html> Acesso em: 27 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Diretoria de Regulação da Educação Superior. **Nota Técnica nº 1188/2014/DIREG/SERES/MEC**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16773-nota-tecnica-1188-2014-seres-pdf&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192#:~:text=6%2C%20poder%C3%A1%20ser%20dispensada%20a,a%20realiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20ENADE%2F2013. Acesso em: 21 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **Portaria MEC nº 216, de 28 de março de 2014**. Reconhecimento do curso de Turismo. Disponível em: [file:///D:/Users/vleri/Downloads/Portaria%20Reconhecimento%20curso%20Ecologia%20pel%20MEC%20\(1\).pdf](file:///D:/Users/vleri/Downloads/Portaria%20Reconhecimento%20curso%20Ecologia%20pel%20MEC%20(1).pdf) Acesso em: 21 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **Portaria MEC nº 245, de 16 de abril de 2014.** Reconhecimento do curso de Turismo. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/04/2014&jornal=1&pagina=25&totalArquivos=96> Acesso em: 21 jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). **Relatório do Curso: Turismo (Bacharelado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.** Diamantina, 2010. Disponível: < <http://ufvjm.edu.br/prograd/component/content/article/1293-2023-06-22-19-02-18.html>> Acesso em: 31 de jan. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). **Relatório do Curso: Turismo (Bacharelado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.** Diamantina, 2013. Disponível: < <http://ufvjm.edu.br/prograd/component/content/article/1293-2023-06-22-19-02-18.html>> Acesso em: 31 de jan. de 2023.

SCHWARTZMAN, S. "Education-oriented social programs in brazil: The impact of bolsa escola." **IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade**, 2004.

SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J.R. **Novas faces da Educação Superior no Brasil.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Clécio. URGENTE – **UFVJM solicita apoio da SERES quanto a equívoco na extinção de um curso ativo.** Mensagem recebida por <pi@ufvjm.edu.br> em 14 mai. 2014.

SILVA, R.; OLIVEIRA, E.; SÁ FILHO, P.; SILVA, D.. O ciclo PDCA como proposta para uma gestão escolar eficiente. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.** Santa Maria, v. 8, n. 17, pub. contínua 2019, p. 1-13. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/36102/pdf> Acesso em: 19 de jan. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Manual Orientador do ENADE.** Edição 2021. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/portal/images/noticias2021/20210726094356_Manual_Orientador_do_ENADE.pdf Acesso em: 21 jan. de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Projeto Pedagógico do Curso de Turismo 2012.** Disponível em: <http://ufvjm.edu.br/prograd/projetos-pedagogicos.html> Acesso em: 20 jan. 2023.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO: PERFIL E PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ENADE 2018 DO CURSO DE TURISMO DA UFVJM

Valéria Rodrigues Neves

Procuradora Educacional Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri
valeria.rodrigues@ufvjm.edu.br

Virginia Martins Fonseca

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
virginia.martins@ufvjm.edu.br

Ana Flávia Andrade de Figueiredo

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ana.figueiredo@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

A partir da exposição e análise iniciada no capítulo anterior acerca dos principais resultados obtidos pelo curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), diante da avaliação externa promovida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído, com o intuito principal de fomentar a qualidade da educação superior, pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, neste capítulo, será evidenciado o perfil dos estudantes participantes do Enade 2018 e a percepção desses discentes a respeito das condições do processo formativo.

Identificar esse perfil, bem como analisar a avaliação que os estudantes fizeram a respeito dos diversos aspectos que envolveram o curso ao longo da toda a sua trajetória acadêmica, é também uma forma de autoconhecimento e autorreflexão que pode contribuir, sobremaneira, com a busca pela excelência na oferta e na gestão do curso, visto que essa avaliação, a partir da percepção dos estudantes, pode ressaltar os pontos fortes e ressaltar as necessidades de melhoria e de enfrentamento a serem promovidos.

Dessa forma, este capítulo tem o objetivo específico de analisar esses dados obtidos por meio do Questionário do Estudante. Vale dizer que esse instrumento é um dos componentes obrigatórios do Enade, condição para que o estudante obtenha regularidade no exame, junto à prova de Componente Geral e de Componente Específico abordada no capítulo antecedente. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), este questionário

[...] tem por objetivo levantar informações que permitam caracterizar o perfil dos estudantes e o contexto de seus processos formativos, relevantes para a compreensão

dos resultados do concluintes no Enade e para subsidiar os processos de avaliação de cursos de graduação e instituições de educação superior. (INEP, 2023, s.p.).

Nessa conjuntura, neste outro instrumento de avaliação utilizado pelo Inep, os estudantes têm a oportunidade de avaliar os seguintes aspectos da sua formação: organização didático-pedagógica, infraestrutura e instalações físicas e oportunidade de ampliação da formação (MEC, 2018). Além disso, esse instrumento de avaliação conta também com o “Questionário de Percepção de Prova” e o “Questionário Socioeconômico” que pode oferecer um conjunto significativo de informações a respeito do desempenho dos estudantes.

O MEC (2023) acrescenta, ainda, que as respostas dos discentes permitem aferir a qualidade da educação superior no Brasil e que as informações coletadas servem para subsidiar inúmeras políticas públicas educacionais. Para o curso de Turismo da UFVJM, a análise de tais respostas contribui significativamente para que a gestão do curso tenha discernimento sobre as condições que permearam a experiência acadêmica do seu discente e possa fazer ajustes, quando constatada a necessidade.

Evidentemente que, para se ter uma efetiva compreensão dessa realidade, a identidade do estudante não é revelada pelo Inep e o questionário deve ser preenchido exclusivamente pelo discente em ambiente apropriado. Isto é, não são permitidas quaisquer manipulações ou pressões de terceiros, podendo, à instituição ou ao curso em específico que não respeitar a lisura do processo, serem aplicadas as penalidades previstas no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

É válido esclarecer, neste momento, que a análise do Questionário do Estudante foi feita com base nos dados mais recentes publicados pelo Inep até o momento da publicação deste capítulo, qual seja, o Enade realizado em 2018, uma vez que os dados do Enade 2022 ainda não foram disponibilizados conforme pode ser verificado no portal do Inep (MEC, 2023).

ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DO ESTUDANTE

Antes de tratar do Questionário do Estudante de 2018, é válido lembrar que o Questionário de Percepção de Prova, aplicado no dia do exame, teve os principais resultados apresentados nos Relatórios de Curso divulgados pelo Inep em seu portal (MEC, 2023) e este trabalho não pretende replicar todas as informações que ali já estão disponíveis, mas sim acrescentar alguns elementos com a finalidade de aumentar o autoconhecimento e auxiliar a gestão do curso em busca de uma qualidade de excelência. Tal prerrogativa coaduna com os apontamentos de Merlo (2018), uma vez que a

[...] avaliação de caráter educativo é voltada tanto para a obtenção de informações sobre a qualidade acadêmica quanto para o julgamento a respeito de como o sistema de ensino e as instituições de educação superior cumprem suas funções públicas enquanto formadores de cidadãos. (MERLO, 2018, p.69).

Para iniciar a análise do Questionário de Percepção de Prova, foram utilizados todos os Relatórios de Curso disponibilizados do Enade 2009 até 2018. Destaca-se, conforme Tabela 1, a percepção dos discentes no que se tange à questão “Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova?”. Nota-se que a alternativa “forma diferente de abordagem do conteúdo” e a “falta de motivação para fazer a prova” são justificativas que predominam em todos as edições.

Portanto, é preciso tomar providências no sentido de estimular a adoção de várias técnicas e métodos de didática, buscando identificar o estilo de abordagem utilizado na prova também de sensibilizar os estudantes quanto à importância do Enade com vistas tanto à parametrização do seu próprio conhecimento e potencial, quanto colaborando com a melhoria da qualidade da educação superior do país.

Tabela 1: Percepção dos estudantes quanto à questão “Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova?”

Percepção	Enade 2009	Enade 2012	Enade 2015	Enade 2018
Desconhecimento do conteúdo	11%	11%	4%	6%
Forma diferente de abordagem do conteúdo	44%	22%	41%	43%
Espaço insuficiente para responder às questões	NSA	5%	7%	10%
Falta de motivação para fazer a prova	33%	44%	25%	20%
Não teve nenhuma dificuldade para responder à prova	11%	16%	20%	20%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Passando a tratar do Questionário do Estudante, relembra-se que, para a sua análise, foi feito um levantamento dos Microdados do Enade (MEC, 2023), referentes à edição de 2018. Ou seja, foram utilizadas exclusivamente as micropartículas referentes ao exame desse ano retromencionado, uma vez que os Relatórios de Cursos disponibilizados pelo Inep não abordam todas as perguntas que foram feitas aos alunos, assim como foi dada a prioridade na análise dos dados mais recentes por estarem mais próximos de retratar a realidade de forma atualizada.

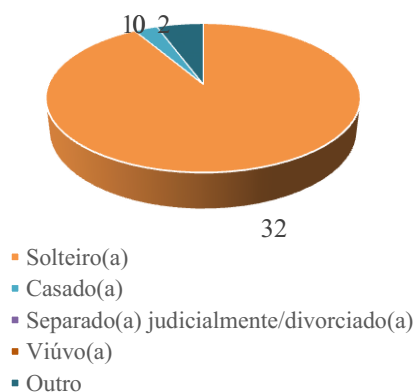
De modo similar à motivação que foi apresentada para a análise das questões de prova no capítulo anterior, a escolha de tratar apenas os dados referentes ao ano de 2018,

também se justifica por se tratar de micropartículas referentes à participação de cada estudante, de forma individual e não identificada, o que exige alto nível de rigor e dispêndio de tempo para transformá-los numa informação, além do fato de que muitos avanços são conquistados ao longo dos anos, o que torna mais prudente trabalhar com dados mais hodiernos e representativos do momento atual.

As primeiras questões do Questionário do Estudante (1 a 26) traçam o perfil socioeconômico dos discentes participantes e pressupõe-se que esses fatores podem ter relação com o desempenho acadêmico e indicar necessidades do desenvolvimento de competências técnico-profissionais. Para o MEC (2018, s.p.), “a educação superior tem como uma de suas funções mais importantes a promoção de igualdade de oportunidades e justiça social”. Desse modo, ao conhecer o perfil dos estudantes, a IES pode traçar programas e ações voltadas diretamente para o seu público-alvo, de forma fundamentada, democrática e inclusiva.

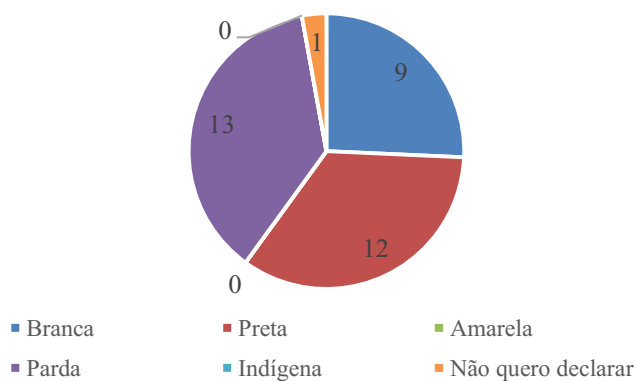
Após a compilação dos dados socioeconômicos, dos 35 estudantes que preencheram o Questionário do Estudante em 2018, tem-se, com relação ao estado civil, que 32 se declararam solteiros, nenhum separado, divorciado ou viúvo e um declarou seu estado civil como “outro” (Gráfico 1). Com relação à cor ou raça, 9 se declararam brancos, 12 pretos, 13 pardos, 1 não quis declarar e nenhum se declarou amarelo ou indígena (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Estado Civil (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 2 – Cor ou raça (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)

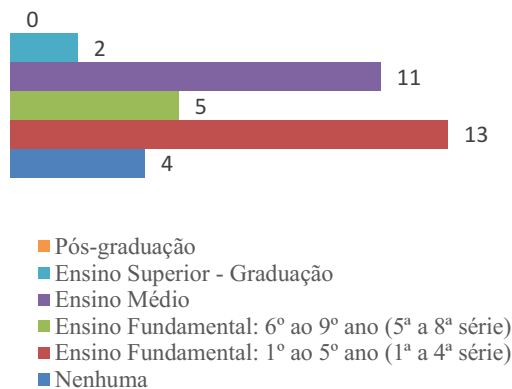


Fonte: Elaborado pelas autoras

Notou-se que 100% dos estudantes são de nacionalidade brasileira. Quanto à etapa de escolarização concluída do pai, 4 estudantes afirmaram que o pai não possui nenhuma escolaridade, 13 possuem Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série), 5 possuem Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série), 11 concluíram o Ensino Médio, apenas 2 realizaram

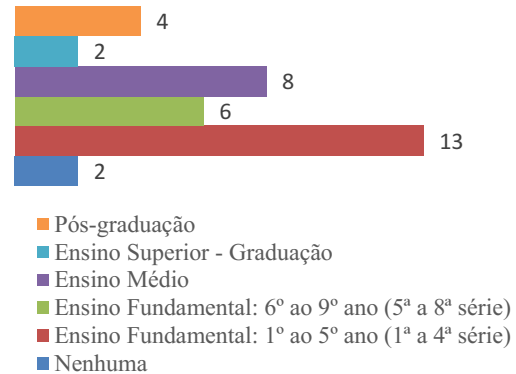
o Ensino Superior e Nenhum declarou possuir pós-graduação (Gráfico 3). Por sua vez, com relação à etapa de escolarização que a mãe concluiu, 2 afirmaram que nenhuma, 13 concluíram o Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (1ª a 4ª série), 6 finalizaram o Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano (5ª a 8ª série), 8 integralizaram o Ensino Médio, igualmente apenas 2 realizaram o Ensino Superior e 4 possuíam até escolaridade até a pós-graduação (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Escolaridade do pai (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 4 – Escolaridade da mãe (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)

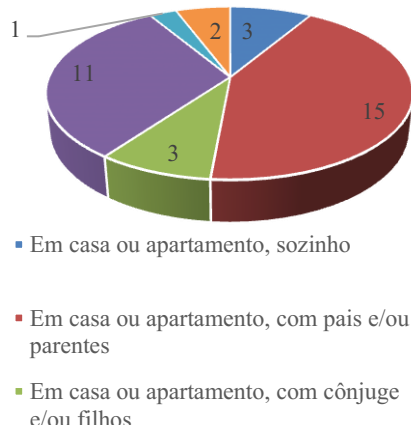


Fonte: Elaborado pelas autoras

Na sequência, o questionário aborda onde e com quem o estudante reside. Três declararam morar em casa ou apartamento (sozinho), 15 em casa ou apartamento (com pais e/ou parentes), 3 em casa ou apartamento (com cônjuge e/ou filhos), 11 em casa ou apartamento (com outras pessoas, incluindo república), um em alojamento universitário da própria instituição e 2 em outros tipos de habitação individual ou coletiva (hotel, hospedaria, pensão ou outro) conforme representa o Gráfico 5.

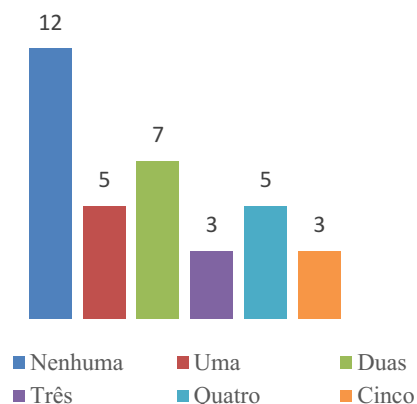
Em seguida, a pergunta é sobre quantas pessoas da família moram com o estudante. Dois estudantes declararam que nenhuma, 5 declaram uma, 7 declararam duas, 3 declararam residir com três pessoas da família, 5 estudantes com 4 pessoas, 3 estudantes com 5 pessoas e nenhuma com 6 ou mais pessoas (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Onde e com quem reside (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

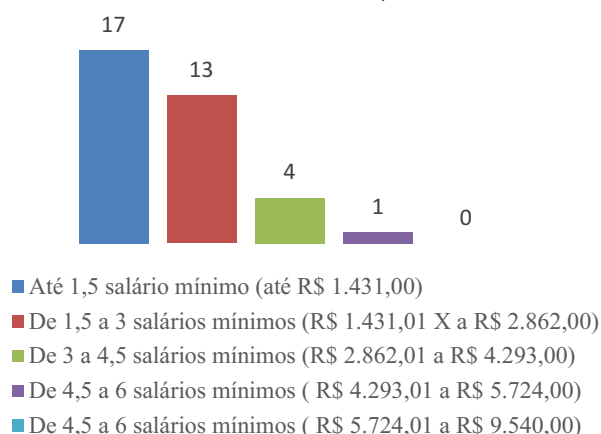
Gráfico 6 – Mora com quantas pessoas da família (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

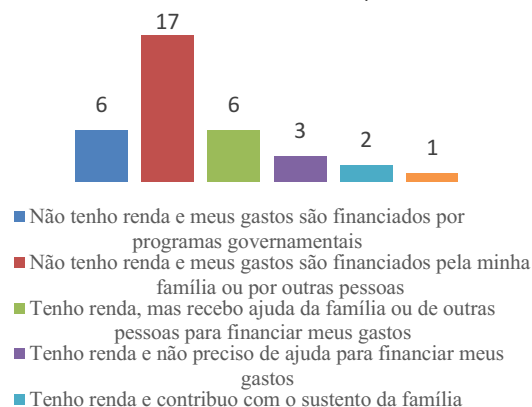
Com relação à renda familiar, incluindo o rendimento do estudante, 17 declararam que é de até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.431,00, na ocasião), 13 estudantes possuem de 1,5 a 3 salários mínimos, 4 estudantes de 3 a 4,5 salários mínimos e nenhum estudante de 4,5 a 6 salários mínimos ou de 10 a 30 salários mínimos ou acima de 30 salários mínimos (Gráfico 7). Sobre a situação financeira do estudante em particular (incluindo bolsas), 6 declararam não ter renda e que seus gastos são financiados por programas governamentais, 17 estudantes não tem renda e que seus gastos são financiados pela sua família ou por outras pessoas, 6 estudantes têm renda, mas recebem ajuda da família ou de outras pessoas para financiar seus gastos, 3 estudantes têm renda e não precisam de ajuda para financiar seus gastos, 2 estudantes têm renda e contribuem com o sustento da família, e 1 estudante é o principal responsável pelo sustento da família (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Renda familiar incluindo a do estudante (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

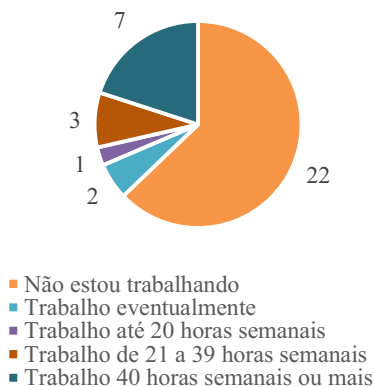
Gráfico 8 – Situação Financeira do estudante (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

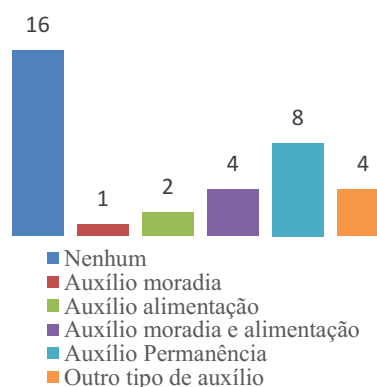
Perguntados sobre qual a sua situação de trabalho (exceto estágio ou bolsas), 22 alunos afirmaram não estar trabalhando, 2 trabalhavam eventualmente, um estudante trabalha até 20 horas semanais, 3 trabalham de 21 a 39 horas semanais e 7 estudantes que trabalham 40 horas semanais ou mais (Gráfico 9). A seguir, perguntados se ao longo da trajetória acadêmica, receberam algum tipo de auxílio permanência, 16 discentes responderam que nenhuma, um afirmou ter recebido auxílio moradia, 2 estudantes receberam auxílio alimentação, 4 estudantes contaram com auxílio moradia e alimentação, 8 discentes possuíam auxílio permanência e 4 estudantes outro tipo de auxílio (Gráfico 10).

Gráfico 9 – Situação de trabalho (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 10 – Tipo de auxílio permanência (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



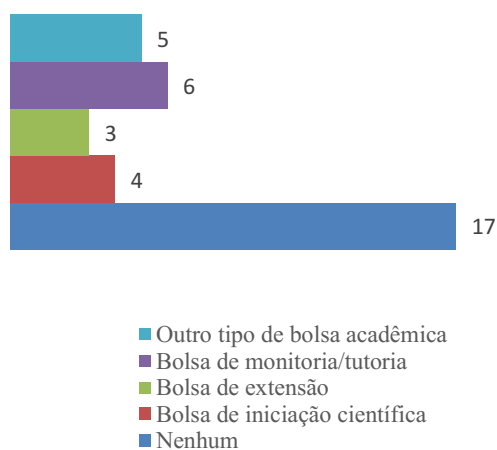
Fonte: Elaborado pelas autoras

Referente à bolsa de estudos ou financiamento do curso para custear todas ou a maior parte das mensalidades, 30 discentes responderam que nenhuma/nenhum, pois o curso é gratuito; um estudante respondeu nenhuma/nenhum, embora meu curso não seja gratuito e 4 responderam que receberam bolsa oferecida pela própria instituição. No entanto, o esperado é que 100% dos alunos respondessem “nenhuma/nenhum, pois o curso é gratuito”. Isso porque não há qualquer mensalidade cobrada pelo curso de Turismo que é ofertado por uma instituição pública de forma gratuita. Entre as opções de resposta, constava também: ProUni integral; ProUni parcial, apenas; FIES, apenas e; bolsa oferecida por governo estadual, distrital ou municipal.

Outra pergunta socioeconômica do questionário diz respeito ao recebimento de bolsa acadêmica por parte do estudante, durante sua trajetória no curso. Dezesete alunos responderam nenhuma, 4 informaram bolsa de iniciação científica, 3 possuíam bolsa de extensão, 6 estudantes contaram com bolsa de monitoria/tutoria, nenhum bolsa PET e 5

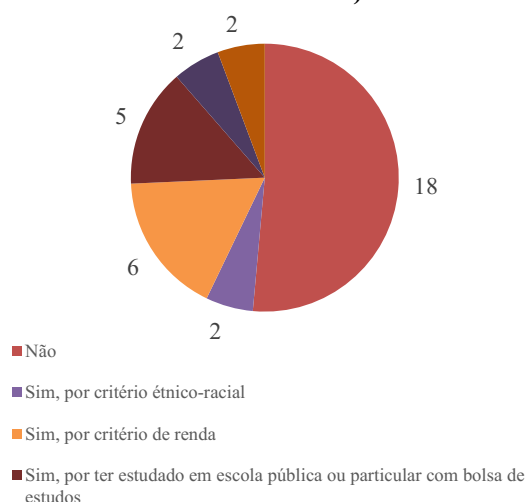
declararam receber outro tipo de bolsa acadêmica (Gráfico 11). Por sua vez, sobre o seu ingresso no curso ter sido por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social, 18 participantes do exame declararam que não, 2 estudantes que sim (por critério étnico-racial), 6 discentes que sim (por critério de renda), 5 que sim (por terem estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos), 2 estudantes que sim (por sistema que combinava dois ou mais critérios anteriores) e 2 discentes que sim (por sistema diferente dos anteriores) (Gráfico 12).

Gráfico 11 – Bolsa acadêmica (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 12 – Ingresso no curso (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

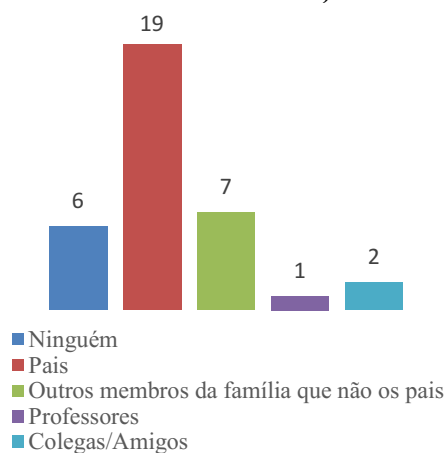
Dos 35 participantes da edição de 2018, a partir das repostas no Questionário do Estudante, observa-se que 1 estudante concluiu o ensino médio no Acre, 1 no Amazonas, 1 na Bahia, 29 estudantes em Minas Gerais, 1 em São Paulo e 1 em Santa Catarina. Por sua vez, com relação à pergunta qual tipo de escola concluiu o ensino médio, 30 estudantes responderam que em escola pública, 3 em escola particular de forma integral e dois estudantes cursaram a maioria em escola pública (Gráfico 13). Sobre a modalidade de ensino médio que cursou 31 estudantes responderam ensino médio tradicional, 3 profissionalizante técnico (eletrônica, contabilidade, agrícola, outro) e um estudante cursou a Educação de Jovens e Adultos e/ou Supletivo.

E, perguntados se, durante o curso, participaram de programas e/ou atividades curriculares no exterior, 2 responderam sim (por programa de intercâmbio da instituição), 1 respondeu sim (outro intercâmbio não institucional) e 32 estudantes não participaram de

nenhuma atividade no exterior. A respeito da pergunta se alguém da família do estudante concluiu um curso superior, 19 estudantes responderam que sim e 16 discentes que não.

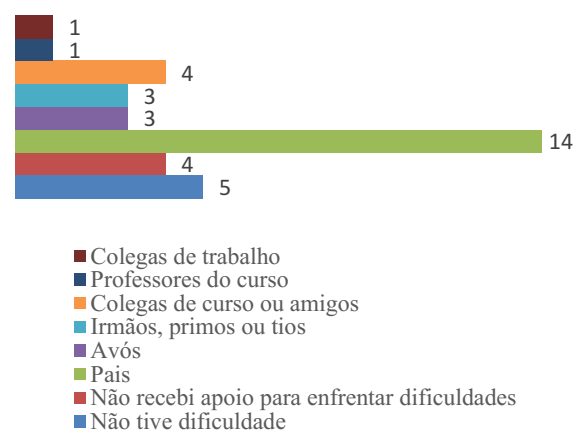
Por sua vez, com relação à questão quem lhe deu o maior incentivo para cursar graduação, 6 discentes responderam que ninguém, 19 estudantes disseram que foram os pais, 7 discentes que foram outros membros da família que não sejam os pais, 1 discente que foram os professores e dois estudantes que foram colegas/amigos (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Incentivo para cursar graduação (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 14 – Grupos determinantes para enfrentar dificuldades (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)

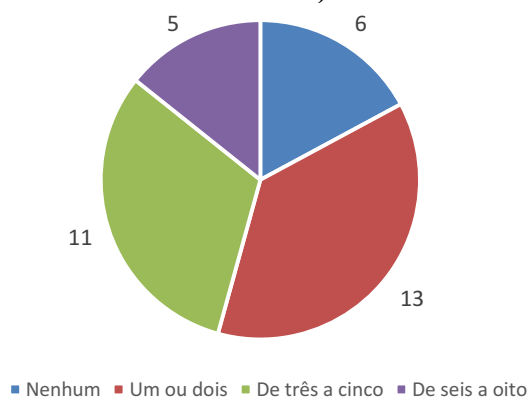


Fonte: Elaborado pelas autoras

A respeito de quais grupos foram determinantes para enfrentar as dificuldades durante o curso, 5 estudantes responderam que não tiveram dificuldades, 4 discentes que não receberam apoio para enfrentar as dificuldades, 14 estudantes disseram que foram os pais, 3 que foram os avós, 3 que foram os irmãos, 4 que foram os colegas de curso ou amigos, 1 estudante que foram os professores, 1 que foram os colegas de trabalho, nenhum declarou apoio de líder ou grupo religioso (Gráfico 14).

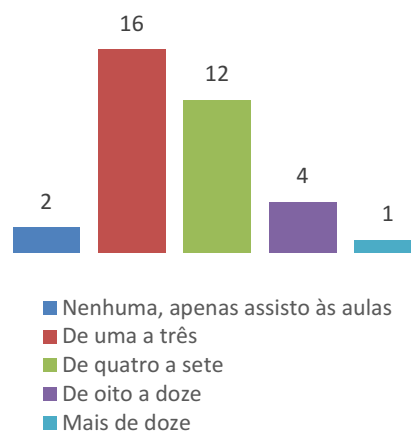
Seguindo a análise do questionário socioeconômico, perguntados sobre quantos livros leu no ano, excetuando as bibliografias do curso, 6 discentes responderam que nenhum, 13 estudantes leram um ou dois, 11 estudantes leram de três a cinco, 5 de seis a oito e nenhum estudante mais de oito (Gráfico 15). E, perguntados, quantas horas por semana dedicaram aos estudos, excetuando as horas-aulas, 2 afirmaram que nenhuma, 16 estudantes de uma a três horas, 12 discentes de quatro a sete horas, 4 de oito a doze horas e 1 mais de doze horas (Gráfico 16).

Gráfico – 15 Quantos livros leu no ano (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 16 – Quantas horas por semana dedicou aos estudos (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)

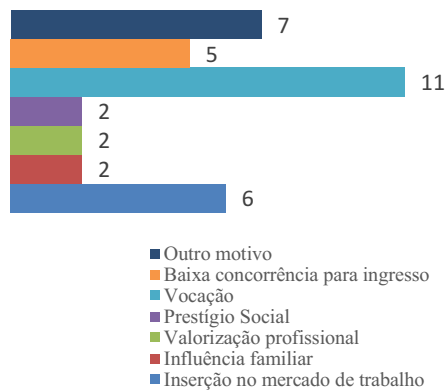


Fonte: Elaborado pelas autoras

A respeito da questão se o estudante teve a oportunidade de aprendizado de idioma estrangeiro na instituição, 14 discentes responderam que sim (somente na modalidade presencial), 8 estudantes responderam que sim (parte na modalidade presencial e parte na modalidade semipresencial), 3 que sim (na modalidade a distância), 10 estudantes que não e nenhum que sim (somente na modalidade semipresencial).

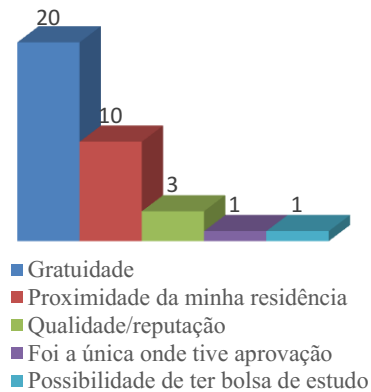
As duas últimas perguntas do questionário dos estudantes (questões 25 e 26), por sua vez, trataram do motivo da escolha do curso e da IES. Sobre o motivo da escolha do curso, 6 discentes responderam inserção no mercado de trabalho, 2 por influência familiar, 2 por valorização profissional, 2 por prestígio social, 11 estudantes afirmaram ser por vocação, 5 estudantes baixa concorrência para ingresso, 7 estudantes outro motivo, e nenhum porque é oferecido na modalidade a distância uma vez que se trata de um curso presencial (Gráfico 17). A respeito do motivo da escolha da instituição de ensino, 20 estudantes afirmaram que pela gratuidade, 10 pela proximidade de casa, 3 pela qualidade/reputação, 1 estudante porque foi a única onde teve aprovação, 1 estudante pela possibilidade de ter bolsa de estudo e nenhum pelo preço da mensalidade, pela proximidade do trabalho, pela facilidade de acesso ou outro motivo (Gráfico 18).

Gráfico 17 – Motivo da escolha do curso (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Gráfico 18 - Motivo da escolha da instituição (Perfil socioeconômico do estudante do curso de Turismo – 2018)



Fonte: Elaborado pelas autoras

Após traçado o perfil dos estudantes na parte socioeconômica do Questionário dos Estudantes, são apresentadas aos alunos 42 questões assertivas (questões 27 a 68) em escala Likert, nas quais as respostas variam entre “concordo totalmente” e “discordo totalmente”, a fim de analisar os aspectos acerca da Organização Didático-Pedagógica, Infraestrutura e Instalações Físicas e Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional. As opções “Não sei responder” e “Não se aplica” também eram opções disponíveis para escolha (Tabela 2).

Como o curso busca a melhoria contínua rumo à excelência, o esperado é que a maioria das assertivas tenha, como escolha dos estudantes, a opção “Concordo totalmente”. Sendo assim, será chamada a atenção para aquelas afirmativas em que o ideal não foi atingido, ou seja, a opção “Concordo totalmente” não foi predominante entre os alunos que responderam ao questionário no ano de 2018.

Nota-se que nas questões 27 a 37 a opção “Concordo totalmente” foi a maioria escolhida pelos estudantes. A questão 29 teve a maioria de “Concordo totalmente” apenas por um estudante a mais. Sendo assim, é preciso atentar-se para o porquê de os discentes não concordarem por completo que as metodologias de ensino utilizadas no curso os desafiaram a aprofundar seus conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas. A assertiva 37, por seu turno, não atingiu a maioria ideal de excelência, uma vez que a maioria dos discentes não concordou completamente que as relações professor-aluno ao longo do curso os estimularam a estudar e aprender. Portanto, essas relações carecem de maior fortalecimento.

Dando sequência no questionário, os resultados das assertivas 38 a 47, em que as questões 38 e 39 não receberam a maioria ideal, frisa-se que é preciso dialogar com os

estudantes sobre sua percepção sobre o plano de ensino, bem como sobre as referências bibliográficas indicadas neles. A questão 40, apesar de ter atingido a maioria, sofreu muita oscilação nas respostas, demandando identificar e oferecer mais oportunidades para que os estudantes superem as dificuldades relacionadas ao processo de formação.

Nas respostas dos estudantes nas questões 48 a 57, observa-se que as assertivas 48, 54, 55 e 57 não atingem a maioria ideal. Os estudantes não concordam em sua plenitude que as atividades práticas foram suficientes, que eles participam de avaliações periódicas do curso, que as avaliações de aprendizagem foram compatíveis com os temas abordados pelos professores e que os professores demonstram domínio dos conteúdos ministrados. Além disso, há outras questões que apresentam muita oscilação nas respostas de modo que podem indicar fragilidades do curso, sendo necessário um trabalho contínuo de autorreflexão e diálogo com os estudantes.

Nota-se que as questões 59, 61, 62 e 65 apresentaram fraquezas, uma vez que os discentes não apontam o ideal de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico, bem como sinalizam que a infraestrutura de sala de aula não é completamente adequada, os equipamentos e materiais das aulas práticas não estão completamente adequados à instituição considerando a quantidade de estudantes e, por fim, os discentes não contam com biblioteca virtual ou que confira acesso a obras disponíveis em acervos virtuais.

Tabela 2: Respostas dos estudantes sobre Organização Didático-Pedagógica, Infraestrutura e Instalações Físicas e Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional (assertivas 27 a 41) (Cont.)

Assertiva	Discordo totalmente	Discordo	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo	Concordo totalmente	Não sei responder	Não se aplica
27. As disciplinas cursadas contribuíram para sua formação integral, como cidadão e profissional	1	0	0	5	9	20	0	0
28. Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favoreceram sua atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional	1	0	1	2	12	19	0	0
29. As metodologias de ensino utilizadas no curso desafiaram você a aprofundar conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas	1	0	3	4	13	14	0	0
30. O curso propiciou experiências de aprendizagem inovadoras	2	0	1	1	13	18	0	0
31. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua consciência ética para o exercício profissional	1	1	0	0	10	23	0	0
32. No curso você teve oportunidade de aprender a trabalhar em equipe	1	0	1	3	9	21	0	0
33. O curso possibilitou aumentar sua capacidade de reflexão e argumentação	1	0	1	3	6	24	0	0
34. O curso promoveu o desenvolvimento da sua capacidade de pensar criticamente, analisar e refletir sobre soluções para problemas da sociedade	1	0	0	3	8	23	0	0
35. O curso contribuiu para você ampliar sua capacidade de comunicação nas formas oral e escrita	1	0	2	4	9	19	0	0
36. O curso contribuiu para o desenvolvimento da sua capacidade de aprender e atualizar-se permanentemente	1	0	2	3	9	20	0	0
37. As relações professor-aluno ao longo do curso estimularam você a estudar e aprender	2	0	1	7	14	11	0	0
38. Os planos de ensino apresentados pelos professores contribuíram para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para seus estudos	1	1	1	5	16	11	0	0
39. As referências bibliográficas indicadas pelos professores nos planos de ensino contribuíram para estudos e aprendizagens	1	0	2	6	14	12	0	0
40. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação.	2	1	4	4	9	12	3	0
41. A coordenação do curso esteve disponível para orientação acadêmica dos estudantes	2	0	1	2	8	21	1	0

Fonte: Elaborado pelas autoras

Tabela 2: (Cont.) Respostas dos estudantes sobre Organização Didático-Pedagógica, Infraestrutura e Instalações Físicas e Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional (assertivas 42 a 56) (Cont.)

Assertiva	Discordo totalmente	Discordo	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo	Concordo totalmente	Não sei responder	Não se aplica
42. O curso exigiu de você organização e dedicação frequente aos estudos	2	0	1	5	11	16	0	0
43. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de atividades de extensão universitária	1	2	1	3	10	18	0	0
44. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes participarem de projetos de iniciação científica e de atividades que estimularam a investigação acadêmica	1	1	3	4	7	19	0	0
45. O curso ofereceu condições para os estudantes participarem de eventos internos e/ou externos à instituição	1	0	3	6	9	16	0	0
46. A instituição ofereceu oportunidades para os estudantes atuarem como representantes em órgãos colegiados	1	0	1	7	7	17	2	0
47. O curso favoreceu a articulação do conhecimento teórico com atividades práticas	1	1	0	2	14	17	0	0
48. As atividades práticas foram suficientes para relacionar os conteúdos do curso com a prática, contribuindo para sua formação profissional	1	2	2	6	15	9	0	0
49. O curso propiciou acesso a conhecimentos atualizados e/ou contemporâneos em sua área de formação	1	0	3	5	11	15	0	0
50. O estágio supervisionado proporcionou experiências diversificadas para a sua formação	2	0	4	1	8	12	7	8
51. As atividades realizadas durante seu trabalho de conclusão de curso contribuíram para qualificar sua formação profissional	2	0	1	0	10	13	7	2
52. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país	1	2	2	9	6	14	1	0
53. Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país	3	2	6	5	6	13	1	0
54. Os estudantes participaram de avaliações periódicas do curso (disciplinas, atuação dos professores, infraestrutura)	1	2	3	3	13	12	1	0
55. As avaliações da aprendizagem realizadas durante o curso foram compatíveis com os conteúdos ou temas trabalhados pelos professores	1	0	1	3	16	14	0	0
56. Os professores apresentaram disponibilidade para atender os estudantes fora do horário das aulas	2	0	1	6	12	14	0	0

Fonte: Elaborado pelas autoras

Tabela 2: (Cont.) Respostas dos estudantes sobre Organização Didático-Pedagógica, Infraestrutura e Instalações Físicas e Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional (assertivas 57 a 68)

Assertiva	Discordo totalmente	Discordo	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo	Concordo totalmente	Não sei responder	Não se aplica
57. Os professores demonstraram domínio dos conteúdos abordados nas disciplinas	1	0	2	2	15	15	0	0
58. Os professores utilizaram tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de ensino (projeter multimídia, laboratório de informática, ambiente virtual de aprendizagem)	1	1	2	3	11	17	0	0
59. A instituição dispôs de quantidade suficiente de funcionários para o apoio administrativo e acadêmico	1	2	2	7	16	7	1	0
60. O curso disponibilizou monitores ou tutores para auxiliar os estudantes	1	1	2	2	13	16	0	0
61. As condições de infraestrutura das salas de aula foram adequadas	1	0	2	4	16	12	0	0
62. Os equipamentos e materiais disponíveis para as aulas práticas foram adequados para a quantidade de estudantes	1	0	2	8	14	9	1	0
63. Os ambientes e equipamentos destinados às aulas práticas foram adequados ao curso	2	0	2	6	10	13	1	1
64. A biblioteca dispôs das referências bibliográficas que os estudantes necessitaram	1	0	1	4	7	21	1	0
65. A instituição contou com biblioteca virtual ou conferiu acesso a obras disponíveis em acervos virtuais	3	0	1	4	10	6	10	1
66. As atividades acadêmicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula possibilitaram reflexão, convivência e respeito à diversidade	1	0	2	0	11	21	0	0
67. A instituição promoveu atividades de cultura, de lazer e de interação social	2	1	1	3	13	15	0	0
68. A instituição dispôs de refeitório, cantina e banheiros em condições adequadas que atenderam as necessidades dos seus usuários.	2	1	7	7	7	11	0	0

Fonte: Elaborado pelas autoras

Considerando as respostas de uma forma geral, muitos recursos e programas que existem na instituição não foram reconhecidos pelos alunos. Pode ser que os estudantes não tenham conhecimento da existência desses recursos e programas. Tal impressão estudantil revela a importância de uma divulgação mais explicativa e incisiva, no âmbito do curso, para além dos meios institucionais oficiais e comunicações tradicionais.

Apresentadas essas informações pormenorizadas, compreende-se que a coordenação do curso, bem como o NDE e os demais docentes têm um arcabouço de informações úteis para traçar metas e planos visando a melhoria da qualidade do curso e a superação de suas fraquezas em consonância com os anseios e necessidades dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como foi ressaltado a respeito da análise feita acerca do Conceito Enade do Curso de Bacharelado em Turismo no capítulo antecedente, reforça-se que é de suma importância que, a partir do momento em que os resultados do Enade 2022 forem divulgados, haja uma análise também detalhada do perfil mais recente do estudante do curso de Turismo da UFVJM, assim como da percepção desses estudantes a respeito do contexto da sua formação, uma vez que essas informações contribuem com a melhoria da qualidade do ensino.

Para tanto, é necessário que esses resultados sejam discutidos com todos os docentes e discentes. Além do esforço da equipe de gestão responsável pelo curso, é necessário o engajamento dos docentes, na busca da melhoria da qualidade, e os discentes devem ser ouvidos para que seus anseios sejam compreendidos e, na medida do possível, atendidos.

Sugere-se que todos os docentes, estejam sempre demonstrando aos alunos a importância dos equipamentos dos laboratórios e da infraestrutura, façam um bom acolhimento dos estudantes, que, como foi possível destacar neste trabalho, são tão singulares quanto as particularidades do território em que o curso está inserido, e persigam os melhores indicadores de qualidade que contribuem com a visibilidade do curso e com o incremento orçamentário.

Apesar do Conceito Enade, visto no capítulo anterior, considerar apenas os resultados nos conteúdos de formação geral e específica, os resultados do Questionário do Estudante compõem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que também faz parte do rol de indicadores de qualidade dos cursos, também considerado na matriz orçamentária.

Cabe destacar, considerando o perfil socioeconômico do discente do curso de Turismo, que é um curso noturno, que tais resultados devem amparar políticas públicas que contribuam para a manutenção do estudante na instituição de ensino superior, considerando os desafios singulares e bastante característicos da região onde a instituição se insere. Trabalhos como esses devem encorajar a realização de análises apuradas de outros cursos superiores, no intuito de enaltecer a importância da inserção regional da UFVJM e suas particularidades.

É importante também dizer que a realização da transmissão ao vivo realizada em outubro de 2022, no Canal Turismo Consciência do Youtube⁹, cujo tema foi compartilhar esclarecimentos acerca da importância do Enade com os estudantes, considerando a quantidade das suas visualizações, pode ter tido um alcance maior que o esperado, posto que foram quase 80 visualizações no canal, além da participação *on line* de mais de 30 discentes.

Nessa transmissão ao vivo, foram salientados vários aspectos abordados neste capítulo e no antecedente, reforçando a relevância da participação ativa dos discentes nesse processo. Os discentes foram sensibilizados quanto a todas as fases pela Procuradora Educacional Institucional em parceria com a Coordenação do Curso de Turismo e tiveram suas dúvidas dirimidas. O esperado com essa ação é que os estudantes tenham sido motivados a participar dessas avaliações de forma mais comprometida, melhorando os resultados do Conceito Enade, bem como oferecendo *feedbacks* conscientes e fidedignos a respeito do curso.

Finalmente, como também observado no capítulo anterior, o curso de Turismo da UFVJM cumpre a sua função social. Isso porque se trata de um curso público, gratuito e de qualidade, contribuindo para uma formação ética, cidadã, comprometida com o desenvolvimento da região e com a inclusão social e democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm Acesso em: 19 de jan. 2023.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyRGhEvguwy>

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em: 19 de jan. 2023.

INEP. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.** Pesquisar Relatórios de Cursos. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

MERLO, T. **A percepção dos estudantes sobre a formação na universidade: uma análise por meio do questionário do estudante do Enade.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública - Universidade Federal do Espírito Santo). São Mateus, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Acesso à Informação.** Dados Abertos. Microdados. Disponível em < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade>> Acesso em: 27 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes). **Questionário do Estudante 2018.** Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/questionario_estudante/questionario_estudante_enade_2018.pdf> Acesso em 27 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Acesso à Informação.** Dados Abertos. ENADE. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade> Acesso em: 26 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE 2018): Relatório de Curso - Turismo.** Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioCursos> Acesso em: 22 jan. de 2023.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NO TURISMO E ASSÉDIO MORAL: REFLEXÕES PARA A PESQUISA

Ana Paula Ribeiro Manduca

Universidade Federal de Minas Gerais
anaribeiropsi@gmail.com

Georgina Maria Vêras Motta

Universidade Federal de Minas Gerais
georginavmotta@gmail.com

Camila Teixeira Heleno

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
camila.heleno@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho, advindas da propagação do modelo neoliberal e seus reflexos na política de gerenciamento de pessoas e do desenvolvimento tecnológico, entre outras, têm ampliado o debate, propiciado maior foco e gerado mudanças significativas no estudo das condições de trabalho. Falar de condições de trabalho nos tempos atuais, com um olhar psicossociológico, para além das características físicas e materiais, implica em considerar a amplitude de sua definição. Nesse sentido, dentre as primeiras contribuições sobre o tema, podemos citar a pesquisa sobre Qualidade de Vida e o Movimento dos Indicadores Sociais (ALVARO; GARRIDO, 2006), que buscou avaliar o bem-estar da população abrangendo dimensões sociais e subjetivas, que os indicadores econômicos, anteriormente adotados de modo predominante, não contemplavam. A ampliação dos estudos demonstrou o caráter multi e interdisciplinar do fenômeno condições de trabalho, possibilitando o surgimento de propostas de sistematização e conceituação. Neste ensaio, adotaremos a concepção de condições de trabalho a partir de uma definição abrangente que envolve os aspectos do entorno, do conteúdo (incluindo a organização do trabalho) e psicossociais (RAMOS; PEIRÓ; RIPOLL, 2002; ÁLVARO; GARRIDO, 2006), os quais impactam no bem-estar das pessoas e da sociedade (LIMA, 1996; JACQUES, 2007; BORGES *et al.*, 2021).

Assumiremos como norteadora a síntese taxonômica elaborada por Borges *et al.* (2021) que organiza os diversos componentes das condições de trabalho em quatro categorias:

(1) condições contratuais e jurídicas, que inclui os tipos, modalidades de trabalho e as diversas formas contratuais;

(2) condições físicas e materiais, relativas aos aspectos mais concretos do entorno do trabalho, tais como: equipamentos e mobiliários;

(3) processos e características da atividade, voltadas para os aspectos do conteúdo das atividades, como as técnicas e atributos da atividade;

(4) condições do ambiente sociogerencial, que remete às relações interpessoais, práticas gerenciais e às demais atividades sociais no âmbito das organizações e/ou no mercado de trabalho.

O mesmo é necessário quando tratamos do assédio moral no trabalho. Nesse sentido, o assédio moral, forma de violência relacionada ao trabalho, pode ser definido como “um processo que se evidencia nas relações no trabalho, caracterizado por um conjunto de atos hostis, que ocorre de forma crônica, continuada e repetitiva, os quais atingem a dignidade, ofendem ou prejudicam aqueles que são alvo das hostilizações” (SOBOLL, 2017a, p. 15). Essa definição é oriunda da abordagem psicossocial que entende que o assédio moral no trabalho é causado pelas estruturas organizacionais do trabalho e da sociedade e não se limita a questões interpessoais e individuais (SOBOLL, 2017a).

Definidos os fenômenos centrais dessa reflexão e a abordagem teórica, cabe sinalizar que essas reflexões surgiram durante a mesa intitulada “Assédio Moral no Trabalho” dentro do projeto de extensão Diálogos Interdisciplinares no Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com a participação das autoras. Nesse sentido, a mesa propiciou um exercício reflexivo entre psicólogas, turismólogos/as (e futuros turismólogos/as) e outros profissionais do campo acerca da temática e suas implicações. Apresentamos aqui parte dessas reflexões suscitadas. Para tanto, inicialmente faremos um apanhado acerca das condições de trabalho no turismo, seguido da apresentação teórica sobre o assédio moral e, por fim, proporemos uma agenda de pesquisa acerca do assédio moral no turismo.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO/A TRABALHADOR/A DO TURISMO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Uma reflexão acerca das condições de trabalho no turismo requer um olhar para suas peculiaridades, por ser uma atividade com potencial de transformação social e do território, de grande relevância econômica, capaz de promover o crescimento econômico,

gerando renda, empregos, divisas e colaborando na redistribuição de renda (RABAHY, 2021). Para tanto, um primeiro aspecto a ser considerado é como o campo se constitui, a sua formalização. Assim como a saúde e o trabalho, que tem diretrizes internacionais, o turismo também tem suas normatizações baseadas em premissas da Organização Mundial do Turismo, que contribui para a atuação do Ministério do Turismo e as respectivas secretarias estaduais e municipais de turismo.

Visando o desenvolvimento do turismo no Brasil foi criado o Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo (SIMT), cujo objetivo é fornecer informações e dados para elaboração de uma política pública para a área (COELHO, 2011). Foi a partir de relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), analisando dados do SIMT, que começamos a nos aventurar nesse caminho.

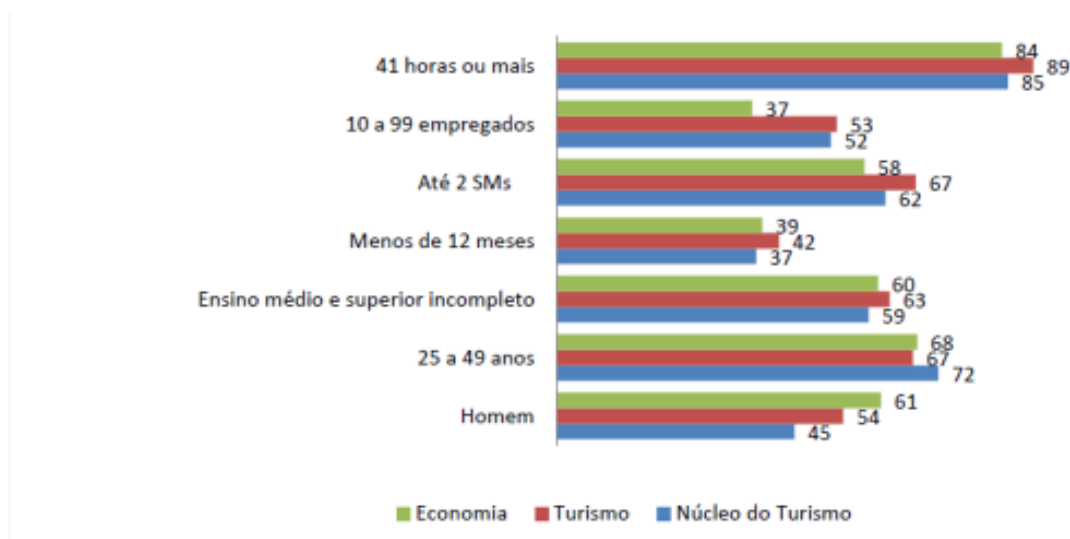
O SIMT considera que as Atividades Características do Turismo (ACTs) incorporam sete grupos: alojamento, agências de viagem, transportes, alimentação, cultura e lazer (COELHO, 2011). E foi esse o primeiro ponto que nos chamou a atenção – a definição das atividades características do turismo (ACTs). Segundo Coelho (2011), as ACTs são um conjunto de atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas. Para Meliani (2015), estes gastos são, em sua maioria, resultado do desempenho pessoal do profissional do turismo e, nesse sentido, “é o trabalhador do turismo que faz a mediação entre a empresa prestadora de serviços e o cliente, muitas vezes tendo que falar diferentes idiomas, sempre procurando relacionar-se de maneira cordial e eficiente” (p.98). Essa afirmação nos pareceu um indicativo da relação prevalente na atividade, que alguns autores como Meliani vão chamar de “servilismo”. No caso, tendo em vista que o objetivo do trabalhador está relacionado aos gastos dos turistas, o trabalhador por vezes pode se sentir “constrangido” em colocar limites, visto que “a qualidade da interação social entre o consumidor e o prestador do serviço faz parte da mercadoria” (MELIANI, 2015, p.100) e pode gerar uma relação de subserviência e adoecimentos. Esse é um aspecto importante para nossas observações.

Outra característica é a subdivisão das ACTs, em Núcleo do turismo, que atendem essencialmente visitantes; e secundárias, essas últimas incluem algumas atividades desenvolvidas/prestadas também para moradores, como por exemplo os restaurantes, que não atendem apenas a turistas. Essa cisão demonstra a fragilidade do reconhecimento dos trabalhadores e dos dados, que são obtidos por estimativas e metodologias dinâmicas em construção. Postas estas considerações, essa cisão reflete a divisão de gênero no trabalho, pois mais da metade dos trabalhadores do Núcleo do Turismo são mulheres – os autores se referem

ao maior número de camareiras e aeromoças e que essas últimas fazem elevar os dados de escolaridade (COELHO, 2011). Segundo Minasi, Mayer e Santos (2022), a proporção de mulheres é maior nos serviços de alojamento (57%), nas agências e operadoras de turismo (57%), nos serviços de alimentação (53%) e até entre os servidores do Ministério do Turismo (59%). Os autores problematizam, ainda, que essa proporção feminina é consistente com a noção de que os empregos do turismo são frequentemente considerados uma extensão do trabalho doméstico, historicamente desvalorizado em nossa sociedade, corroborada pela pequena proporção de mulheres em posições de poder (35%), o chamado “teto de vidro”¹⁰, e por demais desigualdades (salariais, horizontais e verticais etc.) que ainda marcam o trabalho das mulheres em geral.

Sobre a situação de trabalho, examinemos mais detalhadamente os dados a seguir:

Figura 1: Perfil médio dos ocupados formais do turismo no Brasil (dez.2013)(em%).



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO/IPEA, 2015.

Na figura 1, observamos que 85% do Núcleo do Turismo trabalham 41 horas ou mais, ou seja, mais de oito horas por dia e 62% recebem somente até dois salários mínimos, sendo que cerca de 1/3 têm menos de um ano de tempo de trabalho na empresa e 72% estão numa faixa etária de 25 a 49 anos. Nesse sentido, observamos que o trabalho nas ACTs muitas vezes é caracterizado por jornadas extensas, baixa remuneração, alta rotatividade, sinalizando

¹⁰ “A pequena proporção de mulheres em posições de poder pode ser explicada pelo conceito do “teto de vidro”. As mulheres precisam superar um conjunto de barreiras de origem sociais e históricas que persistem em preconceitos decorrentes de estereótipos e pressupostos implícitos. Entre as barreiras, está a cultura e prática organizacional que refletem a hegemonia masculina (Bazazo et al., 2017). Ainda, a cultura interna das organizações geralmente não é favorável a atitudes positivas em relação às mulheres, tais como promoção, seleção e mentoria” Minasi, Mayer e Santos (2022, p.11)

a precariedade das relações de trabalho no turismo, a exemplo do que é debatido na literatura (MELIANI, 2015; MARTONI; ALVES, 2019; HELENO; ALVES; OLIVEIRA, 2021).

No entanto, o setor de turismo se apresenta como contributivo para economia do país, com a previsão que em 2023 deverá alcançar cerca 7,8% do PIB (BRASIL, 2023), tendo as regiões sudeste (SE) e nordeste (NE) maior participação. Como podemos observar no quadro abaixo, outra peculiaridade se apresenta: o trabalho informal e a sua importância para o setor.

Quadro 1 - Ocupação nas ACTs em relação ao total da ocupação na economia¹ (dez. 2013)

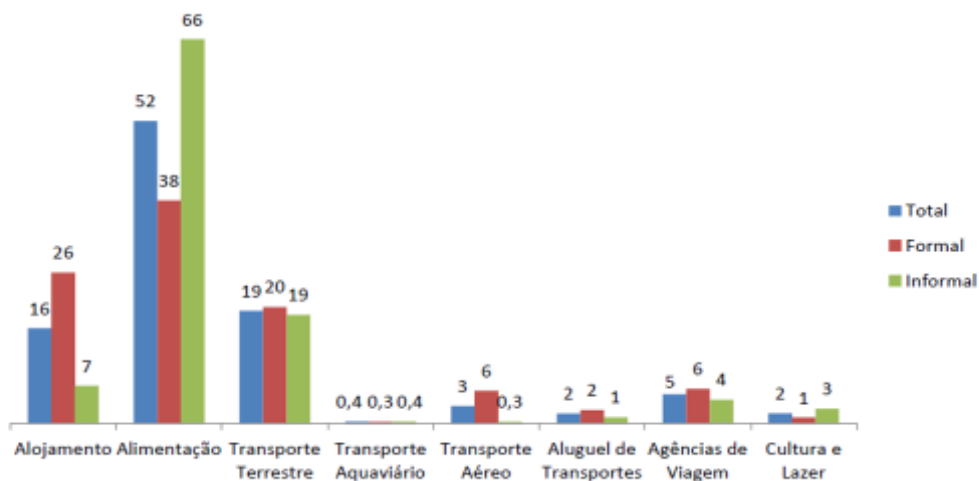
ACTS	Total			Formal			Informal		
	ACTS	Economia	%	ACTS	Economia	%	ACTS	Economia	%
N	114.725	6.618.762	1,70	38.340	1.760.577	2,20	76.385	4.858.185	1,60
NE	450.839	22.551.909	2,00	163.288	6.265.962	2,60	287.551	16.285.947	1,80
SE	995.373	39.070.138	2,50	567.497	20.858.602	2,70	427.876	18.211.536	2,30
S	250.053	14.397.484	1,70	147.247	7.093.086	2,10	102.806	7.303.498	1,40
CO	127.965	6.608.738	1,90	68.945	3.044.165	2,30	59.020	3.564.573	1,70
BR	1.938.955	89.247.031	2,20	985.317	39.023.292	2,50	953.638	50.223.739	1,90

Fonte: Adaptado do Ministério do Turismo/IPEA, 2015.

Notas: ¹ Não inclui estatutários e militares.

No gráfico seguinte, podemos observar que a informalidade se mostra como importante traço no setor de alimentação, tendo, ainda, representatividade no transporte terrestre, na cultura e lazer.

Gráfico 1 - Participação relativa das ACTs – Brasil – Dezembro 2013



Fonte: Ministério do Turismo/IPEA, 2015.

Segundo Alves (2020), cerca de metade dos estimados dois milhões de empregos no turismo é de trabalhadores/as informais. Todas essas considerações demonstram a noção de imprecisão dos dados do setor e da referida carência de regulamentação do mesmo.

Observando, ainda, as condições contratuais e jurídicas do setor de turismo, notamos que existe uma variável transversal que influencia as relações de trabalho: a sazonalidade (trabalho por temporadas). A demanda por mão de obra em períodos e locais determinados interfere tanto nas condições contratuais, quanto no deslocamento dos trabalhadores para esses locais, e deriva a produção de dois mercados de trabalho: o permanente (trabalhadores contratados para a prestação de serviços o ano inteiro) e o temporário (trabalhadores contratados somente para determinada época do ano). Também nos destinos turísticos surgem trabalhadores informais tanto nas empresas, como por conta própria (guias, artistas, vendedores ambulantes) (MELIANI, 2015). Além da precarização das relações de trabalho no turismo, manifesta pela informalidade, algumas empresas se utilizam de outras estratégias: a “terceirização” de determinados serviços e a “contratação de estagiários” para exercer função de trabalhador pleno. Podemos concluir que há diferentes tipos de relações trabalhistas no setor e que estas tendem à precarização, considerando a jornada, a remuneração e a fragilidade dos vínculos trabalhistas (MELIANI, 2015).

Outra perspectiva a ser observada são as características pessoais exigidas para a função, que variam em conformidade com o tamanho e a qualificação das empresas (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Características do/a trabalhador/a

Qualificadas	Operativas
Sujeitos mais do que multifuncionais e cooperativos	Pouca qualificação profissional
Proficiência em um ou mais idiomas	Baixo salário
Técnicas de relacionamento interpessoal	Pouca oportunidade de desenvolvimento de carreira
Conhecimento de geografia e história dos lugares em que atuam.	
Ocupações de nível mais baixo são destinadas às mulheres e aos jovens Martoni & Alves (2019); Heleno, Alves & Oliveira (2021)	

“Sorriso institucional”
Meliani, 2015

Fonte: Adaptado de Meliani, 2015 Martoni & Alves (2019), Heleno et al.(2021).

Os trabalhadores que tem maior contato com o turista se submetem a maiores exigências quanto “à maneira de falar”, sua aparência e personalidade. Estes aspectos são tratados, por parte dos empregadores, como aspectos legítimos de intervenção e controle” (MELIANI, 2015, p.112), sendo considerados apenas parte dos meios de produção.

No entanto, o chamado “sorriso institucional” perpassa os trabalhadores de empresas mais qualificadas e das operativas. Segundo Meliani (2015), o contato existente entre o trabalhador e o turista pode ser determinante na satisfação da experiência do turista, de maneira que o turista deseja um “padrão” de excelência e um “atendimento personalizado”.

Trabalhadores prestadores de serviços, como no turismo, a quem a regra profissional impõe o contato, a participação, a estimulação psicológica do consumidor, têm no exercício de suas funções a exigência de reciprocidade e calor humano, que se constitui em um trunfo essencial para promoção, recrutamento e remuneração dos empregados. E como os trabalhadores se percebem nessa situação? Martoni e Alves (2019) desenvolveram pesquisa nas ACTs em que assinalam os sintomas ocasionados pelo trabalho em cada cargo e analisam sua relação com as inúmeras fontes de variabilidade como: realização de horas extras, poucas pausas, falta de promoções, dificuldade na relação com colegas, ameaça de desemprego, baixa remuneração, falta de capacitação, improvisações, rotina, exigências dos procedimentos e desconforto no posto de trabalho. Segundo os autores “foi realizado um cruzamento relativo à constituição dos grupos profissionais [participantes da pesquisa] e à percepção de sintomas, obtendo-se as seguintes respostas, conforme Quadro 3(MARTONI; ALVES, 2019, p.220)

Quadro 3 – Cargos versus sintomas

Sintomas ocasionados pelo trabalho	Camareira	Recepcionista	Serviço auxiliar	Agente de Viagem	Guia de turismo
1.Seu trabalho contribui para cansaço e/ou stress?	0,71	0,73	0,47	0,77	0,75
2.Seu trabalho contribui para ansiedade?	0,44	0,31	0,37	0,42	0,45
3. Seu trabalho contribui para desânimo?	0,2	0,18	0,21	0,22	0,15
4. Seu trabalho contribui para irritação?	0,34	0,34	0,26	0,33	0,25
5. Seu trabalho contribui para tristeza?	0,15	0,11	0,21	0,19	0,05
6. Seu trabalho contribui para dificuldade para dormir?	0,29	0,21	0,32	0,26	0,3

Fonte: Adaptado de MARTONI; ALVES, 2019.

Como podemos ver os sintomas são distintos entre os cargos, mas a irritação e ansiedade se apresentam em todos os cargos que mantém contato com o turista de forma relevante. Em relação às exigências técnicas, fontes de variabilidade, os agentes de viagem apresentam-se mais susceptíveis. Inclusive com atividades aparentemente contraditórias como a exigência de improvisações e de manter um comportamento padronizado. Agora, considerando as condições de trabalho que temos examinado, a forma como se organiza o trabalho e o desnível de poder existente entre o usuário e o trabalhador do turismo, propicia que este esteja susceptível às demandas do primeiro, e que as atenda de forma imediata e de maneira personalizada, não podendo recorrer ao amparo de legislações, visto que o vínculo trabalhista é precário. Tais condições nos leva a questionar acerca da ocorrência de situações de assédio psicossocial e mesmo de pequenas violências – o incivismo – no cotidiano do trabalhador/a do turismo. E ainda, na dificuldade em que estas possam ser caracterizadas.

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Nos últimos anos, a violência no ambiente de trabalho tem sido amplamente debatida em diversas áreas, tanto nacional quanto internacionalmente. No contexto internacional, as discussões iniciaram-se por volta de 1976, com a publicação do livro “The harassed worker” de Carrol Brodsky (SOARES, 2012; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; NIELSEN; EINARSEN, 2018; EINARSEN *et al.*, 2020). Em 1998, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um relatório destacando o cenário alarmante da violência no ambiente de trabalho em todo o mundo, no qual reconheceu que vários fatores complexos contribuem para a violência no ambiente de trabalho e que a solução para esse problema exige esforços coletivos (CHAPPELL; DI MARTINO, 1998). Nesse percurso, a OIT tem conduzido vários estudos sobre a promoção de um ambiente de trabalho livre de violência e assédio. Em junho de 2019, aprovou a Convenção 190, um importante instrumento legal que estabelece diretrizes para enfrentar esse problema e visa implementar o trabalho decente em todo o mundo de forma efetiva. O Ministério Público do Trabalho solicitou a ratificação da referida Convenção, porém a convenção ainda não foi ratificada pelos órgãos brasileiros responsáveis (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2020).

No contexto brasileiro, as discussões iniciaram no início do século XXI e foram influenciadas pela publicação, no ano 2000, do livro de Marie-France Hirigoyen “Assédio moral: a violência perversa no cotidiano”; em 2001, do artigo de Maria Ester Freitas “Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações”; e, em 2003, do livro de

Margarida Barreto “Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações” (VIEIRA; LIMA; LIMA, 2012). Desde então, alguns pesquisadores têm se destacado nas pesquisas e publicações regulares sobre a temática, tais como Lis Andrea Pereira Soboll, a professora Margarida de Souza Barreto (*in memoriam*), e o Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho, criado pela professora Suzana da Rosa Tolfo.

Os atos de violência, hostis e crônicos, que caracterizam o assédio moral no trabalho podem vir de várias direções: horizontal (quando os atos de violência vêm de colegas do mesmo nível hierárquico), vertical descendente (quando os atos são praticados da chefia para os subordinados), vertical ascendente (quando os atos vêm dos subordinados para a chefia), e misto (quando os atos vêm dos colegas e da chefia simultaneamente), sendo este último, na prática, o menos comum de acordo com a literatura consultada (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013).

Tão importante quanto caracterizar o assédio moral no trabalho é diferenciá-lo de outros tipos de violência presentes no trabalho, tais como conflitos pontuais, gestão por injúria, atos pontuais de violência, exigências profissionais (HIRIGOYEN, 2002; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013). Para isso, utilizamos de alguns critérios para sua identificação: duração, frequência, caráter processual e intencionalidade dos atos vivenciados no trabalho (LEYMANN, 1990; HIRIGOYEN, 2002; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; SOBOLL, 2017a; EINARSEN *et al.*, 2020). A frequência é avaliada por meio da análise da repetição sistemática dos atos hostis vivenciados. A duração é avaliada por meio da ocorrência dos atos várias vezes, sendo importante destacar que não precisa ser a repetição do mesmo ato. Quanto a estes critérios, Leyman (1990) entende que é necessária a duração de seis meses dos atos vivenciados para a caracterização do assédio moral no trabalho, em analogia ao critério temporal utilizado para a avaliação de vários distúrbios psiquiátricos. Outros autores (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; EINARSEN *et al.*, 2020) entendem que não há como fixar um tempo mínimo, pois, na prática, identificaram casos de assédio moral no trabalho em que os atos duraram um tempo inferior a seis meses. O caráter processual dos atos é outro ponto fundamental de análise, já que o assédio moral no trabalho é entendido como um processo de exposição frequente, sistemática e contínua aos atos de violência (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; SOBOLL, 2017a; EINARSEN *et al.*, 2020). Quanto ao critério de intencionalidade dos atos, não há consenso na literatura em relação ao uso desse critério como obrigatório ou complementar. Alguns autores (FREITAS;

HELOANI; BARRETO, 2013; HIRIGOYEN, 2002) defendem o uso como obrigatório. Outros (EINARSEN *et al.*, 2020; SOBOLL, 2017a) utilizam estes critérios como complementares, uma vez que consideram que o assédio pode ser intencional ou não, além da dificuldade de análise e comprovação da intencionalidade, de modo que não há clareza em relação ao que é intencional no assédio moral: se é em relação aos atos praticados ou se é a intenção de prejudicar. Destacamos o desafio em identificar e punir casos de assédio moral no trabalho devido a práticas socialmente aceitas que impedem sua identificação como um problema organizacional e social.

As consequências do assédio moral no trabalho afetam os trabalhadores, a organização e a sociedade (LEYMANN, 1990; SOARES; OLIVEIRA, 2012; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; TOLFO *et al.*, 2016; NIELSEN; EINARSEN, 2018). As consequências para os trabalhadores podem ser: prejuízos à saúde física e mental, prejuízo nas relações interpessoais, aumento do absenteísmo (LEYMANN, 1990; SOARES; OLIVEIRA, 2012; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; TOLFO *et al.*, 2016; NIELSEN; EINARSEN, 2018). Para as organizações, as consequências aparecem na forma de imagem negativa da instituição perante os trabalhadores e a sociedade em geral, piora o clima organizacional, aumenta a rotatividade, aumenta os custos relacionados ao absenteísmo, rotatividade e processos judiciais (LEYMANN, 1990; SOARES; OLIVEIRA, 2012; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; TOLFO *et al.*, 2016; NIELSEN; EINARSEN, 2018). Para a sociedade as consequências podem ser observadas com o aumento dos custos previdenciários (reabilitação profissional, benefício por incapacidade temporária e/ou aposentadorias precoces), aumento dos custos com saúde pública (consultas médicas recorrentes, remédios custeados pelo governo, dentre outros), e aumento dos custos do poder judiciário (LEYMANN, 1990; SOARES; OLIVEIRA, 2012; FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2013; TOLFO *et al.*, 2016; NIELSEN; EINARSEN, 2018).

Considerando as características do assédio moral no trabalho (direção, frequência, intencionalidade dos atos, etc.); que o assédio moral no trabalho não se trata de um problema individual, mas sim um problema organizacional e social; que a precarização do trabalho no turismo se manifesta na sua caracterização de sazonalidade (temporalidade), informalidade, grande extensão das jornadas, baixas remunerações, alta rotatividade, grande participação feminina, etc. (MELIANI, 2015; MARTONI; ALVES, 2019; HELENO; ALVES; OLIVEIRA, 2021); que “a precarização no trabalho é uma forma de violência e, ao mesmo tempo, causa contribuinte da produção e disseminação da violência” (HELENO; BORGES; AGULLÓ-

TOMÁS, 2021 p. 67); e que, “a expansão das más condições de trabalho, da precarização e da violência não significa, necessariamente, que sua visibilidade se amplia” (BORGES *et al.*, 2022, p.521), nos questionamos, por exemplo, se seria uma ocupação (ou várias) mais expostas a sofrerem tal agravo. As condições de trabalho favorecem que os/as trabalhadores/as do turismo estejam mais vulneráveis a sofrer assédio moral no trabalho?

Nesse sentido, propomos uma agenda de pesquisa com enfoque na psicossociologia do trabalho sobre o assédio moral no trabalho no turismo. Sugerimos: a) investigar o impacto das condições de trabalho para os trabalhadores/as do turismo; b) investigar a informalidade e precarização do trabalho no turismo bem como suas implicações para a saúde do trabalhador/a; c) realizar revisão sistemática das publicações, nacionais e internacionais, acerca das normatizações existentes sobre o trabalho no turismo; d) identificar e compilar as legislações e regulamentações das diferentes ocupações contidas nas ACTs; e) definir recortes de pesquisa com escolha de ocupações a serem estudadas, considerando gênero; f) explorar aspectos relacionados à gestão de pessoas como ambiente sociogerencial, rotatividade, absenteísmo e comunicação; g) analisar o assédio moral no trabalho no turismo conjuntamente com estratégias de intervenção; h) investigar o entrelaçamento entre os fenômenos e destes com as macropolíticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que com este ensaio conseguimos alcançar o objetivo de desenvolver reflexão sobre as condições de trabalho no turismo e os possíveis riscos de assédio moral a que elas podem expor os trabalhadores. Levantamos as características comuns do trabalho no turismo, bem como as dificuldades relativas à ausência de regulamentação que dificultam tanto a proteção dos direitos do trabalhador quanto a identificação de que na relação com o turista e, mesmo com a organização, podem ocorrer práticas abusivas, visto que muitas são socialmente aceitas, camufladas/ocultas sob o véu da excelência. Tal característica, além de obstaculizar a implementação ampla de ações preventivas ao assédio moral, sinaliza a premência da regulamentação das ACTs e da profissão, bem como, a necessidade de o Brasil ser signatário da Convenção 190 da OIT.

No entanto, lembramos que é responsabilidade das organizações construir ambientes de trabalho saudáveis em que estas práticas não sejam aceitas. Nesse sentido, e entendendo que as boas práticas possam ser replicadas, trazemos algumas sugestões de intervenções que possam ser implementadas cotidianamente. A realização de eventos (cursos,

palestras), a distribuição de cartilhas, a preparação dos trabalhadores da área de gestão e gestão de pessoas, inclusão do tema nas normas de conduta, divulgação da legislação vigente acerca do tema, mudanças na forma de organização do trabalho e divulgação do posicionamento da organização sobre casos de assédio são algumas das possíveis ações de prevenção e combate ao assédio moral no trabalho, que além de sensibilizar os trabalhadores os qualificam para lidar com a temática. Para que se tenha maior benefício com a realização destas ações, recomendamos que sejam feitas de modo constante. As organizações devem se atentar também para o uso da linguagem, de modo a atingir todos que fazem parte da organização (SOBOLL, 2017b).

Acreditamos que é fundamental que o assédio moral no trabalho seja tratado como um problema organizacional e social, e não como um problema individual. É responsabilidade das organizações construir ambientes de trabalho saudáveis em que estas práticas não são aceitas. Esperamos com tais recomendações contribuir para a melhoria das condições de trabalho no turismo. Ressaltamos que abordar o assédio moral no trabalho em diálogos interdisciplinares é basilar para promover uma compreensão holística do assunto, considerando que cada área traz perspectivas e expertise únicas, o que permite uma análise mais completa do problema e a formulação de estratégias mais eficazes para enfrentá-lo, proporcionando ambientes de trabalho mais saudáveis e respeitosos para todos os funcionários.

REFERÊNCIAS

ALVES, K. S. Trabalho e sofrimento psíquico de profissionais do turismo. **Turismo: Estudos & Práticas**, v. 9 (Dossiê Temático 2), p. 1-13, 2020. Disponível em: <http://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/659/629>. Acesso em: 26 mai 2023.

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. Trabajo, ocupación y bienestar. In GARRIDO, A. (Ed.), **Sociopsicología del Trabajo**. Barcelona: Editorial UOC, 2006. p. 99–132.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo será responsável por quase 8 milhões de empregos e 7,8% do PIB do Brasil em 2023, afirma WTTC**, 31 mai, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-sera-responsavel-por-quase-8-milhoes-de-empregos-e-7-8-do-pib-do-brasil-em-2023-afirma-wttc>. Acesso em 06 ago 2023

BORGES, L. O.; GARCIA PRIMO, G. M.; BARROS, S. C.; SANTOS NETO, S. P.; HELENO, C. T.; MOTTA, G. M. V. Questionário de condições de trabalho para servidores universitários. **Aval. Psicol.** v. 20, p. 379–389, 2021. DOI: 10.15689/ap.2021.2003.19463.12.

BORGES, L. O.; BARBOSA, S. C.; ANSOLEAGA, E.; BARROS, S. C.; HELENO, C. T.; RENTERÍA, E. Condições de trabalho, avanços da precarização e violência no trabalho. In CARVLHO-FREITAS et al., **Psicologia Organizacional e do Trabalho: perspectivas teórico-práticas**. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2022. p.489-529.

CHAPPELL, D.; DI MARTINO, V. **Violence at work**. Genebra: International Labour Office, 1998. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_publ_9221108406_en.pdf. Acesso em: 26 mai 2023.

COELHO, M. H. P. **Ocupação do setor de turismo no Brasil: análise da ocupação nas principais ACTs nos estados, regiões e Brasil (texto para discussão 1580)** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1286/1/TD_1580.pdf. Acesso em: 26 mai 2023.

EINARSEN, S. V.; HOEL, H.; ZAPF, D.; COOPER, C. L. The concept of bullying and harassment at work: the european tradition. In: EINARSEN, S. V.; HOEL, H.; ZAPF, D.; COOPER, C. L. (Org.). **Bullying and harassment in the workplace: developments in theory, research, and practice**. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2020, p.3-53.

FREITAS, M. E.; HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

HELENO, C. T.; ALVES, K. S.; OLIVEIRA, I. C. C. Trabalho em Turismo: um olhar sobre o/a trabalhador/a. In: MAGNANI, M. C. A. O.; FERREIRA, M. L. S.; HELENO, C. T.; VARAJÃO, G. F. D. C.; SCALCO, R. F.; MARTINS-FONSECA, V. (Org.). **Turismo ConsCiência: Diálogos em tempos de pandemia**. 1ed. p. 135-153, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355944445_Turismo_ConsCiencia_-_dialogos_em_tempos_de_pandemia. Acesso em: 26 mai 2023.

HELENO, C. T.; BORGES, L. O.; AGULLÓ-TOMÁS, E. 4ª Revolução Industrial e precarização no trabalho: Dois discursos e o mesmo fenômeno? In BORGES, L. O.; BARBOSA, S. C.; GUIMARÃES, L. A. M. (Orgs.), **Psicossociologia do Trabalho**. Curitiba: CRV, 2021, p. 43–76.

HIRIGOYEN, M. F. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JACQUES M. G. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 112-119, 2007.

LEYMANN, H. Mobbing and psychological terror at workplaces. **Violence and Victims**, v. 5, n. 2, p. 119-126, 1990. Disponível em: [https://www.mobbingportal.com/LeymannV&V1990\(3\).pdf](https://www.mobbingportal.com/LeymannV&V1990(3).pdf). Acesso em: 26 mai 2023.

LIMA, M. E. A. A pesquisa em saúde mental e trabalho. In TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W. (Orgs.), **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1996, p. 49-60.

MARTONI, R. M.; ALVES, K. S. As condições da classe trabalhadora em atividades características do turismo: especificidades e tendências socioprodutivas. **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, 2019. DOI: 10.18226/21789061.v11i1p211

MELIANI, P. F. Pensando o trabalho no turismo: sobre servilismo e precarização das relações trabalhistas na prestação de serviços turísticos. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, v. 14, n. 26, p. 95-117, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1053/955>. Acesso em: 26 mai 2023.

MINASI, S. M.; MAYER, V. F.; SANTOS, G. E. O. Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil. **RBTUR**, v.16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/9WVDG4MK3MXhFhMXd7SdvTc/?format=pdf>. Acesso em: 26 mai 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO/INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Termo de Execução Descentralizada nº 01/2014**, Produto 5 Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões. IPEA, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf. Acesso em: 26 mai 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, (10 de dezembro de 2020). **MPT pede ratificação da Convenção 190 da OIT para combater o assédio e a violência no trabalho**. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/mpt-pede-ratificacao-da-convencao-190-da-oit-para-combater-o-assedio-e-a-violencia-no-trabalho>. Acesso em: 29 mai 2023.

NIELSEN, M. B.; EINARSEN, S. V. What we know, what we do not know, and what we should and could have known about workplace bullying: an overview of the literature and agenda for future research. **Aggression and Violent Behavior**, v. 42, p. 71-83, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.06.007>.

RABAHY, W. A. Uma visão do turismo no Brasil e suas perspectivas, In **Dados & Informações do turismo no Brasil**, nº1. Ministério do Turismo, Brasil, 2021.

RAMOS, J.; PEIRÓ, J.M.; RIPOLL, P. Condiciones de trabajo y clima laboral. In PEIRÓ, J. M.; PIETRO, F. (Eds.), **Tratado de Psicología del Trabajo: Actividad Laboral en su Contexto**. Síntesis: Madrid, p. 37-91, 2002.

SOARES, A. As origens do conceito de assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 284-286, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572012000200009>

SOARES, A; OLIVEIRA, J. A. Assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 37, n. 126, p. 195-202, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200002>

SOBOLL, L. A. P. Assédio moral e organizacional na perspectiva psicossocial: critérios obrigatórios e complementares. In: SOBOLL, L. A. P. (Ed.). **Intervenções em assédio moral e organizacional**. São Paulo: LTr, 2017a. p. 13-22.

SOBOLL, L. A. P. Intervenções no espaço possível de ação: princípios e estratégias básicas no combate ao assédio moral e organizacional. In: SOBOLL, L. A. P. (Ed.). **Intervenções em assédio moral e organizacional**. São Paulo: LTr, 2017b. p. 33-46.

TOLFO, S. R.; SILVA, N.; NUNES, T. S.; CUGNIER, J. S. Assédio moral no trabalho: conceitos, aspectos culturais e de gestão de recursos humanos, consequências e possibilidades de intervenção. In: CHAMBE, M. J. (Ed.). **Psicologia da Saúde Ocupacional**. Lisboa: Pactor, 2016. p. 259-284.

VIEIRA, C. E. C.; LIMA, F. P. A.; LIMA, M. E. A. E se o assédio não fosse moral? Perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 126, p. 256-268, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200007>

A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TURISMÓLOGO

Raquel Faria Scalco

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

raquel.scalco@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

O tema da regulamentação da profissão de turismólogo foi apresentado no âmbito do projeto de extensão “Ciclo de debates do Curso de Turismo da UFVJM: construção de conhecimento, divulgação científica e estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade externa”, do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no dia 04 de julho de 2022, no Núcleo de Estudos em Turismo. A palestra foi proferida pela professora Raquel Scalco e alunos da disciplina de Legislação Aplicada ao Turismo, que se prepararam para a discussão da temática e fizeram apontamentos importantes ao longo da palestra. Como ouvintes, estiveram presentes cerca de 40 pessoas, entre professores e estudantes do curso de Turismo da UFVJM.

Este tema vem sendo discutido pela academia e pelos setores públicos e privados do turismo, desde a década de 70, quando o primeiro Anteprojeto de Lei foi encaminhado ao Congresso Nacional e foi vetado pelo então Presidente da República (MARTONI, 2021). A partir de então, novas tentativas de aprovação do texto foram realizadas, esbarrando sempre na questão da inconstitucionalidade. A Constituição Federal prevê que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 5º, inciso XIII). Além disso, há um entendimento pelo Supremo Tribunal Federal de que “o estabelecimento de requisitos de qualificação profissional para determinadas atividades se justifica tão somente em profissões cujo exercício acarrete sério risco à sociedade” (*apud* MARTONI, 2021), o que não é o caso da profissão de bacharel em turismo.

Em 2012, o projeto de lei tratando do assunto foi parcialmente aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República, por meio da Lei nº 12.591, de 18 de Janeiro de 2012 (BRASIL, 2012), reconhecendo a profissão de Turismólogo e disciplinando o exercício da profissão. No entanto, o artigo que tratava de quais profissionais poderiam exercer tal profissão, mais uma vez, foi vetado, em função das mesmas razões expostas acima.

Dessa forma, este é um assunto que sempre vem à tona nas discussões sobre o mercado de trabalho e a profissão de turismólogo, na academia, em eventos científicos da área e na esfera pública relacionada ao turismo. Por isso, é preciso esclarecer o que significa regulamentar uma profissão, qual a proposta atualmente existente sobre o assunto, a tendência internacional e a importância do reconhecimento mercadológico desse profissional. Nesse sentido, o propósito de tal publicação é trazer à tona a discussão sobre esse processo e clarear para os estudantes e profissionais da área qual é a proposta atual para a regulamentação da profissão e porque ela vem sendo recorrentemente vetada pelo Governo Federal.

QUEM É O BACHAREL EM TURISMO OU TURISMÓLOGO?

O turismólogo é aquele profissional reconhecido pela Lei 12.591/12 (BRASIL, 2012), isento de qualquer pré-requisito de formação acadêmica ou atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, sendo livre o exercício da profissão de turismólogo. Vale destacar que a lei não faz distinção entre o bacharel em turismo e o turismólogo, sendo que, na prática, ambos podem exercer a profissão. No entanto, o bacharel em turismo necessita de formação em nível superior. De acordo com a ABBBTUR o bacharel em turismo:

É um profissional de nível superior egresso dos cursos superiores de turismo e/ou turismo e hotelaria, conforme LEI N° 12.591, de 18 de Janeiro de 2012, que disseminam ideias, planejam atividades e as gerenciam, por meio de sua capacidade de análise crítica e reflexiva agindo com responsabilidade técnica e procedimento ético para garantir o desenvolvimento sustentável da atividade nos seus diferentes segmentos, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento de novas. (ABBTUR, 2011).

Para Boiteux e Werner (2005, s.p.):

O bacharel em turismo, denominado turismólogo, deve ter como função primordial mudar o status quo do atual Brasil Turístico. Ele deve ser um grande agente de mudança e entender que não é um mero operador ou planejador da atividade turística mas que possui uma responsabilidade social muito grande: a de reduzir as desigualdades sociais e melhorar a gestão democrática das cidades, através do turismo.

Já segundo a Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais de Curso de Graduação em Turismo, o bacharel em turismo, egresso de cursos de graduação na área deve ter:

[...] aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de

atuação profissional (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 13, 2006, art.3º).

Assim, entende-se que, em função da complexidade do fenômeno turístico, este profissional deve ter uma formação generalista e interdisciplinar que privilegie a dimensão humanística e ética, como também os aspectos teóricos, técnicos e científicos específicos da área. Ressalta-se que sua formação deve contemplar o difícil equilíbrio entre o conhecimento teórico e as exigências práticas do mercado de trabalho, estando apto a atuar de forma crítica, reflexiva e criativa no planejamento e na gestão pública e privada da atividade turística, com uma visão sistêmica e integrada da cadeia produtiva do turismo.

Este profissional foi reconhecido pela Lei nº12.591/2012, que cita também as atividades a serem desempenhadas por ele:

Art.2º: Consideram-se atividades do turismólogo:

- I - planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;
- II - coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;
- III - atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;
- IV - diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;
- V - formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;
- VI - criar e implantar roteiros e rotas turísticas;
- VII - desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;
- VIII - analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;
- IX - pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;
- X - coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;
- XI - identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;
- XII - formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;
- XIII - organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;
- XIV - planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;
- XV - planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XVI - emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- XVII - lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;

XVIII - coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico. (BRASIL, 2012, art.2º).

Destaca-se que a Lei nº12.591 reconhece a profissão e explicita o papel do turismólogo, mostrando as atividades a serem desenvolvidas por ele, mas não evidencia quem são esses profissionais nem as exigências da formação acadêmica que ele deve ter, uma vez que a profissão não foi regulamentada pela referida lei. No entanto, analisando o rol de atividades acima, bem como a definição de bacharel em turismo e o perfil do egresso dos cursos de graduação na área, fica clara a complexidade e a abrangência da atividade e a multiplicidade de áreas de atuação e atividades a serem desenvolvidas por este profissional.

Assim, entende-se que as atividades listadas na lei que reconhece a profissão são compatíveis com a formação acadêmica de nível superior do turismólogo, pois se tratam de atividades de nível tático e estratégico, relacionados à gerência, pesquisa, planejamento e gestão do turismo. Desta forma, caracterizam-se por atividades de maior complexidade e que exigem melhor capacitação profissional e um entendimento integrado, holístico e transdisciplinar da atividade turística. Este profissional deve possuir formação ampla, com disciplinas em diversas subáreas das ciências sociais e humanas. Portanto, ao analisar tais atividades é possível distinguir o profissional de nível superior daqueles que atuam em atividades operacionais do turismo, sendo este caracterizado pela formação em cursos de nível técnico (em turismo, agenciamento de viagens, eventos, hospedagem, guia de turismo, entre outros).

Os cursos técnicos, de forma geral, podem ser ofertados em nível médio ou pós-médio, são cursos mais rápidos (com no mínimo 800 horas e duração de 2 a 3 anos), visando a formação de profissionais focados na atuação prática e operacional da área. Já a função do tecnólogo é muito parecida com a do técnico, porém sua formação é reconhecida como de nível superior, sendo, em geral, cursos ofertados com no mínimo 1600 horas ao longo de 2 anos. O tecnólogo também possui formação mais voltada para atividades prática do turismo, com disciplinas mais específicas de gestão e operação nas áreas de eventos, hotelaria, gastronomia, gestão do turismo e lazer. Já os cursos de bacharelado em turismo têm duração entre 3 e 4 anos e o número mínimo de horas é de 2400, passando por conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos do turismo, além de estágio, atividades complementares e Trabalho de Conclusão do Curso (BRASIL. Resolução 13, 2006; BRASIL, Parecer CNE/CES nº 8/2007).

O que ocorre na prática é que a maior parte das atividades operacionais, assim como aquelas de planejamento e gestão da atividade acabam sendo, por vezes, realizadas por bacharéis em turismo e/ou de áreas afins. Isso ocorre em função da falta de oportunidades de trabalho para os turismólogos em suas áreas específicas de atuação definidas pela Lei nº12.591/2012, além de desproporcionalidade entre a oferta de egressos e a procura do mercado por esse profissional e da concorrência com profissionais de outras áreas no mercado de trabalho. Esta realidade acaba por influenciar na remuneração do turismólogo, no seu plano de carreira e na sua perspectiva de crescimento profissional de longo prazo.

Esta situação, atrelada à falta de regulamentação da profissão, pode desestimular a escolha por este curso superior e/ou aumentar a procura dos discentes por outras áreas afins, com melhores perspectivas de trabalho e de reconhecimento profissional. A questão da regulamentação da profissão será abordada a seguir.

HISTÓRICO DAS TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TURISMÓLOGO

A regulamentação de qualquer profissão no Brasil deve ser feita por meio da proposição de um projeto de lei a ser apreciado pelo Congresso Nacional, enviado por iniciativa de deputados federais e/ou senadores, bem como do Presidente da República, sempre influenciado pelos profissionais da área, associações de classe ou pela sociedade em geral. O projeto de lei deve ser analisado pela Câmara e pelo Senado e, posteriormente, sancionado pelo Presidente da República, e não pode ter nenhum artigo contrariando a Constituição Federal.

Em geral, há uma grande confusão entre regulamentar e reconhecer uma determinada profissão. Cabe, assim, destacar que profissões regulamentadas são definidas por lei, ou seja, tem regulamentação própria de direitos e garantias, além de definir quem pode exercê-la. Já o reconhecimento de uma profissão é feita pela inclusão da mesma na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), visando reconhecer a sua importância perante a sociedade. De acordo com Martoni (2012, p. 183)

Importa salientar que há diferenças entre reconhecimento e regulamentação: regulamentar quer dizer propiciar condição legal, pelo Estado, a uma determinada profissão, conferindo-lhe reconhecimento público e instrumentos que exijam a atuação em atividades que lhe são específicas por profissionais diplomados em instituições de ensino reconhecidas, bem como o respaldo jurídico a profissionais e à sociedade [...]. Já o reconhecimento é meramente a oficialização quanto à identificação de existência de um determinado profissional, o qual não

necessariamente precisa se valer de formação para atuar no rol das atividades específicas de um dado setor e, principalmente, não pode contar com um conselho.

Assim, destaca-se que os egressos de cursos superiores em turismo, bem como a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR), vêm, historicamente, lutando para alcançar a regulamentação da profissão de turismólogo e não apenas o seu reconhecimento.

As primeiras tentativas de regulamentação da profissão de turismólogo ocorreram logo que se formaram os primeiros egressos de cursos superiores em turismo no Brasil, ainda na década de 70. Segundo Matias (2002, p. 25 *apud* MARTONI, 2021, p. 180), o primeiro projeto de lei, de número 64/1975, foi baseado nas reivindicações de um grupo de turismólogos, recém-formados, e encaminhado pelo deputado federal Amaral Furlan. O mesmo foi vetado por desconsiderar os profissionais já atuantes na área; por apresentar um piso salarial; e por não apresentar uma descrição detalhadas das atividades que poderiam ser realizadas pelo bacharel em turismo.

Alguns anos depois, em 1981, foi fundada a ABBTUR, atuando como entidade representativa dos bacharéis em turismo, com a finalidade de defender seus interesses coletivos. Hoje a missão da ABBTUR é:

Congregar, defender e representar os turismólogos, promovendo ações que favoreçam a maior atuação profissional, estimulando a produção do saber e do fazer de forma ética e comprometida com o desenvolvimento sustentável do Turismo, de maneira economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. (ABBTUR, 2011).

Já em 1999, com apoio da ABBTUR, foi encaminhado ao Congresso um novo projeto de Lei, desta vez pela deputada Maria Elvira, o qual dispunha sobre o exercício da profissão de turismólogo. Este projeto de Lei foi integralmente vetado, em 2005, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante este período de tramitação, outro projeto de lei foi apresentado paralelamente pelo senador Moreira Mendes, tratando do mesmo assunto, sendo este sancionado por meio da Lei 12.591/12, tendo vetado os artigos 1º, 3º e 4º que tratavam respectivamente dos requisitos para o exercício da profissão, da exigência de registro em órgão federal competente e do prazo de apresentação da documentação comprobatória para o efetivo exercício da profissão, após a promulgação da referida lei. Os artigos vetados serão apresentados a seguir:

Art. 1º - A profissão de Turismólogo será exercida:

I - pelos diplomados em curso superior de Bacharelado em Turismo, ou em Hotelaria, ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II - pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III - por aqueles que, embora não diplomados nos termos dos incisos I e II, venham exercendo, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, elencadas no art. 2º, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos.

Art. 3º O exercício da profissão de Turismólogo requer registro em órgão federal competente mediante apresentação de:

I - documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do art. 1º, ou comprovação do exercício das atividades de Turismólogo, previsto no inciso III do art. 1º;

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 4º A comprovação do exercício da profissão de Turismólogo, de que trata o inciso III do art. 1º, far-se-á no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei. (BRASIL, Projeto de Lei nº290, 2001).

Assim, a Lei nº 12.591/2012, foi sancionada apenas com seu artigo 2º, descrevendo as atividades a serem desenvolvidas pelos turismólogos, conforme já apresentado anteriormente. Como razão para o veto dos demais artigos foi relatado o seguinte: "A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade" (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012). Desta forma, a referida lei apenas reconhece a profissão de turismólogo, citando as atividades que podem ser desempenhadas por este profissional.

Analisando os itens vetados, o mais polêmico deles é o artigo 1º que trata dos profissionais que poderão exercer a profissão de turismólogo, principalmente no que se refere à inclusão dos profissionais provisionadas, autorizando o seu exercício por profissionais não diplomados na área. No entanto, a inclusão deste item é obrigatória em processos de regulamentação profissional, sendo uma exigência Constitucional e do Ministério do Trabalho, uma vez que não se pode regulamentar uma profissão e isto representar desemprego para as pessoas que já estão atuando na área e não possuem o diploma de curso superior. Na prática, caso a profissão fosse regulamentada, estes profissionais provisionados não receberiam um diploma de curso superior, mas podiam ser reconhecidos e continuariam a atuar em suas respectivas áreas (agência de viagem, hotelaria, transportes, eventos, etc.), tendo que ser cadastrados na entidade de classe representativa e seguir as exigências legais para a categoria. Os demais artigos tiveram seu veto atrelado ao primeiro, já que o registro em órgão federal competente só pode ser exigido para profissões regulamentadas por lei.

Vale mencionar que, alguns anos antes, a Lei Geral do Turismo (BRASIL, Lei nº11.771, 2008), que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, já havia

sido sancionada sem fazer qualquer menção aos profissionais da área. De acordo com as análises de Martoni, este equívoco se deve, em grande parte, pela falta de organização política da classe e da ausência de conselhos e/ou sindicatos atuantes em prol de questões coletivas destes profissionais. De acordo com o autor:

Engenheiros e médicos não se deparariam com leis envolvendo suas respectivas áreas sem menção aos profissionais devidamente formados, pois eles têm conselhos profissionais. Ou, caso houvesse tal arbitrariedade do Estado, contariam com força coletiva e não somente individual para os devidos enfrentamentos. Já os bacharéis em turismo não têm um conselho representativo de categoria e o mero reconhecimento da profissão não lhes conferem exclusividade de atuação em atividades específicas da área, as quais são descritas em vários projetos de lei, como o 290/01, o qual também norteia, nesse quesito, a 12.591/12. (MARTONI, 2021, p. 182).

Após a grande frustração gerada pela promulgação das leis nº11.771/2008 e nº12.591/2012 sem garantir a regulação da profissão, em 2015, foi apresentado ao Congresso o Projeto de Lei nº 2.478, de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti, propondo modificações na Lei nº 12.591. Tal proposta visa incluir na lei os profissionais a serem considerados turismólogos, conforme proposto no Projeto de Lei nº290/2001, incluindo além daqueles diplomados em cursos superiores de Turismo do Brasil e do exterior (com revalidação do diploma no Brasil), os turismólogos provisionados, ou seja, aqueles que vêm desenvolvendo a atividade há mais de cinco anos. Esse projeto de lei ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, aguardando parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Destacaremos na sequência alguns dos principais argumentos utilizados por quem defende e por quem ataca a regulamentação da profissão.

PRÓS E CONTRAS DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TURISMÓLOGO

O principal benefício citado pelos defensores da regulamentação da profissão de turismólogo, assim como de qualquer outra profissão, se refere à criação de uma reserva de mercado para atuação exclusiva dos profissionais formados em nível superior de bacharelado na área, no Brasil ou aqueles provenientes de instituições estrangeiras com diploma revalidado no Brasil. Ademais, como já apontado, é imprescindível que no processo de regulamentação haja respeito pelos profissionais que já atuam na área, incluindo-os como turismólogos provisionados, para que a lei não ocasione desemprego em massa.

Com a regulamentação da profissão, as áreas de trabalhos são claramente definidas e há uma tendência à maior valorização profissional dos mesmos, já que a atuação no mercado se torna mais restrita, diminuindo a concorrência com profissionais egressos de outros cursos (superiores e/ou de nível técnico).

Vale citar ainda que, com a regulamentação da profissão, seria necessária a criação de um Conselho Nacional de Turismólogos, com a função de registrar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão regulamentada e de defender os interesses profissionais da classe. Assim, a criação de um conselho profissional pode trazer diversos outros benefícios para a categoria, como o engajamento nas lutas sociais para a construção de espaços democráticos, a defesa de políticas públicas para o setor, priorização de ações que estimulem a qualificação dos profissionais, melhores condições de trabalho, democratização das relações profissionais, entre outros aspectos importantes para qualquer área de atuação profissional. Para tanto, os profissionais filiados devem pagar uma anuidade ao conselho para que o mesmo consiga funcionar, fiscalizar e defender os interesses da classe e de seus integrantes.

A despeito de toda a luta pela regulamentação da profissão de turismólogo e dos possíveis benefícios que a mesma pode trazer, é preciso considerar que existe uma forte tendência internacional para a desregulamentação, tanto profissional como também em relação à forma como as empresas atuam no mercado. No contexto de expansão das políticas neoliberais no Brasil e em vários outros países do mundo, vale ressaltar que as chances de uma nova profissão, como a turismólogo, ser regulamentada é muito pequena. Por outro lado, recentemente algumas profissões foram desregulamentadas no Brasil como, por exemplo, a de jornalista, em 2009. Ademais, destaca-se que, de acordo com Trigo (2012, s.p), “as profissões ligadas ao turismo não são regulamentadas em nenhum país do mundo, nem no Brasil”. Assim, a tendência global no mundo capitalista neoliberal é que, cada vez mais, o mercado dite as regras sobre quem pode exercer cada atividade, bem como de que forma as empresas irão atuar no mercado, considerando a livre concorrência, o livre exercício profissional e o atendimento às demandas dos consumidores.

Martoni faz uma interessante análise sobre as características da política neoliberal e suas repercussões na vida das pessoas.

Dentre outras, o neoliberalismo é concretizado e caracteriza-se pelas seguintes substituições: do público pelo privado; da cooperação pela concorrência; da coletividade pelo individualismo; da solidariedade pelo assistencialismo; da segurança pela insegurança; do referencial de trabalho para viver pelo referencial mais alienante da vida pelo e para o trabalho precário; da regulamentação pela desregulamentação. Tais processos de exacerbação mercantil são mediados e, ao

mesmo tempo, têm dentre seus produtos concretos a desigualdade social e o fundamentalismo religioso. (MARTONI, 2021, p.173 – 174)

Outro aspecto a ser ressaltado é que a regulamentação não garantirá que todos os profissionais tenham reserva de mercado e garantia de bons empregos, e nem que as empresas e órgãos públicos contratem esse profissional. Para Trigo:

O engodo foi simplesmente o erro sistemático de avaliação por parte de alguns, em insistir em algo que é arcaico, inútil e que não resolverá os nossos problemas que é a regulamentação de uma série de profissões ligadas a viagens e turismo que, por sua natureza, são múltiplas, complexas e sofisticadas, logo, impossíveis de serem regulamentadas. (TRIGO, 2012, s.p.)

O mesmo autor destaca, ainda, que o mercado de trabalho ligado a viagens e turismo ficou mais exigente nos últimos anos, demandando profissionais cada vez mais qualificados, exigindo habilidades e competências que muitos cursos técnicos e/ou superiores não conseguem garantir, devido à qualidade de alguns desses cursos, ao despreparo de muitos professores e à falta de dedicação dos alunos. Assim, o setor de serviços ligados ao turismo tem contratado profissionais qualificados provenientes de diversas áreas, tais como: educação física, administração, economia, geografia, gastronomia, arquitetura, urbanismo, políticas públicas, turismo, hotelaria, dentre outras.

Destaca-se, no entanto, que os bons profissionais, com as habilidades e competências exigidas pelo mercado, em geral, acabam conseguindo se inserindo como profissionais contratados, autônomos ou concursados, seja em funções operacionais, táticas ou estratégicas, tanto no setor público, como no privado ou no terceiro setor. Portanto, entende-se que a regulamentação da profissão de turismólogo, além de ser uma utopia, não garante a melhoria da qualidade do profissional que atua no mercado, nem tampouco o reconhecimento mercadológico de que tanto precisamos. Assim, entende-se que mais importante que lutar contra a corrente para conseguir a utópica regulamentação da profissão de bacharel em turismo, faz-se necessário melhorar a qualidade do ensino nos cursos técnicos e superiores da área e entregar ao mercado de trabalho profissionais capacitados, competentes e comprometidos com o desenvolvimento desse importante setor no Brasil. De acordo com Trigo (2016, s.p):

Esses setores não precisam de “regulamentação”, mas sim de organização que garanta um alto nível de formação profissional, segurança e qualidade às suas atividades. Algumas atividades podem ser regulamentadas de alguma forma, porém os profissionais precisam de competência expressa por eficiência e eficácia no exercício de seu trabalho e não uma burocrática e ineficaz “regulamentação da profissão”. Inserção e sucesso profissional não são garantidos pela regulamentação e nem mesmo exclusivamente por um curso superior.

Fato é que a busca pela regulamentação da profissão não está somente relacionada a uma restrição de mercado, mas está atrelada também a uma preocupação social e trabalhista com os profissionais que atuam na área e que gostariam de assegurar seus direitos e ter um reconhecimento, como as demais profissões. No entanto, para que isso aconteça é imprescindível uma atuação política dos estudantes, professores e profissionais da área, seja por meio da ABBTUR, seja por meio de outra associação de classe que represente e defenda os direitos desses profissionais. Porém, o que nos parece é que não somos uma categoria politizada e unida, e esse fato atrelado às tendências trazidas pelo neoliberalismo (de precarização do trabalho, individualismo e desregulamentação) dificultam, ainda mais, a luta por condições de trabalho dignas e diferenciadas daquelas condições mínimas preconizadas pela CLT para a categoria de turismólogos no Brasil.

Nesse sentido, vale salientar que o profissional de turismo, que deseja ter reconhecimento pelo mercado deve investir em sua formação profissional em instituições educacionais de qualidade, buscando constantemente se atualizar, ter visão de futuro e estar antenado às inovações tecnológicas na área (RIGOLDI et. al, 2020, p.176). Deve ainda ter conhecimentos em línguas estrangeiras, bagagem cultural e compreensão de toda a complexidade da atividade turística.

A seguir, trataremos do papel da ABBTUR, tanto para a garantia da qualidade do profissional da área, quanto na defesa da regulamentação da profissão.

A ABBTUR E A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TURISMÓLOGO

A ABBTUR é uma associação civil de caráter privado e sem fins lucrativos, dedicada a defender os interesses da categoria. Necessário se faz frisar que ela não exerce a função de Conselho Profissional, sendo que a afiliação dos turismólogos é facultativa e não equivalente a um registro profissional em um conselho de classe de natureza autárquica.

Como uma associação profissional, a ABBTUR tem sido a principal instituição que historicamente tem se dedicado à luta pela regulamentação da profissão, desde a década de 90. Assim, no entendimento da instituição, o reconhecimento da profissão foi um avanço, mas é necessário caminhar ainda mais na luta pela regulamentação profissional.

Destaca-se que a ABBTUR tem se dedicado a algumas pautas concernentes a este tema, destacando sempre a importância dos turismólogos/profissionais de turismo para o desenvolvimento e crescimento da atividade turística de forma planejada, organizada e profissionalizada, visto que estes possuem qualificação, formação, experiência e expertise

para realizar atividades que integram os vários segmentos da cadeia produtiva do turismo. Nesse sentido, uma das estratégias adotadas é lutar para reconhecer a profissão como de interesse público e, assim, destacar a necessidade de qualificação profissional em nível superior, dada a enorme responsabilidade daqueles que atuam nos setores estratégicos do turismo, no planejamento, na criação de políticas públicas para o setor, dentre outras áreas. A justificativa para a profissão ser reconhecida como de interesse público se dá pela “atuação profissional na colaboração da prevenção da saúde da coletividade, na proteção do patrimônio e como instrumento do desenvolvimento sustentável” (SILVA JÚNIOR, 2019, p.18)

Além disso, vale destacar que a Lei Geral do Turismo está sendo revisada no Congresso Nacional e houve uma proposta da ABBTUR de revisão do texto legal no sentido de incluir aspectos ligados ao profissional da área no artigo 21º da referida Lei, por meio da caracterização daqueles profissionais que podem ser considerados como prestadores de serviços turísticos, bem como a possibilidade de incluir um artigo para exigir o cadastro dos turismólogos (bacharéis, tecnólogos, licenciados e provisionados) no CADASTUR além do registro legal de tal profissional. No entanto, todos esses apontamentos da ABBTUR foram ignorados a partir do Governo Temer, e a reestruturação da Lei Geral do Turismo segue sem a inclusão e discussão sobre o profissional que atua na área. De acordo com o ex-presidente da ABBTUR:

Até 2015, haviam propostas de alteração, inclusões, exclusões e nova redação de forma participativa com membros do Conselho Nacional de Turismo. No governo Temer, fomos excluídos oficialmente da possibilidade de sermos contemplados na alteração da Lei Geral do Turismo no Artº21 (SILVA JÚNIOR, 2019, p.33)

Ademais, a ABBTUR tem destacado a necessidade de se estabelecer “um piso salarial referencial mínimo nacional como forma de valorização do profissional e a criação de um Conselho Federal de Turismo, para a regulamentação e fiscalização dos serviços prestados pelos profissionais de turismo” (ABBTUR, 2022, p.1). No entanto, os conselhos autárquicos só são criados a partir de instrumentos legais (decretos e leis), pelos órgãos da administração pública federal, para aquelas profissões já regulamentadas. A ABBTUR destaca no mesmo documento a necessidade de se tornar obrigatória a contratação do turismólogo/profissional de turismo em atividades ligadas aos vários segmentos do setor.

Por fim, vale ainda citar o empenho da ABBTUR em buscar o apoio do mercado de trabalho, por meio de parcerias com empresas públicas, órgãos públicos e organizações do terceiro setor, visando à melhoria da qualidade dos cursos superiores e de capacitação profissional, no sentido de se atingir a excelência na prestação de serviços turísticos e de

possibilitar maior desenvolvimento social e econômico a partir da promoção de políticas públicas na área.

Uma das estratégias para atingir tais objetivos é a representação atuante da ABBTUR no Conselho Nacional de Turismo, órgão colegiado que conta com a participação de representantes do governo federal e de entidades representativas dos diversos segmentos e atividades do turismo (tais como ABAV¹¹, ABETA¹², ABIH¹³, ABRASEL¹⁴, ANAC¹⁵, BRAZTOA¹⁶, SENAC¹⁷, etc). Este conselho tem por finalidade assessorar o Ministro da pasta nas tomadas de decisão, na formulação e execução da Política Nacional de Turismo, bem como dos planos, programas, projetos e atividades dela derivados.

Além disso, a entidade ainda preza por difundir uma imagem positiva do profissional no mercado de trabalho, zela pela ética profissional e ainda visa promover o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação interna da categoria.

Para que a Associação consiga realizar suas ações e concretizar seus objetivos, ela depende de recursos de seus filiados por meio do pagamento de anuidades, podendo se filiar à mesma: “os bacharéis de turismo e/ou hotelaria; Tecnólogos (Eventos, Gastronomia, Gestão Desportiva e de Lazer, Gestão em Turismo e Gestão em Hotelaria); Licenciados em Turismo; Técnicos do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer (agenciamento de viagem, cozinha, eventos, guia de turismo, hospedagem, lazer, bar e restaurante); profissionais graduados em outras áreas, futuro provisionados, que já atuam na área; profissionais que trabalham nas atividades características do turismo, sem formação específica; estudantes; pessoas jurídicas que prestem serviços a causa do turismo ou a entidade” (SILVA JÚNIOR, 2019, p.4).

Assim, a ABBTUR segue, há pelo menos três décadas se dedicando a defender os interesses da categoria junto aos órgãos públicos e ao trade turístico, como apontado acima, sobretudo no que se refere à regulamentação da profissão. No entanto, como apontado anteriormente, existem diversos entraves e gargalos nesse processo, o que não impede que

¹¹ Associação Brasileira de Agências de Viagens.

¹² Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura.

¹³ Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

¹⁴ Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.

¹⁵ Agência Nacional de Aviação Civil.

¹⁶ Associação Brasileira das Operadoras de Turismo.

¹⁷ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

outras lutas sejam encaradas pelos profissionais da área para sermos reconhecidos pelo mercado de trabalho como um profissional competente e insubstituível, como será tratado na sequência.

O QUE FAZER PARA SERMOS RECONHECIDOS PELO MERCADO DE TRABALHO?

Apesar de todos os entraves legais e da tendência internacional caminhar contrariamente à regulamentação da profissão de turismólogo, os atuais e futuros profissionais da área têm muitos aspectos a serem trabalhados para garantir o reconhecimento pelo mercado e se mostrar como um profissional insubstituível.

O primeiro aspecto que merece atenção diz respeito à qualidade do ensino e do profissional que está chegando ao mercado. É urgente a necessidade de se melhorar a formação acadêmica e continuada deste profissional, aliando teoria e prática, inovação e tecnologia, conhecimentos gerais e competências técnicas específicas para a atuação na área, como apontado a seguir.

Nossa preocupação deve ser muito mais com a qualidade do ensino e com a qualificação das pessoas que colocamos no mercado, do que com a articulação apenas de uma fatia privativa, para os futuros turismólogos. As Instituições de Ensino superior precisam buscar, primeiro, o reconhecimento do mercado, o intercâmbio internacional, o aprimoramento docente, pois terão, assim, argumentos fortes, para convencer os legisladores, das competências exclusivas de um bacharel em turismo, que ensejam a sua regulamentação (BOITEUX; WERNER, 2005, s.p.).

Ademais, faz-se necessário que os docentes e discentes tenham orgulho da profissão que escolheram, saibam falar das competências, capacidades e diferenciais desses profissionais, bem como compreender sua área de atuação. Neste sentido, é possível desenvolver ações e projetos voltados à divulgação da importância desse profissional para o desenvolvimento turístico, social e econômico do país, além de defender este discurso também nas relações informais.

Destaca-se, ainda, a necessidade de um maior investimento na educação básica e superior pública e de qualidade, na pesquisa, na ciência, na ampliação da oferta de bolsas de pesquisa, extensão, monitoria, manutenção, entre outras. Por outro lado, é necessário que os discentes estejam mais engajados e comprometidos com sua formação acadêmica, aproveitando todas as oportunidades de ampliação de conhecimentos, tanto dentro como fora de sala de aula, se dedicando às disciplinas, participando de projetos, se envolvendo com empresas júniores, aproveitando oportunidades de estágios, etc. A participação em

congressos, simpósios, encontros de estudantes e outros eventos científicos também é fundamental para estarem atualizados quanto às novidades e tendências da área, os debates sobre a atuação profissional da classe e o mercado de trabalho.

Outro aspecto que merece ser considerado é a atuação política da classe, desde os estudantes, docentes até os profissionais do trade turístico, que precisam ter maior consciência da luta de classes, da força que um coletivo pode ter para defender seus direitos. O fenômeno turístico não pode estar descolado das questões políticas maiores, como se o turismólogo fosse uma simples força de trabalho submissa às leis do Capital. É preciso entender também que a educação e a política devem caminhar juntas na luta para a formação de um indivíduo crítico, defensor de seus direitos e consciente de seus deveres. Assim, os espaços de participação, de discussão e de atuação política precisam ser ocupados, desde as representações em colegiados de curso, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos, passando pela participação em conselhos municipais e estaduais de turismo, instâncias de governanças regionais, fóruns, até a filiação à ABBTUR, para que a mesma possa continuar exercendo seu papel no sentido de defender os interesses profissionais da categoria. Outra ideia é batalhar pela organização política sindical da categoria, para que possamos ser ouvidos e respeitados perante os órgãos públicos e o trade turístico. Sobre essa atuação política e coletiva, Martoni argumenta:

Sempre sob o mote da cidadania, o neoliberalismo vai tratar de substituir, objetiva e subjetivamente, a noção de coletividade pela de individualismo; e a de cooperação pela de competitividade. No campo das discussões acerca da regulamentação da profissão de turismólogo isso fica claro quando o referencial social (da sociedade de classes e de suas necessárias lutas) é menosprezado e substituído pelo referencial individual, ou, de forma mais direta, quando se considera cidadão aquele que se dedica e empreende, mas não aquele que busca se organizar politicamente a partir da noção mais ampla de classe social como amparo à atuação no mar revolto do mercado (MARTONI, 2021, p.178).

Por fim, vale destacar que em todos estes momentos, de formação acadêmica e continuada, de atuação política e de atividades extraclasse é necessário estar comprometido com uma atuação profissional ética, competente e humana, pois para além da própria carreira que está em construção, os profissionais também carregam consigo o seu curso de formação e o nome das instituições de ensino por onde passaram. Estas são também oportunidades únicas de construir uma rede de relacionamentos e contatos profissionais, que muito poderão auxiliar para a sua efetiva entrada e permanência no mercado de trabalho.

Assim, compartilhando da opinião de Trigo abaixo, entende-se que todos estes aspectos apontados anteriormente neste tópico são imprescindíveis para que os profissionais

da área, nos diferentes níveis de formação, sejam mais reconhecidos pelo trade e tenham maior competência para atuar e competir com profissionais de outras áreas, atuando com excelência, profissionalismo e ética no mercado de trabalho.

Se almejamos um turismo respeitado neste país, temos que lutar pela qualidade técnica e holística de nossos estudantes e profissionais, em todos os setores da sociedade. Temos que desenvolver suas habilidades e competências, exercitar sua consciência e criticidade, enxergar os verdadeiros desafios e os caminhos férteis do futuro e abandonar as trilhas estéreis de um passado distante. (TRIGO, 2012, s.p.).

Conclui-se, portanto, que mais importantes e viáveis do que lutar pela regulamentação da profissão de bacharel em turismo, se faz necessário lutar pelo reconhecimento do mercado sobre a importância desse profissional e de suas habilidades e competências exclusivas, como argumentado por Trigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação sobre o tema de regulamentação da profissão de turismólogo em evento do curso de turismo da UFVJM, assim como a redação desse capítulo, atingiram seus objetivos no sentido de difundir e de trazer à tona a discussão sobre esse processo, bem como clarear para discentes e docentes da área qual é a proposta atual para a regulamentação da profissão e porque ela vem sendo recorrentemente vetada pelo Governo Federal.

Foram discutidos os aspectos centrais das características, formação e competências desse profissional, o histórico do processo de regulamentação da profissão no Brasil, seus prós e contras, assim como apontamentos sobre ações que devem ser empreendidas buscando o reconhecimento profissional por parte do mercado de trabalho. Esta temática, quando abordada em eventos acadêmicos ou em sala de aula, deixa clara a falta de conhecimento dos estudantes sobre o tema e as discussões acabam se concentrando sobre o aspecto dos profissionais provisionados, com certa indignação por parte dos discentes, sem um entendimento da exigência constitucional. Desta forma, questões mais profundas sobre a tendência global à desregulamentação no cenário neoliberal, os desdobramentos sócioeconômicos desse processo, e atitudes que podem mudar a forma como o mercado de trabalho enxerga e absorve estes profissionais raramente são discutidos e reconhecidas como ações viáveis, exequíveis e geradoras de maior resultado a curto e médio prazo.

Corroboramos, assim, com as ideias de Trigo, que destaca a necessidade maior de reconhecimento mercadológico e social da profissão de turismólogo do que de fato da regulamentação em si. E para isso é fundamental a melhoria da qualidade do ensino, da

dedicação dos estudantes, de inovação e de postura profissional, conforme salientado pelo autor.

É disso que precisamos, de reconhecimento por parte da sociedade e do mercado e não de uma ‘regulamentação’ falsa e meramente formal, dada a contragosto, de maneira inócua, estéril. Não precisamos disso, nosso reconhecimento social e profissional, político e cultural, se dará somente pelos esforços comuns em busca da excelência e da seriedade profissional. Com ética, fundamentos conceituais e metodológicos sólidos, com visão clara e inovadora do presente e do futuro (TRIGO, 2012, s.d.).

Assim, há muito que se fazer nesse sentido, tanto por meio de políticas públicas e educacionais fortes e alinhadas com a realidade local, regional e nacional, envolvimento e politização dos estudantes com causas coletivas, investimento em uma formação de qualidade na área de turismo, aproveitando todas as oportunidades de ampliação de conhecimento e defesa de uma imagem positiva desse profissional em todos os lugares por onde estejam (estágios, postos de trabalho, relações sociais, etc.). Só assim os turismólogos terão o reconhecimento profissional, mercadológico e social como profissionais competentes e insubstituíveis.

REFERÊNCIAS

ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. **Quem é o Bacharel em turismo ou turismólogo.** 2011. Disponível em: <https://www.abbtur.org.br/>. Acesso em 05/06/2022.

ABBTUR. – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo. **Missão.** 2011. Disponível em: <https://turismologar.wordpress.com/abbtur-associacao-brasileira-de-turismologos-e-profissionais-de-turismo/>. Acesso em: 18/01/2023;

Fórum Nacional da ABBTUR. **Carta Aberta à Sociedade.** 2022 - Natal/RN Diretrizes para a Sustentabilidade Profissional. Disponível em: <https://www.abbtur.org.br/post/carta-abbtur-sociedade.html>. Acesso em 13/02/2023.

BOITEUX, Bayard; WERNER, Maurício. **O Turismólogo e a regulamentação da profissão.** 2005. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/o-turismulogo-e-a-regulamentauuo-da-profissuo/>. Acesso em: 05-06-2022.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira.** Brasília, 1988

BRASIL. **Lei nº11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.591, de 18 de Janeiro de 2012.** Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício. Brasília, 2012.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 8, de 31 de janeiro de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007.

BRASIL. **Projeto de Lei nº290, de 2001.** Dispõe sobre regulamentação do exercício da profissão de turismólogo. Brasília, 2001

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.478, de 2015.** Altera o art. 2º da Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, que "reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício", para dispor sobre a formação desse profissional. Brasília, 2015.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Razões dos Vetos.** 2012. Disponível em; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12591-18-janeiro-2012-612300-veto-134968-pl.html>. Acesso em: 18/01/2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Brasília/DF, 2006.

JUNIOR, Elizário Pereira da Silva. A importância da cadeia produtiva e da qualificação da gestão para o desenvolvimento dos destinos turísticos sustentáveis. In. **Seminário Nacional de Governança para o Turismo.** Palestra proferida. Capitólio/MG, Jul/2019. Disponível em: http://governancaparaoturismo.cnm.org.br/assets/downloads/captolioMG/12.07_Elzario_ABB_TUR.pdf Acesso em: 18/04/2023.

MARTONI, Rodrigo Meira. “Turismólogos” à Deriva: as lutas pela regulamentação profissional no mar revolto do mercado. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação.** Junho/2021.

RIGOLDI, Aracelis Gois Morales; CREMONEZI, Graziela Oste Graziano; SOLHA, Karina Toledo; SPERS, Valéria Rueda Elias; VIEIRA, Marli Terezinha. O Bacharel em Turismo e as Políticas Públicas de Turismo: o caso das estâncias turísticas no estado de São Paulo, Brasil. In. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, 12(1), 169-191. Caxias do Sul/RS, 2020.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Regulamentação do turismólogo: enganos e engodos.** 2012. Disponível em: <https://www.hoteliernews.com.br/luiz-trigo-regulamentacao-do-turismologo-enganos-e-engodos/>. Acesso em: 19-01-2023.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Regulamentação profissional em turismo – um erro histórico.** 2016. Disponível em: <http://luiztrigo.blogspot.com/2016/01/regulamentacao-profissional-em-turismo.html>. Acesso em: 13/02/2023.

SERES EM TRÂNSITO: CIDADANIA, TURISMO E RENDA EM UMA PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL CRÍTICA

Ricardo Vinicius C. dos Santos e Carvalho

Doutorando e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
rvccarvalho@gmail.com

Gabriel Farias Alves Correia

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais
correiaffa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é refletir sobre as relações entre turismo, cidadania, renda e espaço, por meio de uma perspectiva organizacional crítica. Os temas propostos são atravessados pelas reflexões sobre a condição humana de transitar pelo mundo, pela questão da renda, seus impactos na cidadania e nos espaços em um contexto do turismo. Rodrigues (1997) já chamava atenção para as áreas de dispersão, de deslocamento e de recepção vinculadas ao turismo, de tal modo que o espaço turístico se torna objeto de estudo nas Ciências Sociais Aplicadas (CORIOLANO; LIMA, 2003; GOMES; MARCUSSO, 2022).

Compreendemos a complexidade que está imbricada nos estudos do turismo, considerando-o como fenômeno social que perpassa as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais (BENI, 1998, 2007; BORGES; SILVA, 2016). Os autores ainda reforçam que o turismo envolve, dentre outras questões, fatores culturais e científicos que interferem na escolha de destinos, os meios de mobilidade, a permanência nas localidades, objetivos da viagem e fatores de realização. Entretanto, cabe-nos questionar: a quem são viabilizadas as formas de vivenciar os atrativos das localidades? A quem são viabilizadas as experiências da vida? A quem se destina, no mesmo sentido colocado anteriormente por Benjamin (1987), a redução das experiências? Sujeitos que se deslocam com uma renda são tratados como turistas, mas e sujeitos que se colocam em trânsito para as localidades, mas que não possuem renda ou condições materiais necessárias para inclusão no sistema capitalista, são considerados da mesma forma? Existe, afinal, o turista desejado e o indesejado? Os outros modos de existir, tais como tratados em Pelbart (2016), amplificador de multiplicidades de ser e estar no mundo, podem se manifestar no contexto turístico?

Ao mesmo tempo, inserimos as discussões aqui propostas no contexto dos Estudos Organizacionais, conforme Saraiva e Ipiranga (2020), refletindo, a partir de uma

dimensão crítica, visões alternativas sobre práticas e poderes inseridos nos espaços do mundo. Neste capítulo concordamos com a perspectiva anterior de Ipiranga et al. (2019, p. 5) de que a adoção de uma perspectiva histórica “confere à cidade um referencial específico situado nos meandros da reflexão sobre o tempo e na construção de espaços urbanos de história e memória”. Por isso, posicionar nosso trabalho como aquele que considera as influências temporais em uma espacialidade em que as vivências (ou a ausência delas) dos sujeitos no espaço alteram suas próprias condições, sendo transformado em território, lugares, mas também em não-lugares (COIMBRA; SARAIVA, 2014; SARAIVA et al., 2014; IPIRANGA; LOPES, 2017).

Para tanto, este capítulo, a partir de uma revisão de literatura, apresenta uma análise organizacional crítica transdisciplinar: ela combina contribuições teóricas de espaço e lugar trazidas por Lefebvre e Certeau, bastante discutidas nos Estudos Organizacionais, com elementos da geografia crítica de Milton Santos que pensa a cidadania também pela noção de espaço. Além disso, aliamos tais aspectos com a teorização política de Hannah Arendt que pensa a cidadania pela condição espacial do deslocamento: a ideia das pessoas deslocadas ou expulsas do mundo (*displaced people*). Assim, partimos dos conceitos de espaço e lugar, para pensar a condição humana do turismo como aspecto da cidadania decorrente da experiência de transitar livremente pelo mundo. Neste sentido, criticamos o olhar organizacional tradicional da Administração (*management*) que reduz o turismo à ideia de negócio, passando a abordá-lo como uma experiência transformadora pelos espaços. Esta experiência transformadora estaria diretamente conectada à condição humana elementar de trânsito (deslocamento) e da transitoriedade (brevidade) no mundo. Tomando este elemento existencial de ocuparmos e nos movermos pelos espaços como algo que é, também, um direito, discutimos as relações entre turismo e cidadania mediados pela condição da renda que, a um só tempo, toma o turismo em um objeto de luxo (uma visão enaltecida pelo *management*) e diminui a sua percepção como parte da cidadania, como algo a que todas as pessoas têm direito. Para sustentar essa discussão e deixar aberto o seu potencial empírico, ao final, são discutidos dados da Organização Mundial de Turismo e de Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos, refletindo sobre a dimensão e o impacto do Turismo no mundo contemporâneo.

Este capítulo está dividido, portanto, em seis partes, incluindo esta introdução. No próximo tópico, trazemos a reflexão crítica nos estudos turísticos com base nos questionamentos à sociedade do desempenho atual, a partir de uma crítica organizacional à

visão gerencialista do Turismo, buscando pensá-lo segundo as noções de espaço, transitoriedade e cidadania. Em seguida aprofundamos a discussão sobre espaço e lugar, e logo após, no terceiro tópico, discutimos a centralidade das questões do trânsito pelos espaços e da transitoriedade da vida como elementos da condição humana que não podem ser negados, aproximando o turismo do debate sobre direitos e cidadania. No quarto tópico, detalhamos as conexões entre turismo, cidadania e renda a partir destes conceitos de espaços, trânsito e transitoriedade. Feitas essas discussões, apresentamos nossas considerações que encerram (mas não concluem) o texto.

PENSANDO O TURISMO POR MEIO DE UMA LENTE ORGANIZACIONAL CRÍTICA: O TURISMO COMO NEGÓCIO (*NEGOTIUM*) OU COMO EXPERIÊNCIA SUBJETIVA TRANSFORMADORA?

Uma das denúncias mais comuns realizadas pela crítica organizacional é a de que o olhar da Administração tradicional, usualmente chamado de *management*, se expandiu para além das fronteiras das empresas e se tornou uma visão de mundo que tenta impor sobre a sociedade as técnicas, a linguagem e os modos de existir típicos do controle gerencial capitalista, guiados pelos critérios de competição e de produtividade. Autores como Gaulejac (2005), Dardot e Laval (2016) e Han (2014, 2015), por exemplo, trataram essa questão como algo que se intensifica com o advento do neoliberalismo como perspectiva social hegemônica no capitalismo contemporâneo. Vivemos hoje, portanto, em uma sociedade que enxerga e mensura o mundo sob critérios gerenciais e não sob perspectivas das experiências, das vivências, das sensações ou das emoções.

Gaulejac (2005) conceituou este fenômeno de “gerencialismo”, tomando-o como uma doença social calcada na quantofrenia, ou seja, na obsessão por números de produtividade que representem o alcance de resultados, reduzindo a subjetividade humana à métrica de indicadores de desempenho, o que invisibiliza as pessoas, transformando-as em meros recursos empresariais cumpridores de metas. Dardot e Laval (2016, p.151), por sua vez, atribuem esse fenômeno à própria racionalidade que guia o neoliberalismo e que quer apagar o animal político (*zoon politikon*) da sociedade para, em seu lugar, instituir o “homem-empresa”, que enxerga todas as relações sociais com base na lógica do empreendedorismo e da competição. Han (2014, 2015), de modo similar, afirmou anteriormente que este é um elemento típico da sociedade de desempenho, que adotou a orientação empresarial para a produtividade como norte social a ser perseguido por todas as pessoas em todas as suas

relações sociais. Nessa sociedade do desempenho, devemos produzir sempre mais, com sucesso, e o ócio apenas existe como negação de si mesmo, pois serve apenas para permitir que as pessoas desempenhem cada vez mais e produzam mais para o trabalho. Neste sentido, o ócio serve ao trabalho (a negação do ócio).

As experiências e as vivências sociais subjetivas, quando dominadas pela lógica empresarial, distorcem as percepções do mundo e de si mesmo, causando sofrimentos e impedindo reflexões profundas sobre nossos modos de existir e sentir (GAULEJAC, 2005; DARDO; LAVAL, 2016). Conforme Safatle (2021, p.26) discute, isso implica uma reconfiguração da “gramática social do sofrimento”, levando a uma psicopatologização da vida em geral, em favor de uma devoção ao mundo do trabalho e a uma negação aos prazeres do ócio e do lazer, o que leva a uma série de enfermidades de saúde física e mental (BOCCHI, 2018; ADAMS et al., 2019; DUNKER, 2021). Essa visão traria um impedimento, portanto, à percepção do Turismo naquilo que ele teria de mais essencial: a sua perspectiva subjetiva transformadora.

O turismo dominado pela lógica empresarial neoliberal cria uma contradição interna pelo tensionamento entre aquilo que poderia ser – uma experiência subjetiva transformadora (visão crítica do Turismo) – e a experiência turística tomada apenas como mais um elemento de competição e de ostentação (visão gerencialista do Turismo). Esta visão gerencialista seria, indo além dos apontamentos de Gaulejac (2005), Dardot e Laval (2016) e Han (2014, 2015), o turismo impulsionado pela dinâmica do desempenho que se materializa na vida compartilhada em redes sociais. Nesta perspectiva, as pessoas medem suas experiências turísticas pelas métricas de visualização de fotos compartilhadas (quantofrenia), definem seus roteiros com base no que o mercado indica como relevante e tomam o turismo como parte do negócio (da negação ao ócio - *negotium*), pois, é apenas o respiro necessário ao descanso para se conseguir produzir (trabalhar) mais. Esta tensão seria agravada quando as vivências possíveis do turismo passam a ser condicionadas pela renda, impedidas de serem livremente usufruídas e construídas por quaisquer pessoas.

A reflexão tradicional sobre o Turismo, portanto, conforme Ateljevic (2011), Gibson (2021) e Mura e Wijesinghe (2021) discutem, parece ter seguido o mesmo percurso de dominação da lógica empresarial da Administração, que nega o ócio, e que a crítica organizacional busca enfrentar. Isso cria, porém, uma contradição na própria existência do turismo que tem boa parte de sua vivência voltada justamente para o prazer do ócio, do tempo livre, do não-trabalho, ou seja, um lugar em que as metas de produtividade e de competição

nunca deveriam estar (se é que eles deveriam estar em algum lugar). Assim como nos Estudos Organizacionais, portanto, a pesquisa sobre o Turismo também parece se ressentir da necessidade de apresentar um olhar crítico para o campo, conforme observamos nas publicações recentes na área (ATELJEVIC et al., 2007; NETTO et al., 2011; SINGH, 2012; NETTO; NECHAR, 2014; NETTO; NECHAR, 2016; GIBSON, 2021; MURA; WIJESINGHE, 2021). Para nós, uma das maneiras de contribuir para esta reflexão seria incorporar o olhar organizacional crítico aos estudos de Turismo.

O modo que buscamos para promover essa reflexão, portanto, seria por meio de uma análise organizacional que parte de três elementos principais: a) pensar o turismo por meio de uma reflexão sobre os espaços, tal como tem sido feito na literatura crítica organizacional; b) a partir desta noção de espaço, pensar o turismo como um direito ao deslocamento livre e pacífico pelos espaços do mundo (trânsito e transitoriedade) e, neste sentido, olhar para o turismo também sob a ótica da cidadania; e, c) ao olhar para o turismo pelos espaços e pela cidadania, refletir sobre as conexões entre turismo, cidadania e renda, como forma de ir além da perspectiva gerencialista do Turismo. Para avançar nesta discussão, teorizamos a seguir sobre as contribuições de espaços e lugares de modo que possamos situar geograficamente os elementos da dinâmica cidadã humana.

ESPAÇOS E LUGARES: A DINÂMICA COTIDIANA DA CIDADANIA HUMANA

Os trânsitos dados nos espaços exigem de nós reflexões que conectem turismo, cidadania e renda com as reflexões que articulem estes elementos. Partimos das contribuições de Lefebvre (2000), tendo em vista que consideramos o deslocamento humano nos espaços. Estes para o autor, bem como para nós, se manifestam por serem engendrados por intermédio das relações sociais, se caracterizando como meios de produção e de controle.

É no espaço, de acordo com as contribuições de Levigard e Barbosa (2010), que o particular e o universal são intermediados na própria representação do cotidiano. Este último, conforme nos exemplificou Certeau (2012), é o entroncamento de diversos lugares, modificados pelas ações dos sujeitos. Considerar as ações dos sujeitos no olhar para o trânsito nos espaços da vida, busca recuperar a humanidade dos seres que estão de passagem, seja em localidades, seja na própria experiência na vida, contribuindo de fato para a concretização da cidadania.

Recuperar os sentidos das práticas que são desenvolvidas cotidianamente nos espaços se insere nas reflexões de Certeau (2012) no ponto de que são as próprias ações

humanas, práticas cotidianas do homem ordinário, que condicionam o espaço a se tornar um lugar. Este, nesse sentido, é o palco de estratégias e táticas de sobrevivência, de manutenção da própria humanidade, do conhecimento, dos negócios, do turismo e da produção de significações construídas pelos sujeitos e grupos (FEDERICI, 2017). Objeto de transformação, o cotidiano se insere no movimento da própria vida por ser difuso, dual, dialético.

No cotidiano dos espaços, temos a possibilidade de visualizar os acontecimentos não sistematizados e que não são captados pelos mecanismos formais (BARROS; CARRIERI, 2015). Desta forma, as interações dos sujeitos nos espaços podem ser visualizadas, por meio do cotidiano, como uma possibilidade de rever e repensar ações tidas como “corriqueiras”, apresentando novas formas de aprender sobre a vivência nestes locais a partir de conhecimentos tidos como desqualificados pela lógica dominante (CARRIERI et al., 2015; CARRIERI et al. 2018).

A alteridade dos e nos espaços, ou seja, o movimento necessário para a própria humanidade se consolidar como tal (SCAPP; SEITZ, 2018), vai ao encontro de questões colocadas por Lynch (2018), quando o autor diz que a reutilização dos espaços das cidades, por meio das práticas sociais, são formas de construção diárias dos próprios sentidos da vida. A produção das espacialidades, concretizadas nas interpretações dos (re)usos do território, dão sentido às movimentações necessárias ou não nas localidades. A espacialidade, que pelas relações sociais, dão sentido às diversas instâncias humanas, possibilita, por exemplo, que o turismo, a economia, as políticas e as histórias sejam dotadas de sentidos. Com isso, podemos pensar que as movimentações humanas nos territórios, estimuladas no contexto do turismo, só são possíveis por estas relações que vão sendo desenvolvidas. Lynch (2018), portanto, nos chama atenção para a existência de diversas leituras, múltiplas e heterogêneas, da produção da espacialidade. Os espaços são dotados de significações multifacetadas por meio dos lugares. E é só por meio de um olhar atento para a diversidade que podemos considerar as relações infinitas nos espaços urbanos de sujeitos e sujeitas que ocupam, trafegam e passeiam por eles.

Castells (2011) desenvolve em seus estudos que são nos espaços que ocorre a chamada cultura urbana, isto é, o cruzamento entre valores e comportamentos. Estes relacionamentos transformam os acontecimentos urbanos em complexas redes, possibilitando a compreensão dos mesmos em suas dimensões materiais e imateriais. São nas reflexões das cidades enquanto ambientes complexos, portanto, dotadas de diversos significados, que se

insere a constatação de Portugali (2012) de que há um constante estado de emergência e desequilíbrio, sendo, neste sentido, lugares de produções e organizações únicas.

Buscamos suporte em Augé (1994) para diferenciarmos as reflexões que se referem aos espaços e aos lugares. Os espaços podem ser considerados como formados por vários lugares relacionais e diversos, ou seja, existem diversos lugares que podem existir concomitantemente em um mesmo espaço, com significações e sujeitos diferentes. Já os lugares coexistem em função dos diversos significados que são dados à um mesmo espaço. Eles são caracterizados como parcelas dos espaços que são apropriados com vida. São, neste sentido, produção e reprodução humana nas relações entre espaço e sociedade, indivíduo e coletivo (PORTUGALI, 2012). Tais relações não dizem respeito somente às dos sujeitos entre si, mas destes com o próprio território e a natureza, de tal modo, que possam formar redes de significações culturais e identitárias (LYNCH, 2018; CERTEAU, 2012).

Compreender no cotidiano as noções de espaço e lugar nos remete a Tuan (2012; 2013) quando o autor aponta o lugar como aquele em que há uma integração no espaço pelas relações estabelecidas por meio dele. Deste modo, compreendemos que o turismo pode alterar as noções de espaço quando os sujeitos significam ou ressignificam os espaços de trânsito, possibilitando, então, uma significância afetiva. Temos suporte ainda em Dias e Miranda (2015, p. 234) para refletirmos o espaço percebido a partir de uma interconexão entre sujeitos e a experiência, pois “os sentidos e as experiências de outras pessoas aguçam a imaginação e o desejo de mover-se por lugares conhecidos apenas mentalmente”. Por isso, a movimentação pelos espaços, sendo em nossa reflexão por meio do turismo, que se apresenta possibilidades diversas de conhecer o mundo, de retomar a própria humanidade e não apenas servir como mais uma passagem.

Autores como Scherer-Warren (2006) Lima (2014; 2015) e Silva (2017) desenvolvem que no cotidiano das cidades, ambiente em que o turismo e as emergências cidadãs se manifestam, há uma crescente e diversa luta pela transformação dos espaços em lugares a partir de diversas lutas pela cidadania. Em todos os âmbitos das cidades, há uma demanda pela transformação dos espaços, que excluem e fazem excluir, por lugares conexos em aspectos como gênero, etnia e classes, como complementam Oliveira et al. (2020). Para os últimos autores, há a insurgência de grupos que demandam por questões cidadãs e de pertencimento nos espaços e, portanto, tais grupos “reivindicam novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos em favor da solidariedade, proporcionando uma criação paralela e

eficaz no território” (LIMA, 2014, p. 33). Portanto, no próximo tópico, nos dedicamos a refletir sobre as condições de ser e estar em trânsito no mundo.

O SER/ESTAR EM TRÂNSITO COMO CONDIÇÃO HUMANA: SOMOS TRANSITÓRIOS NO MUNDO EM QUE TRANSITAMOS

Seres humanos são seres em trânsito (SCAPP; SEITZ, 2018). Em trânsito porque vagueiam pelo mundo modificando-o ao mesmo tempo em que transformam a si mesmos. Em trânsito porque, conforme discutiu Arendt (2007), a condição humana carrega em si o esforço contemplativo (*vita contemplativa*) de nos sabermos breves diante da sensação de perenidade de eventos naturais e sociais que são maiores do que nós. Somos, portanto, transitórios no mundo em que transitamos. E essa transitoriedade alcança tanto a noção da permanente transformação das coisas e dos seres no tempo, quanto a sua incessante movimentação pelos espaços naturais e sociais. Na nobre lição de Milton Santos (2007, p.40), “tudo neste mundo é regido pela lei do movimento”, e assim, movimentarmo-nos pelos espaços no decorrer do tempo é o que define a nossa possibilidade de conhecer o mundo e a nós mesmos, permitindo refletirmos sobre a nossa própria condição de transitoriedade.

Na visão de Scapp e Seitz (2018, p.6), portanto, “o movimento é uma condição do arco da subjetividade humana, da história antiga e da vida contemporânea”. E esse movimento pelos espaços, como elemento humano fundamental que vem da reflexão da história antiga, chega à contemporaneidade permitindo unir questões que aparentemente não se tocariam, como o Turismo e a Cidadania. Quando pensados sobre a ótica da dignidade humana, estes dois campos convergem e passam a ser mutuamente relacionados, pois ambos tratam do transitar dignamente pelo mundo. Ao mesmo tempo, a cidadania, como reflexo da luta social pelos direitos, conforme contribuição de Marshall (1967), é um estatuto que se quer permanente, ou seja, que ultrapassa a nossa condição de transitoriedade no mundo. Neste sentido, Turismo e Cidadania vistos a partir deste arco da subjetividade humana do movimento, se relacionam de duas maneiras fundamentais: a) na construção de direitos ao exercício autônomo desta condição humana de transitar pelos espaços; e, b) na busca por atribuir ao direito ao turismo um estatuto de perenidade – como elemento integrante da cidadania, algo que alcance a todas as pessoas e que as ultrapasse em sua condição transitória pela vida.

A dignidade humana como direito fundamental (ou seja, como cidadania), tal como discutida por Ronald Dworkin (1978), Habermas (1997a; 1997b; 2002) e Robert Alexy

(2014), envolve o reconhecimento do direito a essa transitoriedade digna – de vivermos, de nos mantermos vivos(as) e de termos a liberdade de deixarmos de viver sem ser por imposição da violência. Essa dignidade se funda, portanto, no respeito às oportunidades emancipatórias de autorrealização, de autonomia, de práticas organizativas e de ser reconhecido ou reconhecida como pessoa titular de direitos igualmente distribuídos. Tratamos de uma noção de dignidade que também inclui o direito de transitar pacificamente pelos lugares, permitindo nos aprofundarmos na história dos povos e dos espaços, ainda que isto ocorra por meio de resistências no cotidiano (CERTEAU, 2012). Neste sentido, a cidadania calcada na dignidade humana é que toma o Turismo, enquanto prática social, elemento fundamental da autonomia humana do transitar pelo mundo contribuindo para os processos de produção e organização dos espaços (LEFEBVRE, 2006; BIANCHI; STEPHENSON, 2013; BLANCHARD; HIGGINS-DESBIOLLES, 2013).

Como seres em trânsito, por conseguinte, a possibilidade de nos deslocarmos pelos espaços, conhecendo pessoas e lugares, é mais do que mero passatempo, é um elemento-chave da humanidade para compreendermos o mundo e a nós, pois “é o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo” (SANTOS, 2001, p.112). Não é por acaso, portanto, que a construção social alegórica da vida errante, na história e na ficção, voltada para as grandes jornadas e aventuras, seja recorrente em vários povos e lugares. Tratamos de uma experiência humana (BENJAMIN, 1987) comum que une o conhecimento e o viver em uma única imagem, compartilhada em várias culturas, da peregrinação filosófica e ascética, de sábios e sábias, e da viagem aventureira, de heroínas e heróis (KRAMER, 2018; MONTIGLIO, 2000). Ela está presente nas grandes obras literárias e em contos diversos, como nas epopeias de Gilgamesh na Mesopotâmia; nas gregas homéricas de *Ilíada* e da *Odisseia* e na *Eneida* de Virgílio; e na portuguesa dos *Lusíadas* de Camões; bem como no conto chinês do Rei Macaco; nas navegações do marujo árabe Simbad; nas mil e uma noites, e na *Odisseia* moderna do estadunidense Ishmael a bordo do Pequod, em *Moby-Dick*, de Herman Melville (MONTIGLIO, 2000; DOWLING, 2010; CHIARINI, 2018; BRANDÃO, 2019; FELIPE, 2020; REBEGGIANI, 2020).

Esses grandes movimentos no espaço, porém, nem sempre são feitos pelo prazer da peregrinação, muitos são forçados, obrigando um deslocamento que também impõe a reflexão sobre a violência do mundo. Assim, tocamos o exílio e o êxodo – no mundo das ideias e no mundo fático – como elementos constantes em várias histórias de vida (reais e ficcionais) de pessoas que se debruçaram sobre as angústias da transitoriedade humana

quando o próprio transitar é negado. Isso aproxima tanto a peregrinação budista de Takuan Sōhō no Japão (NAGATOMO; LEISMAN, 1996), quanto o êxodo hebreu no antigo testamento (HOFFMEIER, 2021). Deslocarmos pela rejeição é uma condição que une Baruch Spinoza (expulso da comunidade judaica) ao autoexílio da filosofia cínica, em Diógenes na Grécia antiga e em Nietzsche na Modernidade (KRAMER, 2018; SLOTERDIJK, 2012). Quando a condição de transitar entre os espaços é proibida, portanto, proíbe-se mais que um direito, parte da humanidade se esvai, como se apreende com Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, e Hannah Arendt, como judeus perseguidos políticos pelo nazismo, exilados nos EUA; ou com Walter Benjamin, que não teve o mesmo êxito (FINLAYSON, 2021). Neste sentido, novamente, Cidadania e Turismo se tocam, pois, quando o deslocar pacífico passa a ser proibido, não é apenas a experiência turística que é negada, mas a própria condição humana (ARENDDT, (1989) do transitar pelos espaços (LEFEBVRE, 2006).

A transitoriedade e o trânsito, portanto, são tanto características quanto perplexidades da condição humana. Isso porque, de um lado, nos movimentamos pelo mundo para compreendê-lo, tal como Lefebvre (2000) e Milton Santos (2007, 2001) sugeriram, pois é típico do humano ocupar espaços e ser afetado por eles. De outro, também nos movimentamos, porque somos obrigados pela exclusão social, pelo desrespeito aos direitos, pela luta para sobreviver, como Arendt (1989) nos alertou. Deslocarmos ou sermos deslocados, portanto, é uma etapa crucial da reflexão humanística. Estes deslocamentos que se movem pelo prazer ou pela vontade livre de conhecer, são próprios do Turismo e da Cidadania reconhecida. Os deslocamentos pela dor são as suas negações.

Os deslocamentos turísticos pelo mundo cumprem em parte os anseios de Santos (2007, 2001), no sentido de ampliar a compreensão social para além das fronteiras políticas, criando oportunidades de contato com povos, com o passado e com as perspectivas futuras da própria humanidade. O próprio Santos (2007), porém, nos ensina que transitar com dignidade pelos espaços é um elemento da cidadania, este conceito moderno que se volta para a definição de direitos e deveres em sociedade. Existe, portanto, uma literatura crítica em Turismo que permite a reflexão sobre essa constituição da prática como um elemento da cidadania, um elemento que inclui a possibilidade de transitar pacífica e dignamente pelos espaços como um direito humano fundamental (ATELJEVIC et al., 2007; NETTO et al., 2011; SINGH, 2012; NETTO; NECHAR, 2014; NETTO; NECHAR, 2016). Esta possibilidade de contato entre as áreas de Turismo e Cidadania, porém, esbarra em outra

mediação além da questão abstrata do ser em trânsito, que é a conexão da renda, algo inevitável ao vivermos em um sistema capitalista global que hierarquiza os modos de fazer e existir sociais (PELBART, 2012) e que delimita os espaços como prontos, lineares e, conseqüentemente mensuráveis e quantificáveis (LEFEBVRE, 2000; LOREA, 2013; KOZENIESKI, 2021). No tópico a seguir, exploramos essas relações trazendo dados de organismos internacionais que monitoram as atividades turísticas e os deslocamentos humanos pelo globo, debatendo como essa odisséia humana que se inicia com um processo ininterrupto de ocupação do planeta (a Grande Dispersão) alcançou o nosso tempo, nos deixando perplexos diante da imobilidade que a Grande Reclusão ocorrida com a pandemia do Covid-19 provocou. Usamos esses dois pontos, o grande deslocamento que espalhou os seres humanos pelo mundo e a grande reclusão que nos fez temer pelo fim da própria humanidade, para pensar como essa odisséia existencial de ocupação dos espaços tem deixado de ser pensada como jornada humana fundamental (passível de ser usufruída pelo turismo como direito) para ser capturada pela ambição escapista do turismo de alto luxo, que quer condicionar o turismo (e os direitos) à renda.

TURISMO, CIDADANIA E O DIREITO A TRANSITAR PACÍFICA E DIGNAMENTE PELOS ESPAÇOS

Cidadania e Turismo: a Grande Dispersão pelos espaços do mundo e o Direito a ter Direitos

A humanidade surge, na história da evolução, com um grande deslocamento rumo ao que viria a ser a ocupação de todos os espaços. Nossos ancestrais partiram, há cerca de 60.000 anos atrás, do lugar que hoje conhecemos como continente africano para se espalhar por todo globo. Assim, há cerca de 2.500 anos, após um longo processo de ocupação, o nosso planeta passaria a ter seres humanos em praticamente todas as porções de terra (STANISH, 2017). Na paleoantropologia, como discutem Petraglia e Groucutt (2017), esse é o fenômeno debatido como sendo a Grande Dispersão. Não é mera questão de retórica dizer, portanto, que, desde a nossa origem, todas as pessoas do mundo estão em um processo contínuo de movimento e ocupação, estão se deslocando ou sendo deslocadas, no espaço e no tempo; isso é o que a física e a filosofia nos ensinam, entendimento para o qual convergem tanto o físico contemporâneo Rovelli (2018) quanto o pai do existencialismo, Heidegger (2005). Mesmo as pessoas enclausuradas, as impossibilitadas de se movimentar livremente, estão presas na incessante e, até onde sabemos irreversível movimentação da transitoriedade da vida em

direção à morte – o ser-para-a-morte heideggeriano (HEIDEGGER, 2005). Só que a vida, como discutem Scapp e Seitz (2018) não é só marcada pelas grandes dispersões e as grandes distâncias, ela é tomada também por micro-deslocamentos cotidianos, que constroem nossa rotina e constituem a nós mesmos nos espaços, como discute Certeau (2012) e como refletimos no tópico anterior.

“Todos neste extenso planeta experimentam o que pode ser caracterizado como micro trânsitos, formas de movimento tipicamente rotineiras e muitas vezes mundanas”, dizem-nos Scapp e Seitz (2018, p.1). Deslocamo-nos – por conta própria ou com auxílio – para o trabalho, para a escola, para o divertimento, para eventos culturais, para exercitarmos, para nos tratarmos em centros de saúde. Deslocamo-nos para buscar alimento, para visitar pessoas, para pedir ajuda. Deslocamo-nos dentro de casa, vagamos pelas ruas, pelos ares, mares, pelas rodovias e ferrovias. Deslocamo-nos para velar pessoas queridas, para conhecer lugares e pessoas, para buscar conhecimento ou autoconhecimento. Se impossibilitados de nos deslocarmos, outras pessoas se deslocarão por nós e para nós. Por outro lado, muitas pessoas são deslocadas à força, expulsas de casa, de territórios, de países. São perseguidas, exiladas, invisibilizadas. São impedidas de entrar em lugares ou obrigadas a deixar lugares. São silenciadas, violadas e violentadas. Muitas pessoas têm sua vida marcada por esta ideia do abandono à deriva, que na lição de Arendt (1989) – ela própria uma exilada – foi qualificada como a rotina dos *displaced people* (pessoas deslocadas). Pessoas cuja expulsão de lugares e cuja perda de direitos as jogou em lugar nenhum, como povos sem Estado e sem proteção, sem emprego ou sem renda, situação em que “a perda do lar e da condição política”, pelo não reconhecimento ou pelo ódio, “pode equivaler à sua expulsão da humanidade” (ARENDDT, 1989, p.330).

Se pela paleoantropologia e pela teoria evolucionária aprendemos que a humanidade surge da cooperação para ir além de onde se está, como discutem Stanish (2017) e Petraglia e Groucutt (2017). Com a filosofia política aprendemos que alguns se movimentam para que outros nunca saiam de onde foram colocados, ou que sejam expulsos para jamais ocupar os espaços dominados por eles, como discute Arendt (1989). Se somos seres transitórios e transeuntes, negar o deslocamento livre e digno a quem nada fez de ilícito, seria um impedimento à própria condição humana. Foi a partir desta ideia, da impossibilidade do ir e vir, livre, para realizarmos no mundo e revelar o mundo, para usar os termos de Milton Santos (2001), que Arendt (1989) cunhou anteriormente a sua definição de cidadania calcada em um direito universal e nuclear: o direito a ter direitos. Uma definição que, à primeira vista,

pode aparentar nada ter a ver com a ideia de transitar pelo mundo, mas que tem justamente aí a sua origem.

Conforme comenta Lafer (1988, p. 58), ex-aluno e estudioso da obra de Hannah Arendt, “a experiência histórica dos *displaced people* levou Arendt a concluir que a cidadania é o direito a ter direitos [...] é esse acesso ao espaço público, o direito de pertencer a uma comunidade política”. Transitar pelos espaços públicos é, portanto, um ato político. É resistir à pressão pela homogeneização dos espaços cujas elites exercem (CARVALHO, 2010), que criminalizaram e destruíram espaços de encontro dos corpos, dos seres, das culturas, das identificações e da coletivização dos saberes populares (FEDERICI, 2017). Transitar pelos espaços públicos é nos permitirmos criar laços, pertencimentos, conexões, é ter o direito de nos direcionarmos para onde quer que seja pelos espaços comuns do mundo, é o direito a participarmos da vida e da construção e fruição destes mesmos espaços. À época em que Arendt (1989) escrevia sobre isso, sua preocupação era com os *displaced people* excluídos por serem apátridas, imigrantes, perseguidos políticos, inimigos e alvos de governos autoritários de todos os tipos. Pessoas que não tinham seus direitos reconhecidos por nenhum governo ou não possuíam qualquer Estado que as amparasse (COELHO, 2020). Pessoas sem espaço e sem lugar no mundo. O tempo, sob capitalismo, reconfigurou as formas de exclusão, e hoje, para além das perseguições políticas, a renda (ou a ausência dela) cumpre o mesmo papel de criar pessoas deslocadas da humanidade, esquecidas ou perseguidas, expulsas ou impedidas de transitar livre e pacificamente pelo planeta em que vivemos. São os deslocados pela pobreza e pela miséria, expulsos da humanidade, conforme a linguagem de Arendt (1989).

O direito a ter direitos, como núcleo da cidadania, portanto, inclui a ideia de um direito ao trânsito livre, digno e pacífico pelos espaços a fim de participar de suas construções, realizando-os e revelando-os em um processo político de autoconhecimento e de reconhecimento. A efetivação desta noção de cidadania seria, portanto, uma etapa fundamental para que se evite a perpetuação do processo de expulsão de pessoas, por quaisquer motivos, de nossa própria condição de humanidade. E é neste ponto que se tocam, em conjunto com o contexto organizacional, a cidadania e o turismo, ao entendermos que o turismo representaria uma possibilidade de pensar e refletir sobre as várias formas de se cumprir essas jornadas transformadoras pelos espaços.

O olhar crítico no Turismo, indo além da percepção positivista que o reduz ao mundo do *business* e do *management* (NETTO et al., 2011; NETTO; NECHAR, 2014;

NETTO; NECHAR, 2016) pode se voltar para a ideia, inspirada por Hannah Arendt, de que o turismo enaltece a vivência cotidiana em comunidade e expressa a possibilidade de transitar pelos espaços públicos do mundo, por comunidades e lugares diferentes, experimentando-os, transformando-os e sendo transformados por eles. O turismo seria, ao mesmo tempo, a antítese dos deslocamentos da dor que expulsam pessoas da comunidade humana, e a afirmação dos deslocamentos do prazer, aqueles orientados pelo que Arendt (2007) chamou de *vita activa*, que opera simultaneamente todas as condicionalidades que nos tornam verdadeiramente humanos: a nossa capacidade de moldar o mundo pelo trabalho (*work*), de cuidar de nossas necessidades biológicas do viver (*labor*) e de agir política e socialmente, interagindo uns com os outros nos espaços públicos (*action*). O turismo traz em si a possibilidade de apreciarmos nossas próprias construções artísticas, frutos do nosso trabalho (o *work* arendtiano), de nos tocarmos pelos marcos e eventos da natureza que nos conectam diretamente com a vida biológica (o *labor* arendtiano), e por permitir ampliar nossas interações cotidianas que são, em essência, sempre políticas porque somos animais políticos (o *action* arendtiano).

Não por acaso, o filósofo contemporâneo Byung-Chul Han (2015) recupera o conceito de *vita activa* de Arendt para falar da sociedade atual, esgotada de tanto trabalhar, neurótica e exausta com suas metas e controles. Autodisciplinada e autocontrolada pelas redes sociais, que aprisionam e fomentam metas de vida como metas de empresas, a “Sociedade do Cansaço” discutida por Han (2015) é essa em que o turismo é instrumentalizado como mais um elemento de uma frenética competição pelo sucesso. Ele passa a ser totalmente dominado pela linguagem dos negócios e se transforma em uma maneira adicional de cativar os outros para o trabalho. Ele não se pauta pela lógica da experiência transformadora, mas pela lógica dos resultados, mais especificamente, de se exibir os resultados de uma vida profissional bem-sucedida, materializada em imagens compartilhadas de viagens, refeições, lugares ou eventos pelo mundo. Segundo Han (2014, p.70-75), isso ocorre porque a sociedade capitalista neoliberal contemporânea conseguiu ir além do que ele chama de “*management* racional”, que buscava a produtividade pelo máximo controle do trabalho dentro das empresas, e se tornou uma sociedade do “capitalismo das emoções”, focada no “*management* emocional”, que captura as emoções que vão muito além do ambiente de trabalho – como o prazer de poder viajar pelo mundo. O *management* emocional usa das redes sociais para incentivar sacrifícios pessoais cada vez mais intensos para o trabalho e a produtividade. Assim, uma sociedade do

desempenho é uma sociedade gerencialista, no sentido discutido por Gaulejac (2005), e, portanto, pressiona para produzir um Turismo dominado pela mesma lógica gerencial.

Neste sentido, o ócio, o prazer de viajar, de conhecer pessoas e lugares, deve existir somente como momentos de respiro para produzirmos mais. E, nada seria mais efetivo para isso que usar as imagens compartilhadas em redes sociais de viagens paradisíacas, locais exclusivos, objetos raros ou refeições caras e, assim, despertar nas pessoas um pouco da emoção de poder fruir desses prazeres, exigindo em troca mais dedicação ao trabalho. Isso ocorre porque “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho”, e as pessoas que nela vivem são “sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (HAN, 2015, p. 8). Nessa sociedade, tudo se reduz a trabalhar para ostentar, e o turismo se transforma em uma fábrica de objetos “instagramáveis” e compartilháveis, uma das principais ferramentas a impulsionar a competição infinita por uma vida virtual que aparenta ser perfeita e invejável. Ao invés de ser um direito, um componente da efetivação da cidadania, o turismo passa a ser um dever, a obrigação de falsear para os outros o resultado de um pretenso sucesso na vida.

A *vita activa*, então, desaparece. O animal político (*zoon politikon*) que somos se encolhe, diminuído até sobrar apenas um animal que trabalha (*animal laborans*) sob o capitalismo, e que trabalha para negar a si mesmo o direito a usufruir da vida o que ela puder lhe oferecer, em troca de poder fingir gozar de uma vida virtualmente irretocável (HAN, 2015). Uma sociedade que retira do turismo a sua conexão com a cidadania, como um direito ao lazer e à possibilidade de explorar (no sentido de nos aventurarmos e aproveitarmos) o conhecimento de si mesmo, de nossa própria história, da natureza que nos envolve, é uma sociedade que instrumentaliza o turismo como mais uma ferramenta de exclusão. É preciso, portanto, redirecionarmos o turismo para a sua conexão com a cidadania, como componente fundamental para a *vita activa*.

2021, uma odisseia no espaço: contradições e possibilidades do turismo e da cidadania da Grande Dispersão à Grande Reclusão

Se a nossa origem demonstra que somos fruto de uma Grande Dispersão, os dados sobre deslocamentos diversos mostram que a humanidade tem se tornado, mais do que nunca, uma humanidade cada vez mais dispersa e em trânsito. Em uma existência marcada pelo deslocamento, porém, a grande maioria das pessoas não transita definitivamente para além

das fronteiras políticas de seus países, são as micro-movimentações cotidianas que dominam os deslocamentos da humanidade.

De acordo com os dados do Relatório Mundial sobre Migração, elaborado pela Organização das Nações Unidas, em 2020, apenas um em cada trinta pessoas migrou internacionalmente de modo definitivo (IOM, 2020). De toda forma, os volumes gerais têm aumentado, pois os dados indicam que, no ano de 2000, 2,8% da população mundial eram migrantes internacionais, cerca de 150 milhões de pessoas, ao passo que, em 2020, essa proporção aumentou para 3,6%, algo em torno de 272 milhões de pessoas. A estimativa global atual é de que se chegue, no pós-pandemia de Covid-19, a cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo (IOM, 2020). Quando observamos os dados das pessoas que migram dentro de seus próprios países, vemos um volume mais expressivo de movimentações, sendo que, em 2009, já tínhamos cerca de 740 milhões de migrantes internos, 2,6 vezes mais pessoas do que os migrantes internacionais de 2020, sem termos mais dados atualizados após esse levantamento (IOM, 2020).

O que chama a atenção nestas migrações é que elas são parte de uma grande contradição que pode ser mais bem compreendida a partir da noção arendtiana da cidadania. As grandes movimentações humanas atuais oscilam, em quase a sua totalidade, entre os deslocamentos pela dor (em função da falta de renda e de direitos) dos *displaced people*, e os deslocamentos por necessidade de renda (pelo trabalho) ou para usufruir da renda (pelo prazer), respectivamente, do turismo de negócios e do turismo de lazer. Permeando estes três fenômenos encontramos, portanto, a renda: a total ausência de renda dos *displaced people*, a luta pela renda que fomenta o turismo de negócios, e o dispêndio de renda auferida que impulsiona o turismo do ócio, do lazer. A conexão entre turismo, cidadania e renda, portanto, se torna plenamente visível neste ponto. E os aspectos que também unificam a natureza contraditória desses deslocamentos atuais são a sua intensidade e o seu crescimento.

Neste sentido, temos um volume crescente e preocupante dos *displaced people*, obrigados – pela violência humana ou pela tragédia natural – a saírem de seus lares. Segundo dados do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC, 2022) (*Internal Displacement Monitoring Centre – IDMC*), em 2017, havia 68,5 milhões de pessoas forçadamente deslocadas (*forcibly displaced*) no mundo todo. Em 2020, porém, houve um aumento deste contingente para 82,4 milhões de pessoas, um crescimento de 20% em somente três anos. Apenas de deslocamentos forçados internamente nos países, saímos de 26,4 milhões, em 2012, para alcançarmos um triste recorde histórico de 59,2 milhões de pessoas,

em 2021, algo próximo à população inteira da Itália ou da África do Sul e bem mais que o dobro de pessoas que estavam nesta situação nove anos atrás (NRC, 2022). São pessoas sem lares, sem renda, sem direitos. Pessoas cuja cidadania lhes foi negada.

Embora seja expressivo esse volume de pessoas que se desloca definitivamente pelos lugares, atualmente, a maior parte dos deslocamentos realizados passa a se associar com a intermitência das visitas ocasionais – do trabalho e do lazer. Quando olhamos para as informações globais sobre turismo, portanto, é que vemos a intensidade crescente de nossos deslocamentos pelo mundo. Segundo informações da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2022), órgão vinculado às Nações Unidas, somente na França, em 2021, foram registradas as chegadas de 141 milhões de turistas. Na Espanha, em 2019, quase 68 milhões de pessoas foram registradas em estabelecimentos de hospedagem. Na Argentina, foram recebidos 4,8 milhões de hóspedes, uma quantidade de pessoas que é equivalente a cerca de 10% da população do país (IOM, 2022). Como levantado por Behsudi (2020), Abbas et al. (2021) e Hoarau (2022), não só o volume de pessoas em trânsito aumentou, mas a dependência econômica do turismo também, pois, em 1950, quando os voos comerciais a jato começavam a se consolidar, 25 milhões de pessoas faziam viagens ao exterior, ao passo em que, em 2019, alcançou-se a cifra de 1,5 bilhão de pessoas em viagens internacionais. Neste mesmo ano de 2019, a contribuição do turismo para a economia mundial teria sido estimada em US\$3,5 trilhões, cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Como se explica, porém, um mundo em que as pessoas se deslocam tanto, com tanta intensidade e por motivos tão diversos, pela dor e pelo prazer? Uma maneira de pensarmos sobre isso é exatamente relacionarmos turismo, cidadania e renda.

Esses dados demonstram que essa humanidade em movimento é altamente contraditória. Em um mesmo momento da história, em 2021, nós tivemos entre as imagens mais emblemáticas do ano duas relacionadas a deslocamentos que aproximam o mágico e o trágico da humanidade. O mágico da ficção científica e o trágico do empobrecimento desesperador do mundo. Em 18 de setembro de 2021, a empresa *SpaceX* completou o primeiro voo espacial cuja tripulação não se compunha de astronautas profissionais. Esta missão, chamada de *Inspiration 4*, foi a primeira missão orbital na história dos voos espaciais a ser composta inteiramente por turistas. É o turismo espacial sendo apresentado, de forma autônoma, para milionários do mundo todo dispostos a pagar quantias exorbitantes para viver esta experiência única e exclusiva – típica de ficções científicas como as do livro, de Arthur

C. Clarke (CLARKE, 1968), “2001 – uma odisseia no espaço”, escrito simultaneamente ao filme de mesmo nome, roteirizado por Clarke e Stanley Kubrick, e dirigido por este último.

Em 17 de Janeiro, daquele mesmo ano de 2021, forças de segurança da Guatemala bloquearam um movimento de 7.000 pessoas vindas de Honduras com destino aos EUA, desesperadas, pela miséria, pela violência e dispostas a caminhar milhares de quilômetros para encontrar em outro país os direitos que tanto lhes são negados em seu país de origem. Um dos maiores fluxos migratórios já ocorridos na região foi motivado, entre outros fatores, pela ausência ou pela precariedade de renda para sobreviver, pelo descumprimento dos elementos mais básicos da cidadania.

De um lado, portanto, temos a ostentação máxima do turismo de luxo financiado pelos 1% mais ricos da humanidade, insinuando suas possibilidades de se deslocar para além deste mundo, como bilionários em fuga, os *escaping billionaires* dos quais a literatura crítica começa a falar com mais constância nos últimos anos (MARX, 2021). É a ampliação máxima, para além das fronteiras terrestres, da odisseia de que falamos no início deste texto que sintetiza uma das mais antigas aspirações humanas: o fascínio com o cosmos, com a aventura da jornada sem limites pelo pouco conhecido. De outro, o deslocamento desesperador de uma massa de pobres, representada pelos 99% que amargam a penúria das dívidas, da falta de direitos, da violência. O que explica essa contradição entre os *displaced people* e os *escaping billionaires*? Uma forma de tentar reorientá-la passa pela compreensão das conexões improváveis entre turismo, cidadania e renda que fazem com que o turismo hoje possa ser apenas uma engrenagem para ostentação de poucos, extirpada da cidadania como um direito de todos e inteiramente condicionado à obtenção de renda. Turismo e cidadania são, neste caso, para quem possui dinheiro. A jornada humana que se inicia na Grande Dispersão é impedida pela materialidade da renda, restrita a quem pode pagar. O sonho das grandes odisseias, como impulsos intrínsecos à condição humana, de profundo caráter existencialista, passa a ser um sonho de poucos enquanto muitos apenas lutam para conseguir existir, revivendo as jornadas do êxodo e do exílio, e não a do turismo. É preciso reposicionar o lugar do turismo nos deslocamentos humanos e na ocupação dos espaços pelo mundo (e além dele). É preciso preocuparmo-nos com o turismo como elemento da cidadania, capaz tanto de gerar renda para estes 99% quanto de permitir que eles possam usufruir do turismo como direito a gozar de sua própria jornada, de viver a sua própria odisseia da vida.

O fenômeno recente da pandemia da Covid-19 reforçou ainda mais estes componentes contraditórios na relação entre turismo, cidadania e renda. A pandemia

escancarou como estamos conectados e como dependemos da construção de saídas coletivas para os nossos desafios. Em um mundo cujos deslocamentos pelo turismo e pelas migrações são tão intensos, a dispersão dessa doença foi, ao mesmo tempo, impulsionada pela intensificação dos deslocamentos turísticos e responsável por uma queda brutal do próprio faturamento do segmento do turismo. Algumas pesquisas começam a apontar o papel do turismo internacional como difusor da pandemia do Covid-19. Trabalhos como os de Hoarau (2022) identificaram correlações positivas entre a dispersão do vírus e as economias mais dependentes da atividade turística. Essa análise valida o que se tem chamado de “*tourism-led vulnerability hypothesis*” (hipótese de vulnerabilidade liderada pelo turismo). Assim, de uma só vez, o mundo assistiu a um esforço global de redução da mobilidade, chamada aqui de Grande Reclusão que, por sua vez, afetou mais negativamente os mais pobres, reduziu os deslocamentos pelo trabalho e pelo lazer e aumentou o rol de calamidades que impulsionou o crescimento de *displaced people* por todo o globo.

Os impactos da Grande Reclusão para o turismo foram avassaladores. Behsudi (2020) – este relatando estimativas feitas pelo Fundo Monetário Internacional – e Abbas et al. (2021), discutem que os levantamentos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pela OMT indicavam que, em função da pandemia, em 6 de abril de 2020, 96% de todos os destinos mundiais haviam introduzido restrições de viagem, sendo que cerca de 90 destinos fecharam total ou parcialmente suas fronteiras para turistas, enquanto outros 44 o fizeram apenas para turistas de determinados países cuja origem estava relacionada a epicentros da pandemia. As estimativas apresentadas por estes autores e órgãos é a de que o turismo internacional teria caído 73%, em 2020, algo que a OMT qualificou como catastrófico para o setor. É estimado, ainda, que o PIB real – o valor em dinheiro do PIB retirando o efeito da inflação – de países africanos e caribenhos cuja dependência econômica do turismo é mais acentuada, encolherá 12% nos cinco anos seguintes à pandemia. Segundo Behsudi (2020), durante a pandemia já se estimava que nações insulares do Pacífico, como Fiji, poderiam ver o PIB real encolher 21% em 2020. Segundo a pesquisa realizada por Abbas et al. (2021), o turismo de lazer e o turismo interno registraram uma queda econômica no valor de 2,86 bilhões de dólares norte-americanos, gerando perdas de receitas maiores que 50%.

O que os dados apresentados demonstram é que, da Grande Dispersão à Grande Reclusão, a nossa interdependência global, em termos de deslocamentos e movimentações, se intensificou e se avolumou de modo irreversível. Isso está na nossa constituição humana e nas

relações econômicas que construímos ao longo do tempo. A falta de compreensão do impacto político desta intensificação instrumentalizou, porém, o turismo como algo totalmente dependente de renda, reduzindo o seu caráter mais essencial como um direito extensível a todos, expurgando-lhe a sua conexão com a cidadania. É preciso, portanto, reorientá-lo para a cidadania (TOMASSINI et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ENCERRAR SEM CONCLUIR

Partindo do objetivo de refletir sobre as relações entre turismo, cidadania, renda e espaço a partir de um olhar organizacional crítico, apresentamos a imbricação das questões com a condição humana de deslocamento pelo mundo. Discutimos, neste capítulo, sobre a necessidade de encontrarmos alternativas que possibilitem reorientar o turismo para a cidadania e a necessidade de conectarmos a discussão, em um viés organizacional, com as perceptivas mais inclusivas e que considerem a condição humana do direito. Ao realizarmos este movimento de modo histórico e memorialístico, reforçamos a necessidade de diretrizes de pensamento que possibilitem as alterações das condições turísticas e cidadãs, que considerem a existência da diversidade de formas de ser, estar, vivenciar, experienciar o mundo a partir das condições materiais de tempo e de espaço.

As discussões aqui trazidas, reforçam e atualizam Gaulejac (2005) e sua proposta de estudo do gerencialismo a partir da expressão “quantofrenia”, que se traduz nos dias atuais no usufruto do deslocamento para o ócio a partir de uma fábrica de *likes* “instagramáveis” e compartilháveis, ao mesmo tempo em que nega o deslocamento para uma parcela importante da população mundial. A competição infinita da vida virtual se reflete no mundo real em uma desconexão do turismo com a questão cidadã, amplificada por uma ausência de renda daqueles que não possuem condições de deslocamento ao ócio, restando-lhes o deslocamento (cotidiano ou não) para a sobrevivência. A sociedade atual, capitalista, enquanto aquela que instrumentaliza tudo e todos torna o turismo como mais uma ferramenta de exclusão. A questão é simples: ou você tem renda para se deslocar e ser bem recebido, com toda hospitalidade disponível, ou você não acessa tais lugares.

Han (2015), ao afirmar que em nossa sociedade, chamada por ele de sociedade de desempenho, o ser humano (que deve ser empresa), precisa encontrar meios de competir, de empreender (DARTO; LAVAL, 2016) a partir de critérios estabelecidos por um norte global (e que nunca alcançaremos). A transitoriedade que destacamos neste trabalho envolve um afetar e ser afetado pelos espaços, tornando-os lugares, incentivando a experiência. Mas cabe

para nós, mais uma pergunta reflexiva: estaria o turismo preparado para transformar os espaços em lugares para todos? Ou só para uma parcela da humanidade que realiza os movimentos de trânsito nos espaços com renda disponível para ser desembolsada? A estes, serão facilitadas as transformações dos espaços em lugares ou continuarão sendo não lugares? O lugar, dotado de significância e experiências humanizantes, só podem ser vivenciados por aqueles que dispõem de uma renda mínima de exercício da cidadania?

Por fim, turismo, cidadania e renda por uma lógica organizacional deve considerar exatamente os movimentos nos espaços (que quem sabe, um dia, possam ser lugares), considerando uma inerente subjetividade humana nesta condição. É preciso, enfim, um movimento conjunto dos Estudos Organizacionais e da área de Turismo em busca do reforço (ou infelizmente construção) de direitos para exercício pleno da condição humana de transitar. Além disso, movimentos em bases alternativas organizacionais podem contribuir para o alcance da cidadania a alcance de todas as pessoas. Mas, em nossa lógica atual, todos os humanos são considerados pessoas para usufruir das experiências do mundo?

REFERÊNCIAS

- ABBAS, J. et al. Exploring the impact of COVID-19 on tourism: transformational potential and implications for a sustainable recovery of the travel and leisure industry, **Current Research in Behavioral Sciences**, v. 2, p. 1-11, 2021.
- ADAMS, G. et al. The Psychology of Neoliberalism and the Neoliberalism of **Psychology, Journal of Social Issues**, v. 75, n. 1, p. 189-216, 2019.
- ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10^a. Ed. Rio de Janeiro: forense universitária, 2007.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, /1989.
- ATELJEVIC, I. Estudos transmodernos críticos do turismo: um chamado à esperança e transformação. **Revista Turismo Em Análise**, v. 22, n. 3, p. 497-515, 2011.
- ATELJEVIC, I.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N. **The critical turn in tourism studies innovative research methods**. Amsterdam: Elsevier, 2007.
- AUGÉ, M. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p; 151-161, 2015.

BEHSUDI, A. Wish you were here: Tourism-dependent economies are among those harmed the most by the pandemic, **Finance & Development**, v. 57, n. 4, p. 37-39, 2020.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC/SP, 1998.

BENI, M. C. **Colecionando Destinos: viagens, percepção, imaginário e experiências**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIANCHI, R.; STEPHENSON, M. Deciphering tourism and citizenship in a globalized world. **Tourism Management**, v. 39, p.10-20, 2013.

BLANCHARD, L.; HIGGINS-DESBIOLLES, F. **Peace through tourism: promoting human security through international citizenship**. London: Routledge, 2013.

BOCCHI, J. A psicopatologização da vida contemporânea: quem faz os diagnósticos? **Doxa: Ver. Bras. Psico. E Educ.**, v. 20, n. 1, p. 97-109, 2018.

BORGES, A. L.; SILVA, G. B. Mário Carlos Beni: contribuição para o estudo do Turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, p. 41-61, 2016.

BRANDÃO, J. A “Epopéia Gilgamesh” é uma epopeia? **ArtCultura**, v. 21, n. 38, p. 9-24, 2019.

CARRIERI, A. P., PERDIGÃO, D. A., MARTINS, P. G.; AGUIAR, A. R. C. A Gestão Ordinária e suas práticas: o caso da Cafeteria Will Coffee. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 12, p. 1-13, 2018.

CARRIERI, A. P., PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. **Revista de Administração**, v. 49, n. 4, p. 698-713, 2014.

CARVALHO, J. J. Espetacularização e canibalização das culturas populares na América Latina. **Revista Antropológicas**, v. 21, n. 1, p. 39-76, 2010.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CHIARINI, G. The return of the Achaeans polarity and analogy in Homer. **Journal of the Siena Academy of Sciences**, v. 9, n. 1, p. 31-37, 2018.

CLARKE, A. **2001, a space odyssey**. New York: Dutton Adult, 1968.

COELHO, M. Hannah Arendt and Walter Benjamin: Eros of friendship and elective affinities in dark times. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 3, p. 817-836, 2020.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento Quarteirão do Soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 34-46, 2013.

CORIOLOANO, L. N.; Lima, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, J. M.; MIRANDA, S. R. Notas sobre espaço, lugar e identidades territoriais em espaços de formação de professores. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.**, v. 17, n. 2, p. 223-236, 2015.

DOWLING, D. **Chasing the white whale**. University of Iowa Press, 2010.

DUNKER, C. A hipótese depressiva. In: SAFATLE, V., SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

DWORKIN, R. **Taking rights seriously**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FELIPE, C. Os lusíadas, de Camões, e a História trágico-marítima: Por uma poética do bem comum. **Tempo**, v. 26, n; 3, p. 500-521, 2020.

FINLAYSON, J. On wandering: Exile, migration and other questions in critical theory. **European Journal of Philosophy**, v. 29, n. 3, p. 664-673, 2021.

GAULEJAC, V. **La société malade de la gestion**: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social. Paris: Editions du Seuil, 2005.

GIBSON, C. **Critical tourism studies**: new directions for volatile times. *Tourism Geographies*, v. 23, n. 4, p. 659-677, 2021.

GOMES, C. C.; MARCUSSO, E. F. Turismo e territorialidade: o território da cerveja da região serrana do Rio de Janeiro como vetor da governança e do desenvolvimento local. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo**, v. 16, p. 1-17, 2022.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

- HAN, B. **Psicopolítica**: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Barcelona: Herder, 2014.
- HAN, B. **The burnout society**. Stanford: Stanford University Press, 2015.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**: parte II. 13^a ed. São Paulo: Vozes, 2005.
- HOARAU, J. F. Is international tourism responsible for the outbreak of the COVID-19 pandemic? A cross-country analysis with a special focus on small islands, **Rev. World Econ.**, v. 158, p. 493–528, 2022.
- HOFFMEIER, J. The Hebrew Exodus from and Jeremiah’s Exodus into Egypt in the Light of Recent Archaeological and Geological Developments. **Tyndale Bulletin**, v. 72, 2021.
- IDMC – THE INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE. **2022 Global Report on Internal Displacement (GRID)**: Children and youth in internal displacement. Geneva: The Internal Displacement Monitoring Centre, 2022.
- IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World migration report**: 2020. International Organization for Migration: Geneva, 2020
- IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World migration report**: 2022. International Organization for Migration: Geneva, 2022
- IPIRANGA, A. S. R., SARAIVA, L. A. S.; THOENE, U. **Proposta temática “Cidades e Estudos Organizacionais: História, Gestão e Prática Social”** [Mimeo]. Fortaleza/Belo Horizonte/Chía: Universidade Estadual do Ceará/Universidade Federal de Minas Gerais/Universidad de La Sabana, 2019.
- IPIRANGA, A. S. R.; LOPES, L. L. S. O organizar da estética espacial: uma história tátil da Praça dos Leões. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 130-153, 2017.
- ISIN, E. **Being political**. Minneapolis: University of Minnesota, 2002.
- KOZENIESKI, E. M. Tempo e a produção do espaço: diálogos com Milton Santos e Henri Lefebvre sob o horizonte do rural na Região de Erechim. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 37, p. 95-119, 2021.
- KRAMER, E. Philosophical Wandering as a Mode of Philosophy in Cultural Life: From Diogenes of Sinope to Cornel West. Eidos. **A Journal for Philosophy of Culture**, v. 3, n. 5, p. 51-73, 2018.
- LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1988.
- LEFEBVRE, H. Critique de la vie quotidienne. In: LEFEBVRE, H. **Fondement d'une sociologie de la quotidienneté**; Introduction à la modernité. Paris, L'Arche, 2006.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

- LIMA, C. H. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. **Arquitetura Revista**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2014.
- LIMA, C. H. Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, v. 12, n. 1, 39-48, 2015.
- LOREA, I. M. Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, p. 9-28, 2013
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo, SP: Editora Fontes, 2018.
- MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARX, P. Leave the Billionaires in Space. **Tribune Magazine**. 12/07/2021. Recuperado de: <https://tribunemag.co.uk/2021/07/leave-the-billionaires-in-space>. 2021.
- MONTIGLIO, S. Wandering Philosophers in Classical Greece. **The Journal of Hellenic Studies**, v. 120, p. 86-105, 2000.
- MURA, P.; WIJESINGHE, S. Critical theories in tourism - a systematic literature review. **Tourism Geographies**, v. 25, n. 2, p. 487-507, 2021.
- NAGATOMO, S.; LEISMAN, G. An East Asian Perspective of Mind-Body. **Journal of Medicine and Philosophy**, v. 21, n. 4, p. 439-466, 1996.
- NETTO, A., NOGUERO, F.; JÄGER, M. Por uma visão crítica nos estudos turísticos. **Turismo em Análise**, v. 22, n. 3, p. 539-560, 2011.
- NETTO, A.; NECHAR, M. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014.
- NETTO, A.; NECHAR, M. **Turismo: perspectiva crítica de textos reunidos**. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.
- OLIVEIRA, P. G., MACHADO, H. O.; CARVALHO, H. J. Cidades em movimento: auto-organização, emergência e insurgência cidadã. In: SARAIVA, L. A.; IPIRANGA, A. S. **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT AND WORLD TOURISM ORGANIZATION. **The economic impact of restricting international mobility**, OECD/UNWTO, Paris and Madrid, 2022.
- PELBART, P. P. **O avesso do niilismo: Cartografias do esgotamento** (2a. ed). São Paulo: n-1 edições, 2016.
- PETRAGLIA, M.; GROUCUTT, H. Out of Africa: The Evolution and History of Human Populations in the Southern Dispersal Zone. In: Schwartz, J. **Rethinking human evolution**. Cambridge: The MIT Press, 2017.

PORTUGALI, J. Complexity theories of cities: achievements, criticism and potentials. In: PORTUGALI, H.; MEYER, E. STOLK; TAN, E. (Eds.). **Complexity theories of cities have come of age**. Berlin: Springer, 2012.

REBEGGIANI, S. Theban Myth in Virgil's Aeneid: The Brothers at War. **Classical Antiquity**, v. 39, n. 1, p. 95-12, 2020.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ROVELLI, C. **The order of time**. New York: Riverhead Books, 2018.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V., SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARAIVA, L. A. S., CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, 2014.

SARAIVA, L. A.; IPIRANGA, A. S. Introduzindo histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades. In: SARAIVA, L. A.; IPIRANGA, A. S. **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

SCAPP, R.; SEITZ, B. **Philosophy, travel, and place**: being in transit. Cham: Palgrave MacMillan, 2018.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006.

SILVA, M. M. Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 39, p. 70-84, 2017.

SINGH, T. **Critical Debates in Tourism**. Bristol: Channel View Publications, 2012.

SLOTEDIJK, P. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

STANISH, C. **The evolution of human co-operation**: ritual and social complexity in stateless societies. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

TOMASSINI, L., SCHREURS, L.; CAVAGNARO, E. Reconnecting the space of tourism and citizenship: the case of tourists' hubris. **Journal of Tourism Futures**, v. 7, n. 3, p. 337-349, 2021.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism Statistics Database**. UNWTO: 2022. Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-statistics/key-tourism-statistics>, Acesso em 10 de janeiro de 2023.

TURISMO E METAVERSO: DA CRÍTICA SOCIOLÓGICA A SUA APLICAÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA

Alan Faber do Nascimento

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
alan.faber@ufvjm.edu.br

Eu estava num jantar na casa de um amigo diretor. Estávamos acompanhados dos seus filhos de 13, 15 e 17 anos. Eles não tinham visto o filme *Matrix*. Então, meu amigo disse: por que você não conta sobre o que é o filme? Bom, tem esse cara que está em um tipo de mundo virtual, e ele descobre que tem um mundo real, e questiona o que é real e o que não é ... E, então, a mais nova disse: Por quê? E eu: Como assim? E ela: Quem se importa se é real? Espera, você não se importa com o que é real? Não. – Trecho de entrevista com Keanu Reeves¹⁸.

INTRODUÇÃO

A proposta deste ensaio é efetuar um panorama, uma visão geral, sobre a relação entre o turismo e o metaverso, haja vista as implicações, também para as viagens, quando se torna possível mesclar o mundo físico com o mundo digital. Ou melhor, amparando-se no próprio significado etimológico da palavra, que é resultado da junção do prefixo grego “meta”, que sugere aquilo que está além, com a palavra “universo”, pergunta-se: o que esperar do futuro do turismo em face do metaverso?

A nosso ver, essa questão é pouco explorada na literatura do turismo – sobretudo em âmbito nacional. São escassos os estudos teóricos mais sistematizados acerca do tema, ao passo que as investigações empíricas ainda estão em estágios muito iniciais de desenvolvimento.

O texto está organizado em duas partes. Na primeira, busca-se entender o significado sociológico do metaverso, seja do ponto de vista de uma abordagem histórico-materialista quanto daquela situada na chamada teoria da pós-modernidade. Na segunda parte, são explorados alguns conceitos que ajudam a explicar o turismo no metaverso, caso das noções de *Cyber-tourism* e Pós-turista, bem como exemplos de aplicações do metaverso em setores turísticos.

Os métodos de investigação incluem revisão bibliográfica e pesquisa documental em portais de notícias e revistas eletrônicas, em *blogs* e em canais do *YouTube*.

¹⁸ Entrevista concedida em 10 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0OK80eljWrs>. Traduzido pelo autor.

O QUE É O METAVERSO? UMA EXPLICAÇÃO PELA SOCIOLOGIA

Não há um conceito definido sobre o que é metaverso. Em rigor, quando se estuda o assunto, o que se descobre primeiro é que existem diversas ideias e noções do que seja o metaverso. Para alguns autores, o metaverso já é uma realidade presente em diversos setores da vida social e econômica, ao passo que, para outros, o metaverso é uma utopia tecnológica do futuro.

No senso comum, tem-se dito que o metaverso é a internet do século XXI. À diferença da anterior, que é sobretudo bidimensional, a nova rede se distinguiria pela possibilidade de seus usuários atuarem como se estivessem dentro dela, em ambientes que podem ser tanto uma cópia fidedigna do mundo físico quanto uma realidade virtual inventada. Daí a razão de o metaverso ser concebido, vulgarmente, como uma “internet encorpada”.

De forma mais precisa, segundo a *Encyclopedia Britannica* (2023), o metaverso é uma rede de mundos virtuais imersivos, por onde, hoje, adentra-se pela via de *smartphones*, *tablets* e óculos de realidade virtual, em que se transacionam bens e serviços por meio de criptomoedas, *Blockchain* e *non-fungible tokens (NFTs)*, e onde as pessoas, comumente e pelo menos por ora, interagem-se por avatares em jogos eletrônicos em três dimensões¹⁹.

Já a *Wikipédia* (2023) define o metaverso como uma experiência imersiva e multissensorial, que adiciona diversas capas virtuais ao mundo físico, cujo acesso ocorre pelo uso de diferentes dispositivos digitais, e que se tornou factível, haja vista a evolução da rede mundial de computadores, de que são exemplos a *Web 3.0* e as conexões em 5G.

Mas há aqueles que defendem que o metaverso, simplesmente, não existe. E isso porque não se tem exemplo de um ambiente que seja todo renderizado (digitalmente processado) em tempo real e em grande escala (TANNI, 2022). O que poderia acontecer somente quando todos os (proto)metaversos, do *Descentraland* ao *Roblox*, da *Meta* ao *Sandbox*, estiverem abertos a quaisquer usuários e forem interoperáveis. Nesse caso, pense-se em uma partida de futebol, em que dois times se enfrentam à distância; cada equipe jogando em seu respectivo estádio e com a sua própria torcida, e onde a bola é metaversada, para que a jogada feita em um estádio leve a outra igual em outro estádio. Eis aí uma ilustração do que é o metaverso, segundo Meira (2022).

¹⁹ Grosso modo, os *tokens* não-fungíveis (*NFTs*) são ativos digitais únicos, indivisíveis e inigualáveis, que geram valor para quem os detém e cuja verificação de autenticidade é feita pela *Blockchain*. A *Blockchain* é uma grande cadeia de dados, como se fosse um livro contábil digital, capaz de registrar propriedades digitais, informações, *NFTs* etc., sem que isso possa ser alterado, fraudado (CABRERA, 2022).

A despeito da falta de consenso, fato é que experimentamos uma diluição cada vez maior entre os mundos *offline* e *online*, de modo que a perspectiva de se operar simultaneamente neles já não é algo restrito a filmes de ficção científica, como *Matrix*, ou da Ciberliteratura, a exemplo de *Snow Crash*, de Neal Stephenson, romance de ficção científica tido como precursor da ideia de metaverso.

Habitamos a viver sob a égide de um espaço-tempo de natureza físico-digital. Os filtros de *smartphones*, a gamificação do cotidiano, o sucesso dos *reality shows*, as *fake news* são expressões de que não é mais intransponível o que se passa nas telas digitais daquilo que se vive concretamente (SIBILIA, 2016) – ainda mais para o público das gerações *Z* e *Alpha*, que nasceram na esteira das primeiras redes sociais, como o *Orkut* e o *Facebook*. Com efeito, para muitas crianças, o desejo de “virar um astronauta”, algo corriqueiro no imaginário infantil dos *Baby Boomers*, foi substituído pela fama futura no *YouTube*, como demonstrou pesquisa encomendada pela fabricante de brinquedos *Lego* (NOGUEIRA, 2019).

Do ponto de vista da crítica sociológica, há alguns caminhos para entender o que está na essência do metaverso. Um primeiro indicativo é dado pelo estágio atual da economia capitalista. A cada dia, torna-se evidente o quanto os algoritmos são essenciais para o lucro corporativo. Trata-se de um capitalismo baseado em dados em que o tagueamento (trabalho em clique) para alimentar bancos informacionais é tão ou mais importante que os tradicionais meios de manipular a mente dos consumidores, como a publicidade e a obsolescência programada dos produtos – e, também, os mais recentes, como o marketing viral em redes sociais. Nesse sentido, o metaverso configura-se como a última fronteira a ser vencida para a desrealização da própria realidade:

As técnicas de perfilização de plataformas como Instagram talvez parecerão arcaicas e rudimentares perto das possibilidades do trabalho virtual em projetos conceituais de metaverso. Seria possível identificar reações a músicas ambientes, estímulos visuais (e mensurações por tempo de eyeball), transformando a vivência em laboratório permanente de mensuração. Para mercados centrados em perfilização, produção de subjetividades e governança algorítma, trata-se de um prato cheio (MACHADO, 2021, p. 10).

Sem dúvida, isso ajuda a explicar por que não apenas as *Big Techs*, caso do *Facebook*, que, recentemente, mudou o nome da empresa para *Meta*, como empresas dos diversos setores da economia têm investido no metaverso. Por exemplo, a *Nike*, considerada a marca de roupa mais valiosa do mundo, adquiriu a empresa *RTFKT*, especializada em *NFTs*, autenticação na *Blockchain* e realidade aumentada, com objetivo de criar uma interface entre os lançamentos físicos da marca e suas versões digitais, no que é visto como “mais um passo

que acelera a transformação digital da *Nike* (...) na intersecção entre esporte, criatividade, jogos e cultura” (MARIN, 2021, n. p.). A indústria fonográfica é outra ilustração de como o metaverso transformará a maneira como se comercializa música pelos mercados. Emblemático disso foi o show do rapper Travis Scott no ambiente virtual do *Fortnite*, em um evento que foi visto por 14,8 milhões de usuários, segundo dados da desenvolvedora do jogo, a *Epic Games*, e isso porque “nesses eventos, o público não enfrenta problemas inerentes ao mundo físico, como ficar longe do palco, não conseguir enxergar o show ou não ter dinheiro para ir a uma apresentação em outro país” (ROSA, 2022, n. p.). E até mesmo ramos da economia, como os da alimentação e da cosmética, cuja imersão no metaverso ainda dependem do progresso de dadas tecnologias, ainda primevas quando não inexistentes, já investem em pesquisa e desenvolvimento para que tão logo se possa passar de uma etapa visual do metaverso para uma sensitiva, corpórea e tátil. É o que pretendem os projetos *Nourished* e *Realfeel*, que, por meio de impressões 3D de ingredientes e de simuladores multissensoriais, buscam permitir que as pessoas experienciem até um *Big Mac* no metaverso²⁰. Na figura abaixo, observa-se uma dessas iniciativas sensitivas, o “aromaverso”.

Figura 1 - Tecnologia de “aromaverso”, que permite sentir cheiros em realidade virtual, sendo testada por um cadeirante, possivelmente num espaço virtual em que se pode não apenas andar, mas voar, teletransportar-se, etc.



Fonte: STONE, 2022.

Entretanto, esses exemplos não nos autorizam imaginar um capitalismo imaterializado, em que a exploração do trabalho deixe de ser o ponto central do sistema

²⁰ Em rigor, as cadeias de *fast food* já estão no metaverso. Para citar um exemplo, tanto o *Burger King* como o *McDonald's* e a *Pizza Hut* têm promovido campanhas no metaverso, sobretudo baseadas em aquisição de *NFTs* em lanchonetes virtuais instaladas nos diferentes metaversos hoje existentes. Ocorre, porém, que se trata, na maioria das vezes, de imersões estereoscópicas, baseadas no sentido da visão, e não de uma imersão completa, em que todos os sentidos humanos são estimulados.

econômico. Pelo contrário, o que se observa é que a criação de um mundo cada vez mais virtual implica a degradação dos recursos naturais, indispensáveis para a produção de microchips, semicondutores, cabos de fibra ótica, etc., e infraestruturas fabris que sustentam o trabalho “criativo” em polos de alta tecnologia, mas onde o trabalho local é precário e análogo à escravidão. É o que ocorre com as empresas do Vale do Silício, que dependem da produção material feita em fábricas na China, caso da *Foxconn*, notabilizada no noticiário por episódios de suicídio dos seus funcionários (SIBILIA, 2015; ANTUNES, 2012).

Outro caminho possível para entender sociologicamente o metaverso é interpretá-lo como resultado daquilo que Lipovetsky (2016) chama de busca pela leveza na era da hipermodernidade. Nessa acepção, o metaverso é mais um meio, ao lado da filosofia de autoajuda, do estilo de vida ecológico exibido nas redes sociais, e de toda espécie de modismos psicoterápicos, para o homem encontrar alívio em seu cotidiano – porque este, não obstante cada vez mais inundado por objetos leves (nanotecnológicos), transformou-se num fardo, em algo pesado e beirando o insuportável:

A novidade do mundo hipermoderno é justamente essa. A modernidade do século 19, por exemplo, tinha um contramodelo que era sociedade burguesa de então. Ela sonhava com o socialismo e a revolução. Hoje, não temos um outro modelo para contrapor. Sabemos apenas que amanhã haverá ainda mais competição. É por isso que o desejo de revolução não tem mais consistência e o que domina, ao contrário, é o desejo de leveza. As pessoas procuram, cada uma à sua maneira, uma forma de aliviar o peso da vida. (LERINA, 2017, n. p.).

Ademais, apoiando-se em Bauman (2005), para quem os tempos pós-modernos são definidos pela liquidez das identidades sociais, que há muito deixaram de ser impostas pelo trabalho, pela comunidade ou pela religião, o metaverso funcionaria, *idem*, para aplacar a angústia que nos aflige diante de todas as possibilidades de “eu” para as quais somos convidados a ser todos os dias – o que, em essência, é uma solução ilusória. Afinal, o que nos oprime é a própria efemeridade do processo, e não a possibilidade de realizá-lo a contento, plenamente:

Estar em movimento, antes um privilégio e uma conquista, não é mais portanto, uma questão de escolha: agora se tornou um “must”. Manter-se em alta velocidade, antes uma divertida aventura, transforma-se em uma tarefa exaustiva. O que é mais importante, aquela incerteza desagradável e aquela confusão conflitiva, das quais você pensava ter se livrado graças à velocidade, se recusam a abandoná-lo. A facilidade do desengajamento e do rompimento não reduz os riscos, apenas os distribui, junto com as ansiedades que exalam, de modo diferente. (BAUMAN, 2005, p. 38).

Seja como for, não haveria mais limites para essa tarefa de Sísifo, seja corpóreo, de tempo ou de espaço. O que, por consequência, tornaria factível a velha obsessão humana

pelo super-humano, pela imortalidade, fazendo do metaverso uma nova transcendência, só que não mais espiritual, posto que virtual.

A TURISTIFICAÇÃO DO METAVERSO: ALGUMAS POSSIBILIDADES

Tão diversas quanto suas definições têm sido as aplicações possíveis do metaverso. Pode-se citar diversos setores para os quais o metaverso tem sido utilizado. Na medicina, a ubiquidade proporcionada pelo metaverso permitirá que cirurgias possam ser acompanhadas por especialistas situados em diferentes partes do mundo, ao mesmo tempo que possibilitará novas formas de tratamento, até então inimagináveis, caso de curativos sem analgesia, obtidos por simulação em ambientes frios, para pacientes com queimaduras (NETO, 2022). Na arquitetura e na engenharia civil, a chance de imergir em réplicas virtuais de ambientes físicos, os chamados gêmeos digitais, tornará possível que todos os aspectos de uma obra possam ser visualizados antes mesmo de sua construção (LAM, 2022). E no direito, em países como Japão e Reino Unido, já amadurecem experiências de julgamentos virtuais imersivos, para casos relacionados à propriedade autoral, à proteção de dados, ao direito de personalidade, etc. (3MIND JURÍDICO, 2022).

A atividade turística é outra área que tem sido impactada pelo metaverso. De hotéis a companhias aéreas, multiplicam-se propostas e projetos de uso do metaverso, a ponto de nos autorizar a intuir que o próximo “espaço” a ser explorado pela indústria do turismo não ser exatamente o espaço sideral, como fazem crer as recentes missões e voos suborbitais organizados por Elon Musk e Jeff Bezos, e, sim, viagens virtuais, igualmente por astros e estrelas, mas, também, por sítios históricos recriados, lugares geográficos fantásticos e outros mundos possíveis pela imaginação.

A título de ilustração, a companhia aérea *Emirates Airlines*, recentemente, investiu mais de 10 milhões de dólares para incluir experiências de metaverso em viagens a bordo dos modelos A380 e Boeing 777 de sua frota de aeronaves, ao passo que as cadeias hoteleiras *CitizenM* e *Millennium Hotels & Resorts* adquiriram terrenos, respectivamente, no *Sandbox* e na *Decentraland*, para explorar o mercado de *NFTs* de suvenires, obras de arte, selos turísticos, etc. (ONFLY, 2022; CAMPOS, 2022).

De imediato, é importante destacar que, teoricamente, as viagens virtuais não são uma novidade. Ainda nos anos 2000, Molina (2003, p. 73) tratou do tema, com base no conceito de pós-turista. Para ele, as tecnologias do novo século tendiam a revolucionar a forma como as viagens seriam feitas: “a tecnologia está em condições de lançar na moda e no

mercado uma nova geração de produtos que podem afetar sensivelmente os deslocamentos”. Entre os exemplos citados pelo autor, figuravam desde atrações digitais da *Disneyworld*, que seria um exemplo paradigmático de empresa pós-turística, à simulação de ambientes naturais visando passeios de ecoturismo, bem como experiências de digitalização do *trade* turístico, caso de agências virtuais de turismo e viagens.

Do conceito, o que é mais importante destacar é que o pós-turismo não deve ser interpretado como um turismo convencional, só que com mais tecnologia. Pelo contrário, trata-se de um novo modelo de viagens, que supera o anterior – diga-se, aquele baseado no espaço físico, de que as antigas viagens aristocráticas e o turismo de massas fazem parte:

Na atualidade existe um amplo conjunto de tecnologias denominadas de imersão. Favorecem o acesso a cenários ou mundos virtuais através da percepção visual, auditiva e tátil – separadamente ou de forma combinada – com a qual é possível recriar experiências que o mundo turístico real não pode oferecer em alguns casos (MOLINA, 2003, p.74).

Outro autor que intuiu o ingresso do turismo no metaverso foi Prideaux (2005). Apostando, igualmente, que o desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, a revolução digital iniciada no novo século ensejariam uma nova experiência turística, o autor propôs o conceito de *cyber-tourism*.

Em definição, o *cyber-tourism* é “uma simulação eletrônica da experiência turística que substitui a experiência turística física (...). Esse tipo de turismo permite uma viagem livre das restrições de tempo, distância, custo e das fragilidades humanas” (PRIDEAUX, 2005, p. 5)²¹.

Note-se, então, que o *cyber-tourism* seria uma consequência dos próprios limites do turismo físico – que, na época, estava sendo colocado em xeque, tanto na academia quanto no debate público, devido a seus impactos sociais, econômicos e ambientais, e que, em anos recentes, tem gerado movimentos “antitouristas” pelo mundo, como os vistos nas cidades de Barcelona e Veneza. Com efeito, pode-se inferir que as viagens cibernéticas, paradoxalmente, figurariam como a concretização dos objetivos de um turismo, enfim, sustentável, haja vista que esse modelo, também, revelou-se frágil e passível de ser cooptado por instituições e empresas que agridem o meio ambiente e oprimem as comunidades locais.

Em comparação a essas antecipações teóricas, é digno de nota observar que, à luz do ainda primário debate teórico sobre o tema, o metaverso não vem sendo pensado em

²¹ Traduzido pelo autor. No texto original, lê-se em inglês: “*cyber-tourism as an electronically simulated travel experience that is a substitute for a physical tourism experience (...) This type of tourism will allow participants to travel to places via new technologies free of the usual restrictions of time, distance, cost and human frailty*”.

termos de substituição da viagem física, mas, sim, sob o prisma do complemento e da sinergia – o que se explica, talvez, pelo fato de o metaverso ser caracterizado pela relação recíproca entre o mundo físico e o mundo digital, uma ideia, portanto, que não estava ao alcance daqueles autores quando das suas investigações.

Por ora, o consenso é que o metaverso terá, sim, um forte impacto nas viagens, mas no que se refere aos pontos frágeis e aos gargalos das viagens físicas, como a informação e a comunicação turística. Segundo Portela (2022), o metaverso criará um ecossistema informativo integrando os diversos destinos turísticos, que possibilitará ao turista todo tipo de informação, inclusive experienciais, dos lugares que pretende fisicamente visitar, e isso em todas as etapas da viagem, antes, durante e depois dela²².

A esse propósito, chama a atenção o caso da cadeia hoteleira *Marriott*, que, por meio da plataforma *RendezVerse*, tem utilizado a realidade virtual para transacionar quartos da rede para operadores e turistas, num exemplo de “teste antes de viajar”. E, aqui no Brasil, destaca-se o caso da agência de viagens *Loumar*. Em ação organizada pela equipe de marketing digital da empresa, possíveis clientes puderam conhecer digitalmente, por meio da plataforma de videoconferência imersiva *Bubble*, as dependências dos empreendimentos hoteleiros comercializados pela agência da cidade de Foz de Iguaçu²³.

De modo geral, setores turísticos como a hotelaria, o agenciamento e a área de M.I.C.E tendem a ser amplamente beneficiados pelo uso do metaverso. Afinal, são setores que dependem muito de dados para perfilar consumidores e que se caracterizam por um número elevado de *touchpoints* – expressão utilizada para demarcar os diversos momentos em que o cliente entra em contato direto, interage, com dada marca, produto ou serviço prestado.

Esses pontos de contato são de fundamental importância para que se avalie a satisfação do cliente e a empresa turística possa, então, tomar decisões e definir suas estratégias de mercado. Estima-se, por exemplo, que, no intervalo de um dia, um hóspede seja confrontado com até dois mil *touchpoints* – o que inclui desde a temperatura da água que sai do chuveiro do quarto ao estado de humor do recepcionista do hotel ao recebê-lo (OTTO; SALVADOR, 2022b). Do que resulta uma situação em que a coleta de dados do cliente não

²² Cumpre lembrar que o próprio conceito de pós-turista sugeriria um novo tipo de comunicação entre turistas e empresas, que deixava de ser vertical, para assumir uma forma horizontal, no qual o viajante faria suas próprias escolhas, à semelhança do que ocorre, atualmente, por meio das plataformas como o *Trip Advisor* e o *Booking*.

²³ Esses exemplos reforçam a tese segundo a qual, no campo da hotelaria, o metaverso será utilizado preferencialmente para comercializar hotéis aos operadores em feiras de negócios. Calcula-se que a área de M.I.C.E (*Meetings, Incentives, Congress e Exhibitions*) responderá por 40% da aplicação do metaverso na hotelaria (OTTO; SALVADOR, 2022a).

tenha nenhum equivalente ao que se espera quando isso passar a ser feito, não mais de forma intermitente, porém em algo constante, onipresente, à medida que o hóspede for se movendo pelo metaverso.

Outro impacto aguardado pelo desenvolvimento de produtos e serviços turísticos no metaverso diz respeito à interoperabilidade entre os sistemas de transporte, agenciamento e hospedagem. Não obstante, os avanços verificados nos últimos anos, obtidos especialmente pelo investimento na digitalização de processos operacionais, ainda há entraves para a formação de um sistema turístico totalmente interoperável. O que, por seu turno, seria possível num espaço físico-digital, que é um ambiente descentralizado e onde as comunicações entre os diferentes setores do *trade* turístico podem ser realizadas de forma simultânea (OTTO; SALVADOR, 2022a).

Soma-se a isso as virtualidades da natureza ubíqua do metaverso. Escusado dizer que, no caso de uma feira de negócios, não haverá mais interdições quanto ao quantitativo de pessoas que poderão participar dela, bem como não será necessário que palestrantes e expositores de diferentes países precisem efetuar grandes deslocamentos para participar de um congresso, uma exposição.

Deve-se esperar, também, que o reconhecimento facial substituirá as tradicionais sessões de credenciamento, que cada participante será acompanhado de assistentes virtuais, do tipo *chatbots*, usados, por exemplo, para traduzir o idioma oficial do evento, e que seus idealizadores poderão se beneficiar de mapas de calor que permitam recolher dados, tais como os locais de maior fluxo de visitação ou qual o tempo médio gasto pelos turistas em cada estande (CABRERA, 2022).

E há, inclusive, possibilidades menos divulgadas, talvez porque, para muitas pessoas, ainda incompreensíveis ou mesmo absurdas, caso do consumo virtual de pornografia em quartos de hotéis, conforme se observa na figura abaixo:

Figura 2 - Em Las Vegas, hotéis estão utilizando recursos de realidade ampliada em seus quartos para o consumo de pornografia no metaverso.



Fonte: TECNO, 2022.

Malgrado a factibilidade ou não do que se está a aventar pelo seu uso, o metaverso tende a revolucionar o turismo de lazer. Afinal, por meio das viagens virtuais, é facultado ter absoluto controle sobre o que se vai encontrar no destino; visitar lugares inacessíveis e independentes do tempo cronológico; resgatar a memória, a cultura, a arquitetura, etc. de povos que não existem mais; propiciar completa acessibilidade para portadores de deficiência física, bem como conhecer territórios ambientalmente protegidos e de acesso proibido para o turismo físico (SUSSMANN; VANHEGAM, 2000; TAUFER, 2020; TOLEDO et al., 2013)

Decerto, essas vantagens ajudam a explicar por que o turismo virtual tem atraído cada vez mais pessoas interessadas em fazê-lo. Em pesquisa realizada pela plataforma de reservas *Booking.com*, com base num universo de 24.179 pessoas de 33 países, verificou-se que 43% delas pretendem explorar destinos virtuais, sendo que, para 35% dos entrevistados, aceita-se passar vários dias no metaverso em viagem de lazer (REVISTA EXAME, 2022).

É difícil crer, no entanto, que se alcance uma etapa da evolução histórica do turismo em que não haja mais viagens físicas a lazer – a própria pesquisa da *Booking.com* apontou que, para 60% dos inquiridos, o virtual não oferece aquilo que pode ser experienciado pela viagem física. Na realidade, a literatura do tema mostra que as visitas virtuais acabam funcionando como um preâmbulo para a viagem física, principalmente quando se reconstrói, ampliando-os, fantasiando-os, aspectos da realidade física dos lugares a serem visitados (GOMES; ARAÚJO, 2012; SUSSMANN; VANHEGAM, 2000).

E mesmo que se advogue que essas viagens tenham vantagens de que não mais se poderá prescindir, fato é que é prematuro afirmar que o futuro do turismo está definitivamente traçado no metaverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como toda tecnologia que promete revolucionar a vida social, o metaverso descortina possibilidades, mas, também, desperta medos e aflições. No caso do uso do metaverso pelo turismo, pode-se vislumbrar alguns deles.

Uma questão é sobre como o investimento turístico no metaverso tem sido majoritariamente feito pelas grandes empresas do setor. Talvez se esteja a assistir a um novo momento da concentração monopolista do setor. A novidade em relação ao passado consistiria na fusão, na incorporação e na aquisição de empresas turísticas pelas *Big Techs*. Por consequência, o metaverso poderia aprofundar a desigualdade existente nos fluxos turísticos globais, privilegiando aqueles lugares que dispõem de recursos financeiros e tecnológicos para promover ações e campanhas físico-digitais, em detrimento de comunidades de países periféricos, interessadas no desenvolvimento do turismo.

Ademais, malgrado a ideia de um turismo sem impactos, sabe-se que a imaterialidade desse capitalismo virtualizado supõe a transformação de países pobres em repositórios de lixo eletrônico – muitos deles vivendo a dualidade entre a pressão internacional pela proteção da natureza, tendo em vista inclusive o seu consumo turístico, e a absorção da degradação ambiental promovida pelos países mais industrializados. Adicione-se a isso a precarização laboral embutida em formas de trabalho virtuais, digitais. Certamente, alguns postos tradicionais do turismo deixarão de existir, outros serão criados, novas competências e qualificações serão exigidas dos turismólogos, e, também, das universidades e escolas, e dos professores que os formam. Do que não se pode excluir da miragem o aumento do desemprego, da informalidade e o adoecimento psíquico e físico dos trabalhadores do turismo.

E, para os turistas, enfim, resta o risco que já se observa no uso indiscriminado das redes sociais, a saber: a manipulação algorítmica. Há indicações científicas de que o uso de óculos 3D possui propriedade ainda mais viciante do que os dispositivos por ora mais usados para acessar o mundo virtual, os *smartphones* e os *tablets*. O que, decerto, vai afetar nos casos de ansiedade, depressão, transtornos obsessivo-compulsivos etc., cada vez mais expressivos e amplamente associados pela literatura científica às tecnologias digitais.

Desnecessário dizer que tudo isso pode atualizar a crítica mais comum que diferentes orientações teóricas da sociologia, do marxismo aos estudos pós-modernos, endereçam ao turismo convencional, físico, a de que se trata de uma experiência de viagem essencialmente oculocêntrica, posto que baseada no consumo de imagens. A diferença agora é que isso seria potencializado pela transformação imagética dos demais sentidos humanos, todos “metaversados”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As ameaças que vêm da Ásia. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 mai. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/44424-as-ameacas-que-vem-da-asia.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BAUMAN, Z. **Identidade**. São Paulo: Zahar, 2005.

CABRERA, A. M. **El Metaverso como herramienta para eventos corporativos internacionales**. 47f. Monografia (Especialização em Marketing e Publicidade) – Facultad de Ciencias Sociales y Comunicación, Universidad Europea, Madrid, 2022. Disponível em: <https://titula.universidadeuropea.com/handle/20.500.12880/2013>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CAMPOS, P. Empresas dos segmentos aéreo e hoteleiro já testam as possibilidades e a interação no ambiente virtual. **Jornal O Tempo**. Belo Horizonte, 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/turismo/metaverso-saiba-o-que-e-e-como-esta-sendo-utilizado-no-turismo-1.2662492>. Acesso em 13 abr. 2023.

GOMES, D. A; ARAÚJO, M. C. B. Oferta Turística Virtual: un estudio de metaverso. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, v. 21, n. 4, p. 1-18, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1851-17322012000400005&script=sci_arttext. Acesso em: 06 abr. 2023.

LAM, L. Metaverso já é utilizado na construção. **Olhar digital**. Brasil, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2022/01/27/pro/metaverso-ja-e-utilizado-na-construcao-civil/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

LERINA, R. Com a palavra Gilles Lipovetsky: “As pessoas procuram uma forma de aliviar o peso da vida”. **Jornal digital GZH**. Porto Alegre, 22 abr. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2017/04/gilles-lipovetsky-as-pecoas-procuram-uma-forma-de-aliviar-o-peso-da-vida-9778078.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

LIPOVETSKY, G. **Da leveza**: rumo a uma civilização sem peso. Barueri: Amarilys Editora, 2016.

MACHADO, R. Entrevista com Rafael Zanatta. **Revista IHU Online** (Unisinos), n. 550, p. 5-16, 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614345-revista-ihu-on-line-metaverso-a-experiencia-humana-sob-outros-horizontes>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARIN, J. Na corrida ao metaverso, Nike compra fabricante de tênis virtuais. **Tecmundo**. Brasil, 15 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.tecmundo.com.br/internet/230548-corrida-metaverso-nike-compra-fabricante-tenisvirtuais.htm#:~:text=Na%20corrida%20ao%20metaverso%2C%20Nike%20compra%20fabricante%20de%20t%C3%AAAnis%20virtuais,15%2F12%2F2021&text=A%20empresa%20norte%2Damericana%20Nike,t%C3%AAAnis%20e%20artefatos%20digitais%20%C3%BAAnicos%20E%80%9D>. Acesso em: 14 abr. 2023.

MEIRA, S. Definindo “o” Metaverso. **Silvio Meira**. Recife, 3 abr. 2022. Disponível em: <https://silvio.meira.com/silvio/definindo-o-metaverso/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

METAVERSO. In: **Encyclopedia Britannica**. Londres: Britannica, 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

METAVERSO. In: **Wikipédia**. São Francisco: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 14 abr. 2013.

MOLINA, S. **O Pós-Turista**. São Paulo: Aleph, 2003.

NETO, B. F. O metaverso na medicina. **O Globo**. Brasil, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/receita-de-medico/post/o-metaverso-na-medicina.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NOGUEIRA, L. Crianças preferem se tornar YouTubers a astronautas, diz estudo. **Olhar digital**. Brasil, 22 set. 2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2019/07/22/ciencia-e-espaco/criancas-preferem-se-tornar-youtubers-a-astronautas-diz-estudo/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ONFLY. Metaverso: tendências ou o futuro das viagens corporativas. **Onfly**. Belo Horizonte, 19 set. 2022. Disponível em:

https://www.onfly.com.br/blog/metaverso-viagens-corporativas/?{ipurl}?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=blog&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign={{campaign.name}}&utm_content={{ad.name}}&gclid=CjwKCAjw0N6hBhAUEiwAXabTco5W1NnB3elzAPqgsXNS2mh9VSDlicTySzZ3rgFIVK1H7uRCFBcwBoC074QAvD_BwE. Acesso em: 06 abr. 2023.

OTTO, G.; SALVADOR, P. Metaverso & Viagens, o que é isso? Depois das 6. **Youtube**, 28 jan. 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMGTdIKzAMk&t=779s>. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. Desvendando a Inteligência Artificial. Depois das 6. **Youtube**. 10 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JUnsFHhFneY&t=825s>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PORTELA, S. G. **El Metaverso y su influencia en el futuro del sector turístico**. 45f. Monografía (Especialización em Turismo e Comércio) – Facultad de Comercio y Turismo,

Complutense University of Madrid, Madrid, 2022. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/73342/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PRIDEAUX, B. Cyber-Tourism: a new form of tourism experience. **Tourism Recreation Research**, v. 30, n. 3, p. 5-6, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02508281.2005.11081481>. Acesso em: 07 abr. 2023.

REVISTA EXAME. Metaverso poderá influenciar escolhas de viagens em 2023, indica Booking.com. **Revista Exame**, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://exame.com/future-of-money/metaverso-podera-influenciar-escolhas-de-viagens-em-2023-indica-booking-com/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ROSA, P. F. Shows no metaverso podem ampliar o acesso a apresentações artísticas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2022/07/shows-no-metaverso-podem-ampliar-o-acesso-a-apresentacoes-artisticas.shtml#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia%2C%20Travis,8%20milh%C3%B5es%20de%20usu%C3%A1rios%20simult%C3%A2neos&text=Shows%20no%20metaverso%20t%C3%AAm%20se,substituir%20os%20presenciais%2C%20defendem%20especialistas>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SIBILIA, P. **O Homem pós-orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. São Paulo: Contraponto, 2015.

_____. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. São Paulo: Contraponto, 2016.

STONE, Z. Por dentro do “aromaverso”: as empresas que estão tentando levar cheiros ao metaverso. **FastCompany**. Brasil, 25 mai. 2022. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/por-dentro-do-aromaverso-as-empresas-que-estao-tentando-levar-cheiros-ao-metaverso/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SUSSMANN, S.; VANHEGAN, H. Virtual reality and the tourism product substitution or complement? **ECIS 2000 Proceedings**, p. 1-8, 2000. Disponível em: <https://aisel.aisnet.org/ecis2000/117/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

TANNI, V. Il metaverso non esiste. **Artribune**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.artribune.com/progettazione/new-media/2022/08/metaverso-digitale-nft/>. Acesso em: 20. abr. 2023.

TAUFER, L. **Turismo, Realidade Virtual E Experiência Turística**: Aproximações Reflexivas. 144f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

TECNO. En Las Vegas ofrecerán dispositivos de realidad virtual para que los huéspedes solitarios vean porno. **Tecno**. Buenos Aires, 05 jul. 2022. Disponível em: <https://tn.com.ar/tecno/novedades/2022/07/05/en-las-vegas-ofreceran-dispositivos-de-realidad-virtual-para-que-los-huespedes-solitarios-vean>

[porno/#:~:text=Esto%20quiere%20decir%20que%20el,por%20Meta%20\(antes%20Facebook\)](#)
Acesso em: 18 mar. 2023.

TOLEDO, J. A. J. et al. La inmersividad 3D como una estrategia no invasiva de turismo virtual en parques naturales. In: WORLD ENGINEERING EDUCATION FORUM, 2013, Cartagena das Índias. **Anais eletrônicos [...]** Cartagena de Índias: ACOFI/IFEES, 2013, p. 1-9. Disponível em: <https://acofipapers.org/index.php/eiei/article/view/1427>. Acesso em: 17 mar. 2023.

3MINDJurídico. Metaverso na advocacia: entenda a nova tendência do meio jurídico. **3mindjurídico**, 4 ago. 2022. Disponível em: <https://www.3mind.com.br/blog/metaverso-na-advocacia/#:~:text=Metaverso%20na%20advocacia%3A%20entenda%20a%20nova%20tend%C3%Aancia%20do%20meio%20jur%C3%ADdico&text=Metaverso%20%C3%A9%20o%20nome%20dado,por%20meio%20dos%20dispositivos%20digitais>. Acesso em: 11 mar. 2023

COMO TRANSFORMAR UM DESTINO TURÍSTICO CONVENCIONAL EM INTELIGENTE SEM GASTAR MUITO? ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DIAMANTINA/MG

Hugo Rodrigues de Araújo

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
hugo.araujo@ufvjm.edu.br

Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
guilhermefdcv@ufvjm.edu.br

Ramon Duarte Araújo

Estudante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ramon.duarte@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

Na atual era digital, inteligente se tornou uma palavra para descrever desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e sociais alimentados por tecnologias da informação e comunicação (TICs) que envolvem novas formas de conectividade, dados abertos e troca de informações, bem como habilidades para inferir e raciocinar (BENCKENDORFF; SHELDON; FESENMAIER, 2014).

Höjer e Wangel (2015) argumentam que não são os avanços tecnológicos individuais, mas sim a interconexão, sincronização e uso combinado de diferentes tecnologias que constituem o que hoje é denominado inteligente. Harrison *et al.* (2010) conceituam inteligente como a exploração de dados do mundo para obter informações instantâneas, através de análises, modelagens, otimizações e visualizações complexas, que permitem tomar melhores decisões.

Em geral, o termo inteligente, quando associado a cidades (cidade inteligente), descreve os esforços voltados para o uso de tecnologias de forma inovadora, com o intuito de alcançar a otimização de recursos, governança eficaz e justa, sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (GUO; LIU; CHAI, 2014). Em conexão com infraestruturas físicas (casa inteligente, fábrica inteligente, entre outros), o foco está em confundir os limites, entre o físico e o digital, e em promover a integração de tecnologias, que possibilitam o avanço de soluções em IoT (*Internet of Things* / Internet das Coisas) (LU; PAPAGIANNIDIS; ALAMANOS, 2018). Quando somado a tecnologias (*smart phone, smart card, smart TV,*

entre outros), o termo inteligente descreve multifuncionalidades e altos níveis de conectividade (NEUHOFER; BUHALIS; LADKIN, 2015). Já no contexto de economias (economia inteligente), o termo refere-se a tecnologias que apoiam novas formas de colaboração e criação de valor que levam à inovação de mercados, ao empreendedorismo e à maior competitividade (WERTHNER *et al.*, 2015).

No turismo, por sua vez, a palavra inteligente é usada para descrever um amálgama complexo de todos os itens acima (HUNTER *et al.*, 2015). Mariani, Bresciani e Dagnino (2013) argumentam que o turismo inteligente utiliza a tecnologia para mudar fundamentalmente as relações que os turistas têm com o destino. O turismo inteligente envolve a implementação de tecnologias e sistemas inovadores que apoiam a administração de recursos, marketing eficaz, organização eficiente e serviço superior (KOO *et al.*, 2015). Buhalis e Amaranggana (2015) descrevem a orientação estratégica do turismo inteligente voltada para a competitividade, o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento de capital humano e social. A aprendizagem e a gestão do conhecimento são resultados a serem alcançados com a implementação do turismo inteligente (DEL CHIAPPA; BAGGIO, 2015). Lamsfus *et al.* (2015) ressaltam a compreensão profunda da mobilidade humana como o propósito maior do turismo inteligente. Para autores como Gretzel *et al.* (2015), o aprimoramento da experiência turística deve ser a finalidade de todos os esforços de turismo inteligente. De fato, entende-se que o aumento dos níveis de cocriação de experiência é um resultado importante do turismo inteligente (BUONINCONTRI *et al.*, 2017).

Em termos conceituais, a Sociedade Mercantil Estatal para a Gestão da Inovação e as Tecnologias Turísticas (SEGITTUR), da Espanha, foi a primeira instituição a nível internacional a definir um destino turístico inteligente (DTI) como um destino inovador, construído sobre uma infraestrutura de tecnologia de ponta, que garante o desenvolvimento sustentável dos espaços turísticos acessíveis a todos; o que facilita a interação e integração do visitante com o seu entorno, aumenta a qualidade da experiência no destino e melhora a qualidade de vida dos próprios moradores (SEGITTUR, 2023).

Contudo, Boes, Buhalis e Inversini (2016) alertam que ainda não há uma definição de DTI amplamente aceita e mundialmente adotada como referência. Harrison *et al.* (2010) alertam que o uso descomedido da palavra inteligente fez com que seu conceito se tornasse difuso e, frequentemente, utilizado para impulsionar agendas políticas em torno de inovações tecnológicas banais.

No caso específico do turismo, observa-se o uso exagerado do termo inteligente no contexto de iniciativas de dados abertos, ou para projetos triviais, como a promoção de *wi-fi* gratuito em áreas públicas, ou o desenvolvimento de aplicativos móveis. Embora essas tecnologias e novas abordagens de coleta, gerenciamento e compartilhamento de dados sejam importantes iniciativas, elas não abrangem a dimensão completa do significado de turismo inteligente (HARRISON *et al.*, 2010).

Diante da importância dos destinos turísticos em todo o mundo acompanharem as mudanças que estão em voga na sociedade, para se manterem competitivos no mercado, várias investigações científicas e documentos institucionais já apontam formas de promover a transformação de um destino turístico convencional em inteligente. Porém, o que se propõe com este estudo é encontrar soluções mais adequadas à realidade da maioria dos destinos turísticos brasileiros, que convivem diariamente com uma série de dificuldades, como a desarticulação do trade turístico local, o acesso tardio à tecnologia de ponta e, sobretudo, a insuficiência de recursos públicos para realizar investimentos (COUTINHO; NÓBREGA, 2019). O desafio, portanto, é encontrar soluções que possam ser implementadas pelos destinos brasileiros, sem que para isso seja necessário investir vultosa quantidade de recursos financeiros.

À vista disso, um estudo exploratório foi realizado na cidade de Diamantina, que fica situada na Mesorregião do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Diamantina possui um conjunto paisagístico singular, Patrimônio Cultural da Humanidade, e está inserida na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A atividade turística já ocorre em Diamantina, porém ainda de forma pouca expressiva, muito aquém do seu potencial (MOREIRA; DA SILVA, 2020). Sendo assim, o desenvolvimento do turismo de forma inteligente pode contribuir para tornar Diamantina um destino turístico mais atraente e competitivo no mercado nacional e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida dos residentes.

Este estudo foi realizado de outubro de 2021 a setembro de 2022, tendo o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG (bolsa de Iniciação Científica) e contou com a participação de um discente bolsista e dois docentes do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa preocupa-se com fatos da sociedade que estão centrados na interpretação e explicação da dinâmica das relações sociais (MINAYO, 2010). Para Bogdan e Biklen (1994), o universo dos significados dão o tom da pesquisa qualitativa, porque está centrada na perspectiva dos participantes, cuja análise de dados ocorre de modo indutivo.

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada uma combinação de procedimentos, técnicas e instrumentos de investigação, empregados sobretudo nas ciências sociais, como revisão da literatura, estudo de caso, observação direta, entrevistas semiestruturadas e notas de campo (BECKER, 1994).

O estudo iniciou com uma pesquisa bibliográfica, investigando as mudanças que vêm ocorrendo no setor de turismo, do ponto de vista do uso da tecnologia, e os fundamentos que levam os destinos a serem considerados inteligentes. Além disso, foi necessário identificar se, atualmente, há incentivos públicos e/ou privados para o desenvolvimento de DTIs no Brasil. Distintas fontes de informação serviram de base de conhecimento, desde publicações científicas (livros, artigos e teses) a publicações não científicas, mas de reconhecido valor e rigor informativo, tais como documentos de órgãos públicos e de instituições privadas envolvidas diretamente no planejamento e na gestão de destinos turísticos (relatórios, normas técnicas, boletins, entre outros) e notícias de cunho jornalístico publicadas em jornais e revistas.

A próxima etapa deste estudo envolveu a realização de um diagnóstico situacional de Diamantina, utilizando os critérios de avaliação de um destino turístico que almeja se tornar inteligente (governança, inovação, tecnologia, acessibilidade universal e sustentabilidade), de acordo com a norma espanhola UNE 178501 - *Sistema de gestión de los destinos turísticos inteligentes* (AENOR, 2016). A escolha desta norma como referência se deve ao fato de a Espanha ter sido pioneira na criação de um regulamento que especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar um sistema de gestão de um destino turístico inteligente. Além disso, esta norma é aplicável a todos os tipos de destinos turísticos, independentemente da sua vocação (cultural, natural, religioso, entre outros), dimensão e natureza do seu órgão gestor.

As informações necessárias para realização do diagnóstico situacional de Diamantina foram levantadas, primeiramente, através da análise de documentos de órgãos públicos e de instituições privadas. Em seguida, foram realizadas 15 entrevistas com diversas partes interessadas, sendo: 1 representante da Prefeitura Municipal, 2 vereadores, 5 empresários do setor de turismo, 1 representante do IPHAN, 1 guia de turismo e 5 gestores de atrativos turísticos públicos e privados.

As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas de forma presencial, entre os meses de março e julho do ano de 2022. Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado, composto por perguntas abertas elaboradas com base na norma espanhola UNE 178501 (AENOR, 2016), que especifica os requisitos para implementar e gerir um DTI, tendo em conta os cinco eixos fundamentais: inovação, tecnologia, acessibilidade, sustentabilidade e governança. A ordem e a redação das perguntas permaneceram invariáveis para os entrevistados, a fim de que as informações obtidas pudessem ser comparadas entre si. As entrevistas foram gravadas com o prévio consentimento dos entrevistados. Os entrevistados não são identificados nesse artigo por sigilo e compromisso ético assumido pela pesquisa, conduzida de maneira a atenuar possíveis constrangimentos dos participantes.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e procedeu-se uma análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), que se estrutura em três fases: 1) pró-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Na primeira etapa, realizou-se a leitura e organização do material, que permitiu fazer levantamentos hipotéticos e gerar ideias preliminares relacionadas aos objetivos da investigação. A próxima etapa envolveu a elaboração de um quadro categorial das potencialidades e deficiências de Diamantina, atribuídas aos cinco eixos que sustentam um DTI (inovação, tecnologia, acessibilidade, sustentabilidade e governança). A partir disso, assinalou-se em cada resposta as palavras e, ou termos utilizados para designar a percepção dos agentes sobre os temas. A última etapa teve como finalidade apresentar reflexões analíticas, que vêm aprofundar o estudo, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Por fim, para manter a riqueza das informações obtidas com as entrevistas, optou-se por apresentar os resultados do diagnóstico de Diamantina de forma discursiva, considerando o contexto de atuação de cada agente entrevistado, ao invés de utilizar tabelas e gráficos, por exemplo.

Com o intuito de aprofundar a discussão dos resultados, foi realizado um levantamento de projetos desenvolvidos em outros destinos turísticos nacionais e internacionais que servem de referência, para solucionar questões identificadas no diagnóstico que impedem ou dificultam Diamantina a se tornar um DTI. Com base nisso, ao final, apresentou-se um conjunto de propostas para transformar Diamantina em um DTI, organizadas em tabelas com o seguinte escopo: O que fazer? Por que fazer? Como fazer?

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DIAMANTINA

A apresentação e discussão do diagnóstico de Diamantina, bem como as propostas de baixo custo para solucionar os entraves que, atualmente, dificultam ou impedem a cidade de se tornar um DTI, encontram-se divididas nos cinco eixos estratégicos que precisam ser trabalhados pelos gestores, que são: governança, tecnologia, inovação, acessibilidade universal e sustentabilidade (SEGITTUR, 2023).

Governança

O turismo é um setor da economia que envolve múltiplas inter-relações entre diferentes atores que intervêm na produção de bens e serviços consumidos pelos visitantes. Nesse sentido, a governança se apresenta como uma forma de liderar os processos de inovação, fortalecimento e mudança das dinâmicas do setor de turismo, reunindo os atores públicos e privados, com a intenção de tomar decisões coletivas em relação ao planejamento e à gestão do destino (LI *et al.*, 2016).

A governança estabelece um direcionamento comum aos interessados do setor, fornece uma estrutura para discussões públicas sobre os rumos da atividade turística, bem como define o papel de cada grupo social, facilitando o consenso de estratégias e objetivos de desenvolvimento. Portanto, pode-se afirmar que, sem uma governança consolidada, é improvável que o destino consiga avançar no processo de transformação em destino turístico inteligente (HODŽIĆ; ALIBEGOVIĆ, 2019).

Em Diamantina, a principal forma dos agentes públicos e privados contribuírem para o planejamento e para a gestão do turismo é por meio da participação no Conselho Municipal de Turismo-COMTUR. Trata-se de um órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e propositivo, vinculado à Prefeitura Municipal de Diamantina e à Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico. O COMTUR é composto por sete representantes do

poder público, quatro da iniciativa privada e cinco da sociedade civil organizada. As reuniões do COMTUR ocorrem mensalmente e o mandato dos membros do conselho é de dois anos (DIAMANTINA, 2016). Os empresários entrevistados, que não fazem parte do COMTUR, alegaram que não são informados das notícias e se sentem excluídos do processo decisório. Essa insatisfação é compartilhada pelos demais moradores locais, principalmente em relação à falta de informação sobre os eventos que ocorrem na cidade.

Atualmente, o órgão municipal gestor do turismo divulga informações relacionadas ao calendário de eventos da cidade em sua página do Instagram, além de imprimir anualmente um folder. Por enquanto, nenhuma outra TIC é utilizada para facilitar a sensibilização e participação dos agentes do turismo local. Os empresários, por exemplo, ressaltaram que não recebem auxílio e/ou orientação por parte do poder público sobre possibilidade de ampliar a acessibilidade de seus empreendimentos, inovar seus produtos e serviços e/ou melhorar a sustentabilidade de seus negócios. Segundo a servidora da Diretoria de Turismo ligada à Prefeitura de Diamantina, ainda há uma confusão das responsabilidades do poder público e da iniciativa privada em relação ao desenvolvimento do turismo local, o que justifica o atraso na evolução da atividade turística.

Por meio do depoimento de diferentes atores, é notório que a governança local do turismo em Diamantina apresenta lacunas estruturais. A existência do COMTUR não é suficiente para criar sinergias e estabelecer um processo de realização de atividades coordenadas entre atores públicos, privados e os demais interessados. Sendo assim, o fortalecimento da governança local deve ser pautado como prioridade para Diamantina se transformar em um DTI e impulsionar a sua competitividade no mercado turístico. Na tabela 1 são apresentadas medidas de baixo custo, que podem ser adotadas para fortalecer a governança do turismo na cidade.

Tabela 1. Propostas de fortalecimento da governança do turismo em Diamantina.

O que fazer? Estabelecer mecanismos de governança para decidir e conduzir o processo de transformação em DTI.
Por que fazer? O princípio da cooperação torna-se condição essencial no DTI, na qual poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino compartilham a escolha de prioridades e a participação na tomada de decisões. Isso também possibilita contornar os problemas que nascem das diferenças de interesses entre os agentes; lembrando que a comunicação clara e adequada é fundamental, podendo significar o sucesso ou o fracasso de uma de governança.
Como fazer? <ul style="list-style-type: none">• Identificar e convidar as partes interessadas para contribuir com o processo de desenvolvimento do DTI. É essencial contar com o envolvimento do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino do destino;• Mobilizar, sensibilizar e capacitar os atores do destino (poder público, empresários, sociedade civil e

<p>instituições de ensino);</p> <ul style="list-style-type: none">• Estabelecer uma organização social de gestão do DTI, podendo ser um fórum, um conselho, um comitê ou outro tipo de colegiado;• Estabelecer uma dinâmica de papéis e interações entre os membros da organização, de maneira a desenvolver a participação e o engajamento de todos no processo de decisão;• Estabelecer processos de tomada de decisão democráticos, nos quais todos tenham o direito de propor, conduzir e executar ações; a institucionalização de uma organização de gestão do DTI deve ter como base a transparência e a representatividade dos setores.
<p>O que fazer? Estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente o sistema de gestão do DTI.</p>
<p>Por que fazer? É importante observar, a todo momento, os princípios administrativos de gerenciamento, o estabelecimento de metas, a coordenação de pessoas e recursos financeiros e o fortalecimento da participação social.</p>
<p>Como fazer?</p> <ul style="list-style-type: none">• Realizar o planejamento, o acompanhamento, a monitoria e a avaliação das estratégias de desenvolvimento do DTI;• Articular parcerias e negociar recursos técnicos e financeiros com as diferentes esferas do poder público, empresários e organismos nacionais e internacionais para apoiar a implementação do DTI.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tecnologia

Os avanços tecnológicos mudaram a maneira como as viagens acontecem, e esses novos desenvolvimentos proporcionam aos turistas uma experiência ainda mais interativa e emocionante. A tecnologia refere-se a um conjunto de atributos incorporados no destino para melhorar a experiência dos visitantes e a qualidade de vida dos próprios moradores locais. Nesse sentido, a implementação de projetos com infraestruturas tecnológicas inovadoras deve auxiliar a mobilidade, a informação, a comunicação e a interação das pessoas com os atrativos turísticos (BUHALIS; AMARANGGANA, 2015).

É sabido que o setor de turismo, em geral, está passando por profundas transformações. Existem muitos fatores influenciadores, mas as novas soluções tecnológicas são sem dúvida um dos principais agentes desse processo. Vale ressaltar que, apesar de diversos estudos sobre DTIs se concentrarem no elemento tecnológico, a tecnologia deve ser vista como um suporte para o alcance de informações e direcionamento da tomada de decisões dentro do ambiente inteligente, não somente um produto singular que se desprenda dos outros instrumentos técnicos (CASADO-ARANDA; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ; BASTIDAS-MANZANO, 2021).

A partir da análise das informações obtidas com as entrevistas, verificou-se que o turista que visita Diamantina ainda não encontra infraestruturas e dispositivos tecnológicos que fornecem informações de qualidade sobre o destino, como: aplicativos, guias digitais, totens e/ou telas táteis, realidade aumentada, realidade virtual, entre outros. Diversos destinos

turísticos já adotaram essas ferramentas para satisfazer as necessidades atuais dentro de seus territórios.

Segundo a Diretoria de Turismo, estavam sendo instalados *beacons*²⁴ em alguns pontos turísticos da cidade para fornecer informações por meio de conexão *Bluetooth* com dispositivos móveis. Esse sistema fornecerá informações sobre os atrativos e, ao mesmo tempo, coletará informações dos usuários. Além dos beacons, havia um projeto que previa a instalação de placas de QR code em alguns pontos turísticos da cidade. Tais propostas foram implementadas após o encerramento desta pesquisa, não sendo possível sua avaliação.

Quando se faz referência ao desenvolvimento tecnológico para a consolidação de um DTI, o amplo acesso à internet deve ser visto como ponto de partida (BOES; BUHALIS; INVERSINI, 2015). Apesar disso, verificou-se que ainda não há um projeto com o objetivo de oferecer aos turistas e moradores locais de Diamantina acesso gratuito à internet em pontos estratégicos da cidade, além do serviço de telefonia celular ser instável, com locais sem recepção e lento em comparação com outras cidades.

Quanto ao uso de tecnologias para a gestão do relacionamento com os turistas antes, durante e após sua viagem, foi identificado pela pesquisa que não havia nenhuma iniciativa neste sentido. As informações mais relevantes para os turistas eram disponibilizadas exclusivamente por meio do site “Viva Diamantina” e das páginas institucionais da cidade no YouTube, Facebook e no Instagram. O poder público não dispunha de uma equipe técnica composta por profissionais capacitados para desenvolver esse tipo de relacionamento com os visitantes, assim como não estava prevista a contratação de uma assessoria de comunicação terceirizada para suprir essa carência.

Segundo Buhalis e Amaranggana (2015), as pessoas são os principais componentes que movimentam as atividades turísticas e aquelas que devem ser inteiramente beneficiadas pelas propostas de um DTI. Logo, é necessária a compreensão do que os turistas desejam, mas também os desejos dos moradores locais, a fim de oferecer experiências de melhor qualidade. O destino que busca se tornar inteligente precisa, portanto, implantar um sistema de coleta e processamento de dados automatizado para conhecer e fazer a análise do perfil dos visitantes em tempo real e, assim, otimizar as estratégias de marketing, vendas e atendimento.

²⁴ O Beacon é um dispositivo de geolocalização que utiliza uma tecnologia denominada *Bluetooth Low Energy* (BLE), que emite um sinal intermitente de ondas de rádio. Com isso, ele consegue localizar um *smartphone* em um determinado raio e enviar notificações. Para que essas ações aconteçam, o usuário precisa ceder a permissão pelo seu *smartphone* e também é necessário estar com o *Bluetooth* ligado.

Em Diamantina, não foram identificados esforços para conhecer melhor o visitante e suas características de consumo. Assim como em vários destinos turísticos, há em Diamantina um Centro de Atendimento ao Turista-CAT, que funciona de segunda-feira a sábado, das 08 às 17 horas e domingo, das 09 às 13 horas. No CAT o turista encontra estagiários para auxiliá-lo com informações sobre a cidade e distribuir panfletos comerciais e institucionais.

Por parte dos empresários e gestores de atrativos turísticos de Diamantina, somente aquele que desenvolve serviços de contratação de transporte urbano por meio de aplicativos digitais alegou que consegue coletar informações sobre o comportamento dos turistas. Com base nesses dados, o empresário toma decisões mais estratégicas para o seu negócio, como enviar mensagens promocionais para os clientes em momentos oportunos.

Em alguns atrativos turísticos, tradicionalmente, é feita a contabilização das visitas e o levantamento de certas características dos visitantes por meio de um “livro de visitas”. Contudo, as informações obtidas são básicas, como: o nome, a origem e a data da visita. Já os empresários do setor de hospedagem por determinação do Ministério do Turismo, em princípio, são obrigados a apresentar e solicitar aos hóspedes que preencham a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes no momento do *check-in*. Entretanto, nenhum empresário entrevistado afirmou que utilizava dessas informações para identificar o perfil de seus clientes e desenvolver estratégias comerciais.

Em geral, os gestores associam projetos de inovação tecnológica a altos custos de investimento, bem como de manutenção. Porém, na tabela 2 estão sendo apresentadas propostas de uso de tecnologias de baixo custo que poderiam ser aplicadas em Diamantina.

Tabela 2. Propostas de uso da tecnologia no turismo de Diamantina.

<p>O que fazer? Conhecer e analisar continuamente o perfil dos turistas de Diamantina.</p>
<p>Por que fazer? Conhecer o perfil do turista que frequenta o DTI é fundamental, pois auxilia na tomada de decisões em diversas questões, como se posicionar corretamente no mercado e otimizar as estratégias de preços e promoções. Além disso, com base nas análises dos dados é possível iniciar um processo contínuo de melhoria do turismo.</p>
<p>Como fazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar aos turistas e residentes acesso livre à internet em pontos estratégicos do destino, mediante o preenchimento de um formulário de cadastro; • Implementar um sistema de coleta, organização e tratamento de dados dos turistas, para identificar seus gostos, costumes, atividades, avaliações, etc.; • Criar formas de incentivo para motivar os turistas a participar da pesquisa; • Compartilhar e permitir o acesso livre às informações geradas sobre o perfil dos turistas, com exceção dos dados pessoais;

<ul style="list-style-type: none">• Apontar aspectos observados nas pesquisas que contribuem com a inovação e a melhoria dos produtos e serviços turísticos do destino.
O que fazer? Criar canais de comunicação à distância que permitam aos turistas interagir diretamente com o destino antes, durante e após a viagem.
Por que fazer? Criar uma interação mais forte entre o destino e os turistas, estabelecendo um laço que vai além de compras e vendas. As principais características dessa estratégia são interatividade, personalização, receptividade, suporte e acompanhamento.
Como fazer? <ul style="list-style-type: none">• Disponibilizar recursos técnicos e financeiros para a criação de canais de comunicação diretos com os turistas, como: telefone, e-mail, WhatsApp, SMS e rede sociais digitais (Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, etc.);• Definir o(s) agente(s) responsável(is) por gerir esses canais de comunicação;• Estabelecer métodos padronizados de comunicação do destino com os turistas nos diferentes canais;• Definir a periodicidade e o tipo de postagens a serem realizadas nas redes sociais virtuais que o destino está presente.
O que fazer? Desenvolver um site responsivo com conteúdo interativo, traduzido em diferentes idiomas, que permita ao turista conhecer o destino e todos seus componentes (história, curiosidades, atrativos, infraestrutura, serviços turísticos, etc.).
Por que fazer? Criar um site é essencial para promover o destino, obter o interesse e a confiança das pessoas e, assim, atrair mais turistas. O conteúdo de um site é responsável por agregar maior valor, tornando o site não somente atrativo, mas também inteligente e enriquecedor para os leitores. Já um site responsivo é aquele que adapta seu design ao tamanho dos vários tipos de telas para permitir uma visualização mais facilitada e adaptada.
Como fazer? <ul style="list-style-type: none">• Contratar uma empresa especializada e com <i>know-how</i> para a criação e manutenção do site do destino;• Definir o(s) agente(s) responsável(is) pela produção de conteúdo e atualização do site.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Inovação

A inovação surge como um fomento à competitividade do destino no mercado através de ações e recursos estabelecidos, para a atualização e avanço das atividades turísticas (MENDES FILHO; SILVA; DA SILVA, 2019). Porém, embora a inovação apareça frequentemente vinculada às novas TICs, ela se qualifica melhor como um fenômeno de aperfeiçoamento dos serviços ou produtos independente de conceitos tecnológicos (BOES; BUHALIS; INVERSINI, 2015).

Miskalo da Cruz *et al.* (2020) consideram que a inovação na gestão de um DTI representa abordagens inovadoras de gestão que se traduzem em melhorias significativas na experiência dos turistas antes, durante e após a estadia no destino. Todavia, vale ressaltar que, para a configuração de um DTI através de inovações, é necessário que haja uma governança do turismo consolidada, ou seja, uma organização administrativa de colaboração público-privada que forneça as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos inovadores (BUONINCONTRI; MICERA, 2016).

Em se tratando de Diamantina, observou-se através das entrevistas que ainda não havia a disponibilização de recursos humanos, técnicos e financeiros para o desenvolvimento de estratégias de inovação do turismo, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada. O poder público tem desenvolvido ações pontuais que contribuem para o aperfeiçoamento e melhoria da atividade turística, porém não há uma atuação contínua com esse foco por meio de um escopo de projeto ou plano. Da mesma forma, os empresários, em geral, apesar de reconhecerem a importância da inovação do turismo, alegam não haver recursos disponíveis para manter uma rotina de investimento em inovação de seus produtos e serviços.

Por conseguinte, os procedimentos de vigilância tecnológica e inteligência competitiva para detectar novas ideias, que permitem guiar inovações do turismo, acontecem de forma isolada e sem planejamento. Gretzel *et al.* (2015) afirmam que um DTI configura-se pela soma das ações inovadoras, alinhadas ao rápido processamento das tecnologias de sensores, banco de dados virtuais e as mais variadas trocas de informações por meio da internet. Tais aplicações permitem, por meio de plataformas *online*, a comercialização de pacotes de viagens personalizados, melhoria das experiências no atendimento e na interação com os visitantes, além do esclarecimento de dúvidas pertinentes ao destino, entre outros benefícios.

A cidade de Barcelona, por exemplo, ao longo dos últimos anos, vem se consolidando como um dos principais modelos de DTI que investe em seus atrativos, proporcionando um ambiente inovador. Os agentes governamentais de Barcelona perceberam a importância do acesso democrático à internet e aos dados dos usuários para que pudessem criar formas de atender melhor tanto os turistas como a população local. A partir disso, criou-se plataformas que possibilitam acesso a bicicletas em qualquer parte da cidade através de dispositivos móveis, melhorando a mobilidade e a sustentabilidade ambiental. O fluxo de transporte público na cidade passou a ser controlado por meio de sensores que calculam a demanda real, entre outras ações desenvolvidas nesse sentido (GRETZEL *et al.*, 2015).

Tabela 3. Propostas de inovação para o turismo de Diamantina.

<p>O que fazer? Incentivar a reflexão para detectar novas ideias que permitam guiar o desenvolvimento de produtos, serviços, ou projetos de inovação do turismo.</p>
<p>Por que fazer? Os destinos que investem em inovação estão sempre oferecendo produtos e serviços mais atualizados e de melhor qualidade; por conseguinte, aumentam sua competitividade no mercado e atraem mais turistas.</p>
<p>Como fazer?</p>

- Criar campanhas de incentivo para a geração de novas ideias, visando que o setor abandone as maneiras de pensar habituais e promova a inovação do turismo local, como, por exemplo, através de concursos que premiem as melhores ideias de inovação;
- Criar parceria com instituições de ensino e pesquisa para realizar de maneira sistemática a coleta, a análise e a difusão de informações científicas e técnicas úteis para incorporar processos contínuos de inovação do turismo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Acessibilidade universal

A acessibilidade universal representa o direito de ir e vir de todos os cidadãos, inclusive daquelas pessoas com deficiências permanentes ou necessidades especiais, quer sejam cadeirantes, deficientes visuais, auditivos ou surdos, gestantes ou idosos. Em um destino a acessibilidade universal precisa ser um esforço amplo e contínuo para garantir que os produtos e serviços turísticos sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas ou intelectuais, deficiências ou idade (FERNANDES; BERNIER, 2021).

Isso implica em ações que buscam melhorar de forma gradativa a acessibilidade universal de toda oferta turística existente (MISKALO DA CRUZ *et al.*, 2020). Para isso, assim como ocorre com os projetos de desenvolvimento tecnológico e de inovação do turismo, a acessibilidade universal precisa fazer parte de um processo colaborativo envolvendo o poder público, as empresas turísticas e a comunidade em geral, sobretudo os usuários finais (MENDES FILHO *et al.*, 2019).

No caso de Diamantina, o desafio da acessibilidade universal pode ser maior, visto que o conjunto arquitetônico da cidade é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (IPHAN, 2014), além do reconhecimento da paisagem como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. Diante disso, qualquer projeto de intervenção arquitetônica externa aos imóveis do perímetro urbano tombado precisa antes ser avaliado e aprovado pelo IPHAN. Por outro lado, medidas como colocar barras de acessibilidade em banheiros, dispor locais de exposição em museus em altura adequada aos cadeirantes, adequar larguras de portas internas para passagens de cadeirantes, disponibilizar informações em braile, são adequações arquitetônicas para atender o preceito da acessibilidade universal, mas não precisam de autorização do IPHAN.

Apesar disso, atualmente, o poder público não dispõe de um plano de acessibilidade universal para Diamantina visando a melhoria contínua, tanto para os turistas quanto para os moradores locais. A justificativa apontada pelo poder público foi justamente a

necessidade de autorização do IPHAN. Por sua vez, em entrevista, o servidor do IPHAN esclareceu que a acessibilidade universal não é mais uma opção para os gestores públicos, mas um direito das pessoas previsto em lei. O IPHAN, enquanto órgão responsável pela proteção do patrimônio nacional, exige que os projetos de acessibilidade universal de Diamantina compatibilizem a acessibilidade com a conservação dos bens tombados.

Os gestores de atrativos e os empresários do setor de turismo confirmaram, durante as entrevistas, a percepção de que a acessibilidade universal de Diamantina está longe de ser uma realidade. Até os meios de hospedagem, em sua maioria, ainda não dispõem de quartos e áreas comuns adaptadas, apesar de frequentemente hospedarem idosos que visitam a cidade, com o intuito de assistir a Vesperata²⁵, e da obrigatoriedade legal²⁶.

Diante disso, na tabela 3, são apresentadas propostas de acessibilidade de baixo custo para Diamantina começar a investir em projetos e ações que façam com que, aos poucos, todas as pessoas se sintam inseridas no turismo, independentemente de qualquer limitação.

Tabela 4. Propostas para a acessibilidade universal do turismo de Diamantina.

<p>O que fazer? Firmar um compromisso para a melhoria da acessibilidade universal do destino e zelar pelo cumprimento dos requisitos, tanto por parte da gestão pública como da iniciativa privada.</p>
<p>Por que fazer? A acessibilidade do destino é importante porque garante que pessoas com mobilidade reduzida e, ou com necessidades especiais tenham o direito de ir e vir sem prejudicar a sua segurança e integridade física.</p>
<p>Como fazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parceria com a Associação das Pessoas com Deficiência e Mobilidade reduzida de Diamantina/MG. • Realizar um diagnóstico de todos aqueles aspectos que intervêm na cadeia do turismo (desde a informação promocional até as próprias infraestruturas, serviços e produtos turísticos), com o objetivo de determinar em que medida satisfazem os requisitos contemplados na legislação vigente em matéria de acessibilidade universal; • Elaborar um plano de ação para melhoria da acessibilidade universal e garantir, com o apoio do IPHAN, que qualquer intervenção, modificação, reposição, restauração ou criação de elementos da cadeia do turismo leve em consideração os princípios do acesso para todos. • O plano de ação deve ser acordado entre as partes interessadas, tanto públicas como privadas, em seus âmbitos de competência.
<p>O que fazer? Planejar roteiros acessíveis e criar um manual (vídeo e/ou texto) para informar sobre a acessibilidade do destino.</p>
<p>Por que fazer? O turismo acessível, além de promover a inclusão, é uma ótima oportunidade econômica. Estima-se que, no Brasil, 17% da população tenha algum tipo de deficiência, isso seria mais de 32 milhões de pessoas.</p>

²⁵ A Vesperata é um concerto noturno, realizado a céu aberto, composto por músicos que se apresentam nas sacadas dos casarões coloniais da Rua da Quitanda, no centro histórico de Diamantina.

²⁶ A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, determina que todos os meios de hospedagem devem oferecer, ao menos, 10% de seus apartamentos adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Como fazer?

Estabelecer parceria com a Associação das Pessoas com Deficiência e Mobilidade reduzida de Diamantina/MG, bem como com instituições de ensino e pesquisa e a Associação de Guias e Condutores de Turismo de Diamantina – ASGUITUR.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sustentabilidade

A sustentabilidade contempla a gestão racional e eficiente dos recursos (ambientais), a qualidade de vida dos turistas e moradores (socioculturais) e a competitividade empresarial atrelada ao vetor econômico. Portanto, em um DTI todos os agentes do turismo precisam estar empenhados em encontrar o equilíbrio entre as atividades econômicas, o desenvolvimento social, a preservação da cultura e os elementos da natureza necessários para a sobrevivência e o conforto da sociedade em geral. Do ponto de vista empresarial, esse cuidado com a sustentabilidade ainda pode se tornar um diferencial competitivo no mercado, considerando as últimas tendências no comportamento dos consumidores (MISKALO DA CRUZ *et al.*, 2020).

Em setembro de 2022, Diamantina foi reconhecida pela organização holandesa *Green Destinations* como um dos 100 destinos mais sustentáveis para o turismo no mundo. Essa organização seleciona anualmente as 100 melhores boas práticas que servem de exemplo para lideranças do turismo responsável a nível mundial (GREEN DESTINATION, 2022). No caso de Diamantina, a ação premiada foi a revitalização do carnaval, que sempre foi uma referência cultural da cidade, mas que sofreu descaracterizações nos últimos anos e, por conseguinte, afastou a população local dessa festa popular. Atualmente, o evento oferece atrações destinadas mais para famílias, com destaque para o retorno dos blocos caricatos.

Além da revitalização do carnaval, outras medidas citadas pelo poder público contribuem para a preservação da cultura local e a melhoria da qualidade de vida dos moradores, como a formação e a capacitação da mão-de-obra local para atuar no setor de turismo. O poder público também afirmou que desenvolve ações em parceria com as associações de bairro para compreender melhor as demandas da comunidade local e a percepção sobre temas relacionados ao turismo.

Em relação às questões ambientais, o poder público ainda não implementou medidas para incentivar os agentes do setor de turismo a adotar ações como o uso de energias renováveis, a reutilização de materiais, a reciclagem e a compostagem. A limpeza, a coleta e o tratamento de resíduos urbanos é realizado por uma empresa terceirizada e, em geral, acontecem de forma satisfatória, na visão do representante do poder público entrevistado. Já

coleta seletiva na cidade é feita pela Associação dos Catadores de Recicláveis de Diamantina – ACORD. Além disso, o poder público destaca que semestralmente é feito o monitoramento da balneabilidade das águas das cachoeiras mais visitadas.

Por parte do empresariado e gestores de atrativos turísticos, a maioria demonstrou um compromisso com a correta destinação e tratamento dos resíduos que são gerados em seus empreendimentos. Dentre as principais medidas citadas está o apoio a ACORD, através da separação de plástico, papel, metal e vidro. Alguns empresários do setor alimentício fazem compostagem aproveitando a sobra de alimentos para produzir o adubo que, posteriormente, é utilizado na própria horta.

Quanto à geração de emprego e renda, muitos empresários disseram que dão preferência para a contratação de mão-de-obra local. Além disso, procuram desenvolver atividades que contribuam com o bem-estar da população local, como a isenção ou redução do valor da taxa de entrada dos atrativos turísticos para os moradores da cidade. Não obstante, a sustentabilidade do turismo depende de um conjunto de ações mais amplas envolvendo diferentes áreas da sociedade. Em geral, percebeu-se que há uma conscientização sobre a importância de promover medidas de sustentabilidade, a despeito das iniciativas ocorrerem de forma isolada, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada. Nesse sentido, na tabela 5 estão sendo descritas propostas de baixo custo para ampliar a sustentabilidade do turismo de Diamantina.

Tabela 5. Propostas para a sustentabilidade do turismo de Diamantina.

<p>O que fazer? Promover a integração étnica e social, bem como a igualdade de gênero no destino.</p>
<p>Por que fazer? A integração étnica e social e a igualdade de gênero se traduzem na garantia de direitos e oportunidades iguais para todos; além disso, a diversidade étnica ajuda a construir um ambiente mais integrado e a valorização da mulher estimula a produtividade e o crescimento econômico.</p>
<p>Como fazer?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover debates e eventos sobre a importância da promoção da integração étnica e social e a igualdade de gênero; • Criar um canal de diálogo com órgãos públicos e movimentos sociais para estruturação de uma rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa no destino; • Incentivar as empresas turísticas a oferecer salários iguais para homens e mulheres que exercem as mesmas funções e estimular maior presença de mulheres em cargos de liderança; • Conscientizar as empresas turísticas da importância de respeitar os direitos das colaboradoras, acabar com o preconceito com as mães, combater o assédio sexual e moral, além de garantir o reconhecimento e oportunidades iguais na carreira.
<p>O que fazer? Impulsionar a responsabilidade social do turismo com o intuito de beneficiar a comunidade local, respeitando todas as diferenças.</p>
<p>Por que fazer? O destino deve oferecer oportunidades de acesso a todos os tipos de benefícios gerados com a atividade</p>

turística.
Como fazer? <ul style="list-style-type: none">• Utilizar as redes sociais virtuais para a divulgação de eventos e informações sobre os atrativos turísticos;• Desenvolver uma política tarifária dos atrativos turísticos específica para os residentes;• Estabelecer parcerias com associações de moradores para apoiar pessoas e famílias de baixa renda a usufruir dos atrativos turísticos do destino;• Oferecer periodicamente cursos de capacitação e formação de mão-de-obra qualificada para atuar no setor de turismo, assim como cursos de empreendedorismo no turismo.
O que fazer? <p>Incentivar o setor de turismo a equilibrar o crescimento econômico com a preservação da natureza.</p>
Por que fazer? <p>O destino precisa assegurar o melhor manejo dos recursos naturais de forma que eles não se esgotem.</p>
Como fazer? <ul style="list-style-type: none">• Instalar coletores de resíduos recicláveis em locais estratégicos do centro-histórico e nos atrativos turísticos mais visitados, com o apoio do IPHAN.• Criar campanhas para incentivar as empresas turísticas a adotarem medidas de eficiência energética, gestão do consumo de água, coleta e tratamento de resíduos, gestão de ruídos, etc.;• Sensibilizar as empresas turísticas a dar preferência ao consumo da produção local; diminuir a distância entre o produtor e o consumidor significa menos poluentes liberados na atmosfera.
O que fazer? <p>Criar uma certificação para os empreendimentos turísticos que desenvolvem ações sustentáveis.</p>
Por que fazer? <p>A certificação de sustentabilidade incentiva as empresas a desenvolver práticas que proporcionam uma forma diferente de economia, que se baseia no gerenciamento eficiente dos recursos naturais, o respeito aos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos.</p>
Como fazer? <p>Criar uma parceria com instituições de ensino e pesquisa para elaborar e implantar um processo sistemático de certificação de sustentabilidade.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma proposta que não foi incluída nesse primeiro estágio de desenvolvimento, mas que pode ser pensando nos próximos, é um projeto de implementação de passes eletrônicos de acesso a diversos atrativos turísticos e pontos de interesse da cidade, para moradores e turistas. O ideal é que os atrativos sejam distribuídos em rotas temáticas e que inclua atrativos com diferentes potenciais de atração. Além de incentivar a distribuição do fluxo turístico pelo destino, o registro eletrônico da entrada dos turistas nos atrativos permitiria aprofundar as análises sobre seu perfil.

Deve-se registrar que Diamantina ainda tem grande parte dos seus efluentes sendo despejados *in natura* nos córregos e rios, apesar das denúncias e processos contra a empresa responsável pelo fornecimento de água e pelo tratamento do esgoto. O Ribeirão das Pedras, que tangencia o Parque Estadual do Biribiri, possui várias corredeiras e poços que serviriam como atrativos turísticos e áreas de lazer, não fossem os efluentes despejados em suas águas. Esse é um exemplo, dentre várias outras situações análogas. Abordar a sustentabilidade em um destino com esses problemas torna-se paradoxal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os DTIs surgem com a perspectiva de utilizar as TICs para antecipar e resolver problemas gerados pelas atividades turísticas, estimular e desenvolver o empreendedorismo no setor turístico dentro da região, entre outras utilidades que podem ser adquiridas sem a necessidade de investimentos vultosos (MENDES FILHO *et al.*, 2019).

O objetivo principal deste estudo foi propor soluções de baixo custo para Diamantina, em Minas Gerais, de modo a superar os principais entraves que impedem o desenvolvimento do turismo de forma mais inteligente. Para isso, foi preciso aprofundar a compreensão sobre as mudanças que vêm ocorrendo no comportamento dos viajantes em decorrência das TICs, bem como investigar os fundamentos que diferenciam os destinos turísticos convencionais dos DTIs. A partir disso, foi possível analisar as limitações de Diamantina e apresentar propostas para transformá-la em um destino turístico inteligente. Este trabalho teve como base a experiência espanhola, tendo como referência cinco pilares: governança, inovação, tecnologia, acessibilidade universal e sustentabilidade. De maneira prática e objetiva, por meio de tabelas, foram elencadas propostas para desenvolver o turismo em Diamantina dentro dessas cinco dimensões.

Depreende-se que as medidas propostas para transformar Diamantina em um DTI, em sua maioria, dependem basicamente de articulações da sociedade e de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. A governança, sendo um dos principais gargalos, independe de grandes investimentos e/ou de soluções tecnológicas de ponta. As parcerias com instituições de ensino e de pesquisa foram apontadas em diversas propostas como importante alternativa para a análise dos dados a serem coletados, também sendo fundamentais para a formação de recursos humanos, dando maior qualidade aos produtos turísticos, além de possibilitarem colaborações para melhorar os canais de comunicação e implementar processos de certificação e inovação.

Os investimentos tecnológicos propostos para outras dimensões podem ser implementados utilizando os serviços oferecidos por plataformas digitais. Alguns desses serviços são gratuitos. Embora outros serviços sejam pagos, estima-se que possuem um custo acessível, considerando os benefícios que são gerados. Um dos entraves para a cidade estudada é a disponibilidade de internet *wi-fi* pública e o fornecimento de melhor conexão de dados móveis pelas companhias telefônicas.

Portanto, observa-se que ainda são muitas as demandas, que se traduzem em desafios para Diamantina avançar como DTI. Os usos das novas TICs são fundamentais para Diamantina alcançar altos níveis de desenvolvimento e gerar novos recursos, sejam eles sociais ou econômicos. A mudança necessária vai muito além de melhorar os processos de gestão ou a experiência turística; implica transformar o próprio sistema de turismo, visando prever tendências, reduzir custos, melhorar o atendimento e o relacionamento com os visitantes e identificar novas oportunidades de negócio.

REFERÊNCIAS

- AENOR – Asociación Española de Normalización y Certificación. **Sistema de gestión de los destinos turísticos inteligentes. Requisitos (UNE 178501:2016)**. Madrid: AEN/CN 178, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 19, n. 1 (jan./jun. 1994), p. 89-96**, 1994.
- BENCKENDORFF, P. J.; SHELDON, P. J.; FESENMAIER, D. R. Social media and tourism. In: **Tourism information technology**. Wallingford UK: CABI, 2014. p. 120-147.
- BOES, K.; BUHALIS, D.; INVERSINI, A. Conceptualising smart tourism destination dimensions. In: **Information and Communication Technologies in Tourism 2015: Proceedings of the International Conference in Lugano, Switzerland, February 3-6, 2015**. Springer International Publishing, 2015. p. 391-403.
- BOES, K.; BUHALIS, D.; INVERSINI, A. Smart tourism destinations: ecosystems for tourism destination competitiveness. **International Journal of Tourism Cities**, v. 2, n. 2, 2016. p. 108-124.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1994.
- BUHALIS, D.; AMARANGGANA, A. Smart tourism destinations enhancing tourism experience through personalisation of services. In: **Information and Communication Technologies in Tourism 2015: Proceedings of the International Conference in Lugano, Switzerland, February 3-6, 2015**. Springer International Publishing, 2015. p. 377-389.
- BUONINCONTRI, P.; MICERA, R. The experience co-creation in smart tourism destinations: a multiple case analysis of European destinations. **Information Technology & Tourism**, v. 16, p. 285-315, 2016.

BUONINCONTRI, P. *et al.* Managing the experience co-creation process in tourism destinations: Empirical findings from Naples. **Tourism Management**, v. 62, p. 264-277, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 06 ago. 2023.

CASADO-ARANDA, L.; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, J.; BASTIDAS-MANZANO, A. Tourism research after the COVID-19 outbreak: Insights for more sustainable, local and smart cities. **Sustainable Cities and Society**, v. 73, p. 103126, 2021.

COUTINHO, A. Alves; NÓBREGA, W. R. M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, p. 55-70, 2019.

DEL CHIAPPA, G.; BAGGIO, R. Knowledge transfer in smart tourism destinations: Analyzing the effects of a network structure. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 4, n. 3, p. 145-150, 2015.

DIAMANTINA. **Decreto Nº064, de 7 de março de 2016**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do Município de Diamantina. Disponível em: <<https://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/064-Decor.-Aprova-regimento-interno-CONSELHO-MUNICIPAL-DE-TURISMO-COMTUR.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2023.

FERNANDES, D. L.; BERNIER, E. T. Acessibilidade Virtual em Destinos Turísticos Inteligentes: Os Casos de Curitiba [Brasil] e Málaga [Espanha]. **Rosa dos Ventos**, v. 13, n. 1, p. 2-15, 2021.

GREEN DESTINATIONS. **Recreating Carnival in Diamantina** – Going from mass tourism to prioritizing family tourists and valuing the local community and culture. Disponível em: <<https://tempo.greendestinations.org/diamantina-recreating-carnival-in-diamantina-going-from-mass-tourism-to-prioritizing-family-tourists-and-valuing-the-local-community-and-culture/>> Acesso em: 27/07/2023

GRETZEL, U. *et al.* Special issue on smart tourism: convergence of information technologies, experiences, and theories. **Electronic Markets**, v. 25, p. 175-177, 2015.

GUO, Y.; LIU, H.; CHAI, Y. The embedding convergence of smart cities and tourism internet of things in China: An advance perspective. **Advances in Hospitality and Tourism Research (AHTR)**, v. 2, n. 1, p. 54-69, 2014.

HARRISON, C. *et al.* Foundations for smarter cities. **IBM Journal of research and development**, v. 54, n. 4, p. 1-16, 2010.

HÖJER, M.; WANGEL, J. Smart sustainable cities: definition and challenges. In: **ICT innovations for sustainability**. Springer International Publishing, 2015. p. 333-349.

HODŽIĆ, S; ALIBEGOVIĆ, D. J. The efficiency of regional government expenditure in smart tourist destination: The case of Croatia. **Tourism in Southern and Eastern Europe...**, v. 5, p. 307-318, 2019.

HUNTER, W. C. *et al.* Constructivist research in smart tourism. **Asia Pacific Journal of Information Systems**, v. 25, n. 1, p. 105-120, 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/32>> Acesso em: 27 mai, 2023

KOO, C. *et al.* The role of IT in tourism. **Asia Pacific Journal of Information Systems**, v. 25, n. 1, p. 99-104, 2015.

LAMSFUS, Carlos *et al.* Smart tourism destinations: An extended conception of smart cities focusing on human mobility. In: **Information and Communication Technologies in Tourism 2015: Proceedings of the International Conference in Lugano, Switzerland, February 3-6, 2015**. Springer International Publishing, 2015. p. 363-375.

Li, Y. *et al.* The concept of smart tourism in the context of tourism information services. **Tourism management**, v. 58, p. 293-300, 2017.

Lu, Y.; PAPAGIANNIDIS, S.; ALAMANOS, E. Internet of Things: A systematic review of the business literature from the user and organizational perspectives. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 136, p. 285-297, 2018.

MARIANI, M.; BRESCIANI, S.; DAGNINO, G. B. The competitive productivity (CP) of tourism destinations: an integrative conceptual framework and a reflection on big data and analytics. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 33, n. 9, p. 2970-3002, 2021.

MENDES FILHO, L.; SILVA, J. C.; DA SILVA, D. S. Percepções e perspectivas de destino turístico inteligente: um estudo de caso com a secretaria municipal de turismo em Natal/RN. **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/UERN**, v. 8, n. 1, p. 98-124, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MISKALO DA CRUZ, M. *et al.* Curitiba (Brasil): Un destino turístico inteligente? Análisis de la percepción de los miembros del Concejo Municipal de Turismo (COMTUR). **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 29, n. 2, p. 450-471, 2020.

MOREIRA, E.; DA SILVA, E. L. Patrimônio cultural e desenvolvimento turístico: a evolução do turismo em Diamantina/MG/Brasil, após o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. In: Cláudia Helena Henriques ... [et al.] org. **Turismo & história: perspectivas sobre o patrimônio da humanidade no espaço ibero-americano**. Caxias do Sul: Educs, 2020.

MOZZATO, A. R; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, jul./ago. 2011.

NEUHOFER, B.; BUHALIS, D.; LADKIN, A. Smart technologies for personalized experiences: a case study in the hospitality domain. **Electronic Markets**, v. 25, p. 243-254, 2015.

SEGITTUR. **Destinos Turísticos Inteligentes**. Disponível em: <<https://www.segittur.es/destinos-turisticos-inteligentes/proyectos-destinos-turisticos-inteligentes/>> Acesso em: 27 mai. 2023.

SILVA, E. A. da. As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 12, p. 77-99, 2013.

WERTHNER, H. *et al.* Future research issues in IT and tourism: A manifesto as a result of the JITT workshop in June 2014, Vienna. **Information Technology & Tourism**, v. 15, p. 1-15, 2015.

ARTE, ASTROLOGIA E TURISMO: UMA NOVA PROPOSTA DE ASTROTURISMO

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
mclaudia.magnani@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

Quando se fala em astroturismo, nos vem à mente, invariavelmente, a relação do turismo com os astros. De fato, são diversas as possibilidades de abordagem desse tema. Ainda que definições teórico-conceituais sejam condições de possibilidade para a ciência, elas portam, inegavelmente, desafios e limitações. Assim, a própria definição de astroturismo não é consensual. Existem já grandes dificuldades e insuficiências quando se trata de obter definições unívocas e incontestes do próprio turismo. Podemos afirmar que é efetivamente reducionista, até mesmo a tão citada e amplamente difundida definição elaborada pela OMT – Organização Mundial do Turismo – em 1999, tendo como critério tempo e motivações:

O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (*apud* PAKMAN, 2014, p. 13).

Longe do objetivo de formular definições teóricas, aqui ressaltamos a importância de compreender o turismo como um fenômeno moderno, próprio do capitalismo, produzido na tessitura de uma malha societária complexa e multifacetada em sua inter-relação com a dinâmica da sociedade pós-industrial, com discursos e políticas permeados de interesses econômicos (MAGNANI, 2012). Vale a pena recordar, neste sentido, o peso do turismo no cenário mundial, do ponto de vista econômico. São bastante eloquentes os números fornecidos pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel and Tourism Council - WTTC), segundo o qual, até 2019, a atividade turística foi responsável por 1 a cada 10 empregos no planeta (compreendendo os impactos diretos, indiretos e induzidos) e, representou 1 em cada 4 dos novos empregos criados no mundo inteiro. Representou também 10,6% de todos os empregos (334 milhões), e ainda 10,4% do PIB global (WTTC, 2020).

Se definir o turismo é desafiador, não é diferente com os seus possíveis segmentos e modalidades, especialmente o astroturismo, por ser uma atividade recente. A forma mais

comum de abordagem dessa modalidade tem sido aquela que procura aliar práticas turísticas com conscientização ambiental e associada ao turismo de experiência (MELLO, 2023). Todavia, existem também outras possibilidades de compreensão, que se efetivam em práticas turísticas recentes: há estudos de perfil dos turistas com base em elementos astrológicos (SANTIN, 2015); há ainda o incipiente e ultra elitizado turismo espacial (AZEVEDO, 2013/2014); existe também a análise das melhores fases da lua e posições dos planetas para viajar, a partir da astrologia (LAURA, 2018); e finalmente, a sugestão que aqui fazemos, uma associação entre arte, turismo e astrologia/astronomia, a partir do evento *Itinerários Astronômicos Capitolinos entre o Renascimento e Barroco*, projeto que foi selecionado em um concurso municipal para divulgação e comunicação científica em Roma, no ano de 2019 (LEONE, et. al., 2019). Para fundamentar a sugestão, abordamos a relação da astrologia com a arte a partir dos trabalhos de Aby Warburg (2019 e 2021) e a sobrevivência dos símbolos astrológicos e zodiacais nas igrejas católicas.

A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado e ainda observação das representações da astrologia e dos símbolos do zodíaco nas igrejas *in loco*, no Brasil e na Itália. Foram feitos também registros fotográficos nas igrejas visitadas.

ASTROTURISMO: ABORDAGENS EM CURSO

Mello (2023) aborda o astroturismo como uma forma de turismo de experiência, associado ao ecoturismo e ao turismo científico. As práticas dessa modalidade, segundo o autor, implicam em explorar destinos turísticos que apresentem boas condições para a observação e a contemplação dos astros. Matos (2017) faz coincidir a origem do astroturismo com o nascimento da astrologia, afirmando que sua gênese remonta a muitos séculos, desde a infância da humanidade, quando os homens olhavam os astros e buscavam significados, associando-os a deuses. No século XX, o interesse pela astronomia e a predisposição para viajar e observar eventos astronômicos aumentaram com o sucesso da literatura de ficção científica e o apelo popular dos pioneiros da ciência ligados aos avanços da exploração espacial da década de 1950. Entretanto, Mello (2023) informa que sua difusão, de maneira sistemática, ocorreu somente no século XXI, promovendo uma efetiva ligação entre astronomia e turismo, duas áreas que estavam até então, aparentemente distanciadas. A sua visão extremamente positiva dessas práticas, se justifica pelo fato de gerarem potencialmente conscientização ambiental, respeito e valorização dos espaços geográficos e, ainda, por

incentivarem a difusão de saber científico por meio da promoção de atividades inovadoras. Entretanto, a dificuldade de se observar as estrelas nas grandes cidades põe em xeque a poluição luminosa, que é o ofuscamento provocado pela excessiva iluminação artificial.

Nas atividades desse subnicho as pessoas normalmente se reúnem em grupos que viajam com o objetivo de observar determinados eventos astronômicos, como eclipses lunares, eclipses solares, estrelas cadentes, e passagens de cometas. A observação pode ser feita com dispositivos ópticos, como telescópios ou binóculos, ou a olho nu. Para uma melhor observação, foram construídos, em diversos países, observatórios fixos para fins turísticos, ou telescópios móveis que são usados durante excursões em espaços rurais abertos. Os turistas podem ir a observatórios, centros espaciais ou observar auroras. Razvan-Gheorghe (2017) inclui, ainda, neste subnicho, cursos de astronomia, visitas guiadas a museus de astronomia e outros elementos complementares como cursos de astrofotografia ou jantares sob as estrelas.

Os estudos feitos por Matos (2017) mostram que a motivação majoritária para a busca das práticas de astroturismo é a intelectual, pelo desejo de alargar os conhecimentos. Mostram ainda uma alta satisfação dos turistas no tocante aos pontos de vista psicológico, educativo e estético e o desenvolvimento da economia dos locais nos quais as atividades se desenvolvem. Além disso, as atividades aumentam a consciência da necessidade de minimizar os impactos da poluição luminosa (e suas consequências), e o debate sobre a promoção da energia sustentável.

Existem já roteiros consolidados no tocante à observação de astros e fenômenos astrológicos. O *site* do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – apresenta um artigo de 2022, com o título: *Astroturismo: uma opção luminosa para oferecer a seus clientes*. O artigo, não assinado, apresenta os seguintes roteiros de astroturismo no Brasil e no exterior: Serra da Mantiqueira (com o Laboratório Nacional de Astrofísica, localizado em Itajubá, Minas Gerais e o Observatório Pico dos Dias, em Brazópolis, também em Minas Gerais); Vale do Paraíba (com a unidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE, de São José dos Campos, em São Paulo, que recebe os turistas com visitas guiadas); o Deserto do Atacama, no Chile, que tem o céu mais limpo e puro do mundo; Noruega, Islândia, Finlândia, Suécia, Canadá e Alasca (nos Estados Unidos), como destinos ideais para a apreciação da aurora boreal; Baixa Califórnia (no México, com o Observatório Astronômico Nacional); Wadi Rum (na Jordânia, que além de ter uma visão privilegiada do céu, recebe visitantes por ter se prestado a panorama de diversos filmes de ficção científica, dentre eles *Star Wars*, *Rogue One* e *Prometheus*; e Tenerife (nas Ilhas

Canárias, Espanha, de onde se pode observar o que é ali chamado de “atrações espaciais”: a Nebulosa de Roseta, Orion, Canis Major e Minor).²⁷

Outra possibilidade de compreensão e de prática do astroturismo é aquela que nos apresenta Santin (2015). Nesta abordagem o astroturismo vem a ser uma ferramenta de identificação do perfil dos turistas a partir de suas características supostamente determinadas pelos signos zodiacais. Nos seus estudos, a autora propõe a identificação de comportamentos e motivações do turista como consumidor, a partir da percepção do que ela chama de padrões básicos, que se ligam aos quatro elementos da astrologia: fogo, terra, ar e água. Ela discute a possível influência que a astrologia exerceria sobre os desejos, preferências e deliberações dos consumidores de atividades e serviços turísticos, apresentando, também, atividades turísticas supostamente correspondentes a cada um dos quatro elementos. Na sua metodologia, um dos instrumentos é o mapa astral, e um dos objetivos é identificar motivações conscientes (a partir da predominância de dois dos elementos básicos) e ainda inconscientes (a partir dos dois elementos não predominantes). Na conclusão, a autora apresenta, por exemplo, a predominância de gostos voltados à beleza, às artes, ao divino e à gastronomia, como sendo determinados pelo perfil terra e água.

Em consonância com a abordagem acima proposta, resguardando as suas diferenças, o blog *Carpe Diem* publicou uma matéria com o seguinte título: *Astrologia e viagens: como aproveitar as fases da lua pra viajar* (LAURA, 2018). Nesse veículo, a autora, partindo do pressuposto de que os ciclos lunares influenciam o humor e o dia-a-dia das pessoas, sugere que os viajadores se deixem guiar pela lua. Isso é, deixar que a astrologia ajude na escolha de datas e locais de viagens a partir das fases do ciclo lunar. Assim, para cada uma das fases da lua – nova, crescente, cheia e minguante – a autora, que é astróloga e terapeuta holística, sugere tipos de viagens e suas características determinadas pela influência lunar.

Cláudio Miguel José Martínez (2017) publicou na Argentina um *Manual do Astroturismo*. Ali o autor afirma que o turismo astronômico ou astroturismo é uma disciplina que aproxima as pessoas das sensações de espanto e admiração que nossos ancestrais experimentavam diante do céu: do espetáculo das chuvas meteóricas, dos eclipses, das conjunções entre os planetas e a Lua, ou meramente perante a grandiosidade do céu noturno. O autor faz, ainda, uma associação do astroturismo com o turismo rural, pelo fato de que este

27 Artigo disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/astroturismo-uma-opcao-luminosa-para-oferecer-a-seus-clientes.91b58265afe13810VgnVCM100000d701210aRCRD> Acesso em 05 mai. de 2023.

último reuniria condições básicas de conforto e serviços, além de um céu sem poluição, que permite ver as estrelas com nitidez. Sugere, também, atividades correlatas como jantar sob as estrelas, fotografar e filmar, e projeções em telas gigantes. O autor traz informações no sentido de afrontar o desconhecimento que, segundo ele, faz pressupor que essas atividades sejam muito complicadas, o que redundaria no fato de que sejam, ainda, escassamente desenvolvidas.

Já Azevedo (2013/2014), ao abordar duas correntes de investigação que aproximam astronomia e turismo, acrescenta, para além das viagens com intuito de observação de astros, o turismo espacial como astroturismo. Ou seja, os deslocamentos para aventura e recreação, realizados a mais de 100 km de altura da Terra, considerando o limite da órbita do planeta. Esse tipo de turismo, altamente elitizado, implica na extrapolação das iniciativas governamentais dos transportes espaciais, marcada pelos primeiros passos da iniciativa privada neste sentido.

Também Krohne (2013), ao analisar a regulação jurídica do turismo espacial, afirma que essa prática é uma possibilidade que tem sido amplamente considerada, apesar do grande custo e preparação necessária. Assim, um número considerável de pessoas estaria disposto a pagar grandes somas de dinheiro para viajar no espaço como turistas. Segundo Ramírez e Lineros (2014), o primeiro turista espacial foi o americano Dennis Tito, ex-engenheiro da NASA, que em 2001 pagou aproximadamente vinte milhões de dólares à Agência Espacial Federal Russa para ir ao espaço sideral, a bordo da aeronave Soyuz. No ano seguinte, em 2002, o sul-africano Mark Shuttleworth tornou-se o segundo turista espacial em missão à Estação Espacial Internacional. Os debates acerca da temática do turismo espacial como segmento turístico tiveram início quando a denominação de “viagens turísticas” foi aplicada às viagens espaciais feitas por civis. A expressão foi usada por veículos de comunicação *on line* e empresas privadas para esse tipo de viagem, especificamente. Foi muito recentemente, somente no princípio do século XXI, que apareceram empresas privadas dedicando-se à criação de veículos espaciais com alojamentos turísticos (GONÇALVES; TOMAZZONI, 2018).

ASTROLOGIA, ARTE E TURISMO: UMA NOVA PROPOSTA DE ASTROTURISMO

A nova abordagem do astroturismo que aqui propomos é uma prática ligada ao turismo cultural e religioso. Trata-se da observação, não dos astros em si, mas de

representações artísticas da astronomia/astrologia e dos símbolos zodiacais nas igrejas católicas. Uma surpresa que costuma acompanhar os atentos observadores das pinturas e outros adornos nas igrejas católicas europeias é aquela em relação à presença de símbolos do zodíaco e da astrologia. Sendo esses símbolos ligados ao paganismo, imagina-se, à princípio, que fossem distantes das figurações religiosas. Entretanto, ao contrário disso, a astrologia esteve presente na Igreja desde os seus primórdios. A astrologia e as questões divinatórias e proféticas foram elementos sempre presentes e peculiares no intrincado quadro de relacionamentos da nova mensagem religiosa que o cristianismo representou no ocidente. Essa complexidade se explica, em certa medida, pelo panorama multiforme (mas homogêneo na sua essência) das civilizações que afluíram dentro do Império Romano, onde surgiu e se afirmou a nova religião. Nessa realidade multifacetada, tanto da parte da cultura pagã, como da judaica e da cristã que surgia, houve uma sede ávida de conhecimento do futuro, composta de esperanças e amedrontamento (GASPARRO 1999).

Neste ponto, é preciso deixar clara a concepção de arte na qual nos apoiamos aqui. O autor escolhido para esse percurso é Aby Warburg (2019 e 2021), porque abordou de forma especial a astrologia e os símbolos do zodíaco em sua relação com a arte figurativa. Poder-se-ia dizer que sua ideia de fundo a este respeito é que a astrologia é parte dos esforços do homem ao longo dos séculos, para se orientar no mundo. Partindo das pinturas alegóricas de Botticelli, no renascimento, ele chegou à história do símbolo astrológico. Porém, foi a partir de 1907 que Warburg iniciou estudos intensos sobre a história da mitologia e da astrologia, privilegiando a descrição de divindades pagãs em textos medievais e na sobrevivência do imaginário astrológico da antiguidade até os tempos modernos. Ele se dedicou sistematicamente aos estudos astrológicos a partir da leitura de um livro de Franz Boll (1867-1924). Este professor de filologia clássica na Universidade de Heidelberg publicou, em 1903, a obra *Sphaera. Neue griechische Texte und untersuchungen zur geschichte der Sternbilder*. O autor abordou ali o tratado de Teucro (século I a. C.) sobre o céu, que teve grande influência na Antiguidade Clássica. A partir de Teucro, Boll reconstituiu a migração da astrologia e da astronomia grega por meio de suas transmissões na Ásia e na Idade Média Latina. Na época helenística, o céu foi acrescido de figuras advindas da tradição egípcia, aramaica e babilônica. Ele abordou também a mistura de elementos gregos e orientais, indianos e persas. O que Boll recuperou na sua obra foi, portanto, a história de uma grande compilação impetrada por Teucro, e de como essa mescla migrou na Antiguidade e na Idade Média, entre culturas distintas de Oriente a Ocidente (WARBURG, 2021). Boll argumentou

que a astrologia é uma tentativa secular para criar uma imagem unificada do mundo que surge por leis tão indecifráveis quanto inelutáveis da natureza. Ao refazer os estágios do desenvolvimento da história da astrologia, o estudioso alemão destacou como até à virada do século XVII a astrologia havia dominado o mundo com uma capacidade expansiva que nenhuma outra fé jamais conseguira ter (GHELARDI, 2011).

A complexidade do pensamento warburgiano com relação à arte e à astrologia que aqui nos interessa, parte de uma compreensão anterior: sua concepção do homem. Na introdução à obra *Fra Antropologia e Storia Dell'arte saggi, conferenze e frammenti*, de Warburg, Maurizio Ghelardi (2021) mostra como aquele autor considera o homem um ser cinético, cheio de dores, lutos, paixões, que tenta se apropriar e transformar a realidade, primeiro incorporando-a de forma antropomórfica, depois objetivando-a em formas. Desta maneira, Warburg concebeu a vida humana de forma cinética, como fluxo de energia, e a arte como um produto orgânico e equilibrado que brota de um processo vital marcado pela polaridade entre *ethos* e *pathos*. A tarefa da arte é acolher a dor (que ressurgirá sempre) e a dilaceração da vida. A arte representa, assim, o reflexo humano de agarrar e dominar a vida e, ao mesmo tempo, reflete o desejo de se distanciar de seu imediatismo construindo um objeto de representação mental ou visual. A arte figurativa é geralmente definida como um espaço intermediário entre sujeito e objeto ou entre sujeito e mundo. Os objetos que são ali reproduzidos são aqueles já ordenados, padronizados ideal ou praticamente e que, portanto, não devem mais ser temidos. A arte tem, pois, a tarefa de afastar o medo e ordenar o mundo. O fio condutor da obra de Warburg é, como nos aponta Ghelardi, a relação entre vida e orientação no mundo (GHELARDI, 2021).

Warburg nunca foi, de fato, um especialista em astrologia, nem um acadêmico no sentido estrito, mas sempre se propôs a investigar como o homem veio a se orientar no mundo objetivando as causas de suas fobias. Nessa concepção as estrelas aparecem como hieróglifos para o futuro. O surgimento e a persistência da astrologia na história da humanidade remetem a uma necessidade psíquica de enfrentamento do medo do desconhecido e do futuro, mas também do imperativo de ordenar o mundo para esta defrontação (GHELARDI, 2019). Assim, compreende-se que arte e astrologia se aproximam enquanto instrumentos de enfrentamento dos medos do ser humano e da sua tentativa, ao longo do tempo, de afrontar e ordenar o mundo.

Nos diferentes momentos da história da humanidade nos quais as questões proféticas e divinatórias surgiram e ressurgiram com fervor, foi frequente o aparecimento de

diferentes estirpes de profetas e adivinhadores, com de maior ou menor sucesso, ao lado da astrologia com a sua prática divinatória do zodíaco. É legítimo pensar que efetivamente a astrologia não saiu completamente de cena com a chegada do cristianismo. Pode-se compreender que, de uma forma ou de outra, os astros estavam ainda presentes no mundo cristão. Dentro e fora da Igreja, em distintos períodos, eruditos se dividiram entre o apoio e a condenação à astrologia, sua concepção como ciência ou como credence (VERARDI, 2011).

Não sendo o escopo deste trabalho um enfoque exaustivo deste tema, deve-se, entretanto, ter em mente que a fé nas estrelas não foi um consenso no universo cristão. Todavia, para dar um breve exemplo da perseverança da influência da religião dos astros relembramos que a Igreja, em meados do século IV, de certa forma substituiu Cristo pelo Deus Sol, compreendido como Sol da Justiça, na medida em que mudou a data do seu nascimento para 25 de dezembro. Este é o dia em que, para os pagãos, se comemorava o aniversário do sol. Isso significa que a partir daí o dia se estendia e o novo sol dava início a um período anual. Segundo Eduard Norden (2013), a fórmula *Lux crescit* que já existia na liturgia pagã, e também no calendário grego, passou a comparecer de maneira literal na prédica cristã do Natal.

Se papas praticaram a astrologia e contrataram astrólogos em seus apostolados (VESCOVINI, 2015), ao mesmo tempo, a Igreja lutou contra uma grande quantidade de, assim consideradas, superstições, desde os primórdios do cristianismo (HEBERMANN, 2005). Sendo uma religião essencialmente profética, na qual a profecia é uma “*gracia gráti data*” (PARERA, 1999, p. 176), houve a tentativa de estabelecer, no que se refere às profecias, o que era de inspiração divina e o que não era. Nesse clima de imprecisão entre as categorias naturais e sobrenaturais, que pode ser notada nos testemunhos gentios para as verdades cristãs, tornaram-se extremamente importantes os depoimentos não cristãos que anunciavam a doutrina cristã (MAGNANI, 2019). E é neste sentido que se pode compreender a permanência da representação da astrologia e dos símbolos do zodíaco nas igrejas católicas. Ajunte-se a isso, o que já afirmamos de acordo com Warburg: a astrologia compreendida como o enfrentamento dos medos e um modo de orientação do homem no universo. Esta compreensão coincide, em certa medida, com os propósitos das religiões em geral. Compreende-se, assim, as inúmeras representações astrológicas e do zodíaco nas igrejas católicas da Europa desde a Idade Média, como nos mostram Fritz Saxl (2016) e Saxl e Erwin Panofsky (2016).

Figura 1: Criação do Mundo. Giusto de' Menabuoi, 1370-78. Batistério do *Duomo* de Pádua.



Fonte: <https://www.museionline.info/tipologie-museo/battistero-di-san-giovanni-padova> Acesso em 05 de maio 2023.

É pois, na interseção entre arte, religião e turismo, que propomos aqui uma nova modalidade de astroturismo: a observação das obras artísticas que, nas igrejas católicas, representam a astrologia e o zodíaco. Para isso, nos baseamos em uma experiência ocorrida em Roma, na Itália, em 2019. O Projeto *Itinerari Astronomici Capitolini tra Rinascimento e Barocco* (Itinerários Astronômicos Capitolinos entre o Renascimento e Barroco) foi selecionado em um concurso municipal para eventos de divulgação e comunicação científica na cidade eterna (LEONE *et. al.*, 2019). Foi proposta a um público adulto e variado, uma série de visitas guiadas com temática astronômica/astrológica em palácios e em igrejas de Roma, com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural e científico da cidade. O projeto foi promovido através da Associação Cultural Calipso, com o patrocínio do Instituto Nacional de

Astrofísica (INAF), da Sociedade Italiana de Arqueoastronomia (SIA) e o Movimento de Cooperação Educacional (MCE). A sua elaboração partiu do desejo de divulgar a história da astronomia em Roma nos anos 1500 e 1600, através de roteiros científicos conduzidos por palestrantes especializados, a fim de estimular uma abordagem inovadora para os bens culturais e aumentar as oportunidades de crescimento e coesão entre os cidadãos romanos.

Uma das igrejas envolvidas no projeto de visitação foi a Basílica de *Santa Maria degli Angeli e dei Martiri*. No transepto direito daquele templo, implantado no esplêndido pavimento de mármore policromado da basílica, estende-se uma linha meridiana de 44,89 metros que faz parte de um grande relógio de sol inaugurado em 6 de outubro de 1702 e ainda em funcionamento. O meridiano permite prever as posições da elipse luminosa durante os principais eventos astronômicos: solstício de inverno e solstício de verão.

Figura 2- Linha meridiana da Basílica de Santa Maria degli Angeli e dei Martiri, Roma



Fonte: foto de J.P. Grandmont. Disponível em: http://www.instoria.it/home/meridiana_santa_maria_angeli_1.htm
Acesso em 05 de maio 2023.

Ao longo de toda a linha meridiana pode-se observar as diferentes constelações zodiacais reproduzidas através de mármore incrustado, feitas majoritariamente com materiais de origem arqueológica. À direita da linha estão as constelações de verão e outono, à esquerda estão as constelações de primavera e inverno. Câncer e Capricórnio, coincidindo com os solstícios, são colocados nas duas extremidades do relógio de sol. As figuras estão inseridas em espaços quadrangulares com cerca de 90 centímetros de lado, com exceção do Escorpião, que se encontra num espaço triangular na base de uma coluna do transepto.

Figura 3: Símbolos zodiacais do pavimento da Basilica de *Santa Maria degli Angeli e dei Martiri*, Roma



Fonte: foto de J.P. Grandmont. Disponível em: http://www.instoria.it/home/meridiana_santa_maria_angeli_1.htm
acesso em 05 de maio 2023.

No Brasil, encontramos um único caso de igreja católica com representação dos símbolos do zodíaco e, ainda, uma com a representação dos elementos: ar, água, terra e fogo. Na Igreja de São José, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, existem representações do zodíaco, bastante raras, se não únicas no Brasil. A igreja teve o seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombado em 10 de novembro de 1994 pelo Conselho Deliberativo do município

de Belo Horizonte. O tombamento se justificou pela sua importância como marco simbólico para a cidade (CALDEIRA, 2012, p. 81).

Figura 4: Nave Central da Igreja de São José em Belo Horizonte



Fonte: Foto da autora, 2022.

A data de fundação da cidade de Belo Horizonte, uma cidade planejada por um esforço institucional da elite mineira, é 12 de dezembro de 1897. Mas, foi em 1891 que o Congresso Constituinte Mineiro decidiu pela transferência da capital do estado que se localizava em Ouro Preto. Já no início do século XX, a Congregação do Santíssimo Redentor e a Igreja de São José iniciaram suas atividades na nova capital. O então bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, convidou os missionários redentoristas para assumirem os trabalhos religiosos na capital nascente, que naquela altura possuía apenas uma paróquia. Tratou-se de uma missão holandesa que, segundo Araújo (2013), intentava promover um tipo de fé, distante de práticas e ritos populares e pagãos. Entretanto, juntamente com a figuração da Santíssima Trindade; de anjos e santos; Nossa Senhora e o menino Jesus; dos antepassados de Jesus desde Abraão até São José, estão os símbolos pagãos do zodíaco. O pintor responsável pela ornamentação da igreja foi – segundo a História da Igreja de São José afixada dentro do templo e assinada pelos missionários redentoristas – o alemão Guilherme Schumacher. Ali está também a informação de que os símbolos do zodíaco pintados nas naves

laterais indicam que Deus é o Senhor da história e do tempo. Na abside²⁸ daquele templo, bem como no Santuário de São Geraldo, em Curvelo, Minas Gerais – criado também pelos redentoristas no início do século XX – há pinturas parietais com os quatro elementos do zodíaco: ar, água, terra e fogo (DUTRA NETO, 2007).

Figura 5: Símbolos zodiacais da Igreja de São José em Belo Horizonte



Fonte: Foto da autora, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como esta é uma investigação ainda em andamento, é possível que se encontrem outras igrejas no Brasil com representações da astrologia e que ainda não foram identificadas pela presente pesquisa.

O astroturismo, como já compreendido e executado em diversos países, traz prontamente ganhos em diferentes aspectos: conscientização do uso sustentável do planeta e da necessidade de uso responsável da energia; valorização do meio ambiente; fruição do encantamento causado pela observação do céu (desde tempos imemoriais); valorização de

²⁸ Abside é o termo arquitetônico que define um anexo, nas igrejas, aberto para o interior (capela-mor) no seguimento do eixo da nave, situando-se na extremidade.

espaços geográficos, incentivo à economia de comunidades locais; acesso prazeroso ao conhecimento científico, dentre outros. A nova proposta que aqui abordamos inclui as representações da astrologia e sua conexão com a arte e religião. Enquanto as concepções já existentes se ligam ao turismo de experiência, ao turismo rural, ao ecoturismo e ao turismo científico, o astroturismo ora proposto se liga ao turismo cultural (especialmente às artes plásticas) e ao turismo religioso.

As representações da astrologia e dos símbolos do zodíaco no universo cristão são motivos de encantamento e admiração. Extremamente numerosas na Itália católica e em outros países da Europa, desde a Idade Média, só foram encontradas em dois templos no Brasil, já do século XX. Tão distintos tempos e espaços comprovam a energia de permanência desses elementos.

Arte e astrologia comungam o lugar intermediário entre a atitude mágica e a racional, sendo que a astrologia é ao mesmo tempo ciência e idolatria. Arte e astrologia são, pois, intermediárias entre o medo humano diante do mundo (e da sua própria finitude) e a linguagem matemática; entre religião e ciência.

O caráter preditivo da astrologia atende a algumas necessidades essenciais do ser humano como a de se comunicar com o transcendente e de saber dos acontecimentos porvindouros, na tentativa de dominá-los. Por serem essenciais, essas necessidades e características ultrapassam tempos e espaços, como mostra Warburg ao abordar as transmissões do legado antigo na arte moderna. Assim, a sobrevivência dos símbolos da astrologia no mundo cristão representa a sobrevivência da atitude essencialmente fóbica do homem diante do universo e de uma tentativa de seu enfrentamento.

Toda essa riqueza de elementos pode ser ressignificada e explorada pelo turismo, como uma outra maneira de se conceber o astroturismo. Valorizar a cultura e o patrimônio; dar acesso à ciência e à religião, no sentido da sua compreensão mais profunda pela historicidade; conhecer e valorizar os espaços arquitetônicos e arte visual; incentivar o deleite estético e o afinamento do olhar para a arte; satisfação dos turistas do ponto de vista psicológico e espiritual; são objetivos que se podem atingir por meio dessa atividade. A astrologia possui um grande potencial de integração entre as pessoas, porque remete à essência do ser humano. Associar sua representação ao turismo, pode envolver todos os seus atores e, ainda, promover a sustentabilidade do ponto de vista cultural.

Agradeço ao Padre José Cláudio, da Paróquia de São José de Belo Horizonte, pela permissão de uso das imagens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.T. Cidade Moderna, Igreja Persuasiva: A Legitimação de uma Nova Capital para Minas através da Igreja São José. **e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social** do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 6, n.º2, Agosto/Dezembro de 2013, p. 38-50. Disponível em:
<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1292> Acesso em 05 de maio 2023.

AZEVEDO, J.N. **Astro-turismo, Enquadramento e Caracterização**. Exercício apresentado em unidade curricular de mestrado (2013/2014). Disponível em:
https://www.academia.edu/21872119/Astro_turismo_Enquadramento_e_Caracteriza%C3%A7%C3%A3o Acesso em 05 de maio 2023.

CALDEIRA, A.B. **A conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e urbano do conjunto da Igreja de São José de Belo Horizonte**, Minas Gerais, Brasil.

Disegnarecon, Numero Speciale DoCo, 2012, s/n. Disponível em:
<https://disegnarecon.unibo.it/article/view/3278> Acesso em 05 de maio 2023.

DUTRA NETO, L. **Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2007.

GASPARRO, S.G.. La sibila: voce del Dio per pagani, ebrei e cristiani: un modulo profetico al croce via delle fede. In: CHIRASSI, I.; SEPPILLI, T. (ed.). **Sibille e linguaggi oracolari: mito, storia, tradizione**. Atti del convegno Macerta-Norcia, 20-24 settembre 1994, Macerata. Pisa: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 1999. p. 505-553.

GHELARDI, M. Introduzione. Magia Bianca. In: BEZOLD, Carl; BOLL, Franz. **Le stelle: credenza e interpretazione**. Traduzione di Maurizio Ghelardi e Susanne Müller. Torino: Bollati Boringhieri, 2011.

_____. Magia Bianca. Aby Warburg e l'astrologia: un «impulso selvaggio della scienza». In **Aby Warburg astrológica saggi e appunti 1908-1929**. Torino: Giulio Einaudi Editore s.p.a., 2019.

_____. Introduzione. In WARBURG, Aby. **Fra Antropologia e Storia Dell'arte saggi, conferenze e frammenti**. Torino: Giulio Einaudi Editore s.p.a., 2021.

GONÇALVES, B.D.J. y TOMAZZONI, E.L.. Uma análise de conteúdo de publicações brasileiras acerca das tendências da temática “turismo espacial”, **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 24 (junio / junho 2018). Disponível em:
<https://www.eumed.net/rev/turydes/24/publicacoes-brasileiras-tendencias.html> Acesso em 05 de maio de 2023.

HEBERMANN, C.G. **The Catholic Encyclopedia**, Volume 12: Philip II- Reuss Grand Rapids, Copyright Christian Classics Ethereal Library, 2005.

KROHNE, L.R. Turismo espacial: aplicabilidad del acuerdo sobre salvamento y devolución de astronautas. **Revista de Derecho, Comunicaciones y Nuevas Tecnologías**. No. 10, Julio - Diciembre de 2013.p.5-21.

LAURA, A. Astrologia e viagens: como aproveitar as fases da lua para viajar. In **Carpe Mundi**. Agosto de 2018. Disponível em:
<https://www.carpemundi.com.br/astrologia-e-viagens/> Acesso em 05 de maio 2023.

LEONE, I., CARNEVALE, F., GANDOLFI, G., LANCIANO, N. Itinerari Astronomici Capitolini tra Rinascimento e Barocco Eureka 2019. Conference: **XIX Convegno della Società Italiana di Archeoastronomia-SIA "Ad una annoverar le stelle"** Outubro, 2019.

MAGNANI, M. C. A. O. Sibilas: a sobrevivência das profetisas pagãs no mundo cristão. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 17, n. 54, p. 1571-1599, 31 dez. 2019.

_____. Ética e Estética de uma prática moderna: é possível interrogar o Turismo? **Itacoatiara**. Recife, vol1, n.2, p. 1-6, Abril – 2012.

MARTÍNEZ, C.M.J. **Manual de Astroturismo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2017. Disponível em:
<https://fundacionazara.org.ar/manual-de-astroturismo/> Acesso em 05 de maio de 2023.

MATOS, A.L. **Terrestrial Astrotourism – Motivation and Satisfaction of Travelling to Watch the Night Sky**. Tese (Tourism – Master’s Degree Programme) - Aalborg University. Copenhagen, p. 194. 2017.

MELLO, D. R. C. Viajando para ver as Estrelas. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 11, n. 1, p. 169-189, jan./abr. 2023.

MUNTEAN, R. **Astroturismo**. Trabajo Fin de Grado –Facultad de Ciencias Empresariales - Universidad de la Rioja. La Rioja, p. 27. 2017.

NORDEN, E. **Die Geburt des Kindes. Geschichte Religiösen Idee**. Bremen: Dogma, 2013.

PAKMAN, E. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Universidade do Estado do Ceará, 2014.

PARERA, L.B.. El conocimiento profético, entre la razón y la fe. In: **Fe y razón**, Actas del I Simposio Internacional Fe Cristiana y Cultura Contemporánea. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 1999. p. 171-176.

RAMÍREZ, M.C.M, LINEROS, J.N.. Turismo espacial: desarrollo, retos, regulación jurídica y futuro. **Revista de Derecho, Comunicaciones y Nuevas Tecnologías**, nº. 12, p. 4-16, Julio - Diciembre de 2014.

SAXL, F. **La fede negli astri: dall'Antichità al Rinascimento**. Torino: Bollati Boringhieri, 2016.

_____; PANOFSKY, E. **Mitología Clássica en el Arte Medieval**. Buenos Aires: Sans Soleil, 2016.

SEBRAE, 2022. Astroturismo uma Opção Luminosa para Oferecer a seus Clientes. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/astroturismo-uma-opcao-luminosa-para-oferecer-a-seus-clientes,91b58265afe13810VgnVCM100000d701210aRCRD> Acesso em 05 de maio de 2023.

SANTIN, B.H.G. Perfil do Turista com Base nos Elementos Astrológicos. **Turismo em Análise**. São Paulo, vol. 6, n. 4, p. 880-902, Dezembro, 2015.

VERARDI, D. Gli astri, gl'angeli e li vescovi. Le fonti patristiche e medievali del pensiero astrologico di Sisto V, **In Rivista di Storia e letteratura religiosa**, XLVII, 1, p. 147-156, 2011.

VESCOVINI, G.F. La Storia Astrologica Universale. L'Orscopo delle Religioni tra Medioevo e Rinascimento. **Philosophical Readings Issue** vol VII, p. 8-41, Spring 2015.

WARBURG, A. **Astrológica saggi e appunti** 1908-1929. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2019.

_____. **Fra Antropologia e Storia Dell'arte saggi, conferenze e frammenti**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2021

WTTC. World Travel & Tourism Council. Travel & Tourism. **Global Economic Impact & Trends** 2020. Disponível em:

<https://wtcc.org/Portals/0/Documents/Reports/2020/Global%20Economic%20Impact%20Trends%202020.pdf?ver=2021-02-25-183118-360> Acesso em 05 de maio de 2023

WERTHNER, H. *et al.* Future research issues in IT and tourism: A manifesto as a result of the JITT workshop in June 2014, Vienna. **Information Technology & Tourism**, v. 15, p. 1-15, 2015.

A PRODUÇÃO DO QUEIJO MINAS ARTESANAL E O TURISMO

Cleube Andrade Boari

Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
c.boari@ufvjm.edu.br

Cynthia Regina Fonte Boa Pinto

Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
cynthia.fonteboa@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

A cultura gastronômica é uma das melhores formas de se conhecer a história de uma sociedade. A busca pelo conhecimento referente a alimentação perpassa as estruturas, receitas e valores calóricos dos alimentos para adentrar no mundo do entretenimento, da criatividade e do turismo. Hoje, diversas pessoas viajam em busca de alimentos, dos saberes e fazeres relacionados a alimentação e para experienciar o novo. Um dos produtos de grande relevância na culinária mundial são os queijos. Existem diversos destinos turísticos que oferecem experiências em queijarias onde as pessoas conhecem e vivenciam o processo produtivo, degustam os queijos e também têm a oportunidade de comprar o produto direto do produtor. Para os produtores artesanais a produção de queijos é uma atividade de extrema importância e com perspectiva de crescimento.

A produção de queijos artesanais no Brasil segue esta tendência e cada vez alça novos voos e oferece diversas oportunidades para se usufruir desta atividade tão rica e genuína. As Queijarias Artesanais, que antes se dedicavam basicamente à produção dos queijos, hoje vislumbram outros negócios, como a oferta de cursos técnicos, a gastronomia e o turismo cultural. Esta diversificação proporciona ao produtor o incremento de sua renda e ao cliente a possibilidade de imergir em um cenário bucólico.

Figura1: Fazenda São José, Materlândia – MG, onde o Produtor Deobaldino Marques produz o Queijo Minas Artesanal do Serro ‘Turvo Grande’.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Em Minas Gerais, estado tradicionalmente produtor de queijo, existe uma política estadual de incentivo à gastronomia mineira tendo o queijo como um dos protagonistas. Rotas turísticas vem sendo criadas associando a produção de queijos artesanais à atividade turística como a Rota dos Queijos Terroir Vertentes, a Rota do Azeite e Queijo de Alagoa, Rota do Queijo Canastra que, já consolidadas, atraem visitantes dos mais diversos tipos. Outras regiões estão começando a investir na produção de queijos e também na associação desta produção ao turismo, como é o caso das regiões de Araxá, Serra da Mantiqueira, Serra do Salitre, Diamantina, no Vale do Jequitinhonha dentre outras.

A proposta deste capítulo é contextualizar brevemente a história da produção de queijos artesanais e tecer breves considerações sobre o turismo cultural relacionado a produção de queijos em Minas Gerais, em especial nas regiões da Serra da Canastra e de Diamantina.

O QUEIJO, TREM BÃO DEMAIS!

Não basta um queijo artesanal ser bonito e gostoso. Ele deve ter história! De todas as variedades produzidas no mundo, o Queijo Minas Artesanal (QMA) merece destaque, pois a sua produção esteve correlacionada ao ciclo da mineração, ambientado na região dos atuais estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia e, especialmente, Minas Gerais, a partir do final do século XVII.

Durante a época do extrativismo mineral muitos povoados surgiram dando origem às famosas cidades históricas mineiras, como Diamantina e Serro. No decorrer do ciclo da mineração estas cidades receberam muitos imigrantes vindos de outras regiões do Brasil e também de outras partes do mundo, estimulando, desta forma, a produção local de alimentos.

Nos primórdios da mineração, devido aos grandes desafios para escoar o leite cru das roças para as cidades, a produção de queijos foi a principal estratégia para se conservar os nutrientes do leite e também para distribuí-los para o mercado consumidor. Gradativamente o ‘saber fazer’ dos queijos se disseminou para diversas regiões, nas quais, dia a dia, foi sendo incorporado à sua cultura, gastronomia e ao estilo de vida do seu povo.

Possivelmente um dos relatos históricos mais fidedignos da produção e da comercialização do QMA tenha sido aquele feito pelo Botânico e Naturalista Frances August de Saint-Hilaire (1779 – 1853), em sua obra *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*:

[...] Fazem-se, em geral, muitos queijos na comarca de S. João d’El Rei; mas a zona do Rio Grande é a que produz mais deles, que constituem, mesmo, um dos seus artigos de exportação. Eis a maneira por aqui se fabricam. Logo que se extrai o leite, adiciona-se-lhe a presura, e ele se coagula instantaneamente; dá-se preferência á de capivara quando é possível obtel-la. Existem formas de madeira de cerca de 2 pollegadas de altura, cujo meio apresenta um espaço circular inteiramente vazio, mais ou menos do tamanho de um prato. Estes moldes se collocam sobre uma mesa estreita de plano inclinado, enche-se-os de leite coalhado, que se teve o cuidado de separar em pequenos pedaços; comprime-se com a mão o coalho assim grumoso; o leite escorre vae cahir em uma gamela colocada á extremidade mais baixo da mesa. A’ medida que a coalhada se comprime no molde, ajunta-se mais e continua-se a comprimir até que este fique cheio de coalho bem compacto. Cobre-se de sal a parte superior do queijo, e deixa-se-o assim até á tarde; então volta-se-o e aplica-se-lhe o sal do outro lado. No dia seguinte se expõe o queijo ao ar em local sombrio, tendo-se o cuidado de volta-lo de tempos a tempos, e está feito antes do prazo de 8 dias. Estes queijos, ao que não se dá outro nome mais do queijo de Minas, são muito afamados: sua substancia é compacta; a côr assemelha-se aos dos queijos de Gruyéres, mas é, eu creio, de um amarelo mais carregado; seu gosto é doce e agradável. Quando se quer transportar os queijos para o Rio de Janeiro, são colocados em cestos jacás quadrados e achatados, feitos com lascas de bambú grosseiramente trançadas; cada jacá contém cincoenta queijos, e dois deles constituem a carga de um jumento.” Relato de August de Saint-Hilaire., (1779 – 1853) feito em sua obra *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*.

A fabricação do QMA seguiu, sem grandes ameaças, até os anos de 1950, sendo ela fundamental para garantir a geração de riqueza e ocupação em muitas localidades após a decadência do ciclo da mineração. Entretanto, este cenário de tranquilidade mudou drasticamente devido aos processos de reorganização do mundo após a segunda guerra

mundial, quando o Brasil teve que instituir as legislações sanitárias para a produção de alimentos (BRASIL, 1952).

Havia, até este momento, dois modelos de legislação sanitária laticinista no mundo. Nos Estados Unidos já era instituída a produção de lácteos com leite pasteurizado, em modelos industriais, utilizando utensílios e equipamentos manufaturados com aço inoxidável. Os queijos artesanais feitos com o leite cru nos Estados Unidos apenas eram tolerados quando maturados por, no mínimo, 60 dias, o que tornava o produto pouco atraente ao cliente americano, que já tinha caído nas graças dos queijos industriais mais frescos e suaves. Por outro lado, em países da Europa, preconizava-se também a produção artesanal, sendo permitido o uso do leite cru, tendo em vista o histórico regional secular de produção de algumas variedades de queijos (ARIAS-ROTH et al., 2021)

Talvez o fato de os Estados Unidos terem emergido como rica potência após a segunda guerra, em detrimento a uma Europa arruinada, fizeram o Brasil lhes reconhecer como cliente prioritário e, desta forma, optou pelo modelo sanitário americano. Como consequência foi publicada a Lei N° 1.283 (BRASIL, 1950) pela qual não se valorizou a produção dos queijos artesanais no Brasil, negando a nossa realidade que mais estava sintonizada ao princípio europeu.

A partir deste momento, iniciou-se uma série de conflitos e desentendimentos entre os produtores de queijos e os órgãos responsáveis pela inspeção, envolvendo muitas apreensões e muita publicidade negativa. Anos se seguiram e muitos produtores desistiram do queijo artesanal e várias propriedades encerraram este tipo de atividade. Alguns para nossa sorte, no entanto, persistiram!

A partir do ano de 2002 iniciou-se um processo diferente do que até então era observado, com mais valorização da agricultura familiar. Com isto, a produção do QMA começou a recobrar a sua importância, a qual também foi propulsionada pelo fortalecimento do turismo cultural em Minas Gerais, principalmente relacionado à gastronomia e a produção rural associada ao turismo.

Em Minas Gerais, a produção do QMA é reconhecida pela legislação estadual desde o ano de 2002, sendo por ela instituídos requisitos mínimos obrigatórios a sua fabricação, de acordo com as boas práticas agropecuárias e de fabricação (MINAS GERAIS, 2002). As regiões tradicionalmente produtoras de queijo foram diretamente beneficiadas com este reconhecimento e outras regiões começaram a investir na produção do QMA e em diversificar e associar este produto a outras atividades, dentre elas o turismo.

Desde o ano de 2002 diversos regulamentos técnicos sobre a produção de queijos artesanais foram publicados, seja em âmbito estadual ou federal. Destaca-se, neste contexto, a publicação da Lei Federal Nº 13.680, de 14 de junho de 2018, que alterou a Lei Nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal (BRASIL, 2018).

Pois bem, foram necessários praticamente 68 anos para que as questões relacionadas à fiscalização sanitária deste valioso produto fossem acertadas. Parece-nos uma imensa tragédia o que aconteceu, pois foram muitos anos sem investir oficialmente nesta cadeia produtiva. Entretanto, na medida em que os produtores foram aderindo às exigências sanitárias muitas evoluções foram observadas nas queijarias. Os animais ficaram mais saudáveis, o leite cru e o queijo melhoraram e as roças ficaram mais organizadas, limpas, bonitas para exatamente poder usufruir dos benefícios do turismo. Que turista gostaria de visitar uma propriedade com problemas sanitários?

O QMAque começou a ser produzido no início do ciclo da mineração é, em essência, feito da mesma forma até hoje. Para a sua produção são utilizados como ingredientes o leite cru de vacas pertencentes ao rebanho da propriedade onde está instalada a queijaria, além de coalho, sal e ‘Pingo’, que é definido como um soro-fermento contendo microrganismos naturais e típicos da propriedade. Com exceção da possibilidade de se realizar a ordenha mecânica, na sua fabricação não se emprega outro tipo de mecanização. O local de produção – a Queijaria, consiste em uma edificação de alvenaria, com portas e janelas teladas, localizada adjacente à sala de ordenha das vacas.

O fluxograma para a fabricação do QMA é formado por várias etapas. Inicialmente, realiza-se a ordenha do leite cru das vacas, as quais devem ser produzidas na mesma propriedade onde está instalada a Queijaria. Para esta variedade de queijo não é permitida a utilização do leite cru proveniente de outras propriedades.

Posteriormente à ordenha, o leite cru é transferido para a sala de fabricação da Queijaria, momento em que também será filtrado para remoção de partículas estranhas. Adiciona-se ao leite cru o Pingo e depois o coalho, aguardando-se a formação da coalhada. Uma vez obtida, a coalhada é cortada e colocadas em formas cilíndricas. Durante a enformagem se faz a prensagem para a expulsão do excesso de soro. Algumas propriedades realizam prensagem com as mãos e em outras a massa é espremida com o auxílio de um tecido próprio a este fim, ‘chamado de volta ao mundo’.

Figura 2: Rebanho Gir cujo leite é utilizado pelo Produtor Túlio Madureira (Serro – MG) para a produção do Queijo Minas Artesanal do Serro Queijo do Gir



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

As formas contendo a massa são dispostas em mesas ou bancadas ligeiramente inclinadas para facilitar o escoamento do soro que se desprenderá por algum tempo após a enformagem. Em determinado momento o soro que se desprende da massa será coletado para a fabricação da próxima batelada de queijos – este é o Pingo. Ainda nas formas os queijos recebem a adição de sal, geralmente na granulometria de pedra. Os queijos enformados devem ser periodicamente virados para que se tenha uma dessoragem uniforme.

Figura 3: Queijo Minas Artesanal produzido na Queijaria Braúnas (Diamantina – MG) em suas variedades ‘casca florida’, com fungos filamentosos brancos em sua casca, e ‘casca lisa’ (amarelo).



Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Quando o queijo se torna estável ele deve ser desenformado. Feito isto se realiza uma etapa conhecida por grosagem ou toaite, na qual o queijeiro, utilizando lixas, pequenos ralos e água, trabalha a casca do queijo para lhe conferir aspecto liso. Os queijos seguem, a partir daí, para a maturação, etapa na qual acontecem diversas transformações físico-químicas e sensoriais, principalmente mediadas pela atividade de enzimas naturais do leite cru e pela ação dos microrganismos inoculados pela adição do Pingo. Os queijos finalizados são, então, embalados, rotulados e expedidos para a comercialização.

Figura: Queijo Minas Artesanal em processo de salga e estabilização



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

O emprego de técnicas simples e advindas da sabedoria dos produtores, ao longo dos séculos, proporcionou a utilização do Pingo para a fabricação do QMA. Este fermento natural é obtido após a enformagem da massa coagulada e durante seu descanso e salga, realizadas em mesas ou bancas. O nome de Pingo decorre do fato de que o soro que deixa a massa enformada escorre pela bancada, propositalmente construída com ligeira declividade, e goteja em um recipiente. O Pingo dos queijos em fabricação é utilizado para a fabricação de novos lotes. Este soro-fermento contém cloreto de sódio e elevada contagem de bactérias

láticas desejáveis, que são em grande parte responsável pela cor, sabor, aroma e textura típicas dos queijos.

A maturação, tão praticada atualmente, pode ser definida como um processo no qual os queijos são mantidos em condições locais de temperatura e umidade relativa do ar, por tempos variáveis. Estes parâmetros podem ser controlados na sala de maturação com climatizadores específicos, mas a critério do produtor ele também pode preservar as condições climáticas naturais da propriedade.

Durante a maturação acontecem diversas transformações microbiológicas e bioquímicas nos queijos, resultando na formação e sabores, aromas, texturas e aparências bastante peculiares e apreciados. Com o passar do tempo, os queijos começam a expressar em si os efeitos da propriedade e da Queijaria onde foi produzido, especialmente em função de sua altitude, do solo, da água, das raças e do manejo dos animais, do saber fazer e da receita de cada produtor, bem como dos microrganismos ali existentes e da forma como eles se desenvolvem. Tudo isto faz com que os queijos sejam muito especiais e peculiares, repletos de manifestação do seu terroir de origem.

Todo este processo, sua história e sua relação com os territórios de produção brindam ao visitante, em localidades de produção associada ao turismo, uma experiência memorável.

O TURISMO “QUEIJEIRO” EM MINAS GERAIS

Uma atividade importante na atualidade é turismo. Sua evolução bem como a busca por experiências diversas pelos visitantes e a criatividade dos planejadores e empreendedores do turismo tem propiciado o desenvolvimento de diversos setores correlacionados, tanto em meio urbano quanto em meio rural. Um dos potenciais da atividade turística é a geração de emprego e renda, principalmente, quando a atividade é implementada de forma planejada. Segundo Mário Carlos Beni (2003 p. 144), “atualmente a consideração do turismo no que concerne as políticas públicas e ao processo de ordenamento do território, enquanto crescente atividade produtiva e importante instrumento coadjuvante de desenvolvimento sócio econômico, vem merecendo em alguns países planejamento e programas específicos.” A prática do turismo em meio rural proporciona a criação de diversificados produtos e serviços turísticos. O potencial empreendedor e a criação destes produtos favorecem destinos turísticos e possibilitam a criação de novas rotas e manutenção dos turistas e visitantes por mais tempo na região. Balanzá e Nadal (2003, p.10) afirmam que:

A medida em que cresce o número de turistas que chegam a uma região, aumentam as necessidades de diversos itens, aumenta o consumo de bens e serviços, e se reflete em maior produção e em maior crescimento econômico. Em resumo ocorre um efeito dinamizador, um crescimento econômico”.

A produção rural de produtos especiais como queijos associada a atividade turística, permite uma série de possibilidades, transformando áreas rurais em destinos para turistas e visitantes, ampliando as possibilidades e geração de renda para áreas tradicionalmente rurais (PINTO 2018). O planejamento destas atividades é essencial para garantir o mínimo impacto ao processo produtivo das fazendas, para garantir aos turistas e visitantes uma experiência positiva e para que o destino seja valorizado e tenha uma imagem positiva e competitiva.

Na região da Serra da Canastra, sudoeste do estado de Minas Gerais, cerca de 800 famílias são envolvidas com a produção de queijo nos municípios de Tapiraí, Medeiros, São João Batista do Glória, São Roque de Minas, Delfinópolis, Vargem Bonita e Piunhí, Bambuí. Para organizar a atividade foi criada a Associação dos Produtores de Queijo da Canastra (APROCAN). Com a criação desta associação diversas ações foram implementadas para fomentar esta tradição secular da região. Um dos passos importantes para o desenvolvimento do processo de produção queijeira associada ao turismo foi a organização local para o reconhecimento da Indicação de Procedência dos Queijos da Serra da Canastra. Esta indicação de procedência, obtida em 2012, fez que com o queijo Canastra fosse reconhecido e garantidas as tradições, saberes e fazeres deste importante produto. É possível que este reconhecimento induza resultados como a quantidade de premiações obtidas pelos produtores e com isso visibilidade para o produto e para região.

Em todo o mundo os reconhecimentos através de processo de certificação, indicações de procedência e geográficas são importantes para a valorização dos produtos. Esta valorização ajuda a fomentar a atividade turística pois leva o visitante a conhecer a história das áreas de produção e, conseqüentemente, procurar visitar estas regiões para experienciar e, na maioria das vezes, adquirir os produtos. Na Serra da Canastra foi criada a Rota Turística do Queijo Canastra. Aproveitando o potencial natural da região que está localizada, em área de transição de Mata Atlântica e Cerrado, e pela presença de atrativos importantes como o Parque Nacional da Serra da Canastra esta Rota Turística com a finalidade de fomentar a atividade turística. Atualmente a rota envolve diversos empreendimentos turísticos e recebe visitantes do Brasil e de outros países. Existe sinalização turística específica da rota, agências de turismo que comercializam pacotes de viagens para a região, realização de eventos

turísticos com a temática do queijo artesanal e roteiros interativos onde os visitantes têm informações sobre a rota através de placas com diversas informações.

Já em Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, por mais que a região produza queijos desde seus primórdios, existe, atualmente, um investimento em pesquisa, tecnologia e apoio técnico para a produção de queijos artesanais. Diamantina é um município mineiro que abriga um vasto patrimônio natural, histórico e cultural. Possui, pela presença de um extenso casario colonial protegido e pela Serra dos Cristais, o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela UNESCO em 1999. O município é circundado por unidades de conservação como o Parque Estadual do Biribiri, o Parque Nacional das Sempre Vivas e outras importantes áreas que aliam a conservação, a preservação e o turismo. Estes fatores fazem com que turistas e visitantes procurem Diamantina como destino turístico. O município é servido por universidade, faculdades e institutos de excelência em ensino, pesquisa e extensão, diversificada oferta de atrativos e de serviços turísticos. Várias são as atividades econômicas realizadas em Diamantina. A produção rural é bastante diversificada e acontece, principalmente, nos distritos e áreas rurais do município.

A produção de queijos em Diamantina é antiga. Desde os primórdios, fazendas beneficiam o leite fazendo laticínios, principalmente o queijo. Desde 2015, a partir de uma intervenção do curso de zootecnia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, os produtores identificaram uma nova forma de maturar os queijos diamantinenses e o valor agregado ao produto foi substancial a ponto de ser criada uma associação de produtores, a Associação dos Produtores de Queijo da Região de Diamantina (APRODIA), e de se iniciar o processo de formalização da forma artesanal da produção do queijo local. Vários produtores foram premiados e a qualidade do queijo artesanal de Diamantina está sendo reconhecida nacional e internacionalmente. Recentemente, em março do ano de 2022, a região de Diamantina foi reconhecida como “Produtora de Queijo Minas Artesanal”, um marco para produtores, instituições relacionadas e para os consumidores. (MINAS GERAIS, 2022) O recente reconhecimento aponta a necessidade de ações de fomento a este produto. Existem duas queijarias em Diamantina que se despontam pela qualidade de seus queijos e por oferecer atividades para turistas e visitantes. Estas recebem grupos organizados para visitas às dependências das queijarias. Antes da pandemia ofereciam roteiros e refeições a beira do fogão à lenha e atualmente recebem grupos organizados com agendamentos prévios, somente para a visita e vivência dos processos produtivos. Uma das queijarias é um dos

empreendimentos de uma Rota Turística Artesanal que agrega também visitas à cervejaria e à vinícola. Algumas agências de turismo receptivo e guias da cidade já comercializam pacotes para as queijarias. Não existe sinalização indicativa para as queijarias e as ações para o fomento do turismo associado a produção rural ainda são incipientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial para a prática da produção rural associada ao turismo é inegável. O estado de Minas Gerais é conhecido internacionalmente pelo seu potencial cultural, principalmente relacionado à gastronomia. A cachaça, os quitutes e quitandas, a criatividade da culinária mineira e sua diversidade fazem com que as possibilidades de criar produtos e roteiros turísticos sejam imensuráveis. Os novos produtos, que surgem ao longo dos tempos e para os mais diversos gostos como as cervejas artesanais, o vinho mineiro também fazem parte deste arcabouço de possibilidades. A produção rural de alimentos especiais, associada ao turismo, beneficia turistas, visitantes e produtores e é uma tendência mundial. O reconhecimento desta nova forma de fazer turismo já um grande passo para o desenvolvimento da atividade no estado. A criação de políticas públicas sugere este reconhecimento tanto para o produto queijo como para os demais produtos artesanais importantes para o estado.

Na Serra da Canastra o potencial turístico da região, o associativismo e a qualidade do queijo, induzem o fluxo de visitantes e a Rota do Queijo gera impactos positivos para a região. É importante manter as ações e avaliar os impactos de mais de dez anos de implementação da rota do queijo para traçar novas estratégias e garantir a plena manutenção da atividade. A atração de novos empreendimentos bem como de recursos para melhorias infra estruturais como acesso e comunicação pode potencializar ainda mais a produção associada ao turismo.

Já em Diamantina, parcerias com instituições de ensino e de fomento à produção e ao turismo podem ajudar a implementação de diversas atividades nas queijarias que já recebem turistas e em outras que ainda não recebem. É importante também garantir a qualidade dos queijos e apoiar a criação de leis que possam fomentar o pleno desenvolvimento da produção associada ao turismo, em queijarias e em outras unidades rurais produtivas como vinícolas, cervejarias, fazendas de produção de mel, azeite e outros produtos.

Por fim, é importante ressaltar que há ainda longo caminho para que a produção queijeira seja de fato reconhecida por todo seu valor e importância, mas muitas iniciativas,

como as expostas acima, têm acelerado este processo. O sucesso dos queijos mineiros e sua qualidade tem sido atestada pela grande quantidade de medalhas que os produtores têm conquistado em diversos concursos de relevância internacional, como na terceira edição do Mondial du Fromage et des Produits Laitiers (TOURS, FRANÇA, 2017), na quarta edição do Mondial du Fromage et des Produits Laitiers (TOURS, FRANÇA, 2019), Prêmio Queijo Brasil e Mundial do Queijo de Araxá.

Figura 4: Divulgação do 'Mondial du Fromage' (Tours – França), edição 2017



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

O sucesso do turismo no estado tem sido atestado pelo aumento constante do número de visitantes e pela busca de novas e memoráveis experiências. Certamente a associação eficiente da atividade turística à produção rural será uma tendência no Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ARIAS-ROTH, E., BACHMAN, H.P., FRÖHLICH-WYDER, M-T, SCHMIDT, R.S., WECHSLER, D., BEUVIER, E., BUCHIN, S., DELBÈS, C. **Encyclopedia of Dairy Science: Raw milk cheeses**. 3ª ed., p. 299-308, Cork: Academic Press, 2022.

BALANZÀ, Isabel, Nadal, Mônica. **Marketing e Comercialização de Produtos Turísticos**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do Turismo: Megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Rio de Janeiro. RJ, 1950.

BRASIL. **Decreto Nº 30.691, de 29 de março de 1952.** Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Rio de Janeiro. RJ, 1952.

BRASIL. **Lei Nº 13.680, de 14 de junho de 2018.** Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Altera a Lei Nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 para dispor sobre o processo de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Brasília. DF: Diário Oficial da União, 2018.

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei nº 14185 de 31 de janeiro de 2002.** Processo de Produção do Queijo Minas Artesanal. Diário do Executivo, Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2002.

MINAS GERAIS. INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA. **Portaria nº 2.129 de 22 de março de 2022.** Identifica a região de Diamantina como produtora de Queijo Minas Artesanal. Belo Horizonte, 22 de março de 2022.

PINTO, Cynthia Fonte Boa. **Desarrollo del Enoturismo en América del Sur. Su estudio desde la geografía y los sistemas de información geográfica.** Universidad Nacional del Sur – Argentina. Tesis de doctorado en geografía, 2018. Acesso em 03/05/2021. https://repositoriodigital.uns.edu.ar/bitstream/handle/123456789/4630/Tesis_Cynthia_Fonte_Boa.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz. São Paulo:** Companhia Editora Nacional, 1937.

Scalco, R.F.; Varajão, G.F.D.C; Heleno, C.T.; Martins Fonseca, V.
Perspectivas Interdisciplinares em Turismo: Debates na UFVJM
Diamantina: UFVJM, 2023.

SOBRE OS AUTORES

Alan Faber do Nascimento

Graduado em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutor em Geografia Humana pela Universidade Estadual Paulista do campus de Rio Claro. Atualmente, é professor Associado II do curso de Turismo e do mestrado em Estudos Rurais da UFVJM. Tem atuado e escrito trabalhos sobretudo nas áreas de História do Turismo e Sociologia do Turismo.



E-mail: alan.faber@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0185442935600199>

Ana Paula Ribeiro Manduca



E-mail: anaribeiropsi@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8563407037205932>

Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior pela Faculdade de Educação da UFMG. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente, é Assistente em Administração da UFMG. Atua como psicóloga clínica, com ênfase em Orientação Profissional e de Carreira.

Ana Flávia Andrade de Figueiredo

Pós doutora em Antropologia Social pela UnB. Doutora e Mestre em Antropologia pela UFPE. Possui como linhas de estudo centrais a política do Encontro de Saberes, as teorias da dádiva e descoloniais. Atualmente Professora Adjunta na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Líder do Grupo de Pesquisa NELAS - Núcleo de Estudos em Literaturas, Artes e Saberes - UFVJM, no qual também coordena a Linha de Pesquisa Corpo, Memória, Oralidades, Ancestralidade e Complexidade. Integrante da Comissão Encontro de Saberes na UFVJM.



E-mail: ana.figueiredo@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1377011399174025>

Camila Teixeira Heleno



E-mail: camila.heleno@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>

Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com estágio doutoral na Universidade de Oviedo e pós-doutoral na UFMG. Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), uma das líderes do Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônio, Territórios Descoloniais e Trabalho da UFVJM, pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde da UFMG, membro do GT Psicossociologia do Trabalho da ANPEPP e mãe.

Cleube Andrade Boari

Zootecnista e Professor Associado do Departamento de Zootecnia, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Tem Mestrado e Doutorado em Ciências dos Alimentos pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Tem experiência na área de ciência e tecnologia dos produtos de origem animal, especialmente com a produção de queijos artesanais.



E-mail: c.boari@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2685875786267997>

Cynthia Regina Fonte Boa Pinto



E-mail: cynthia.fonteboa@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4862382903424962>

Possui graduação em Turismo - Unicentro Newton Paiva (2001), Mestrado em Turismo e Meio Ambiente pelo Centro Universitário UNA (2006) e Doutorado em Geografia - Universidad Nacional del Sur (2019). Atualmente, atua como Professora do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Local.

Gabriel Farias Alves Correia

Doutorando, Mestre e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi professor substituto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Possui interesses de pesquisa em temas como histórias e memórias, cotidiano e gestão ordinária



E-mail: correiafga@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8983727420038399>

Georgina Maria Vêras Motta



Doutora e Mestre em Psicologia Social (UFMG), pós-graduada em Saúde Mental e Trabalho (ICNPF). Membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Sociabilidade e Saúde/UFMG, do Fórum Sindical e Popular de Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora de Minas Gerais (FSPSST/MG) e do OSAT-UFMG/PBH.

E-mail: georginavmotta@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5600307305238435>

Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão

Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto, Mestre em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutor em Geografia (Análise Ambiental) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, é professor associado do Curso de Turismo e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.



E-mail: guilhermefdcv@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1327402082703038>

Hugo Rodrigues de Araújo



E-mail: hugo.araujo@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9305503365859375>

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (2007), especialização em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras (2009), mestrado em Sustentabilidade pela Universidade Federal de Ouro Preto (2014), doutorado em Turismo pela Universidade de Lisboa (2019). Atualmente é professor do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK..

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani

Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestra em História da Ciência pela Fiocruz, Doutora em História da Arte pela UFMG, fez pós-doutorado em História da Arte na Scuola Normale Superiore di Pisa e em História da Arte - Elementos Decorativos na Falsa Arquitetura, na Università degli Studi di Firenze. Atualmente, é professora associada de História da Arte no curso de Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.



E-mail: mclaudia.magnani@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>

Ramon Duarte Araújo



Estudante do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM/Diamantina-MG). Estagiário no Museu do Diamante (IBRAM).

E-mail: ramon.duarte@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9305503365859375>

Raquel Faria Scalco

Doutora em Geografia pela UFMG (2019); mestre em Geografia pela UFMG (2009); especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela UFMG (2004); bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Newton Paiva (2002). Atualmente, é Professora Adjunta do curso de Turismo da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da UFVJM. Tem experiência na área de turismo e docência, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, meio ambiente, educação, sustentabilidade, unidades de conservação, legislação aplicada ao turismo.



E-mail: raquel.scalco@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>

Ricardo Vinicius C. dos Santos e Carvalho



Doutorando e mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro/MG. Economista pela UFMG e Administrador pelo Centro Universitário Newton Paiva. Atualmente, é analista do Banco Central do Brasil.

E-mail: rvccarvalho@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9303320671941400>

Rodrigo Burkowiski

Doutor em Administração pela UFLA (2013), com estágio pós-doutoral na UniCEUMA na área de Meio Ambiente, Mestrado em Hospitalidade, pela Faculdade Anhembimorumbi (2004), Especialização em Gestão de Negócios e Empreendedorismo pela UFJF (2001) e Graduação em Turismo pela Faculdade de Turismo de Santos Dumont (1999). Atualmente, é Professor Associado II da Universidade Federal de Ouro Preto. Tem experiência na área de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio. Atua principalmente nos seguintes temas: Áreas Protegidas, Valoração e Serviços Ecosistêmicos Culturais e Políticas Públicas.



Email: rodrigo@ufop.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0696724444875444>

Valéria Rodrigues Neves



E-mail: valeria.rodrigues@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3454194445542428>

Administradora pela Universidade do Norte do Paraná, Especialista em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes e Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Ocupa o cargo efetivo de Tecnóloga em Gestão Pública na UFVJM e, há cerca de 5 anos, também atua na função de Procuradora Educacional Institucional gerenciando os sistemas de avaliação externa promovidos pelo MEC. Atualmente, também é Coordenadora Local da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de Diamantina.

Virginia Martins Fonseca

Professora Adjunta no Curso de Turismo e no Mestrado em Estudos Rurais da UFVJM. Doutora em Geografia (UNS - Argentina). Especialista em Educação Ambiental (CRHEA - USP) e Bacharel em Turismo (Unicentro Newton Paiva). Líder do Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho. Pesquisadora Associada do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP). Pesquisadora colaboradora na Red Científica Latinoamericana Territorios Posibles, Praxis y Transformación, no projeto Territórios Posibles, Utopias Reales. Mãe de duas crianças, uma de nove anos e outra de sete anos.



E-mail: virginia.martins@ufvjm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0844500125867329>

Scalco, R.F.; Varajão, G.F.D.C; Heleno, C.T.; Martins Fonseca, V.
Perspectivas Interdisciplinares em Turismo: Debates na UFVJM
Diamantina: UFVJM, 2023.



TURISMO 
UFVJM